



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**MULHERES, POLÍTICA E MISOGINIA: O ÓDIO *ON-LINE*
COMO INSTRUMENTO DE PODER**

AMANDA REZENDE LOPES

RIO DE JANEIRO

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**MULHERES, POLÍTICA E MISOGINIA: O ÓDIO *ON-LINE*
COMO INSTRUMENTO DE PODER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

AMANDA REZENDE LOPES

Orientador: Prof. Dr. João Freire Filho

RIO DE JANEIRO

2021

Mulheres, política e misoginia: o ódio *on-line* como instrumento de poder

Amanda Rezende Lopes

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, dia 27 de maio de 2021.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. João Batista de Macedo Freire Filho - Orientador

Doutor em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Denise Tavares da Silva

Doutora em Integração Latino-Americana pela Universidade de São Paulo (USP)
Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Henrique Moreira Mazetti

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Profa. Dra. Mayka Juliana Castellano Reis - Suplente

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense (UFF)

RIO DE JANEIRO
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO
UFRJ



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA POR AMANDA REZENDE LOPES NA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meio de videoconferência, foi apresentada a dissertação de mestrado de Amanda Rezende Lopes, intitulada: "**Mulheres, Política e Misoginia: o ódio on-line como instrumento de poder**", perante a banca examinadora composta por: João Batista de Macedo Freire Filho [orientador(a) e presidente], Denise Tavares da Silva e Henrique Moreira Mazetti. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

A banca destaca a qualidade do texto, o rigor metodológico e a profundidade na abordagem de um tema atual e relevante. Recomenda-se, fortemente, a publicação do trabalho e sua indicação para os prêmios da área.

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2021

João Freire Filho

João Batista de Macedo Freire Filho [orientador(a) e presidente]

Denise Tavares da Silva
Denise Tavares da Silva [examinador(a)]

Henrique Moreira Mazetti
Henrique Moreira/Mazetti [examinador(a)]

Amanda Rezende Lopes
Amanda Rezende Lopes [candidato(a)]

AGRADECIMENTOS

À Escola de Comunicação da UFRJ, o meu lar carioca há oito anos, por todas as vivências proporcionadas.

Ao meu orientador, João Freire Filho, pela parceria repleta de apoio, paciência e confiança. Agradeço por todos os ensinamentos e conselhos, por me incentivar a superar desafios e por proporcionar valiosas oportunidades de aprendizados, tanto na pesquisa quanto na docência.

Aos professores Denise Tavares e Henrique Mazetti, por aceitarem compor a banca e participarem de um momento tão importante em minha trajetória. Agradeço por todas as relevantes contribuições e pelo olhar atencioso, sincero e generoso.

Aos pesquisadores do Nemes, por me acolherem em um espaço de tantos ensinamentos, trocas e respeito. A Mayka Castellano, Lígia Lana, Henrique Mazetti, Julia Salgado, Renata Tomaz e Bruna Bakker, por serem inspiração e por me auxiliarem em reuniões, aulas e corredores da faculdade. Em especial, a Amanda Medeiros, Francine Tavares, Tatiane Leal e Isabela Borsani, por cada conselho e incentivo e por todo o apoio ao longo do Mestrado. À querida amiga Júlia dos Anjos, agradeço a presença constante e a generosidade imensurável. Não consigo expressar, em poucas linhas, a importância dessa amizade rara, que foi fundamental para que eu conseguisse lidar com os desafios no período do Mestrado. Sou eternamente grata pelo suporte, tanto pessoal quanto profissional, que recebi desde que nos conhecemos, pelas experiências compartilhadas, pela sororidade e pelas conversas maravilhosas.

Aos pesquisadores do Memento, por me apresentarem as possibilidades da pesquisa ainda na graduação. Especialmente, a Ana Paula Goulart, Patrícia D'Abreu, Igor Sacramento, Vinicius Ferreira, Izamara Bastos e Lílian Durães, pela amizade firmada e pelo alicerce seguro. Agradeço por me integrarem nessa rede incrível de conhecimento, carinho e generosidade. É um privilégio enorme enaltecer a ciência e a construção de saber ao lado de pessoas tão dedicadas e gentis. Aos pesquisadores do PET-Eco (2014–2016), por acompanharem os meus primeiros passos na área acadêmica, sobretudo aos tutores Mohammed ElHajji e Paulo César Castro, por me guiarem nesse processo.

Aos docentes que tive a oportunidade de conviver ao longo da minha jornada, por todos os ensinamentos partilhados. Especialmente, às professoras Raquel Paiva e Marialva Barbosa, que tanto admiro, por serem inspiração e incentivarem a busca constante de conhecimento. Aos funcionários e alunos da Eco, pela gentileza com a qual fui recebida e pela parceria construída.

À minha família, por ser a minha base e a minha motivação para seguir lutando por tudo o que acredito. Reconheço todas as batalhas enfrentadas e sou muito grata por sonharem junto comigo. Agradeço o apoio incondicional e a paciência assídua. Agradeço por estarmos sempre juntos e por cada palavra e gesto de carinho. Agradeço por me ensinarem que temos a liberdade de ser quem somos e pela certeza de um amor sereno.

À minha irmã, Marisa, por ser exemplo de altruísmo e dedicação, por me ensinar sobre perdão e recomeços, por me oferecer amizade e colo desde o dia em que nasci, por estar sempre ao meu lado e por me encorajar a ser uma pessoa melhor a cada dia. À minha mãe, Isabel, por ser inspiração de coragem e determinação, por ser uma grande incentivadora de sonhos e por revelar que o segredo da vida é admirar e valorizar cada momento com plenitude. Ao meu pai, Marcos, pelo exemplo de sabedoria e paciência, por me mostrar que não há valor mais importante do que a humildade e por afirmar que a natureza e a simplicidade são as verdadeiras riquezas inestimáveis.

À minha avó Therezinha, por cuidar de mim com tanto empenho e afeto, por ser a melhor segunda mãe que eu poderia ter e por ser referência de fé e amor ao próximo. Aos meus avós Maurita e Jarbas (*in memoriam*), por todo o carinho que dedicaram a mim e por me fazerem compreender, desde cedo, a pluralidade do conhecimento. Às minhas madrinhas Cristiane e Dirce e ao meu padrinho Mário, por estarem presentes em todas as etapas da minha vida e pela ternura incessante.

Aos meus amigos, pelo companheirismo e pela generosidade. Sou eternamente grata pelo privilégio de viver amizades tão incríveis.

Às minhas amigas Cinira, Paula e Velúnia, agradeço pela amizade sólida e duradoura, pelo acolhimento nos momentos de crises e por me lembrarem que é preciso ter prioridades. São treze anos de muita admiração e irmandade. Tudo fica mais leve quando compartilhamos nossas experiências, afetos, conquistas, medos e erros com tanto carinho e respeito. Tudo fica mais

iluminado quando tenho vocês do meu lado. Agradeço, também, à tia Valdete, pelos cuidados, pelo carinho e por ser a família que o coração escolheu.

À minha amiga Daniele, pela companhia em mesas virtuais de estudo, pelo apoio durante todo o Mestrado e por acreditar verdadeiramente na construção de pontes. À minha amiga Nathália, por me recordar a importância de confiar na vida e no espiritismo e por trazer reflexões sublimes em nossas conversas. Ao meu querido amigo e escritor favorito Herbert Alves, por iluminar os caminhos nos momentos em que mais preciso, por me apoiar incondicionalmente e pela gentileza de revisar este material com tanto afeto. À minha amiga e psicóloga Luciana, pelo amparo fundamental e por persistir no meu processo de cuidado à saúde.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo suporte financeiro essencial a este trabalho.

Por fim, a todos e todas que estiveram comigo nestes últimos dois anos ou ao longo da vida. Agradeço por cada escuta, por cada palavra e por cada abraço que me fortaleceu nesta jornada. Sou grata por tudo.

When a woman participates in politics, she should be putting her hopes and dreams for the future on the line, not her dignity and not her life.

Madeleine Albright: A hidden reality - violence against women in politics (2016).

LOPES, Amanda Rezende. **Mulheres, política e misoginia: o ódio *on-line* como instrumento de poder**. Orientador: João Batista de Macedo Freire Filho. Rio de Janeiro: PPGCOM/ECO/UFRJ, 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é examinar as manifestações de ódio, no ambiente *on-line*, direcionadas às mulheres que se dedicam a cargos políticos. Na esfera pública, as mulheres enfrentam agressões constantes e têm as suas candidaturas e mandatos reiteradamente prejudicados. Considerando as práticas tecnológicas atuais, constata-se que a misoginia é utilizada como instrumento de poder e encontra, na internet, um local de livres expressões. A hipótese é de que o ódio *on-line* às mulheres na política, veiculado nas plataformas comunicacionais, exerce papel estratégico na conservação das relações de poder e incide diretamente sobre a manutenção das desigualdades sociais. Este estudo pretende elucidar as dinâmicas socioculturais e os afetos mobilizados na contemporaneidade, sobretudo no que se refere à violência contra as mulheres na política. Para desenvolver esta investigação, propõe-se a análise dos discursos de ódio centrados nas figuras de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, pelo PSOL, assassinada em março de 2018; Manuela D'Ávila, candidata à vice-presidência pelo PCdoB nas eleições de 2018; e Maria do Rosário, atualmente deputada federal pelo Rio Grande do Sul e filiada ao PT. As três personalidades se aproximam pela interseção entre gênero e política e por já terem sido eleitas por votação popular, além da grande visibilidade midiática obtida no ano de 2018. A decisão também se baseia no fato de que elas simbolizam diferentes “perfis femininos”, de acordo com a noção de perspectiva social e a abordagem de gênero como serialidade, o que expande as possibilidades de enunciação. O *corpus* da pesquisa, delimitado a partir da ferramenta *BuzzSumo*, reúne os 50 *links* nacionais com maiores números de engajamento no Facebook, entre julho e dezembro de 2018, gerados nas buscas por cada um dos nomes selecionados. Este acervo contempla os comentários presentes nos textos de *blogs*, *sites* e portais de notícias. A partir deste material, foi possível categorizar o conteúdo em quatro chaves interpretativas: *objetificação* (aparência física e sexualização), *patologização* (doença e insanidade mental), *demonização* (cunho religioso e moral cristã subvertida) e *ameaça psicológica* (diminuição, humilhação, aniquilação e intolerâncias flagrantes), além de *outros recursos comuns*. A metodologia aplicada é uma proposta crítica da Teoria Fundamentada ou Fundada (TF) enquanto perspectiva de pesquisa para o ciberespaço, fundamentada na análise do discurso de inspiração foucaultiana, que percebe as relações de poder como inerentes à linguagem em situações sócio-históricas determinadas. O quadro teórico de referência desta dissertação é composto, principalmente, por autores que abordam o conceito de ódio pelo viés sociológico, filosófico e comunicacional e por pesquisadores dos estudos políticos e de gênero que discutem as opressões estruturais, especialmente nas comunicações virtuais.

Palavras-chave: Misoginia; Mulheres na Política; Violência; Maria do Rosário; Marielle Franco; Manuela D'Ávila.

LOPES, Amanda Rezende. **Women, politics and misogyny: online hatred as a power device.** Academic advisor: João Batista de Macedo Freire Filho. Rio de Janeiro: PPGCOM/ECO/UFRJ, 2021. Dissertation (Master Degree in Communication and Culture). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to examine the manifestations of hatred, in the digital world, directed at women who dedicate themselves to political positions. In the public sphere, women experience constant aggression and have their candidacies and mandates repeatedly impaired. Considering current technological practices, it appears that misogyny is used as an instrument of power and has, on the internet, a zone of free expression. The hypothesis is that the online hatred of women in politics, which takes place in communication platforms, plays a strategic role in the conservation of power relations and directly impacts the maintenance of social inequalities. Therefore this study aims to elucidate the socio-cultural dynamics and the affects mobilized in contemporary times, especially with regard to violence against women in politics. In order to carry out this investigation, it is proposed to analyze hate speech centered on the public figures of Marielle Franco, politician from Rio de Janeiro, by PSOL, murdered in March 2018; Manuela D'Ávila, candidate for vice-presidency of PCdoB in the 2018 elections; and Maria do Rosário, currently a politician for Rio Grande do Sul and affiliated with PT. The three personalities are linked by the intersection between gender and politics and because they have already been elected by popular vote, in addition to the great media visibility obtained in 2018. The decision is also based on the fact that they symbolize different “female profiles”, according to the notion of social perspective and the approach of gender as seriality, which expands the possibilities of enunciation. The research corpus, delimited using the tool BuzzSumo, gathers the 50 national links with the highest numbers of engagement on Facebook, between July and December 2018, generated in searches for each of the selected names. This compilation includes the comments present in the texts published on blogs, websites and news portals. From this material, it was possible to categorize the content into four interpretive keys: *objectification* (physical appearance and sexualization), *pathologization* (mental illness and insanity), *demonization* (religious and subverted Christian morality) and *psychological threat* (decrease, humiliation, annihilation and flagrant intolerances), in addition to *other common resources*. The applied methodology is a critical proposal of the Grounded Theory (GT) as a research perspective for cyberspace, based on a Foucaultian-inspired discourse analysis, which perceives power relations as inherent to language in determined socio-historical situations. This dissertation's theoretical framework of reference is composed mainly by authors who approach the concept of hatred through the sociological, philosophical and that communicational and by researchers of political and gender studies that discuss structural oppressions, especially in virtual communications.

Keywords: Misogyny; Women in Politics; Violence; Maria do Rosário; Marielle Franco; Manuela D'Ávila.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Capas da revista ISTOÉ, com manchetes principais sobre os presidentes Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, colocadas em comparação 15
- Figura 2** – Fotografia de adesivo-montagem de Dilma Rousseff em automóvel 17
- Figura 3** – Foto de tela de postagem realizada por Manuela D’Ávila no Facebook, denunciando a publicação falsa que utiliza o recurso de montagem para a deslegitimação da parlamentar. 48
- Figura 4** – Foto de tela de postagem realizada no Facebook, contendo a divulgação da notícia sobre o roubo à Maria do Rosário e comentários da publicação 50
- Figura 5** – Foto de tela de enquete realizada por usuário no Facebook, que exibe violência cometida contra Marielle Franco 51
- Figura 6** – Foto de tela de busca realizada no *BuzzSumo*, exibindo links gerados pelos termos “maria” + “rosário” com maiores números de engajamento nas principais redes sociais, em todos os países e linguagens, de 17 de outubro de 2019 até 17 de abril de 2020 92

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Gênero, política e opressões	27
1.1 Assimetrias das experiências de gênero	27
1.2 Mulheres: direitos, participação e representação política.....	33
1.3 Opressões <i>on-line</i> : mulheres, política e a “nova direita” brasileira.....	43
1.3.1 Entre opressões e violência contra as mulheres na política.....	44
1.3.2 Mídias digitais, política e intolerância: expressões da “nova direita” na <i>web</i>	53
2. Ódio como emoção ordinária e ato comunicativo	62
2.1 Na micropolítica das emoções: o ódio.....	63
2.2 Misoginia <i>on-line</i> em debate	73
2.3 Ódio às mulheres na política	81
3. Manifestações de ódio às mulheres na política	91
3.1 Maria do Rosário	95
3.1.1 “Essa mulher merece o que o Bolsonaro falou!”	97
3.1.2 “Nem pra ser mãe serve”	112
3.2 Manuela D’Ávila	117
3.2.1 “A Manuela D’Ávila é uma Dilma comestível”.....	119
3.2.2 “Tem que encher essa coisa de porrada mesmo”	129
3.3 Marielle Franco.....	134
3.3.1 “Marielle hoje está queimando no colo do capeta”	136
3.3.2 “Mariele vive... até hoje enchendo o saco... foi tarde”	142
3.4 Comparações: o ódio nas relações de poder	155
3.5 Outros ódios: entre espectros políticos e mídia	161
Considerações finais	169
Referências Bibliográficas	176
Apêndice A	190
Apêndice B	197
Apêndice C	202

Introdução

Estava em minha cidade natal, Uberaba – Minas Gerais, quando soube da notícia: a vereadora e ativista em direitos humanos Marielle Franco havia sido assassinada. Era dia 14 de março de 2018. No sofá de casa, lembro-me de buscar um olhar que também estivesse furioso com a gravidade política e a dor daquele fato. Depois disso, dei-me o direito da ignorância. Fiquei sem nenhum contato com jornais e portais midiáticos por cerca de um mês. Também evitei falar sobre o assunto com familiares e amigos e, confesso, acabei deixando muitas mensagens sem respostas. A indignação e a tristeza eram tão grandes que o meu pensamento permaneceu fixo no acontecimento e em seus possíveis significados, durante muitos meses. Por me identificar com o seu posicionamento político e com as lutas de Marielle, sinto que a desesperança também foi um sentimento assíduo.

As manchetes seguiram tratando o caso, no decorrer do ano, assim como os cidadãos continuaram a abordar a questão, muitas vezes, de maneira desrespeitosa. No momento de escrever o meu projeto de pesquisa para a seleção de Mestrado, não tive dúvidas. Eu precisava estudar este fenômeno que, até o presente instante, me inquieta. Não nego que o período distante das produções jornalísticas e das mídias sociais foi extremamente importante para a minha saúde mental, mas senti a necessidade de explorar o universo das *mulheres na política*¹ para entender melhor as significações que circundavam o crime contra a vida de Marielle. Principalmente, após ler notícias que diziam que a violência política de gênero² afasta as mulheres da vida pública e é utilizada como uma estratégia para desestimular candidaturas femininas e cercear mandatos (PELLEGRINO, 2019).

Além da pesquisa acadêmica, senti a necessidade de buscar mais conhecimentos e atuar no universo político, para que a sensação de impotência e aversão diante de violências brutais

¹ A expressão “mulheres na política” se refere às mulheres atuantes, de maneira profissional, na política institucional. O termo é amplamente utilizado na área de Ciências Sociais, sobretudo na Sociologia e na Ciência Política. Tornou-se mais frequente a partir do final da década de 1990, tanto na literatura estrangeira quanto nacional (VIEGAS; FARIA, 1999; PINTO, 1998). Esta dissertação acompanha estas discussões e, por conseguinte, aplica o mesmo vocábulo. Faz-se necessário ressaltar que este conceito não sugere que outros corpos femininos não sejam políticos no sentido abrangente da palavra “política”, apenas sinaliza o âmbito da política formal.

² Na reportagem referenciada, Antonia Pellegrino (2019, n.p.) define o conceito de “violência política de gênero” como a “estratégia que visa desestimular a candidatura feminina a cargos públicos e cercear o exercício dos mandatos das já eleitas”. Compreende-se que esta violência política não é praticada por conta de ideologia, mas, sim, pela questão de gênero. Segundo a matéria, esta é uma das formas de silenciamento mais eficaz, presente em todo o país e tão sutil que talvez o termo não seja conhecido por todos (PELLEGRINO, 2019). Nesta dissertação, as expressões “violência política de gênero” ou “violência contra as mulheres na política”, recorrentes na academia e na militância, são utilizadas a partir do significado exposto – ou seja, no sentido de violência contra as mulheres atuantes na política institucional devido ao gênero (KROOK; SANÍN, 2016). A importância desta recente conceituação e as particularidades desta prática serão abordadas, com maior profundidade, no capítulo 1 deste trabalho.

pudesse ser mobilizada em tentativas de mudanças. Orientada pela valorização da democracia, integrei-me a projetos apartidários de organizações sem fins lucrativos em prol de maior pluralidade na educação política. O sonho de uma sociedade mais igualitária, em que todos tenham o mesmo acesso a oportunidades e proteção, entretanto, ainda é conscientemente utópico. Assim como o anseio profundo de que parem de violentar, odiar e matar pessoas por conta de gênero, etnia, orientação sexual, religião ou qualquer outro fator relativo às minorias sociais. A partir dessas angústias, surgem também as dúvidas, as reflexões e as constatações da presente dissertação. Entre as possibilidades amplas de ódio político, centrei-me naquele direcionado às mulheres.

Para compreender melhor a realidade das mulheres na política, passei a observar, ainda mais, a emergência da chamada “nova direita” e como esse movimento desqualifica a democracia e as questões de gênero. Em sua visão, a democracia não é uma chave norteadora ou uma preocupação central, mas, sim, um elemento irrelevante. As dinâmicas de gênero também não possuem espaço entre as suas pautas. Em suas bases, ao contrário, encontra-se o ódio. Notadamente, as tensões envolvendo as mulheres de esquerda e/ou não conservadoras são constantes, corroborando com estudos que identificam mulheres transgressoras como alvos típicos da misoginia ou, ainda, que percebem a violência contundente contra elas. Não por acaso, quando dediquei mais atenção a esse revoltante problema, percebi diversos casos de violações sofridas por mulheres do espectro político de esquerda, ainda que nenhuma mulher esteja imune.

No panorama realizado pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global (LAURIS; HASHIZUME, 2020), foram mapeados 327 casos de violência política e eleitoral, no Brasil, entre 01 de janeiro de 2016 e 01 de setembro de 2020. Entre eles, 125 assassinatos ou atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 criminalizações. Os alarmantes dados da pesquisa demonstraram que as mulheres, especialmente as mulheres negras, são desproporcionalmente afetadas pela violência política, principalmente quando considerado o baixo índice de representação. Nos casos em que o sexo do autor da violência foi identificado, os homens apareceram como responsáveis em 100% dos assassinatos, atentados e agressões e em mais de 90% das ameaças e ofensas. Além disso, entre 2018 e 2019, o aumento do número total das violações foi nítido. Em 2019, último ano completo do estudo, pelo menos um episódio de violência política foi registrado a cada três dias no Brasil, aproximadamente três vezes mais do que em 2016.

Como se sabe, a trajetória feminina é permeada por discriminações baseadas em estereótipos, em uma longa história de injustiças e ausência de direitos. Contudo, a sociedade

patriarcal também experimentou situações de lutas em prol de igualdade. Na virada do século XVIII para o século XIX, surgiram os primeiros ideais do movimento feminista, definido por uma crítica à submissão da mulher na esfera doméstica e à sua exclusão na esfera pública. Ao longo do século XX, esse movimento político e intelectual foi consolidando-se, inclusive no Brasil. Entre as suas pautas, figurava a garantia dos direitos civis como reivindicação principal, sobretudo do sufrágio feminino – exigência que se manteve como o foco primordial durante muitas décadas.

A luta por equidade e a presença da mulher na política são noções que, ao longo do tempo, caminharam juntas. O acesso ao sistema eleitoral representava o desejo pelo reconhecimento de condições iguais às dos homens para o gerenciamento coletivo e pela admissão de visões de mundo e aspirações próprias, independentes de seus familiares. Então, após a conquista do sufrágio feminino, estas circunstâncias não deveriam ter mudado de modo radical? Infelizmente, a elite política formada quase exclusivamente por homens conservou sua predominância no âmbito governamental, mesmo após esse avanço (MIGUEL, 2014a).

A baixa porcentagem de mulheres no poder político é realidade na maioria dos países do mundo. A média global de presença feminina em parlamentos, segundo dados da *Inter-Parliamentary Union* (2019a), foi de 25,5% em outubro de 2019. O Brasil ocupou a 134ª posição no *ranking*, no total de 192 países, com a média percentual de 14,91%. Entre os entraves, estão o isolamento na vida doméstica, a dupla jornada de trabalho, os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como setor masculino. Os discursos e interesses mais distantes do grupo dominante, além de obstáculos entre família e carreira que recaem mais sobre as mulheres, também contribuem para isso, bem como a própria discriminação de gênero na carreira política (MIGUEL, 2014b).

Ainda assim, seria plausível afirmar, ao menos, que a vivência da mulher que consegue entrar na política melhorou ao longo dos anos? Como a sociedade está lidando e constituindo seus pensamentos sobre o tema? Na última década, a realidade feminina na política brasileira passou por mudanças. O país teve a sua primeira presidenta³ em 2011 (DILMA..., 2016), o número de candidatas disputando eleições de toda ordem aumentou e, como consequência, houve maior repercussão sobre mulheres na política (MOREIRA; OLIVEIRA, 2010). No entanto, a questão da pequena representatividade ainda merece destaque. O feminino permanece vinculado, social, política e midiaticamente, a qualidades limitantes em comparação ao homem, devido à manutenção das opressões de gênero (BUITONI, 2009).

³ Antes mesmo de ser eleita, Dilma Rousseff declarou a sua preferência pelo uso do termo “presidenta” (ALMEIDA, 2010).

Até mesmo a primeira mulher a assumir o cargo mais elevado no Governo Federal, a ex-presidenta Dilma Rousseff, enfrentou diversas manifestações agressivas e sexistas que culminaram num golpe em sua segunda candidatura (RUBIM; ARGOLLO, 2018), um marco da violência contra a mulher na política. Como esquecer capas de revistas e manchetes de jornais que evidenciavam o seu descontrole emocional, por exemplo? Posto ao lado de um presidente homem, a divergência de tratamento torna-se ainda mais nítida (CRISTALLI, 2019). Conforme pode ser verificado nas seguintes edições da revista *ISTOÉ*, datadas, respectivamente, de abril de 2016 e de novembro de 2019:

Figura 1 – Capas da revista *ISTOÉ*, com manchetes principais sobre os presidentes Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, colocadas em comparação



Fonte: <https://quicando.blogosfera.uol.com.br/2019/11/01/capas-jair-dilma-mulher-nunca-tem-direito-a-ficar-pistola>. Acesso em: 10/12/2019.

Na imagem à esquerda, a ex-presidenta aparece com a boca aberta e as sobrancelhas arqueadas em uma fotografia, representando suas “explosões nervosas” anunciadas pelo magazine. Ao não apresentar o equilíbrio emocional apontado como necessário pela *ISTOÉ*, Dilma Rousseff não teria “as condições emocionais para conduzir o País”, denúncia realizada às vésperas da votação de seu *impeachment*. Na segunda imagem, o atual presidente Jair

Bolsonaro também se encontra “fora do controle”, em uma montagem na qual o seu rosto é animalizado a partir da representação de um leão. Emocionalmente descontrolado, o sujeito masculino contém uma dualidade: apesar da postura constante de ataque, o rei da selva se revela acuado. A sua metade humana não demonstra grande fúria, ao contrário do que é externado na face da ex-presidenta, como se ele detivesse um maior domínio das emoções e das normas sociais que as regem. Ao que tudo indica, sentir raiva é uma experiência que não faz parte (ou não deveria fazer parte) da existência feminina – apenas é aceita, ainda que parcialmente, quando é vivenciada pelo homem. Há um julgamento moral da mulher responsável por exprimir esse sentimento.

O autocontrole do corpo e das emoções, impostos como ideais na sociedade, são estabelecidos por meio de regras que regulam a exibição dos sentimentos. Porém, em certas ocasiões, as exteriorizações da interioridade podem ser valorizadas. Segundo Claudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho (2010, p. 102), “as expressões de sentimentos em público são consideradas então sinal de autenticidade, principalmente entre figuras públicas como políticos e artistas, que estariam sempre representando”. Nesse raciocínio, acrescenta-se, ainda, que isso acontece, particularmente, quando se trata de sujeitos homens. Ainda hoje, as mulheres são mais ligadas às emoções e à característica de “emocionalmente instáveis” e, portanto, seriam menos racionais. Os comportamentos supostamente regulados pelos hormônios são vistos como negativos em várias situações, sobretudo nas que envolvem o mercado de trabalho. Esta qualificação de um gênero como mais emotivo é parte das relações de poder, ou seja, a subjugação do grupo mais fraco é alusiva ao menor controle dos sentimentos, o que pode ser aferido nas ilustrações da revista.

Assim como veículos midiáticos, parte da população também mostrou o seu ponto de vista sobre a ex-presidenta mediante incontáveis mensagens odiosas no ciberespaço e nas ruas (RUBIM; ARGOLLO, 2018). Como exemplos, podem ser lembrados os numerosos memes depreciativos e machistas a seu respeito (WINK, 2017) e os adesivos-montagem em que a figura de Dilma Rousseff é exposta com as pernas abertas, usando salto alto e *lingerie*, com a inserção da mangueira no tanque de combustíveis de automóveis simulando o ato sexual (GOVERNO..., 2015):

Figura 2 – Fotografia de adesivo-montagem de Dilma Rousseff em automóvel



Fonte: <https://www.clickpb.com.br/brasil/governo-faz-denuncia-ao-mp-sobre-adesivo-com-ofensa-a-dilma-188469.html>. Acesso em: 10/12/2019.

Na eleição brasileira de 2018, houve amplo compartilhamento de conteúdos (tanto textuais quanto imagéticos e audiovisuais), nos *sites* de redes sociais, com o intuito de ridicularizar e reprimir as mulheres e as opiniões políticas femininas, como a página do Facebook e perfil do Twitter *Muié dando dicas de política*⁴ e inúmeras críticas individuais. A política institucional também adquiriu protagonismo nestas redes. Além da cobertura midiática tradicional, a Lei nº 12.034, sancionada em setembro de 2009, permitiu campanhas eleitorais pela internet (BRASIL, 2009). Somada a isto, encontra-se a estatística apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), em expressivo crescimento: a internet era utilizada em 79,1% dos domicílios do país no ano de 2018. Assim, a *web* se tornou instrumento de discussão política e foi, aos poucos, consolidando-se como espaço importante nas eleições posteriores. Os candidatos a cargos políticos e os próprios eleitores exploraram as novas possibilidades tecnológicas, e as mídias sociais ganharam, então, uma reconfiguração no que diz respeito ao uso, à interação e às disputas de poder (LIMA; OLIVEIRA, 2015). Neste período, o ódio e a intolerância foram elementos bastante debatidos (AMENDOLA, 2018).

⁴ A página do Facebook *Muié dando dicas de política*, disponível, anteriormente, em: <<https://www.facebook.com/muiedandodicasdepolitica/>> e acessada em 16/10/2018, foi desativada em consequência de denúncias de usuários da rede. O perfil criado no Twitter com o mesmo nome, em setembro de 2019, segue ativo até o momento da escrita desta dissertação. Disponível em: <<https://twitter.com/mddp2019>>. Acesso em 11/04/2020.

As características do atual quadro político e as reflexões previamente relatadas colaboraram para a formulação de algumas indagações, como: o ódio às mulheres no poder ou na posse de suas participações políticas é o mesmo do discurso antifeminista? Como ocorrem as tentativas de desmotivação e deslegitimação ocasionadas devido ao incômodo gerado pela presença da mulher no poder? Qual é o papel das comunicações *on-line*? Essas questões incentivaram o desejo pelo entendimento dos processos que envolvem comunicação, gênero e política em tempos de mídias sociais digitais.

É notável que, desde a década de 1970, o gênero, como categoria analítica, está em evidência nas agendas dos programas de Comunicação Social. Todavia, foi, principalmente, a partir do século XXI, que os olhares se voltaram para a inclusão da política na formação de uma tríade para o desenvolvimento de investigações. Há indícios de que a primeira tese sobre o assunto seja *Gênero, política e eleições*, de Celsi Brønstrup Silvestrin, publicada em 2000 (MIGUEL; BIROLI, 2011). Mas, na tessitura das relações entre comunicação, gênero e política, há ainda significações que merecem ser aprofundadas.

Portanto, a presente dissertação tem como objetivo examinar as manifestações de ódio, no ambiente virtual, relacionadas às figuras femininas na política. Para exemplificar a análise, três mulheres brasileiras do espectro de esquerda foram escolhidas: Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em março de 2018; Manuela D'Ávila, candidata à vice-presidência nas eleições de 2018; e Maria do Rosário, atualmente deputada federal pelo Rio Grande do Sul. É importante enfatizar que os três casos selecionados se aproximam pela interseção entre gênero e política e por suas personagens centrais já terem sido eleitas por votação popular, além do grande destaque midiático no ano de 2018. Porém, cabe salientar que todos se referem a vivências distintas e não há a intenção de igualar os acontecimentos e as figuras públicas mencionadas. Apoiada na visibilidade das personalidades em ênfase, a decisão também se baseou no fato de que elas representam diferentes “perfis femininos”, de acordo com a noção de perspectiva social e a abordagem de gênero enquanto serialidade, da autora Iris Marion Young (1997, 2000), o que expande as possibilidades de enunciação.

A carioca, socióloga e mestre em Administração Pública Marielle Franco foi eleita vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), na eleição municipal de 2016 (MARIELLE FRANCO, s.d.a). Em março de 2018, com 38 anos, foi covardemente assassinada a tiros, numa emboscada em que até hoje não se conhece o mandante. Notícias sobre o crime, sem respostas efetivas, foram difundidas por todo o ano (NEGRISOLI, 2018). No decorrer das eleições, seu nome também foi frequentemente convocado, em especial quando candidatos do Partido Social Liberal (PSL) destruíram a placa

de rua em sua homenagem (CANDIDATOS..., 2018). Mulher, negra, periférica, bissexual e política, ela representava múltiplos grupos minoritários, o que gerou calúnias, enunciados negativos e discursos de ódio a seu respeito. A exposição desta emoção esteve presente até mesmo na repercussão de sua morte.

Já a jornalista gaúcha Manuela D'Ávila, filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tornou-se a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre em 2004. Dois anos depois, foi eleita a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul (MANUELA D'ÁVILA, s.d.). Nas eleições brasileiras de 2018, como candidata à vice-presidência da República, foi a principal vítima das chamadas *fake news* – informações falsas com profusa divulgação nas redes sociais digitais (MANUELA..., 2018). Nessa ocasião, ela ganhou bastante espaço em manchetes nacionais, protagonizando uma problemática de gênero em meio à sua campanha eleitoral.

A também gaúcha Maria do Rosário é pedagoga, mestre em Educação e Violência Infantil e doutora em Ciência Política. Em 1992, foi eleita vereadora de Porto Alegre, sendo a mais jovem na época. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), tornou-se deputada estadual em 1998. Em 2002, elegeu-se como deputada federal e foi reeleita nos anos seguintes. Hoje, exerce o seu quinto mandato na Câmara Federal (MARIA DO ROSÁRIO, s.d.). Durante as eleições de 2018, a parlamentar foi pauta constante de periódicos, particularmente devido à repercussão de hostilidades polêmicas cometidas pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo comediante Danilo Gentili (GUERRA, 2019; DANILO..., 2019). Sofrendo extremas agressões enquanto mulher na política, assim como outras profissionais que assumem função semelhante, Maria do Rosário criou o Projeto de Lei 7582/2014, o qual define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos com a finalidade de coibi-los (MARIA DO ROSÁRIO, 2016).

Para o exame dos discursos de ódio veiculados sobre estas mulheres, pretende-se recorrer aos comentários acerca de cada representante selecionada nos 50 *links* de portais midiáticos nacionais com maiores números de engajamento no Facebook, entre julho e dezembro de 2018. Os dados de envolvimento da audiência com as publicações serão adquiridos através da ferramenta *BuzzSumo*⁵, devido ao foco na interação dos usuários. O *corpus* da pesquisa será coletado, portanto, a partir de buscas por cada um dos nomes selecionados nesta plataforma. O recorte temporal estimado, de seis meses, corresponde ao

⁵ *BuzzSumo* (<https://buzzsumo.com/>) é uma ferramenta paga utilizada em estratégias de marketing digital, principalmente para aplicações de SEO e marketing de conteúdo. Apesar do contato anterior com o dispositivo através de trabalhos profissionais, a validade de seu uso em produções acadêmicas, e nesta dissertação, foi compreendida a partir da tese de Tatiane Leal (2019) – que aplicou esse recurso.

período pré-eleições presidenciais de 2018 e termina no momento pós-eleições, com suas possíveis repercussões. Neste intervalo, as três mulheres encontravam-se em situações distintas: Marielle Franco havia sido assassinada no ano em evidência, Maria do Rosário buscava a reeleição como deputada federal pelo Rio Grande do Sul e Manuela D'Ávila disputava, pela primeira vez, a vice-presidência do país.

Esta investigação se propõe a priorizar as mensagens e a emoção do ódio configuradas nas plataformas comunicacionais virtuais, ratificando hipóteses de natureza interpretativa, por meio da análise do discurso baseada em noções de discurso e poder propostas por Foucault. O seu método é firmado na raridade discursiva e na percepção das relações de poder como inerentes à linguagem em contextos sócio-históricos determinados. À vista disso, nota-se que é “partindo da necessidade de representação política igualitária que os estudos sobre representação discursiva de mulheres irão olhar para os meios de comunicação como instâncias importantes para construção do capital político” (SARMENTO, 2013, p.7). Os enunciados sobre as mulheres na política são fonte essencial para a compreensão das subjetividades que regem esse fenômeno, uma vez que as comunicações midiáticas podem ser concebidas como engendradoras da vida social, para além de um mero espelho da realidade.

Partindo de tais formulações, esta dissertação conta com um quadro teórico composto, principalmente, pelo diálogo e confronto entre autores de distintas correntes de pensamento, que desenvolvem perspectivas comunicacionais, filosóficas e sociológicas sobre o ódio, e que discutem política, gênero e opressões estruturais. Acompanha, também, o percurso de recentes ensaios ao abranger o vínculo entre comunicação e emoção, associação que vem sendo cada vez mais explorada no âmbito acadêmico (FREIRE FILHO, 2013). Isto acontece porque as emoções podem ser reconhecidas como formas de fortalecer, desafiar ou alterar hierarquias sociais e de poder (AHMED, 2014).

Rezende e Coelho (2010, p. 78) argumentam sobre a “micropolítica da emoção” como a “capacidade para dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual”. Neste trabalho, segue-se esta linha de pensamento que evidencia o elo entre cultura, sociedade e emoções, ou seja, a ideia de que os sentimentos são definidos por contextos sociais e culturais e representam uma determinada comunidade. Nessa conjuntura, as expressões das emoções também são parte de negociações de poder. Dessa maneira, há uma tentativa de distanciamento do senso comum, o qual confere às emoções caráter de natureza universal e individual, isto é, parte de uma universalidade invariável e originária espontaneamente do íntimo de cada ser, para ir ao encontro da ótica das Ciências Sociais Aplicadas.

Em uma busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁶ e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁷, foi possível encontrar exemplares que conectam a tríade formada entre política, gênero e mídia, tal como junções em pares. No vínculo entre gênero e política, predominam obras sobre políticas públicas voltadas para as mulheres, especialmente no Direito, além de conteúdos sobre atuação e campanha política. Entre gênero e mídia, os tópicos que envolvem representação e cobertura midiática chamam atenção, sobretudo na Comunicação. Já na conexão entre política e mídia, a representação e as estratégias comunicacionais são temas comuns. Os resultados se repetiram ao procurar pelos nomes das mulheres na política aqui selecionadas, apesar da escassez de apontamentos focados em figuras específicas. Destacam-se, ainda, importantes contribuições acerca da violência doméstica e do feminicídio. De modo geral, os cursos mais recorrentes nesses debates são Direito, Ciências Sociais, Sociologia, Serviço Social e Comunicação.

O levantamento da expressão “violência política de gênero”, para maior delimitação, indicou uma única dissertação que aborda o assunto diretamente, intitulada *As prefeitas negras no Brasil e a violência política de gênero: um ensaio sobre desigualdade de gênero, violência política e raça* e defendida por Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva, em 2019. É interessante ressaltar que o trabalho foi executado na Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e teve suas discussões concentradas nesta área, não se voltando para o viés da comunicação ou do sentimento de ódio. Na busca por materiais que agregassem a questão das emoções ao debate de hostilidades contra as mulheres na política, não foi registrado nenhum resultado.

O uso das emoções como categoria analítica é instrumento recente no âmbito acadêmico, inclusive no campo da Comunicação Social (FREIRE FILHO, 2017). O Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade (NEMES)⁸, fundado em 2017 e coordenado pelo professor João Freire Filho, demonstra esta tendência investigativa. O grupo reúne integrantes que visam analisar os fenômenos políticos e sociais evocados a partir das emoções, em linhas de pesquisa de Comunicação e Cultura, como: gênero e poder; performance e política das

⁶ O Catálogo de Teses e Dissertações é um serviço disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁶. Disponível em: <catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!>. Acesso em: 20/02/2020.

⁷ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi desenvolvida e é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Disponível em: <bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 20/02/2020.

⁸ O Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade - NEMES (<https://www.nemesufrj.com>) é vinculado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

emoções em rede; e imaginários do sucesso e gestão da vida afetiva. Dentre as preocupações do NEMES, estão o aumento de comunidades marcadas pelo ódio às minorias e o cultivo de ressentimento e asco político em vasto compartilhamento nas plataformas comunicacionais digitais. O núcleo examina, ainda, as manifestações emotivas que repercutem nesses tribunais da internet, em um contexto de inovações tecnológicas e polarização política. Com orientação nesta perspectiva, este estudo pretende verificar as implicações políticas e sociais de discursos e performances emotivas presentes nestes circuitos midiáticos.

Nas experiências cotidianas *on-line* e contemporâneas, o ódio é um dos sentimentos que se destaca. As próprias plataformas interativas virtuais, comuns nas rotinas dos indivíduos, parecem oferecer uma estrutura que facilita situações de controvérsias e conflitos (FREIRE FILHO, 2015). Em uma rápida consulta ao dicionário *Aulete Digital* (s.d., n.p.), tem-se três definições para a palavra “ódio”: 1. Sentimento de profundo rancor e inimizade, ger. produzido por medo, ofensa sofrida, inveja etc.; 2. Forte aversão a algo ou alguém.; 3. Objeto de repulsa, desgosto. Já de acordo com o *Dicionário Aurélio* (2010, n.p.), o vocábulo significa: 1. Paixão que impele a causar ou desejar mal a alguém; execração, rancor, raiva, ira; 2. Aversão a pessoa, atitude, coisa, etc.; repugnância, antipatia, desprezo, repulsão.

Normalmente, o ódio é assimilado como uma emoção negativa e, muitas vezes, parece confundido ou “disfarçado” de outras emoções, como ressentimento e raiva. Ele pode ser pensado como um conjunto de narrativas, avaliações, ações e configurações corporais específicas, por meio de variados tipos de materialidade. Com certa equivalência a uma antipatia extrema, o objeto odiado é percebido como ruim, mau, ameaçador ou indesejável. Por isso, aspira-se por sua negação, destruição, aniquilação ou afastamento (JOHANSEN, 2015; KOLNAI, 1998).

O ódio às mulheres, por sua vez, deve ser compreendido como um fenômeno político, componente de sistemas e ambientes sociais. Isto implica dizer que as hostilidades sofridas pelas mulheres correspondem à imposição e ao controle de normas e expectativas. Nestes moldes, a não adequação aos padrões considerados ideais pelos homens as tornam uma fonte de ameaça (MANNE, 2018). Em resumo, as manifestações de *misoginia*⁹ podem ser examinadas como um método ou um conjunto de métodos utilizados para a manutenção das

⁹ “O termo “misoginia” é provavelmente melhor visto como um neologismo (ou, tal como está, foi reintroduzido no inglês a partir de alguns fragmentos textuais em grego antigo) por feministas anônimas em resposta a um panfleto antimulher popular escrito por Swetnam (...)” (MANNE, 2018, p. 49, tradução nossa). No original: “The term “misogyny” is probably best viewed as a neologism (or, at a stretch, it was reintroduced to English from a few textual fragments in ancient Greek) by anonymous feminists in response to a popular antiwoman pamphlet penned by Swetnam (...)”.

mulheres em seus “devidos lugares”, condição essencial para o combate de tamanha ameaça (GING; SIAPER, 2019).

Neil Chakraborti e Jon Garland (2009), com o conceito de *message crimes*, explicam que o crime de ódio funciona como um ato comunicativo: a partir dele, uma mensagem é enviada para um grupo específico de pessoas com características sociais semelhantes às da vítima. Por meio dessa dinâmica, os indivíduos se aproximam das sensações de perigo e da compreensão de que são diferentes ou indesejados em determinados lugares. Assim, não é surpreendente que a violência política de gênero seja conveniente para o distanciamento das mulheres da vida pública e seja usada como estratégia que tenciona desestimular candidaturas femininas e cercear mandatos (PELLEGRINO, 2019).

Montagens grotescas, disseminação de informações falsas e manipulação de falas das mulheres na política foram alguns dos elementos que marcaram as eleições brasileiras de 2018. Eles incentivaram e foram motivações para a propagação de discursos de ódio nas mídias sociais digitais (MANUELA..., 2018). Nesta prática, o poder simbólico é construído de modo invisível através de símbolos e signos da linguagem nos atos comunicativos e nos processos de dominação (BOURDIEU, 2003a). Na associação entre poder, conhecimento e sujeito, os significados e práticas significantes são construídos dentro do discurso (FOUCAULT, 1996). A produção de sentido se dá, então, pelo discurso, o qual também constrói os sujeitos e as suas posições, em circunstâncias históricas e culturais específicas (HALL, 2016). Conforme assegura Foucault (1996), os discursos são responsáveis pela elaboração de verdades e saberes relativos aos sujeitos, constituindo-se em amarras de poder.

Por isso, este trabalho pretende estudar as manifestações de ódio contra as mulheres políticas e verificar as significações deste sentimento, discorrendo sobre a origem, o objetivo e os principais recursos utilizados nestas expressões. Esta análise visa um maior entendimento das dinâmicas socioculturais e das subjetividades mobilizadas em comunicações *on-line*. Para esse fim, é indispensável que a revisão bibliográfica esteja somada à apuração exploratória, em direção à maior clareza do objeto empírico. Sabendo que o modelo metodológico possui quatro instâncias (epistemológica, teórica, metódica e técnica) e quatro fases (definição do objeto, observação, descrição e interpretação), além de encadeamentos mantidos entre elas (LOPES, 2016), busca-se realizar um cruzamento do registro documental das mídias com os comentários compartilhados. Tendo como base, também, o pressuposto de que a comunicação é a ciência do comum – ou seja, as mediações se reportam à interligação, sendo a vinculação humana o objeto do campo comunicacional (SODRÉ, 2014).

No que concerne à estrutura desta dissertação, será proposta, inicialmente, uma discussão sobre as assimetrias e as opressões de gênero, em um paralelo à participação e representação política feminina. É necessário, também, expor um panorama das mulheres no poder a nível nacional, abordando o movimento feminista e sugerindo um olhar sobre as reivindicações de direitos. Apresentando essa conjuntura, torna-se concebível implementar um debate sobre o universo virtual como local de expressões políticas e peça importante nesse enquadramento. Neste primeiro capítulo, há o interesse em explicitar os mecanismos relacionados à presença, à atuação e às hostilidades sofridas pela mulher na vida pública. Para isso, serão utilizados autores que versam sobre política, gênero e violência (BIROLI, 2018; YOUNG, 2000; KROOK; SANÍN, 2016), e que tratam das intolerâncias *on-line* (SILVEIRA, 2015; MESSENERG, 2017).

É importante ressaltar que, neste estudo, o gênero será aplicado como categoria de análise, e não como um conceito meramente descritivo, e terá como enfoque as mulheres. Na visão de Joan Scott (1995), o termo se refere a características atribuídas dentro de um sistema complexo de relações de poder, símbolos e significados fabricados social e culturalmente. Amparando-se em Foucault, a historiadora conclui que a categoria é uma primeira instância em que o poder se articula. Dessa forma, o gênero está agregado a aprendizados de instituições sociais, como Estado, Escola, Igreja e Família, e em agentes de socialização, a exemplo da Mídia (MOTA-RIBEIRO, 2005).

Em seguida, no segundo capítulo, é preciso levar em conta as reflexões comunicacionais, filosóficas e sociológicas sobre o conceito de ódio, para que haja melhor apreensão do fenômeno. E, mais precisamente, aprofundar no ódio às mulheres na política e na misoginia *on-line*. Nesta etapa, o referencial teórico será composto por pesquisadores que discutem sobre as emoções e o sentimento de ódio (AHMED, 2014; BOWLING, 1993; KOLNAI, 1998; CHAKRABORTI; GARLAND, 2009; JOHANSEN, 2015), sobre a misoginia (PERRY, 2001; MANNE, 2018; GING; SIAPERA, 2019; LUMSDEN; HARMER, 2019; SIAPERA, 2019) e sobre o feminino entre as estruturas de poder e as dinâmicas de trabalho (KOLLONTAI, 2011; DELPHY, 2015).

O terceiro capítulo examinará as narrativas de ódio acerca de Maria do Rosário, Marielle Franco e Manuela D'Ávila – a partir da noção de afetos e comunicações permitidos em ambientes digitais e do passado histórico das mulheres na política. O que se pretende é investigar os artifícios e as significações presentes nos conteúdos odiosos produzidos sobre as mulheres na política e atribuídos às suas próprias personalidades. Para tal, será elaborada uma categorização do material coletado com o auxílio do *BuzzSumo*, em quatro chaves

interpretativas: objetificação (aparência física e sexualização), patologização (doença e insanidade mental), demonização (cunho religioso e moral cristã subvertida) e ameaça psicológica (diminuição, humilhação, aniquilação e intolerâncias flagrantes) – elencando os principais temas vigentes, além de outros recursos comuns. Por fim, este último capítulo contará com a análise comparativa dos três casos pesquisados, buscando ressaltar demais ódios políticos, as opressões cruzadas na prática do ódio e a ideia da morte como desejo final.

Diante das novas ferramentas tecnológicas e das dinâmicas de gênero contemporâneas, as premissas desta pesquisa estão fundamentadas na percepção de que a misoginia consiste em um instrumento de poder, que se desdobra de ideais sexistas e antifeministas. A hipótese formulada é que o ódio às mulheres na política exerce papel estratégico na conservação das relações de poder, com o agravante de incidir diretamente sobre as desigualdades sociais. O ódio às mulheres no poder, veiculado nas plataformas comunicacionais virtuais, pertence a uma estrutura de opressão contínua. Os reflexos dos estereótipos de gênero, nesse sentido, caracterizam uma tentativa de deslegitimação do sujeito oprimido que deseja ocupar um local considerado incorreto para ele por seu oposto dominante. O interesse está, então, em verificar os atuais recursos utilizados na práxis da violência política de gênero para a manutenção de um sistema díspar.

A análise proposta permite uma interpretação das práticas políticas brasileiras e do papel feminino na esfera pública na contemporaneidade. É possível identificar, também, o estabelecimento de diálogo entre o campo da Comunicação e os estudos feministas e políticos. O intuito é observar o ódio revelado nos discursos, de acordo com as recentes associações entre comunicação e afetos¹⁰. O propósito é, ainda, advertir sobre a necessidade de igualdade entre os gêneros, no sentido de contribuir para a busca de uma comunicação democrática e plural e para a composição de uma coletividade mais justa.

Seguindo este mesmo caminho, há uma preocupação relativa aos autores referenciados, com influência da perspectiva decolonial e da ideia de que a constituição e o consumo de conhecimento estão subordinados a elementos como gênero, raça e poder. Isto é, o conhecimento não diz respeito à verdade, está ligado à reprodução das relações de poder, contemplando, portanto, os interesses políticos da sociedade branca, colonial e patriarcal (KILOMBA, 2016). Segundo Grada Kilomba (2016, p.7), “a academia não é um lugar neutro, tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e de sabedoria, da ciência e erudição, mas

¹⁰ Nesta dissertação, não há um corte conceitual entre emoções e afetos, uma vez que essa distinção pressupõe a dicotomia entre processos atribuídos à “cultura” e à “natureza”, em contraposição aos estudos referenciados (AHMED, 2014).

também é um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a”. E, para descolonizá-lo, “temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas” e que não existe neutralidade discursiva. Há, aqui, a compreensão de que o conhecimento não é universal nem neutro.

1. Gênero, política e opressões

Debater sobre gênero e política é discorrer sobre a democracia. O desígnio de preservação da estrutura social patriarcal, com suas relações hierárquicas e assimétricas, é assinalado como elemento que limita ou impede as oportunidades para as mulheres na política. Isso acontece na medida em que dificultam sua participação nos espaços decisórios e em papéis de destaque nos sistemas de poder (BIROLI, 2018). Abordar, então, as opressões de gênero, nesta circunstância, é propor um olhar em direção à reconfiguração da frágil ou abalada democracia brasileira. É, também, avançar na investigação sobre os mecanismos que orientam a manutenção das desigualdades, inclusive no âmbito político institucional.

As mulheres, assim como outros grupos sociais marginalizados, geralmente não possuem voz política exercida de maneira eficaz. Essa exclusão implica contradições com os ideais igualitários dos regimes democráticos, ao reproduzir as disparidades estruturais. A inclusão de grupos sociais minoritários sub-representados, por sua vez, colabora para romper com essas dinâmicas opressivas (YOUNG, 2000). Do direito ao voto até a presença da mulher no poder, muitas demandas foram pleiteadas, construídas e desconstruídas. Para chegar a uma representação efetiva, entretanto, há, ainda, um caminho complexo a ser trilhado.

Neste capítulo, serão recuperadas considerações acerca das *assimetrias das experiências de gênero* e suas dimensões basilares, com o enfoque na participação política feminina e nas noções de igualdade e democracia. Em seguida, partindo de conquistas do movimento feminista, será apresentado um panorama das mulheres na esfera pública, na tentativa de averiguar questões de direitos e *representação*. Por fim, será realizada uma discussão sobre as *opressões on-line* na conjunção entre gênero e política, entendendo o meio digital e as mídias sociais como componentes do processo socioestrutural de *violência política de gênero*. O ciberespaço, dessa forma, não é compreendido mediante determinismos tecnológicos ou pela imposição de hostilidades, mas em conformidade com um espaço de socialização e de troca de informações que amplia o campo das interações sociais, em convergência, também, com o contexto sociocultural em que se encontra.

1.1 Assimetrias das experiências de gênero

Nas últimas décadas, a realidade de mulheres em posições privilegiadas, no Brasil e no mundo, passou por mudanças significativas. No entanto, a trajetória feminina é atravessada por discriminações persistentes, baseadas em padrões injustos e violentos e em dinâmicas de

juízos e estereótipos. O local considerado ideal para elas ainda se mantém subalterno, em uma conjuntura histórico-social marcada por hostilidades e ausência de direitos. O “ser mulher”, portanto, permanece associado a atributos limitantes, em oposição ao sujeito homem. Distante do reconhecimento de suas múltiplas possibilidades, o “eterno feminino único” e seus códigos, conforme explicitado por Simone de Beauvoir (2009), estão atrelados à condição de constante submissão e inferioridade.

Discutir a respeito destas questões, em contraponto com abordagens que tendem a criticar a suposta especificidade do problema, requer debates fundamentais de justiça e de democracia. Em um estudo aprofundado sobre gênero e desigualdades, contemplando os limites para a democracia no Brasil, a cientista política Flávia Biroli (2018) analisa cinco dimensões-chave que contribuem para o entendimento da conservação do lugar subordinado conferido às mulheres. São elas: divisão sexual do trabalho; cuidado e responsabilidade; família e maternidade; aborto, sexualidade e autonomia; feminismos e atuação política. Estes cinco eixos principais não esgotam os dilemas democráticos ou de gênero, porém, apresentam uma direção relevante para a superação de obstáculos à igualdade.

A divisão sexual do trabalho é um dos fatores que sustenta a formação de modos diferenciados de existência entre os gêneros. Esta separação mostra-se essencial para a construção de posições desiguais, produzindo uma dualidade marcada por privilégios, vantagens e desvantagens. Ela também reafirma o senso comum de competências opostas entre os gêneros, em uma escala valorativa. As características femininas são, dessa forma, vinculadas às tarefas domésticas e às qualidades de instabilidade emocional, fragilidade e baixa competência.

Essas configurações aparecem como cruciais nas práticas de opressões e ocasionam o menor acesso de recursos relevantes para as mulheres, como o tempo, a energia, a renda e as redes de contato. No ofício doméstico não remunerado, por exemplo, elas empregam mais do que o dobro do tempo que eles. Devido a esses aspectos díspares, existem menores hipóteses de consolidação das suas expressões políticas no debate público. Há menos oportunidades de visibilidade de suas perspectivas, necessidades e interesses. As suas autonomias e cidadanias são, assim, prejudicadas e construídas a partir de injustiças, em uma exploração que caracteriza a autoridade e a dominação masculina (BIROLI, 2018).

Partindo deste pressuposto de que “*a divisão sexual do trabalho é um locus importante da produção do gênero*” (BIROLI, 2018, p. 23, grifo da autora), há, ainda, o seguinte argumento: “o fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe”. Isto é,

esta separação, instituída social, cultural e historicamente, é primordial para o estabelecimento de hierarquias de gênero e influencia a organização das relações de poder nas sociedades contemporâneas. Resulta, dessa maneira, em diferenciações e consequências adversas distintas, de acordo com as questões de classe e raça.

O cuidado com os outros também faz parte da vida das pessoas sob formas e intensidades diferentes. Muitas vezes, pode até mesmo incluir associações de afeto e proximidade em seu exercício. Apesar de possíveis especificidades, é evidente que este encargo recai, principalmente, sobre as mulheres, ocasionando a partilha desproporcional das responsabilidades rotineiras. Diante da dificuldade de acesso à saúde, das garantias de proteção precárias e da disponibilidade de recursos restritos, a dedicação a essa ocupação torna-se ainda mais expressiva. Estas atividades concernentes ao zelo são relativas, sobretudo, a crianças, idosos e indivíduos com necessidades especiais e são atribuídas majoritariamente a elas, tanto na vida pessoal quanto profissional, no sistema baseado nas definições tradicionais de feminino e masculino.

Na sociedade, os cuidados com as crianças pequenas, por exemplo, são designados de modo coletivo às mulheres, ao mesmo tempo que os homens são liberados coletivamente dessa obrigação. Além do cuidado direto com as pessoas mais vulneráveis, elas atendem às necessidades cotidianas do lar e da família, em funções como a preparação de alimentos, a limpeza da residência e a educação dos filhos. Afetadas em suas vivências por conta da posição de cuidadoras, as mulheres sofrem inúmeros danos, como a descontinuidade de suas trajetórias profissionais e o engendramento de conflitos entre as incumbências domésticas e o expediente fora de casa. O substancial desafio para a superação desses embates encontra-se no equilíbrio entre garantias individuais, solidariedade social e responsabilidades coletivas e do Estado (BIROLI, 2018).

A ausência de políticas públicas adequadas, como acesso a creches, por outro lado, maleficia a conciliação entre a rotina de trabalho e o papel de cuidado a que as mulheres estão submetidas (BIROLI; MIGUEL, 2014a). As transformações vivenciadas por elas nas últimas décadas, no tocante à profissionalização e à entrada no mercado de trabalho (com formas diferenciadas segundo variáveis de raça e classe), não foram acompanhadas pelo apoio governamental nem por uma nova repartição das tarefas domésticas. Isso caracteriza a problemática da dupla jornada enfrentada. Por conseguinte, as mulheres deparam-se com a diminuição do tempo voltado ao ócio e ao lazer, da autonomia individual e da sociabilidade fora da convivência profissional (BIROLI, 2014a).

Os arranjos familiares também passaram por modificações, mas continuam reforçando a estrutura de maior vulnerabilidade relativa¹¹ incidindo sobre elas. O discurso religioso e conservador em “defesa da família” centra-se na manutenção de padrões considerados soberanos, fundamentados na regulação sobre as mulheres, seus corpos e suas subjetividades. A restrição da pluralidade das disposições de famílias é similarmente incentivada nessas manifestações (BIROLI, 2018). Permanece em desatenção o fato de que existem fortes conexões entre as relações de poder na esfera doméstica e familiar e as relações de poder em outros âmbitos da vida social.

Há expectativas convencionais acerca do papel da mulher dentro de suas composições familiares, baseadas em tendências consideradas naturais, como inclinações para o cuidado, para a renúncia de interesses próprios e para as restrições à autonomia (BIROLI, 2014a). As dinâmicas da família encontram-se permeadas por diversas nuances, como os anseios no que se refere à conjugalidade, maternidade e sexualidade feminina. É certo que, em muitos casos, o trato familiar constitui formatos de cooperação e afeto, mas é, também, espaço de opressões. Além disso, tanto a ordenação familiar quanto as relações de cuidado são, em parte, organizadas no plano institucional e contam com a alocação de recursos específicos. As normas e os investimentos nesses campos colaboram para a delimitação das autonomias individuais e coletivas.

O aborto também é um dos temas regulados por decretos e políticas públicas, os quais são produzidos predominantemente por homens de segmentos determinados da sociedade. É possível observar que, nas políticas da sexualidade e do aborto, os corpos são objetos em disputa. Os corpos, a sexualidade e a reprodução apresentam-se controlados nessas institucionalidades em que os homens tomam as decisões. O manejo e as restrições impostas à expressão sexual livre convergem com situações de violências comuns, sobretudo pertinentes à dupla moral sexual. Por isso, o exercício seguro da sexualidade, tanto física quanto psicologicamente, encontra-se ainda distante.

A luta pela defesa do aborto indicaria, à vista disso, uma tentativa de afirmar o direito das mulheres de interromperem a gestação e de controlarem suas próprias capacidades reprodutivas. Dessa forma, elas teriam acesso a um alicerce para o seu reconhecimento como sujeitos autônomos, o que, por sua vez, compreenderia aspectos como o planejamento da vida reprodutiva, em contraposição à maternidade compulsória; a gestão do prazer sexual; a divisão de atividades de cuidado; o apoio público; a proteção no trabalho; entre outros. Percebe-se,

¹¹ Termo utilizado em substituição à ideia de “dependência”, por entender alguns avanços nessa questão (BIROLI, 2018).

então, que até mesmo as práticas e os valores alusivos à reprodução e sexualidade são elaborados e reforçados em contextos sociais, institucionais, morais e econômicos singulares (BIROLI, 2018).

A atuação política feminina, por fim, compreende os entraves e a sub-representação das mulheres na política. O próprio conceito de cidadania suprimiu as mulheres em sua construção (FRANÇOISE, 2000). E, ao longo de toda a história, as dificuldades mencionadas engendraram um quadro inóspito para elas. Conforme afirma Biroli (2018, p. 172, grifo da autora), “a política é *atualizada* como espaço masculino”. No entanto, é importante enfatizar que as ausências e as limitações vivenciadas, muitas vezes, encontram alternativas nas ações organizadas fora do âmbito governamental e acabam provocando consequências a nível estatal. Os feminismos, nesse sentido, estão relacionados a participações exercidas para além dos processos eleitorais, abordando, também, movimentações feministas junto ao Estado.

Interessante ressaltar que, apesar dessa concepção central, os feminismos dialogam entre tensões. A crítica social estadunidense Camille Paglia (2018), por exemplo, tornou-se uma autora popular, nos últimos anos, ao defender o que denomina como código de “street-smart feminism”. Em seus estudos, pondera que os atos ou os pensamentos que a maioria das feministas reduz como misóginos, baseadas em suas premissas antimasculinas, na realidade, não o são. Na sua visão, a construção do comportamento humano por meio das forças sociais opressivas não deve ser supervalorizada, compreendendo que há influência da evolução e da biologia sobre desejos, impulsos anárquicos, amor, crime, entre outros tópicos.

Em relação à sexualidade, traz considerações acerca do discurso sobre o sexo ter se tornado mais ideológico, rígido e banal desde o surgimento da pílula anticoncepcional. Ainda sobre esse assunto, não concorda com a maior parte da agenda transgênero contemporânea, a partir do entendimento de que ela nega as diferenças sexuais biológicas. Assinala, também, que as mulheres não conseguem visualizar o poder que têm sobre os homens e que a exigência de igualdade não pleiteia proteções especiais para mulheres, pois seria a reafirmação do sexo fraco. Por isso, acredita que as mulheres não devem ser vistas como vítimas dos “homens inimigos” ou incapazes de conquistar os seus direitos e a dignidade humana, inclusive no ambiente de trabalho, sem a intervenção ou proteção de figuras de autoridade pelo poder do Estado (PAGLIA, 2018).

Antes de seguir para o próximo tópico, é necessário evidenciar, ainda, que todos os eixos-chave explícitos são somados a questões de classe e ao racismo estrutural, na forma de opressões cruzadas. A democracia e o ideal de igualdade exigem, portanto, que as atenções estejam voltadas para as desigualdades de maneira ampla. Em foco nesta análise, as assimetrias

de gênero não permeiam somente as relações entre homens e mulheres, mas existem entre as próprias mulheres. As mulheres jamais formaram um grupo homogêneo, assim como os homens também nunca constituíram um conjunto uniforme com privilégios idênticos. Contudo, apesar de não ser independente de raça e classe social, o gênero não é acessório a essas variáveis. Essa conclusão intensifica a magnitude da ampla presença e participação feminina nos espaços públicos e nas decisões que envolvem recursos e práticas políticas (BIROLI, 2018).

Para tornar essa compreensão mais clara, a teoria política feminista examina a organização social a partir das desigualdades de gênero, considerando pluralidades, diversidades e abordagens distintas. Esse campo de estudo observa os limites das instituições democráticas tanto para a naturalização quanto para a reprodução de assimetrias e dominações. Investiga, também, as continuidades e as descontinuidades nos processos históricos. Para essa linha teórica, as relações desiguais de gênero perpassam a sociedade na totalidade, sendo que seus sentidos e efeitos não são restritos apenas às mulheres. Por isso, o gênero é considerado um dos eixos centrais das experiências humanas na estrutura social, mesmo que não defina as posições relativas de homens e mulheres de modo isolado, mas sim em vinculação com classe, raça e sexualidade. O feminismo, em si mesmo, faz esforços semelhantes ao problematizar sua própria agenda e refletir acerca do mundo social, além de criticar a ordem estabelecida, em busca de uma coletividade mais justa (BIROLI; MIGUEL, 2014a).

Há, entretanto, uma corrente pós-feminista que sugere um feminismo “datado” e “redundante”, como se as mulheres já vivessem numa condição equiparável aos homens na atualidade. Na base desse pensamento, estão a ilusão do valor de liberdade e do poder de escolha para todas. Esta suposta igualdade alcançada entre os gêneros é reforçada socialmente e, sobretudo, pelos meios de comunicação, que evocam, com frequência, as noções de sucesso feminino e feminismo superado (MCROBBIE, 2006). Por outro lado, nestas mesmas mídias, circulam notícias sobre violências sofridas por mulheres diariamente (TELES; MELO, 2017). O silêncio e a ausência de críticas, em defesa da imagem de mulheres modernas e de sucesso, colocam problemas femininos coletivos em segundo plano e não colaboram para as transformações na sociedade. Nesta breve apresentação sobre as assimetrias das experiências de gênero, vê-se o quanto estas questões podem ser áruas.

As dimensões apresentadas por Biroli (2018) representam desafios às lutas feministas, bem como demonstram a consciência da política na vida cotidiana e as disputas no âmbito institucional. Para as mulheres, a ausência ou a baixa presença em estratos eleitorais não indica completo afastamento da esfera pública, mas confere dificuldades a essa dinâmica. Mesmo quando há acesso a esses espaços, elas enfrentam problemas por se tratar de um ambiente

historicamente masculino, branco e de classe alta. Apesar destes inúmeros empecilhos, elas têm conseguido chamar a atenção para essa temática na agenda política e feminista em prol de ressignificações. Através de movimentos organizados em meios alternativos, as mulheres continuam dedicadas na laboriosa tentativa de conquistar visibilidade para suas reivindicações. Assim, a luta feminista por equidade e a participação da mulher na política são noções que, ao longo do tempo, caminharam e seguem caminhando sempre juntas.

1.2 Mulheres: direitos, participação e representação política

No final do século XVIII e início do século XIX, surgiram os primeiros ideais do movimento feminista, definido pela crítica à submissão da mulher na esfera doméstica e a sua exclusão na esfera pública – levando em conta um sistema que diferencia esses dois âmbitos de modo antagônico¹². No Brasil e em diversas partes do mundo, esse movimento político e intelectual foi se consolidando ao longo do século XX. Entre as suas pautas, a garantia dos direitos civis figurava como exigência principal, sobretudo em relação à solicitação do sufrágio feminino, que se conservou como foco primário durante muitas décadas. O ingresso no sistema eleitoral sinalizaria o reconhecimento de condições iguais às dos homens para o gerenciamento coletivo e de pontos de vista e interesses próprios, independentes de seus familiares (MIGUEL, 2014a).

No Brasil, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado a avançar nessa temática, permitindo o voto das mulheres em 1927. A conquista do voto feminino a nível nacional foi alcançada a partir de 1932, pelo Decreto Nº 21.076, ainda que não fosse uma obrigação entre as mulheres de qualquer idade e continuasse reforçando pensamentos antigos. Em 1934, as restrições foram retiradas do Código Eleitoral e, apenas em 1946, o voto feminino tornou-se instrumento obrigatório. Apesar de se enquadrarem, oficialmente, como eleitoras, a jornada até a ocupação efetiva do sistema político continuou a ser uma pretensão. Em 29 de setembro de 1995, a Lei nº 9.100 apresentou-se como primeira preocupação jurídica de ação afirmativa nas eleições proporcionais, preceituando o preenchimento de, pelo menos, 20% de candidaturas femininas para cada partido ou coligação nas Câmaras Municipais (HÁ..., 2013).

¹² Há uma crítica à divisão dual entre as esferas pública e privada, relacionada à compreensão restrita da política. A ponderação é realizada no sentido de observar como a vida doméstica foi moldada como natural e pré-política e refletir sobre a autonomização da política diante das experiências pessoais e das formas de opressão e dominação (BIROLI, 2018). A separação entre as esferas privada e pública – bem como a restrição das mulheres na vida privada e a exigência de aptidões essenciais, consideradas tipicamente masculinas, para a participação na vida pública – foi reforçada como justificativa para a exclusão da mulher e de seus interesses no âmbito da política (ARAÚJO, 2012).

Nos contextos políticos, as críticas negativas sobre a implementação de cotas são regidas pelo argumento de que elas não garantem o acesso efetivo ao poder e pelo desconforto da suposta ausência de qualificação das mulheres. As próprias normas levaram em conta o primeiro problema no decorrer dos anos. Já o segundo ponto não corresponde à realidade e pressupõe que todos os homens são mais preparados para os cargos políticos, sem as suas competências serem confutadas (DELGADO, 1996). Em contrapartida, as ações afirmativas foram incentivadas, por muitos, para que as mulheres pudessem conquistar espaços historicamente negados a elas, com o objetivo de rever a exclusão da política formal – ocasionada em conformidade com a desigualdade social e econômica estrutural. Entendidas, muitas vezes, como um último recurso ou uma opção temporária para a participação de grupos sociais minoritários, as cotas para as mulheres são ações geralmente aceitáveis e desejáveis para a promoção da inclusão de seus interesses. De modo geral, estes apoios jurídicos contribuem para integrar a diversidade de vivências sociais na comunicação política e nos ambientes decisórios ou espaços anteriormente vetados (YOUNG, 2000).

A lei eleitoral em vigor até os dias atuais (Lei nº 9.504), datada de 30 de setembro de 1997, estabelecia que cada partido ou coligação devia reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo. É importante ressaltar que o percentual indicado incidia sobre o total de candidaturas lançadas e não sobre o número de candidatos realmente apresentados, o que gerava uma situação discrepante (BRASIL, 1997). Assim, a Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, adveio para estipular que cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo. Essa norma, que, em partes, resolvia alguns problemas, expôs outras adversidades, como a existência de candidaturas criadas meramente para cumprir este encargo e a ausência de esforços para a chance real de eleição das mesmas (BRASIL, 2009).

Em 29 de setembro de 2015, a Lei nº 13.165 conferiu a obrigação de investimentos e promoção da participação política feminina, segurando para suas campanhas eleitorais entre 5% e 15% dos recursos do Fundo Partidário destinados a esse fim (BRASIL, 2015). Após muitas críticas sobre a ampliação da desigualdade de gênero a partir destes números, o Supremo Tribunal Federal decidiu que esse percentual deveria acompanhar a proporção das candidaturas de ambos os sexos, ou seja, o mínimo de 30% seria garantido (STF..., 2018). Além disso, a Emenda Constitucional Nº 97, de 4 de outubro de 2017, vedou a celebração de coligações nas eleições proporcionais a partir do ano de 2020. Essa decisão tem vindo à tona como um possível incentivo para as cotas de gênero, visto que, dessa forma, o mínimo de 30% de candidaturas femininas deve ser atingido por cada partido (BRASIL, 2017).

Não obstante, mesmo após estas conquistas, a elite política formada quase exclusivamente por homens manteve sua predominância no governo (MIGUEL, 2014a). Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a aquisição de direitos básicos, o acesso à educação e ao espaço público, elas puderam, cada vez mais, ser entendidas como sujeitos sociais e políticos (VIEIRA, 2012). No entanto, a sua participação efetiva na política institucional permanece caminhando a passos lentos. Entre os entraves para esse panorama complexo, estão os eixos já citados no tópico anterior e, resumidamente, o isolamento na vida doméstica, a dupla jornada de trabalho, os padrões destoantes de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina. Os discursos e interesses mais distantes do grupo dominante, além de obstáculos entre família e carreira que recaem mais sobre as mulheres, também contribuem para este fato, assim como a própria discriminação de gênero na carreira política (MIGUEL, 2014b).

Desse modo, as mulheres ocupam poucos cargos políticos e escassas posições de poder e influência na maioria dos sistemas políticos (YOUNG, 2000). Na maior parte das nações do mundo, há uma baixa porcentagem de mulheres no poder formal. Segundo pesquisa da *Inter-Parliamentary Union* (2019a), a média global de presença feminina em parlamentos foi de 25,5% em outubro de 2019. Por ordem decrescente nas regiões, estão: Américas (30,8%), Europa (29,4% com países nórdicos incluídos e 28,2% sem os países nórdicos), África Subsaariana (24,0%), Ásia (19,7%), Pacífico (19,4%) e Oriente Médio e Norte da África (16,8%). Neste estudo, o Brasil apresentou um percentual ainda mais baixo que a média: o de 15,01% de mulheres na Câmara dos Deputados e 14,81% no Senado Federal, configurando, assim, a 134ª posição no *ranking* com 192 países apurados pela *Inter-Parliamentary Union* (2019b). Em maio de 2020, os números nacionais passaram, respectivamente, para 14,62% e 13,58%, e o país migrou para o 141º lugar num total de 191 nações (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2020).

No poder executivo brasileiro, o cenário é o mesmo. A já citada Dilma Rousseff foi a primeira e única mulher a ser eleita presidenta, nas eleições de 2010 e 2014 (DILMA..., 2016). Nos governos estaduais, somente 8 governadoras foram nomeadas pelo povo, entre os anos de 1994 e 2018, em 6 das 27 unidades da federação. Foram elas: Roseana Sarney¹³ (1994, 1998 e 2010), pelo estado do Maranhão; Rosinha Garotinho (2002), pelo Rio de Janeiro; Wilma de Faria (2002 e 2006), pelo Rio Grande do Norte; Yeda Crusius (2006), pelo Rio Grande do Sul; Ana Júlia Carepa (2006), pelo Pará; Rosalba Ciarlini (2010), pelo Rio Grande do Norte; Suely

¹³ Roseana Sarney foi a primeira mulher a ser eleita governadora no Brasil, em 1994. Na eleição seguinte, em 1998, foi reeleita. E, no ano de 2010, foi mais uma vez eleita para o cargo (VELASCO, 2018).

Campos (2014), por Raraima; e Fátima Bezerra (2018), pelo Rio Grande do Norte. Nas eleições de 2018, 30 mulheres se candidataram para o cargo de governadora, em 19 unidades da federação¹⁴. Mas só uma delas foi eleita (VELASCO, 2018).

Nas eleições municipais de 2016, 649 mulheres foram eleitas prefeitas. Segundo pesquisa do Instituto Alziras (2018), esse número representa 11,7% dos municípios, que equivalem a apenas 7% da população do país. Talvez a máxima “A política é um reflexo da sociedade” não faça muito sentido quando se sabe que mais da metade da população é formada por mulheres, totalizando 51%. É fato, contudo, que a subalternidade e as opressões sofridas em sociedade refletem e fazem parte, realmente, do campo político. Sob esse viés, a frase ganha um significado verídico. Historicamente, o âmbito político foi e continua sendo amplamente associado a aptidões e qualidades consideradas típicas do masculino, assim como às suas limitações e incertezas (ARAÚJO, 2012).

Esta reflexão não incide somente no impasse numérico. Somadas aos dilemas sobre participação política, estão as problemáticas de ampla representação. Na maioria das democracias contemporâneas, há uma alarmante sub-representação de grupos sociais marginalizados. Os partidos políticos, por sua vez, parecem não se atentar adequadamente a esta circunstância nem mesmo nos sistemas de representação proporcional (YOUNG, 2000). A princípio, entretanto, pode ser objetado que a presença de mulheres na esfera política não certifique que suas diversidades sejam contempladas de modo satisfatório. Além disso, não indica, impreterivelmente, que elas tenham se elegido por meio de plataformas feministas ou sejam feministas (PINTO, 2010).

A respeito desse tema, Young (2000) propõe outra indagação bastante intrigante: é imprescindível que a representação política de um grupo social seja feita exclusivamente por um de seus membros? Na medida em que o fenômeno consiste em um relacionamento entre representante e constituintes, há conflitos sobre a capacidade de uma pessoa com atributos descritivos semelhantes estar, deveras, representando um grupo social específico. Assim como existe a possibilidade – embora mínima – de pessoas sem determinados aspectos conseguirem representá-lo e promovê-lo por meio da manutenção das relações sociais.

No entanto, conforme menciona Céli Regina Pinto (2010, p. 18):

Mesmo assim é muito mais provável que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por mulheres do que por homens, independente da posição política, ideológica e mesmo de inserção no movimento feminista. Se

¹⁴ Os estados Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia não tiveram nenhuma mulher candidata ao cargo de governadora nas eleições de 2018 (VELASCO, 2018).

metade dos 513 deputados da Câmara Federal Brasileira fosse mulher, certamente haveria uma discussão muito maior sobre o tema do aborto e um debate de qualidade muito diferenciado, até porque esse cenário tão hipotético revelaria um campo de forças muito distinto do que existe hoje entre homens e mulheres.

Há, ainda, quem acredite que a representação de grupos seria uma violação dos valores democráticos, o que minimiza realidades complexas e se opõe, de modo equivocado, à representação e participação. Para Young (2000, p. 124, tradução nossa¹⁵), “na sociedade de massa em larga escala, a representação e a participação se exigem mutuamente, para que a política seja profundamente democrática”. Dessa forma, a sua prática se faz necessária e promove a legitimidade democrática e a inclusão política, assim como a participação cidadã e a conexão entre os atores envolvidos.

Sobre esse assunto, Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014b, p. 149) acrescentam que “o foco nas desigualdades de gênero pode levar a uma reconfiguração da democracia, exigindo que ela corresponda mais efetivamente à promoção de igualdade entre os indivíduos e das condições para o exercício da autonomia por cada um (e cada uma)”. Para os autores, a ideia de que a presença de mulheres na política assegura maior atenção aos anseios de mulheres em posições mais vulneráveis não está consolidada. O caminho, de acordo com eles, seria incentivar mecanismos de tomada de decisão mais participativos e com maior proximidade da vida cotidiana. Isto influenciaria, de maneira mais efetiva, a probabilidade de vozes diversas serem ouvidas.

Uma das maiores críticas que engloba gênero e política é justamente sobre isso: há uma constante exclusão que demandaria, então, uma infinidade de indivíduos nas discussões e decisões? De fato, em democracias, a premissa de maior inclusão é uma pauta associada aos estímulos à representação plural dos grupos sub-representados, principalmente ligados a minorias ou submetidos a desigualdades estruturais. Esse debate faz parte da agenda pública de diversos países, embora seja questionado por muitos teóricos. No caso específico das mulheres, uma das refutações comuns está baseada na suposição de que o grupo é formado por atributos, interesses e compromissos ideológicos idênticos. Todavia, isso é facilmente contestado, visto que há divergências que atravessam a categoria de gênero, como raça e classe. Assim, é possível compreender os fundamentos de pareceres negativos, pois uma unificação precipitada poderia

¹⁵ No original: “... in large-scale mass society, representation and participation mutually require each other for politics to be deeply democratic”.

ignorar as relações fluidas em uma identidade definida e acabar reforçando outras exclusões e formas de opressões (YOUNG, 2000).

Apesar disso, muitos pesquisadores continuam na defesa da representação específica de grupos marginalizados, como uma maneira de proporcionar voz e atenção a proposições importantes. A filósofa estadunidense Iris Young (2000) compartilha desse pensamento. Para ela, o termo é vinculado incorretamente à noção de substituição ou à dialética de identidade em relação aos muitos seres representados. Nesse sentido, critica a concepção de identidade, porque julga que nenhum cidadão isolado conseguiria falar por todo um grupo social, já que existem variados interesses, opiniões e relações cruzadas entre as pessoas.

Por meio do paradoxo de necessidade de representação, da impossibilidade de tomada de decisões democráticas com a presença de todos os cidadãos e da demanda por um representante idêntico ao eleitorado, Young teoriza a representação distanciando-se da lógica de identidade. A representação política de um grupo estaria, portanto, relacionada a atribuições de posicionamentos semelhantes no campo social, o que ela denomina perspectiva social. Define, assim, o jogo político por meio de suas mediações entre os atores num processo realizado em tempo e espaço inerentes.

O conceito de diferença, por sua vez, ganha destaque ao não reduzir a identidade de muitos para um, visto que engloba formas de pluralidade entre os atores conectados em temporalidades e espacialidades singulares, não suprimindo, além disso, os argumentos clássicos de autorização e responsabilidade (YOUNG, 2000). Esta noção é amplamente criticada nos campos da prática política e da produção intelectual e científica, em razão de sua complexidade e pela sua apropriação equivocada por muitos autores. Isso acontece, copiosas vezes, porque o vocábulo se associa a códigos de diferenciações, classificações, avaliações e hierarquizações – e, em primeiro momento, parece não dialogar com a aspiração de igualdade (PIERUCCI, 1990). Sem ignorar as dificuldades no uso da palavra, Scott (1988) afirma categoricamente que esta suposta antítese não demonstra a correlação entre os dois termos, visto que a igualdade não elimina a diferença, da mesma maneira que a diferença também não exclui a igualdade. A autora propõe, assim, a desconstrução dessa oposição binária.

A contribuição do “uso estratégico do essencialismo”, sugerido por Gayatri Spivak em entrevista à Angela McRobbie (1994), desloca-se neste mesmo percurso e mostra-se como uma metodologia útil de pensamento. Tanto o antiessencialismo quanto o essencialismo apresentam seus perigos, por isso é evocada a sua aplicação de forma seletiva, considerando os limites do posicionamento individual e coletivo e atentando-se à crítica ao sujeito soberano. Há a concordância de que não é possível afirmar uma unicidade em grupos sociais, compreendendo

suas divergências, mas valorizando a percepção de elementos compartilhados e equivalências que permitem falar significativamente sobre conjuntos de pessoas.

Esta estratégia transforma-se, então, em ferramenta crucial para a luta de grupos minoritários na busca por direitos iguais. Trabalhar com o essencialismo e suas demarcações, partindo de novas abordagens, parece ser uma solução eficaz para análises e para o encontro com os estudos culturais (MCROBBIE, 1994). No caso do grupo subalterno composto por mulheres, pode haver a identificação como parte de uma categoria para fins políticos, através de uma essência, a princípio, simplificada e reduzida. Reconhecer as multiplicidades de experiências, portanto, é o ideal para que a luta pelos direitos femininos envolva os possíveis cruzamentos e contemple as diversas perspectivas sociais.

O fortalecimento da democracia, assim, pode ser realizado por meio da pluralização dos modos e locais de representação, abrangendo aspectos de vivências, crenças, atividades etc. Dentre os muitos fatores ou agrupamentos de afinidades, Young (2000) evidencia três métodos pelos quais uma pessoa pode ser representada: interesse, opinião e perspectiva. O primeiro diz respeito ao que afeta e é importante para agentes individuais ou coletivos, como recursos materiais e o exercício de capacidades. Já a opinião se refere aos princípios, valores e prioridades apresentados pelas pessoas para a orientação das decisões políticas – em uma dinâmica de livres expressões, por não serem, por si só, ilegítimas. A já mencionada perspectiva, por fim, está relacionada às posições diversificadas nas estruturas dos grupos sociais, englobando experiências, histórias e conhecimentos sociais distintos derivados justamente desses posicionamentos.

Por meio da perspectiva social, é possível conferir sentidos diferenciados a eventos sociais e a suas consequências nos debates políticos e nas tomadas de decisões. Dessa forma, conclui-se que os agentes com proximidade no campo social compartilham pontos de vista semelhantes sobre os processos, o que não nega suas existências únicas. A perspectiva condiciona, mas não determina. Cada indivíduo apresenta trajetórias e saberes únicos, sensibilidades que são respeitadas nos posicionamentos, sem a pretensão de uma unificação. Encontram-se nas sociedades de maneiras múltiplas, cruzadas e passíveis de deslocamentos em estruturas complexas (YOUNG, 2000).

Neste mesmo sentido, a aplicação do conceito de serialidade enquanto gênero entende a categoria “mulheres” como uma unidade ou coletivo social, sem presumir a formação de um grupo homogêneo. A serialidade designa, assim, um certo nível de existência social e de relações sociais com os outros, submisso às regras e estruturado socialmente. Enquanto “série”, as mulheres possuem semelhantes relações estruturais com objetos, as quais são estabelecidas

de acordo com construções, organizações e solidificações na história. É esta participação feminina no conjunto de estruturas e objetos que define as mulheres como tais, o que não exclui as suas vastas e multifacetadas características (YOUNG, 1997).

Representar politicamente uma perspectiva, portanto, visa à promoção de pontos de partida para amplas discussões, o que contribuiria diretamente para o tema da inclusão. Intrinsecamente, a integração de indivíduos marginalizados exige o aumento da representação dos mesmos. Os sistemas tradicionais agrupam os seres de acordo com princípios, os quais não são inocentes ou neutros. Por esse motivo, os cidadãos estariam mais bem representados por meio de órgãos representativos plurais, que garantissem maiores possibilidades de engajamento político verdadeiramente diversificado. Numa lógica cíclica, a representação plena das mulheres incentivaria, então, a participação, o envolvimento político e o enfrentamento à discriminação sistemática. E, nessa mesma direção, a igualdade política solicitaria práticas democráticas que tencionam a inserção e a representação de grupos sociais desfavorecidos, como o das mulheres, no âmbito político formal (YOUNG, 2000).

É importante ressaltar que, para além da participação política institucional das mulheres, o “fazer política” feminino marca uma presença acentuada no Brasil. Afinal, a sub-representação não significa ausência de luta política. Com intervenções em sindicatos, movimentos e partidos, elas atuaram ativamente ao longo da história, inclusive em períodos conturbados, como o regime ditatorial brasileiro. Na segunda metade do século XX, os coletivos e movimentos feministas tiveram os seus desempenhos intensificados em várias áreas, como na petição de direito a creches, no combate à violência contra as mulheres, nos direitos reprodutivos e sexuais e até mesmo na participação política formal. Sobretudo a partir da década de 1970, elas investiram em organismos e políticas públicas voltados para as mulheres no âmbito institucional, operando diretamente nessas dinâmicas de poder.

Uma amostra disso é a criação de conselhos estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), em 1985, que almejavam o combate à discriminação contra a mulher e foram resultados da luta de grupos feministas. A “Carta das mulheres aos constituintes”, entregue em 1987, é outro exemplo desta mesma época. Em seus escritos, cobrava atenção para as reivindicações femininas nos setores de família, trabalho, saúde, violência, educação e cultura, deixando implícito que haveria rebeliões e desobediência civil caso as demandas não fossem acatadas. Além disso, diversos tipos de movimentações, como outras emendas parlamentares e populares, foram realizados no que se refere à igualdade de direitos, independentemente de sexo, idade, cor ou estado civil.

O governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2003, teve notoriedade neste enquadramento. Contando com uma administração característica por suas negociações, marcou uma relação sobressalente entre os movimentos sociais e o Estado. Os movimentos feministas ganharam certa abertura para o requerimento de suas pautas, embora houvesse limitações, decorrentes de jogos de poder e dos segmentos conservadores e religiosos, restringindo as suas atuações neste período. Programas em ministérios e políticas voltadas para as mulheres também registraram crescimento. Entretanto, principalmente a partir da década seguinte, esse cenário apresentou modificações.

Discussões opostas à chamada “ideologia de gênero” e outros apontamentos conservadores advindos da base aliada ao governo demonstraram essas alterações. Elas reforçavam a assimilação de que as reivindicações feministas adquiriram centralidade “em excesso” e iam contra os interesses da “família tradicional” brasileira e do Congresso Nacional. Logo, recuos, retrocessos e adaptações cada vez mais distantes das propostas originais tornaram-se comuns (BIROLI, 2018). O golpe instituído em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff colaborou ainda mais para prejudicar o diálogo entre os movimentos feministas e o Estado, uma vez que, segundo Biroli (2018, p. 202), ressaltou-se que “os obstáculos históricos para a participação política feminina se aprofundam em reações que contestam a posição das mulheres como sujeitos de direitos e de ação política e o feminismo como campo de luta e de conhecimento”. Além disso, ao assumir o governo, Michel Temer promoveu um desmonte às pautas femininas, a exemplo da extinção da Secretaria de Política para Mulheres para integração ao Ministério dos Direitos Humanos (DECRETO..., 2018).

O século XX teve a luta feminina, em busca de cidadania e direitos políticos, como movimento importante dos seus anos iniciais até os seus anos finais. Esse panorama continuou no século seguinte. Especialmente na última década do século XX, a agenda feminista teve como foco a inserção institucional, para além da ampliação da participação autônoma em movimentos sociais. Nos anos 2000, essas questões fizeram-se ainda mais intensas e tiveram maior comunicação entre os movimentos sociais, o poder, o Estado. Reitera-se que, apesar de avanços e alguns espaços ocupados por elas, o acesso à política e ao exercício de cargos decisórios ainda não se apresentam como permeáveis à sua presença (ARAÚJO, 2012). Essas dificuldades são fundamentais no que se refere ao enfraquecimento da democracia, sobretudo no contexto econômico neoliberal, que está em vigor no país e confere limitações estruturais na inclusão de novos sujeitos (PINTO, 2010).

Torna-se essencial, nos dias atuais, promover esforços para uma representação da pluralidade dos feminismos, incluindo as articulações com racismo e a desigualdade em geral,

evidenciando corpos, experiências, problemas e interesses constantemente silenciados. Os obstáculos a essa participação efetiva e o controle sobre a agenda pública nas mãos de determinados grupos apresentam-se como empecilhos centrais. É relevante citar, ainda, que os problemas recorrentes da sob-representação de homens brancos em altas classes sociais na política atingem as mulheres de formas discrepantes, podendo até mesmo reforçar posições hierárquicas entre elas, e caracterizam muito além de problemáticas específicas de um único grupo. Portanto, para a deliberação de itens importantes na composição da agenda pública, é percebida como primordial a presença política plural de mulheres nos espaços de poder, em que há decisões sobre recursos e políticas públicas (BIROLI, 2018).

Como pôde-se observar, somente a aquisição de direitos legais não garante a diminuição ou o término das assimetrias das experiências de gênero no âmbito político¹⁶, ou em qualquer outro. Essas ações, para além de sua eficácia em seus objetivos específicos, não alteram a estrutura das relações de poder que afastam as mulheres da esfera política (ARAÚJO, 2012). O debate contemporâneo sobre a participação política feminina parte, justamente, do fato de que o direito ao voto e a disputa em eleições, conquistados no início do século XX, além das ações afirmativas, não despertaram condições igualitárias. É indispensável pontuar que a conquista de direitos legais e episódios como a eleição de uma mulher para o cargo de presidenta, ocorrido ineditamente em 2010, despertam importantes efeitos simbólicos. No entanto, deve-se perceber também que, nesse processo histórico, há permanências que vão adiante da conquista e ampliação de direitos e exigem a investigação dos mecanismos de exclusão, às vezes mais profundos que restrições impostas por leis.

O primeiro passo é desconstruir estereótipos convencionais de que as mulheres seriam, naturalmente, menos interessadas em política, considerando as assimetrias e desigualdades recaídas sobre elas, assim como os machismos e o patriarcado. A incorporação efetiva de mulheres no âmbito político deve ser colocada em conjunto com a transformação dessa ordem de maneira profunda, buscando compreender e combater os recursos utilizados para a manutenção do sistema vigente, além de questionar as hierarquias sociais e o funcionamento das instituições (BIROLI; MIGUEL, 2014a).

As instituições e a estrutura social são fundamentais para que mudanças ocorram, sobretudo no que tange à reprodução de opressões e nas dinâmicas de hierarquia ou dominação.

¹⁶ Apesar de não solucionar a questão da representação de mulheres no âmbito político, a política de ações afirmativas, além de outros regimentos, é entendida como uma tentativa de contribuir para a diminuição dos obstáculos que as mulheres enfrentam para alcançar e participar dos espaços de poder. Pretende-se, em geral, provocar uma reflexão sobre o acesso dos diversos atores nos ambientes decisórios e os limites da democracia representativa (ARAÚJO, 2012).

Também se fazem basilares as articulações entre as esferas pública e privada e a flexão na visão do Estado como arena de dominação, para a sua apreensão como parte do patriarcado e possível de autonomia e empoderamento feminino (ARAÚJO, 2012). A inclusão das mulheres na vida política carece de ir mais à frente de cartilhas e campanhas, requer conferir protagonismos e construir espaços em que suas vozes sejam recorrentes. É preciso pensar o âmbito político como um espaço de emancipações (PINTO, 2010).

Recapitulando, há muitos obstáculos para a eleição efetiva de mulheres e a construção de carreiras políticas femininas, assim como a indicação para cargos de primeiro escalão. Para entender a complexidade dessa situação, é necessário adentrar questões relativas às desigualdades e opressões de gênero na sociedade de modo amplo (BIROLI, 2018). Além do mais, a presença e a atuação das mulheres no campo político colocam em debate muitos outros tópicos, a exemplo da discussão sobre a política, os objetivos e as bases presentes nas articulações do poder institucional, assim como os limites dessa inclusão e da própria democracia representativa nos moldes brasileiros (ARAÚJO, 2012).

1.3 Opressões *on-line*: mulheres, política e a “nova direita” brasileira

Após as discussões iniciais sobre o objeto de estudo, pôde-se conhecer os complexos engendramentos da subparticipação das mulheres na política e dos entraves para uma representação efetiva na conjuntura atual. Identificou-se, também, a centralidade das inúmeras assimetrias de gênero, além da própria hierarquia incluída na categoria “mulheres”, que atravanca o ingresso na carreira política. Nesse contexto, há outro ponto-chave que merece esforços de investigação: as experiências femininas interiores à instituição política. Este ímpeto se dá a partir da observação de que, quando a mulher ocupa um cargo político, ela enfrenta uma série de violências e repressões estruturais, o que pode prejudicar sua participação plena e sua saúde física e mental. Mas como essa prática agressiva acontece? É o que se pretende discutir ao longo deste trabalho.

A princípio, percebe-se que o ambiente *on-line* pode oferecer pistas para o entendimento desses dispositivos, posto que o meio digital nos aproxima de debates outrora estritos a barreiras materiais. A hipótese é que as comunicações realizadas através das mídias sociais desvelam, sem afligimentos, as dinâmicas contemporâneas da *violência contra as mulheres na política*. Em ampla divulgação no ciberespaço, essas hostilidades são notadas majoritariamente nos discursos da chamada “nova direita”. Apesar de não excluir a importância de outras origens de manifestação, a forte presença do fenômeno nas expressões deste espectro político contribuiu

para que os nomes das mulheres selecionadas para esta pesquisa fossem da corrente de esquerda. Neste presente tópico, o intuito é examinar as *opressões* e a *violência política de gênero* e investigar o *meio on-line* e a *nova direita* como atores que participam, com destaque, deste processo.

1.3.1 Entre opressões e violência contra as mulheres na política

A opressão é uma palavra central no discurso político dos movimentos sociais contemporâneos. O termo contempla as estruturas e experiências sociais vivenciadas por grupos oprimidos, isto é, que têm algum impedimento para desenvolver suas capacidades ou para expressar suas necessidades, pensamentos e sentimentos por conta de uma condição comum. Este conceito está vinculado a injustiças cotidianas sofridas e sistematicamente reproduzidas em sociedade. Para entendê-lo melhor, vale resgatar as categorias elucidativas propostas por Young (1990), designadas como exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência.

A exploração indica que a opressão decorre por meio das dinâmicas de deslocamento dos resultados e benefícios do trabalho de um grupo social para outro grupo. Há uma transferência da energia empregada por um grupo em favor da distribuição desigual de bens. Podem ser introduzidas, aqui, a questão de gênero e as relações de exploração estabelecidas nos setores familiares, de trabalho e do Estado. No eixo da marginalização, os grupos são excluídos da participação da vida social e, muitas vezes, do sistema de trabalho ou de atividades produtivas. Cria-se um ambiente de privações materiais que podem ocasionar até mesmo o extermínio.

A impotência, por sua vez, é sentida por grupos que não detêm autoridade, status ou autonomia, sob os quais o poder é exercido. Assim, adquirem uma posição social baixa, que limita o desempenho de habilidades e o desenvolvimento de capacidades. Já o imperialismo cultural demonstra a invisibilidade das perspectivas de alguns grupos e, ao mesmo tempo, o estereótipo sobre eles. Há a marcação como o “outro” diferente, inferior e desviante, em contraposição a significados considerados soberanos. As culturas são universalizadas de acordo com as experiências do grupo dominante, cujas normas são tidas como neutras e são impostas aos outros não reconhecidos.

A violência é efetuada com certa constância no cotidiano, incluindo a sua dimensão física. A partir dela, indivíduos subalternos sofrem o temor de ataques que visam à humilhação ou à destruição. A sociedade, com bastante frequência, nem sempre entende os atos violentos

como uma opressão ou injustiça social. No entanto, eles não se configuram como erros morais particulares e, sim, práticas sociais sistemáticas direcionadas a membros de determinados grupos sociais apenas por serem componentes dos mesmos. Em outras palavras: para além da violação direta sobre os sujeitos, a opressão advém do conhecimento compartilhado da ameaça por pertencerem a um grupo específico.

O medo entranhado no imaginário social seria, dessa forma, uma ferramenta para a manutenção dos grupos oprimidos em seus lugares de subordinação. Muitas vezes, os atos violentos são justificados pelo desejo de poder, de manutenção dos privilégios e de dominação sobre outros grupos vulneráveis. Essa possibilidade inerente ao receio constante prejudica a liberdade, fere a dignidade e envolve um grande gasto de energia. Diante desse problema, há, ainda, a institucionalização da violência, contendo tolerância e ausência – ou baixa punição – por parte das instituições.

Em resumo, um grupo pode ser percebido como oprimido quando é permeado por uma ou mais categorias de opressão. As mulheres sofrem exploração de gênero, impotência, imperialismo cultural e, sobretudo, violência. Na relação entre gênero e política, as violências físicas e simbólicas funcionam como mecanismos que constroem e punem as mulheres que subvertem o sistema padrão e participam dos âmbitos tidos como masculinos (YOUNG, 1990). A violência cotidiana e a violência política de gênero, então, atuam de modo integrado e visam à manutenção das mulheres em seus “devidos lugares” doméstico-familiares, bem como o controle masculino acima de tudo. Para além do caráter depreciativo, elas reforçam a ideia de que é natural a ausência feminina nesses campos de debate (BIROLI, 2018).

Dalia Bassols e Georgina Acosta (2016) assinalam, ainda, que a violência generalizada é um dilema crítico que percorre diversas dimensões, englobando também a violência contra mulheres nos variados ramos sociais. Para as pesquisadoras, a violência contra as mulheres baseada na categoria de gênero, por sua vez, ocorre de forma física, psicológica e sexual, podendo levar a feminicídios. Na conjuntura política, os assédios não se limitam ao processo eleitoral e podem ser endereçados a pré-candidatas, candidatas e, inclusive, a candidatas eleitas e já na execução de suas funções – afetando as mulheres que participam da política de modo geral, não só o espectro de ocupação a cargos de eleição popular. Isso acontece no atravessamento com outros elementos da sociedade patriarcal, como o machismo, predominante na cultura política e nos espaços políticos autoritários.

Mona Lena Krook e Juliana Sanín (2016) reforçam a importância da conceituação da “violência contra as mulheres na política”, por se distanciar de outras concepções de violência e por ser uma tática particular com objetivos próprios. O conceito vem sendo examinado cada

vez mais, principalmente por ativistas e profissionais da área. Nos estudos acadêmicos, ainda é recente e se concentra, especialmente, na América Latina. Embora a noção de “violência contra as mulheres na política” seja relativamente nova em pesquisas, ela tem raízes profundas. As mulheres na política enfrentam agressões, coerções e intimidações há muito tempo.

No Brasil, os registros sobre a história das primeiras mulheres na política contêm relatos de misoginia. Nas eleições de 1928, Alzira Soriano se tornou a primeira mulher eleita na América Latina, consagrando-se como prefeita de Lages, no Rio Grande do Norte. Sua trajetória foi composta de protagonismo: ao ficar viúva com 22 anos, assumiu a administração da fazenda em que morava. Filha de um influente líder político da região, passou a desenvolver mais a sua visão política nesse período. Com a recente concessão do voto para as mulheres do estado, houve o interesse na promoção de uma candidatura feminina. Portanto, feministas brasileiras e políticos locais apoiaram a iniciativa e promoveram a campanha de Alzira. As eleições foram repletas de conflitos e ofensas, principalmente por parte dos adversários, que argumentaram que mulher pública é “sinônimo de prostituta” e até recorreram aos familiares da candidata para avisá-los de que “não ficava bem” uma senhora de família entrar para o mundo da política. No entanto, Alzira foi eleita com 60% dos votos. Interessante recordar que o seu principal oponente se sentiu humilhado por perder a disputa para uma mulher e mudou-se de estado (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Já Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra na política brasileira, consolidando-se como deputada estadual, em Santa Catarina, no ano de 1935. Ela foi eleita na primeira eleição em que as mulheres de todo o Brasil puderam votar e serem votadas, em 1934. Nessa ocasião, ela se tornou suplente de um candidato homem que não tomou posse devido à outra nomeação conquistada e, por isso, assumiu o mandato. Sua história de vida, pessoal e profissional, foi marcada por superação, visto que ela enfrentou inúmeras barreiras para alcançar espaços e destacou-se como jornalista e educadora, chegando a dirigir jornais e o curso que levou o seu nome. Na sua atuação política, defendeu a emancipação feminina, a educação de qualidade para todos, o reconhecimento da cultura negra e o combate à discriminação dos negros e das mulheres (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Historicamente, os assédios contra elas visam restringir, suspender ou impedir seus exercícios políticos plenos como estímulo crucial e, muitas vezes, buscam induzi-las a tomarem decisões contra suas vontades. O termo não abrange todos os atos de violência sofridos na política, mas, sim, aqueles direcionados às mulheres como atores políticos pelo fato de serem mulheres. Além disso, não significa que todas as hostilidades cometidas contra mulheres sejam

classificadas como violência política de gênero, considerando, ainda, a possibilidade de a violência ser cometida por mulheres contra outras mulheres.

Para maior esclarecimento, há seis argumentos primordiais que explicitam as características e especificidades deste tipo de violência. O primeiro deles é basilar e versa sobre a definição e diferenciação de violência contra as mulheres na política, classificando-os como um fenômeno independente da violência contra políticos e da violência na sociedade em geral, por conta de sua motivação de impedir ou restringir os direitos e a participação política das mulheres por serem mulheres. Esse ato violento comunica às mulheres e à sociedade que elas, enquanto grupo, não devem participar da política¹⁷. O segundo é que este grave problema está presente e parece ter aumentado nas diversas regiões do mundo, de acordo com a proporção de mulheres em cargos políticos. Porém, é notável que o contexto e a cultura local influenciam no tipo, no conteúdo e no predomínio de determinadas manifestações de violência.

Já o terceiro se refere ao fato de que, para além de um impasse judicial, este fenômeno é um desafio à democracia, aos direitos humanos e à igualdade de gênero. O quarto ponto se atém à essencialidade de ampliação do enfoque atual na violência física, sexual e psicológica para incluir a violência simbólica e econômica, que são, muitas vezes, negligenciadas ou ignoradas. O quinto reconhece que a legislação é fundamental para o seu combate, a partir da compreensão e do incentivo à consciência coletiva deste problema como um crime que deve ser condenado. O sexto e último ponto argumenta que o combate a essa violência exige muitos esforços e estratégias, que, por seu turno, envolvem vários atores em conjunto e mudanças de comportamentos sociais, culturais e políticos, acrescidos à ação do Estado.

O aumento dessa violência, algumas vezes, aparece associado ao crescimento da participação política feminina em uma relação de causalidade. Entre as possíveis (in)justificativas para isto, estão o maior número de mulheres no âmbito político, possibilitando que mais mulheres sejam atacadas em mais locais potenciais; a maior visibilidade feminina, vista como uma ameaça que deve ser combatida para a manutenção do padrão tradicional; e a atenção e conscientização contemporânea para esses agravos que sucedem há tanto tempo. Os papéis de gênero tradicionais e os corpos femininos são aspectos utilizados para atacá-las e negar suas competências políticas. Perguntas sobre moralidade sexual e ameaças de estupros são alguns exemplos do que elas sofrem. Estereótipos são também recorrentes para transmitir

¹⁷ O argumento de Krook e Sanín (2016), construído com base em estudos sociológicos, também será evocado em trabalhos de outros autores, sobretudo em relação aos crimes de ódio e à misoginia. Isto será mais explorado no capítulo 2, inclusive sob a ótica comunicacional.

o comunicado de desmoralização e não pertencimento ao âmbito político (KROOK; SANÍN, 2016).

Como amostra desta discussão, é possível mencionar dois casos emblemáticos que perpassam questões baseadas nos corpos femininos. O primeiro deles aconteceu no período de eleições presidenciais em 2018, com a então candidata à vice-presidência, Manuela D’Ávila. Sua figura estava frequentemente associada a perguntas indignadas de “Essa é a vice que vocês querem para o Brasil?”. Uma das postagens mais difundidas nas mídias sociais, exibida a seguir (Figura 3), expõe a montagem da parlamentar usando faixa presidencial, com olheiras marcadas e tatuagens dos rostos de Che Guevara e Lênin, acompanhada da frase “Pra quem defende Lula e o PT. Essa é a vice presidente do Haddad. Só Deus!!” em letras maiúsculas. Os comentários não se limitaram à ofensa das figuras símbolo do espectro político de esquerda editadas em sua pele, mas debruçaram-se em sua má aparência física na imagem, como modo de realizar o julgamento de seu caráter e de seu desempenho político. Neste exemplo, é possível observar, ainda, o ódio à esquerda – outra modalidade de ódio atuante nas disputas políticas.

Figura 3 – Foto de tela de postagem realizada por Manuela D’Ávila no Facebook, denunciando a publicação falsa que utiliza o recurso de montagem para a deslegitimação da parlamentar

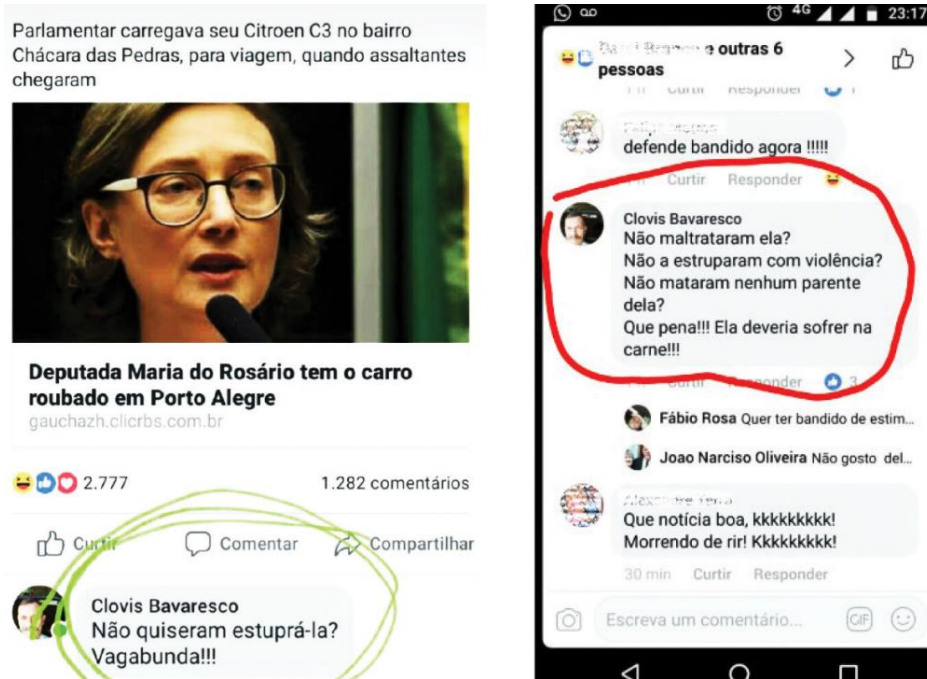


Fonte: <https://www.facebook.com/manueladavila/photos/a.698789716836158/3003016336413473>. Acesso em: 18/12/2019.

Outro evento muito divulgado por veículos midiáticos foi a incitação ao estupro realizada pelo atual presidente (na época, deputado) Jair Bolsonaro contra a deputada Maria do Rosário. Em 2003, no Congresso Nacional, Bolsonaro disse que não a estupraria porque ela não merecia, em meio a xingamentos de “vagabunda” e empurrões diante de câmeras da emissora televisiva *Rede TV!*. Maria do Rosário, visivelmente abalada por causa da agressão, saiu do local de conflito em lágrimas (EXCLUSIVO..., 2014). Mais de dez anos depois, em 2014, Bolsonaro afirmou, novamente, que não a estupraria porque ela não merecia – dessa vez, em um debate no plenário. Para entrevista ao jornal *Zero Hora*, ele explicou que a parlamentar não merece ser estuprada porque a considera “muito ruim”, “muito feia” e não faz o seu “gênero”. O ataque coloca o estupro como uma questão de merecimento, firmada a partir de atrativos físicos. Neste episódio, apesar da defesa invocar a imunidade parlamentar (aparato utilizado para a proteção de opiniões e votos durante seus mandatos), Bolsonaro tornou-se réu por apologia ao crime e por injúria, em 2016 (RAMALHO, 2016).

A repercussão nacional desse fato esteve acompanhada, também, de uma série de reforços à apologia ao estupro direcionada a Maria do Rosário. No ano de 2017, a parlamentar teve o carro e alguns objetos pessoais roubados na capital gaúcha (MAURIQUE, 2017), o que foi amplamente noticiado e depreciado nas redes sociais digitais. Uma das publicações sobre o crime contou com diversos comentários de teor agressivo, incluindo as enunciações do então vereador Clovis Bavaresco (PP). Ele a chamou de “vagabunda” e lamentou que ela não havia sido estuprada com violência ou maltratada, incitando o ódio e a violência contra ela (Figura 4). Nota-se que, muitas vezes, a dinâmica opressiva parte dos próprios colegas de profissão, em variadas situações.

Figura 4 – Foto de tela de postagem realizada no Facebook, contendo a divulgação da notícia sobre o roubo à Maria do Rosário e comentários da publicação



Fonte: <https://grupoahora.net.br/conteudos/2017/12/29/ofensas-de-vereador-repercutem-no-pais/>. Acesso em: 10/09/2020.

Além do abuso penoso em si, a violência política de gênero fere até mesmo os direitos garantidos em legislações de muitos países, ao excluir as mulheres do exercício político. O fenômeno, dessa forma, danifica também a democracia, em detrimento de suas participações integrais e das escolhas dos próprios eleitores, quando as distanciam do local já conquistado. Os direitos e liberdades são restringidos a partir de discriminações baseadas em sexo e gênero, tencionando demarcar as desigualdades entre homens e mulheres na denominada esfera pública. O resultado desta violência é bastante prejudicial, já que impacta, de fato, a participação política das mulheres – muitas vezes, as personalidades diretamente atingidas abandonam seus cargos políticos ou encontram-se menos dispostas à reeleição. Somado a isto, as mulheres como um todo são afetadas por essa dinâmica. A mensagem que se deseja enviar com esse tipo de violência, às mulheres e à sociedade, são elementos fundamentais para o seu entendimento (KROOK; SANÍN, 2016).

Assim, não é surpreende notar que, mesmo após a violência extrema de um assassinato, manifestações de ultraje direcionadas à vereadora Marielle Franco sejam livremente veiculadas. Para exemplificar o tema, a postagem digital, exposta abaixo (Figura 5), demonstra esta situação. Um cidadão comum realizou uma enquete no Facebook, em que perguntava: “Qual

cadela fará mais falta? Votem consciente”. Nas opções de voto, “X-Carrefour”, em referência ao caso do animal assassinado por um segurança no supermercado Carrefour (POLÍCIA..., 2018), e “X-Marielle”, com uma foto da política Marielle Franco. Publicações como esta – sem elaborações mais complexas, contendo intolerâncias flagrantes – são assíduas nas mídias digitais. O objetivo de conteúdos com esse teor é desmerecer e deslegitimar uma mulher que adentrou na política e que, no momento da postagem, já havia sido assassinada – violência máxima que a retira do exercício político, mina sua existência e deixa uma mensagem clara para seu grupo social.

Figura 5 – Foto de tela de enquete realizada por usuário no Facebook, que exhibe violência cometida contra Marielle Franco



Fonte: <https://br.noticias.yahoo.com/homem-usa-facebook-para-disseminar-odio-contra-marielle-e-e-demitido-161514418.html>. Acesso em: 20/07/2019.

Ressalta-se aqui, novamente, a premissa de que aspectos regionais, contextuais e culturais definem diferenciações e formas predominantes de atos violentos. A prática de violência política de gênero associada ao uso das mídias sociais, ou propagada no ciberespaço, é facilitada e repercute em larga escala nas sociedades em que os indivíduos têm mais acesso à internet, computadores e telefones celulares. No Brasil, identifica-se este cenário. Dito isso, é importante reforçar, mais uma vez, que, independentemente das ferramentas utilizadas na

práxis da violência contra as mulheres na política, os objetivos de quem a comete é o mesmo. O desejo é dificultar ou impossibilitar a participação política feminina, intimidando, deslegitimando ou excluindo as mulheres como atores políticos e expondo essa mensagem para todas as mulheres e para a sociedade em geral (KROOK; SANÍN, 2016). Porém, o meio *on-line* aparece como fundamental para o alargamento e a proximidade de expressões violentas e opressivas.

Sem julgamentos dicotômicos entre “bem” e “mal”, deve-se ponderar que a *web* é responsável por importantes e positivas transformações, representando a possibilidade de criação, interação e maior atuação dos usuários. A internet é uma ferramenta importante para as próprias mulheres políticas, já que propicia a expansão do espaço discursivo por meio da criação de *blogs*, *sites* e portais de notícias alternativos. Também favorece a conexão entre as mulheres e os coletivos de diferentes localidades. A partir disto, a pluralidade dos feminismos, com um viés emancipatório, pode colocar em evidência corpos, experiências, problemas, interesses e necessidades que foram constantemente silenciados ou inferiorizados. Justamente em resposta a essa exclusão, apresentam caráter contestatório à configuração da esfera pública nos moldes convencionais (BIROLI, 2018).

Os feminismos encontram na internet uma grande área de expressão, já que ela confere novas estratégias, intervenções políticas, atuações contra as desigualdades e maior visibilidade e autonomia (VIEIRA, 2012). A virtualidade e as tecnologias infocomunicacionais já são compreendidas como ferramentas para as práticas feministas, a partir do estado de assembleia permitido pela rede. Possibilitam, cada vez mais, a realização de iniciativas conjuntas e globais, reconhecimento mútuo, promoção de reivindicações e consolidação de estratégias de ação política. Os recentes encontros, protestos e mobilizações organizados por mulheres através das redes sociais digitais são exemplos disso, como o #NiUnaMenos e o #AbortoLegalYa na América Latina.

Porém, a violência estrutural característica do sistema patriarcal-capitalista também figura na virtualidade, espaço em que a misoginia se expressa livremente, com diversas formas e aparências, reforçando a subordinação, o disciplinamento e o retrocesso de direitos (NATANSOHN; ROVETTO, 2019). As reações conservadoras organizadas na contemporaneidade agem, concomitantemente, à expansão e à atuação dos movimentos sociais. Assim como novo ambiente para ativismos e multiplicidade, o ciberespaço se revela como um instrumento político importante nas disputas eleitorais e em debates de toda ordem. Ele possibilita uma diversidade de discursos, perspectivas e práticas políticas. Contribui, também,

para a propagação de valores conservadores e, até mesmo, antidemocráticos e violentos, por meio de suas características singulares (SILVEIRA, 2015).

1.3.2 Mídias digitais, política e intolerância: expressões da “nova direita” na web

Os termos “direita” e “esquerda”, que remontam à Revolução Francesa, são usados, há mais de dois séculos, para referenciar a divisão entre ideologias e movimentos contrastantes no campo do pensamento e das ações políticas. Por meio destas expressões, a polarização das posições políticas foi firmada, sendo que os elementos partilhados e plausíveis de serem agrupados propiciaram a formação destas categoriais como contrárias (BOBBIO, 1995). Segundo o filósofo político Norberto Bobbio (1995), “direita” e “esquerda” são reciprocamente excludentes, conjuntamente exaustivas e temas de muitos estudos e tentativas de definição. Para além de reflexões ideológicas, estão relacionadas a programas opostos de ações políticas e a divergências de interesses e valorações dos aspectos que regem a sociedade.

Mesmo com demasiadas contestações, estes vocábulos são modos de pensar ainda triviais na linguagem política, com possíveis diferenciações determinadas de acordo com tempo-espaço específicos e significados descritivos e avaliativos. Suas heterogeneidades são reconhecidas e os dois conceitos são percebidos como espaciais e relativos, e não absolutos, substantivos ou ontológicos. O método utilizado com mais frequência para classificá-los é a postura adotada perante a aspiração de igualdade – o único critério que parece resistir ao tempo. A distinção entre eles encontra-se na valoração positiva ou negativa diante deste ideal, ou seja, fundamentada no embate entre a aceitação ou defesa da desigualdade como parte da ordem natural e a sua recusa por meio da tentativa de mudança da ordem social. À esquerda, é atribuída maior sensibilidade no que tange à diminuição das disparidades, enquanto a direita seria mais inigualitária (BOBBIO, 1995).

Para Antônio Pierucci (1990), a ideologia anti-igualitária da direita, realmente, recusa a equidade – estabelecida pela esquerda – como pressuposto ou utopia. Esta noção seria absolutamente inconciliável com as suas percepções da vida em sociedade, assim como com os seus privilégios e interesses. Além desse ponto de vista, um viés ligado à natureza fixada também é frequentemente utilizado para negar esta ideia e reforçar as hierarquias. Por isso, este caráter revolucionário, que defende os direitos humanos de forma igualitária, converte-se em algo inadmissível.

Hoje, na disputa entre os dois espectros, há uma variedade de conflitos, nos quais temáticas já conhecidas se misturam com novas pautas. No atual contexto político brasileiro,

por exemplo, há um certo orgulho em se identificar e se assumir como “de direita”. Isso acontece não somente entre os políticos, mas verifica-se, também, na opinião pública, o que vai de encontro à história vivenciada no regime militar ocorrido no Brasil de 1964 até 1985. Há algumas décadas, a afirmação mais recorrente entre parlamentares que apresentavam desejos semelhantes aos da direita era o reconhecimento como parte de um grupo “de centro”, para evitar associações a radicalismos.

A chamada “nova direita”, apesar de sua longa trajetória na sociedade brasileira, não repete esse comportamento (KAYSEL, 2015). A sua agenda é composta pelo conservadorismo e pelo neoliberalismo, proeminente em toda a América Latina nos últimos anos, num fenômeno marcado por novos rostos, estratégias e vozes intensas que buscam, acima de tudo, poder político (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). Mas, afinal, quem é essa “nova direita” brasileira em evidência? Ela não representa um grupo homogêneo ou uma categoria de pensamento particular, visto que o próprio conceito depende dos significados e relações estabelecidas com o seu oposto direto. Contudo, as formas de agir e se articular diante de questões caras ao debate político podem ser relacionadas a indivíduos munidos de características singulares e passíveis de serem identificadas (CRUZ, 2015). Conforme relatado em:

quando falamos em direita no Brasil hoje pensamos imediatamente nos nostálgicos do regime militar; nos defensores da redução da maioridade penal e da fuga para frente repressiva como solução ao problema da insegurança coletiva; nos intolerantes culturais e religiosos de todo tipo; nos defensores das “soluções de mercado” para todos os problemas e todas as áreas de políticas públicas; nos detratores dos programas de promoção social, como o Bolsa Família; nos defensores radicais da austeridade fiscal, da política de juros altos e da internacionalização sem peias da economia brasileira; nos críticos da política externa, que denunciam os seus arroubos autonomistas e defendem, em seu lugar, o retorno a uma política de subordinação aos Estados Unidos; por fim, ao conjunto dos inconformados com o funcionamento dos mecanismos de escolha democrática, que nunca chegaram a aceitar a vitória, no pleito de 2014, da presidenta Dilma (CRUZ, 2015, p. 14).

De modo geral, a nível mundial, a ascendência da “nova direita” deriva de condições de adaptação frente a situações de grandes dificuldades econômicas. As conquistas sociais obtidas no passado, principalmente efetuadas durante os governos de esquerda, são objetadas por ela (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). No Brasil, a política de consenso e coalização liderada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), teve certo sucesso entre a população e os parlamentares, deslocando a centro-direita. No entanto, em 2014, os números de representantes da direita no Parlamento começaram a crescer. Em consonância, a crise econômica vivenciada no país, aliada aos escândalos de corrupção vinculados ao

governo vigente, desencadearam as manifestações populares e o posterior *impeachment* da sucessora de Lula, a então presidenta Dilma Rousseff (PT), em meados de 2016.

Ao longo deste período, a “nova direita” ganhava forças para expor de forma clara suas convicções, através de enunciados e atitudes atravessados por continuidades históricas e que refletem ainda hoje ideais comuns dos séculos XIX e XX. Como exemplos: é convocada a “mão firme” do Estado, que confere ordem e segurança em uma sociedade repleta de violência e corrupção, assim como nos anos 1920. A aversão ao protagonismo das classes trabalhadoras, observada a partir de 1945, é também evidenciada. As críticas realizadas sobre o intervencionismo estatal, habituais durante o segundo governo de Vargas, retornam em referência ao primeiro mandato de Dilma Rousseff (KAYSEL, 2015).

À vista dessa conjuntura, houve a ascensão de expressões em busca de alternativas políticas consideradas parte da linha política da direita. A perspectiva conservadora deparou-se com vasta aproximação a importantes instâncias, sobretudo na grande imprensa e nos *sites* de redes sociais. Os seus receios e anseios foram revelados em uma ação que se estendeu para manifestações nas ruas (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). Sem estar subordinada a corporações ou Estados, a internet pôde ser percebida como meio para uma política democrática e transparente, por conta da abundante participação e da interação entre usuários.

Uma rede não centralizada e aberta parece trazer, num primeiro momento, vantagens inéditas para a parcela da sociedade que tem acesso a ela, como liberdade, diversidade de articulações de ideias e conversações. O potencial de comunicação sem barreiras definidas fez, realmente, com que o ciberespaço fosse ocupado por numerosos grupos culturais, religiosos e políticos. Sua amplitude de atuação a custos baixos atinge milhares de pessoas interessadas nas possibilidades de organização e agrupamentos em rede neste seguimento que é, a princípio, horizontal (SILVEIRA, 2015).

Ainda na abordagem desse aspecto, reinventa-se o fenômeno da cultura de convergência em contexto de prosperidade das redes sociais virtuais, com diferentes níveis de interatividade e discursos. Na sociedade contemporânea, há, cada vez mais, viabilidade para a criação de conteúdos e disseminação de informações através da internet, em contraste com as imagens populares de passividade e manipulação dos sujeitos pelos meios de comunicação. As pessoas passam a ter papel ativo e contam com a oportunidade de formular conteúdos, utilizando as plataformas tecnológicas disponíveis.

Neste fluxo, as mídias sociais permitem o surgimento e o diálogo com vigorosos articuladores políticos. Hoje, pode-se afirmar que as disputas culturais, políticas e sociais exigem a atuação por meio da *web* e o emprego das múltiplas possibilidades que ela apresenta,

o que está sendo desempenhado pela direita de modo ativo. A esquerda parece ter dificuldades e atrasos para se adaptar aos recentes processos interativos e políticos no ciberespaço. Uma teoria plausível é de que a esquerda subestimou os debates propostos no ambiente digital, sem compreender a importância dessas ferramentas enquanto elas evoluíam e difundiam suas mensagens. A direita conservadora, por sua vez, aproveita as suas dinâmicas de mobilização (SILVEIRA, 2015).

A relação entre política e mídias digitais não é algo novo, tampouco uma descoberta da “nova direita”. A sociedade civil tem mostrado a sua força neste enorme universo de comunicação em curso há anos, o que impacta, de modo evidente, as coletividades. A democratização de conteúdos por meio das tecnologias é celebrada, sobretudo, pelos movimentos sociais, sejam quais forem seus delineamentos, devido à conexão facilitada e à formação de novas redes virtuais. Como exemplos de suas manifestações nos últimos anos, a Primavera Árabe e os protestos de *Los Indignados* da Espanha (PERUZZO, 2013) podem ser citados. Conforme explicita Castells (2017, n.p.), desde o início do século XXI, a internet está se projetando como meio essencial de comunicação e organização, então, “é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. O ciberespaço torna-se um terreno disputado”.

Assim, as interações realizadas pela “nova direita” abrem caminho para rebeliões e explosões sociais que articulam o meio *on-line* com as ruas. Para alguns autores, há, ainda, a hesitação sobre as qualidades libertadoras e progressistas desveladas na internet. Essas configurações poderiam estar colaborando para a fragmentação e a polarização de ideologias, além de incentivarem fatores como as dinâmicas dos mercados em sociedade e favorecerem Estados totalitários e lideranças não democráticas – o que foi deveras aproveitado pelo grupo. A “nova direita” está presente de maneira ativa neste âmbito, como nos exemplos das páginas do Facebook *MBL - Movimento Brasil Livre*¹⁸, *FORA PT*¹⁹ e *Movimento Contra Corrupção*²⁰, assim como nos perfis de políticos do mesmo espectro.

Devido aos estudos das jornadas de junho de 2013, foi possível compreender que a internet se consolidou, de fato, como esfera de disputas políticas e plataforma para

¹⁸ Página do Facebook *MBL - Movimento Brasil Livre*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/>>. Acesso em: 20/05/2020.

¹⁹ Página do Facebook *FORA PT*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/alexandrotimoteosp/>>. Acesso em: 20/05/2020.

²⁰ Página do Facebook *Movimento Contra Corrupção*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-ContraCorrupcao/>>. Acesso em: 20/05/2020.

mobilizações. Por meio dela, novos atores e novas forças políticas ganharam relevância. Antes com pouco espaço no Parlamento e até mesmo na mídia tradicional, a direita mais conservadora a utilizou para circulação de expressões de ódio e preconceito, mobilizando e articulando cada vez mais adeptos. A característica preponderante e mais atrativa em suas conversações é o senso comum. Além disso, a reprodução de publicações acontece, muitas vezes, pelos critérios de confiança, reputação e simpatia, e não pela veracidade de seus conteúdos.

Os adeptos desse espectro político se destacaram ao compartilhar enunciados de parlamentares, indivíduos e portais de notícias favoráveis a suas convicções políticas. Ao mesmo tempo, difundiam críticas à corrupção, aos programas sociais e ao Partido dos Trabalhadores (PT) de modo geral, além de memes alinhados aos seus interesses e postagens ligadas ao capitalismo. Há discursos genéricos sobre injustiças, mas predominam os de humor e sátira ao que é classificado como diferente. Mudanças recentes nas mídias sociais passaram a exigir investimentos financeiros para veiculação a uma ampla audiência, tornando sua utilização menos horizontal. A direita também se beneficiou dessa circunstância e continua divulgando suas intolerâncias flagrantes. Assim, emerge uma “nova direita”, que não apresenta mais constrangimentos em ostentar sua luta pelos valores conservadores.

Em suas pautas, o “novo” conservadorismo trata sobre temáticas religiosas, orientação sexual, política de gênero, educação, modelos de família, política criminal, controle da internet e outros tópicos acerca de valores morais tradicionais que interessam o imaginário conservador (SILVEIRA, 2015). São abordadas, ainda, discussões a respeito do individualismo; da valorização da propriedade privada e da livre iniciativa; da predominância do sagrado e da tradição; do militarismo e a defesa da segurança nacional; da prioridade do crescimento econômico; e do anticomunismo (BOBBIO, 1995). Atualmente, a direita possui grande visibilidade na mídia e obtém cada vez mais força para expor o seu radicalismo, o qual esteve presente de modo evidenciado nos últimos anos, assim como em períodos caracterizados por governos civis ou ditatoriais (CRUZ, 2015).

Em uma pesquisa elaborada sobre os formadores de opinião nas mobilizações da direita em 2015, Débora Messenberg (2017) salienta três chaves de leitura para as interpretações da conjuntura política nacional, que são orientadoras das ações e discursos dos agentes sociais. Os três campos semânticos centrais, utilizados pelos influenciadores, são configurados a partir de ideias-força que se repetem regularmente e sustentam as suas sentenças. São eles: o antipetismo, os princípios neoliberais e o conservadorismo moral. Baseando-se no trabalho de Pierucci (1990), a socióloga recorda que o conservantismo é o núcleo fundante para o programa da direita.

O conservantismo é mais do que uma mera conservação política, posto que sua proposta precursora foi, primordialmente, de sociabilidade, baseando-se na conservação social. Para além de adentrar soluções políticas e econômicas, ele aborda as esferas social e cultural. Suas dinâmicas socioculturais perpassam, também, pela combinação de discursos não só espontâneos, mas doutrinários nos mais diversos domínios, e práticas de distinção, hierarquização, desprezo, humilhação, intolerância, agressão e segregação. Assim, afirmações racistas, sexistas e moralistas são assíduas e estão envoltas por questões de restauração moral, afetos, princípios, estereótipos e preconceitos concernentes à obsessão identitária e a uma necessidade de preservação do “eu” e do “nós” ameaçados, em face do “outro”, considerado como inimigo (PIERUCCI, 1990).

No contexto dessas discussões, como afirma Messenberg (2017, p. 626), os meios de comunicação de massa e as redes sociais digitais “... constituem-se nos espaços privilegiados para a construção dos enquadramentos, os quais as pessoas recorrem para organizar e selecionar suas atitudes políticas”. Os enquadramentos formulados pelos atores sociais são realizados através das interações e dos fluxos comunicacionais em rede. O processo ocorre por meio da relação entre receptores e emissores da informação, na qual padrões, símbolos e valores considerados dominantes são constantemente recordados e orientam a localização no setor político. Com esta difusão, funcionam como quadros de referência que reforçam e oferecem coerência para opiniões, escolhas e ações dos sujeitos.

No âmbito semântico do conservadorismo moral, há a compreensão de uma resistência frente às transformações vividas nas sociedades modernas, por isso a incessante afirmação dos três pilares tradicionais. Os conteúdos, bastante veiculados, apresentam, muitas vezes, traços homofóbicos, racistas, xenófobos e sexistas. Assim, os seus ideais são alusivos ao reconhecimento de supostas classes superiores e à intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual. De modo geral, as críticas ordinárias se conectam com oposição a indivíduos e relacionamentos homossexuais, ao aborto, à chamada ideologia de gênero e à expansão do feminismo. Vinculam-se a outras ideias-força, como o resgate da fé cristã, o patriotismo, o anticomunismo, o combate à criminalidade/aumento da violência e a objeção às cotas raciais, assim como aos campos semânticos do antipetismo e dos princípios neoliberais.

A “nova direita” se atém a esses preceitos. O fascista, por exemplo, acredita em uma marcha conspiratória na sociedade, baseada em uma narrativa mítica do complô. Assim, os seus inimigos são organizações, partidos, grupos formados por comunistas, negros, gays, feministas e outros que não partilham dos mesmos pontos de vista, em uma distinção moralizada entre o “bem” e o “mal”. Devido a isso, veiculam suas crenças, fobias e preocupações generalizadas

nas mídias sociais, impulsionando a intolerância a partir da reafirmação de preconceitos e do conservadorismo moral – exemplificado pela tríade “família, religião e nação” com valores tradicionais. O “nós” e o “eles” apresentariam, dessa forma, dessemelhanças reiteradamente apontadas, julgadas e excluídas, além de profundas e irreconciliáveis (MESSEMBERG, 2017).

Percebe-se uma incapacidade de lidar com as diferenças, ou, melhor, com a heterogeneidade – ou, ainda, para utilizar os conceitos de Young (2000), com as perspectivas sociais. A única verdade em que se acredita é a da própria direita conservadora e a única hipótese de desenvolvimento das nações na hegemonia neoliberal é a dela, o que mostra o caráter antidemocrático do movimento extremo e a tendência a experiências autoritárias. Aos sujeitos que não seguem os padrões pré-definidos nas mais variadas áreas, como étnica, religiosa, econômica, política ou ideológica, o que cabe é apenas a não aceitação e a violência (MESSEMBERG, 2017).

De fato, os discursos propagados caminham do neoliberalismo ao conservadorismo extremo, reivindicando, inclusive, a livre expressão da violência (SILVEIRA, 2015). As mídias sociais digitais, em foco neste trabalho, definitivamente contribuem para este processo. Elas oferecem um lugar, de certo modo, “seguro” para a irrestrita exposição do opressor e para a organização dos grupos de extrema-direita. O anonimato, a falsa garantia de não reconhecimento, a veiculação de ideias sem repressão, a organização de atuações em conjunto e a sensação de identidade e comunidade entre membros de grupos específicos ajudam a entender a relevância da internet para as dinâmicas de opressão.

Assim, o ambiente aberto para a performance de todos permite a propagação de materiais preconceituosos e violentos, empregados exaustivamente na vida social de modo geral. Por isso, a violência de gênero, tanto no exterior quanto no Brasil, está cada vez mais presente nestas superfícies e figura sua complexidade. Não é raro perceber que as violências de gênero existentes na sociedade convergem com as hostilidades vigentes no mundo virtual, abrangendo também a violência política de gênero: onde a violência e a desvalorização das mulheres são amplamente compartilhadas, os ataques são manifestados principalmente através de “piadas”, pornografias ou outros atos violentos contra elas.

Também não é atípico que essas exteriorizações discriminatórias e violentas sejam percebidas como acontecimentos cotidianos ou banais (PAZÓ; MOREIRA JÚNIOR, 2016). A banalização digital se liga ao fato de que a violência contra a mulher é expressivamente banalizada nas sociedades, sendo reprimida e vista como elemento natural e cotidiano há muitas décadas. Existe, inclusive, uma espécie de determinismo enraizado nas mentes das mulheres de que todas sofrerão algum tipo de violência em suas vidas. Isso apresenta sentido a partir dos

inúmeros casos de agressões habituais relatados nos noticiários de qualquer cidade (TELES; MELO, 2017).

A violência *on-line* contra as mulheres apresenta três grandes desafios. O primeiro deles é o reconhecimento dos atos violentos como tais e, por conseguinte, a clareza de seus graves efeitos e da necessidade de punição aos atores envolvidos. As agressões, muitas vezes, são vinculadas à crença de que são temporárias e pertencentes apenas ao universo virtual e, por isso, erroneamente banalizadas. O segundo desafio consiste na culpabilização da vítima, que é deslegitimada, enquanto o terceiro trata da minimização da gravidade dos prejuízos psicológicos. Nesse contexto, somam-se, também, as dificuldades de realização de denúncias e de amparo legal. Estas violências, no âmbito digital, ocorrem de diversas formas e podem ser agrupadas em 12 tipologias: censura, *stalking*, exposição de dados pessoais, utilização não consentida de fotos, exposição de intimidade, extorsão, roubo de identidade, invasão/ataques à segurança de sistemas, ataque coordenado, ameaça de violência física, ofensas e discurso de ódio (CODING RIGHTS; INTERNETLAB, 2017).

Colocando em evidência os casos que se referem, mais diretamente, à linguagem, atentamo-nos aos processos de comunicação e produção de discursos. Os *sites* de redes sociais amparam reconfigurações de relacionamentos e construções de sentidos em um fluxo de informações. No Facebook, há novos contornos no uso da violência simbólica, que acompanham a perpetuação de estigmas e são intensamente propagados a partir das sociabilidades e dos recursos tecnológicos. Pode-se dizer que, como outras modalidades de publicações, os atos de violência também se tornam permanentes, replicáveis, buscáveis e contam com visibilidade escalada. Passam, então, a se legitimar com mais facilidade e velocidade. Para a minimização ou redução de seus impactos, utilizam estratégias como a permissão do humor, que autoriza e suaviza falas; a legitimação pela interação, no que se refere ao suporte e à reprodução acrítica de discursos pelo próprio aparato; e o descrédito ou ridicularização de comentários críticos (RECUERO; SOARES, 2013).

Neste percurso, segundo Raquel Recuero e Pricilla Soares (2013, p. 253), “a violência é naturalizada pelas redes sociais” e, porque ela é naturalizada e enraizada dentro da sociedade, “torna-se mais e mais sistêmica”. Devido a isso, observar os discursos *on-line* a partir da linguagem, da construção de sentidos e dos ambientes apropriados adquire novas configurações e pertinências, em razão de que essas apropriações, por seu turno, “podem gerar comportamentos diferentes, inclusive violentos e hostis, como a reprodução de formas de agressividade *on-line*” (RECUERO; SOARES, 2013, p. 243).

A intolerância, o preconceito, o arquétipo de supremacia racista e sexista transitam, com efeito, social, política e digitalmente. Desse modo, a misoginia se apresenta de diferentes maneiras e é encontrada sob a forma de violências e ofensas de toda ordem, incluindo até mesmo ameaças de estupro e morte. Em fóruns de conversa da *alt-right*, por exemplo, as mulheres são vistas como seres inferiores, oportunistas e dignos de desconfiança, em conformidade com a discriminação e a exclusão da mulher em espaços públicos ao longo de toda a história. Nota-se, ainda, que as possibilidades do meio *on-line* colaboram para a livre circulação de manifestações violentas ou até mesmo da emoção do ódio, assim como para organizações de toda ordem (PAZÓ; MOREIRA JÚNIOR, 2016).

2. Ódio como emoção ordinária e ato comunicativo

Durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018, houve um movimento inédito e pacífico que ficou conhecido como “#EleNão”. O protesto, cuja ideia surgiu no grupo do Facebook *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*²¹, reuniu diversas pessoas pelas ruas de várias cidades do país, em repúdio ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro e às suas enunciações odiosas contra as minorias sociais. Segundo a historiadora e cientista política Céli Regina Pinto, esta foi a maior manifestação de mulheres na história do Brasil, que teve, também, a adesão de homens e contou com indivíduos dos diferentes espectros políticos (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018).

Em seus discursos, líderes políticos expuseram sua repulsa à emoção que estava em voga nas últimas eleições, especialmente nas mídias digitais: o ódio (AMENDOLA, 2018). A massa feminina foi convocada a dizer “não ao ódio” e “basta” à violência. Compreendidas como uma classe que é violentada por inteiro quando uma única mulher é agredida, as mulheres foram convidadas a se unir em favor do desenvolvimento, da liberdade e da democracia, num ato de poder. Esta força, que emana dos corpos femininos, seria a motriz para transformações profundas na sociedade. Seria, ainda, a destruição do ódio. A eleição de Jair Bolsonaro, como o grande símbolo do sentimento em destaque, significaria o avanço de preconceitos e opressões contra as mulheres e as demais minorias (TV 247, 2018).

Observa-se, dessa forma, que a noção de coletividade defendida para as mulheres ocorre em duas vias principais. Elas estariam unidas no que se refere a abusos e agressões, ou seja, a violência cometida contra uma única mulher abalaria todas elas. Por outro lado, a comunhão entre as mulheres seria responsável por grandes mudanças da ordem social numa cultura patriarcal. De fato, a violência de gênero opera de modo que as mulheres detenham sensações de medo e perigo diante de ameaças hostis num imaginário compartilhado (YOUNG, 1990), assim como a união entre elas é primordial e define os alicerces dos feminismos (BIROLI; MIGUEL, 2014a). É possível, por conseguinte, relacionar a lógica do ódio e da misoginia a este pensamento, uma vez que o fenômeno político corresponde à manutenção das relações de poder e das mulheres enquanto grupo em seus “devidos lugares” (GING; SIAPERA, 2019),

²¹ O grupo do Facebook *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro* possui mais de dois milhões e trezentos mil membros mulheres e foi criado, em agosto de 2018, no contexto de eleições presidenciais brasileiras. Atualmente, o grupo está ativo e se define como “Grupo OFICIAL destinado a união das mulheres de todo o Brasil (e as que moram fora do Brasil) contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia, racismo, homofobia e outros tipos de preconceitos”. Em sua descrição, revelam acreditar na “grande oportunidade” de se reafirmarem “enquanto seres políticos e sujeitos de direito”, de união e de reconhecimento de suas forças. Disponível em: <<https://www.facebook.com/grupomuch/about/>>. Acesso em: 30/06/2020.

recorrendo, muitas vezes, à transmissão de uma mensagem através dos crimes de ódio (CHAKRABORTI; GARLAND, 2009), os quais não costumam estar centralizados na composição da violência (PERRY, 2001).

Outra convicção interessante deste movimento, principalmente no que tange às relações com a presente pesquisa, são as citações do amor na construção de uma antítese ao ódio (TV 247, 2018). Estas ordenações estabelecidas entre os sentimentos nos convidam a pensar sobre as suas definições, tanto na esfera pública quanto social. Neste capítulo, pretende-se examinar abordagens comunicacionais, filosóficas e sociológicas sobre esta *emoção* em profuso debate: o *ódio*. Esta investigação preliminar mostra-se necessária para o discernimento das dinâmicas da *misoginia*, sobretudo no ambiente *on-line*, e do fenômeno do *ódio às mulheres na política*. Propõe-se, portanto, o estudo das manifestações odiosas contra as mulheres na política na perspectiva das emoções, isto é, como elementos capazes de tonificar as hierarquias de poder (AHMED, 2014) e as macrorrelações sociais (REZENDE; COELHO, 2010).

2.1 Na micropolítica das emoções: o ódio

De acordo com Barbara Perry (2001, p.2), existe alguma centralidade da violência como modo de restringir e supervisionar as expressões das identidades. No entanto, são poucas as tentativas de interpretação do ódio e de seu posicionamento nas dinâmicas de opressão contemporâneas. Para a pesquisadora, apresenta-se como “curioso” o fato de que o crime de ódio (ou o ódio em si) não tenha sido extensivamente investigado nas áreas sociológica ou criminológica. Lembrando que, como foi discutido no capítulo anterior, as relações de poder conferem aos homens em posição dominante maior acesso à produção de conhecimentos, aos recursos e aos espaços de decisões; logo, essa observação parece evidente, e não apenas curiosa. Salienta-se, portanto, a importância de abordagens teóricas que incluam os crimes motivados por ódio para explicitar os atos violentos contra grupos sociais minoritários – gays, lésbicas, mulheres e grupos étnicos e religiosos – como mecanismos que realçam desigualdades.

Entender o vínculo entre emoções e crimes violentos, em um primeiro momento, pode parecer uma ideia abstrata ou subjetiva. Para o senso comum, muitas vezes, os sentimentos denotam uma natureza universal baseada nos aspectos de essência, de singularidade e de generalidade invariável, como algo espontâneo nos íntimos de cada indivíduo. Entretanto, os estudiosos que voltam suas reflexões para as emoções revelam a notoriedade dessa perspectiva. Rezende e Coelho (2010) defendem uma “antropologia das emoções”, indo de encontro a estas crenças como representações da sociedade. Torna-se possível, ao inserir as emoções no âmbito

das Ciências Sociais, distanciá-las das experiências humanas como sendo naturais e individuais, valorizando a relação entre cultura, sociedade e emoções. Isto relativiza a oposição entre razão e emoção, suprimindo a impulsividade conferida à última e permitindo a plena assimilação dos sentimentos como componentes dos contextos históricos e socioculturais em que emergem.

Mesmo que fatores psicobiológicos sejam ponderados, são verificadas regras de expressão aprendidas em convívio e internalizadas desde a infância, que influenciam estas manifestações. Por meio deste entendimento das emoções produzidas em mediação com a sociedade e com a cultura, entende-se que elas acarretam consequências na coletividade. A demonstração dos sentimentos gera efeitos, ainda, nas relações de poder, configurando a dimensão da “micropolítica das emoções”, que se refere à capacidade de dramatizar ou até mesmo alterar as macrorrelações sociais. Ou seja, elas são mobilizadas em contextos engendrados por variadas negociações de poder, expondo e modificando estas convenções (REZENDE; COELHO, 2010).

Já o modelo de “sociabilidade das emoções”, também formulado em contraposição à noção de interioridade, demonstra que elas não estão situadas nos sujeitos ou objetos, mas que criam suas próprias superfícies e limites pelo contato entre os elementos envolvidos. Isto significa que os sentimentos são produzidos e tomam forma mediante a circulação das práticas socioculturais, delineando os indivíduos e o meio social. Neste movimento circular, as emoções se tornam também permanentes e “pegajosas”, por meio de repetições concebidas nos jogos de poder. Negligenciá-las, por conseguinte, denotaria ratificar as estruturas de poder (AHMED, 2014). Este conceito é reforçado pela percepção de Ahmed (2014), que introduz a ideia de fluxo em “onda”, demonstrando que as emoções se movem nas diversas direções, pelas associações pegajosas entre sinais, figuras e objetos e pelas marcas deixadas no tempo e na historicidade.

Levando em conta esta “cultura política das emoções”, é possível identificar a função das emoções para moldar as superfícies de corpos individuais e coletivos – lógica que também explica a constante subordinação dos corpos femininos. Elas colaboram para o fortalecimento da hierarquia social, reforçando a divisão entre o “eu” ou o “nós” e os “outros”, vistos como ameaças. Sob esta ótica, quando os corpos são dissociados e se tornam “odiosos”, as ações de ódio são sempre dirigidas a eles com um apego negativo. No sistema de ódio como “economia afetiva”, a origem ou o destino não se encontra no sujeito, dado que ele é somente uma parte dessa equação e as emoções não residem positivamente em algo ou alguém. Elas circulam entre significantes nas relações de diferença e de deslocamento, em um campo social, material e psíquico, isto é, são efeitos de sua própria circulação. Como não é possível reduzir esta emoção a um determinado corpo, ela circula de modo econômico, no sentido de distinguir uns de outros.

Há, então, um processo de leitura, atribuição de significados, avaliação ou julgamento sobre os indivíduos como benéficos ou prejudiciais segundo o modo como afetam os demais. Conclui-se, portanto, que as emoções podem ser caracterizadas como intencionais, pois envolvem uma orientação relacionada a um objeto, e relacionais, na medida em que circundam ações e abordagens diante dos outros. O ódio, por seu turno, propicia a separação contínua entre “nós” e “outros” e a violência incessante sobre os corpos dos “outros”, recorrendo à alegação de proteção. Sempre intencional, o ódio se direciona contra algo ou alguém e costuma associar-se, em geral, a todo um grupo de pessoas (AHMED, 2014).

Para Birgitte Johansen (2015), a direção, ou intencionalidade, é parte constituinte e definidora das emoções, que são expressas, experimentadas e decodificadas nas mediações socioculturais das vidas em sociedade, assim como as linguagens. O afeto, então, permite a produção de sentidos e atinge corpos, objetos, espaços e ações, sendo vinculado a normas sociais e significados compartilhados, que podem ser instáveis e imprevisíveis na linguagem de circulação. A experiência emocional é percebida como organizada, cultivada e produzida em práticas discursivas e em técnicas educacionais e de governança. Neste tecido social, o ódio é localizado como um conjunto de narrativas, avaliações, ações e configurações corporais que podem ser manifestadas por várias materialidades.

Aurel Kolnai (1998) acrescenta, ainda, que o movimento peculiar do ódio, dirigido a impactar o objeto intencional, atinge seus alvos através de símbolos de destruição, como humilhações, insultos e expulsões. Regido por este intuito destrutivo, o ódio pressupõe aspectos como depreciação, antipatia e condenação. Sendo um sentimento moral, é expresso contra o que é concebido como moralmente maligno. No entanto, a intencionalidade não se atém ao objeto em si, mas engloba seu *status* existencial no mundo e a coletividade. Observa-se, então, que não é mera reprovação moral ou reação a ameaças pessoais. Esta emoção se apresenta como um compromisso à hostilidade, em decorrência da configuração dos fatos nos quais a experiência é supostamente afetada pela existência do objeto.

O ódio, popularmente identificado como oposto ao amor é, na verdade, antagônico à indiferença, uma vez que se cria apego à relação destrutiva do sujeito odiado. Este “compromisso à hostilidade” é associado à noção de prejuízo, como se os “outros” fossem causadores de lesões pessoais. Para isso, há a formação de “figuras de ódio”, em conjunto, na construção de uma ameaça comum. O perigo vinculado a elas estaria relacionado à ameaça de retirar-lhes algo (como emprego, segurança, riqueza) ou de tomar o lugar do “eu” e do “nós”. Promove-se, assim, a materialização da superfície dos corpos coletivos (KOLNAI, 1998).

É possível compreender que o ódio, na realidade, dispensa causas lógicas. Para odiar, basta supor que o indivíduo possui esta ou aquela característica, o que o faz ser direcionado, também, a classes de pessoas. Ele visa gerar dano e, ao contrário de outras emoções hostis, não compadece – não há espaço para rendição (ARISTÓTELES, 2019). A presença ou a simples existência dos “outros” torna os corpos odiados, segundo esta sentença definitiva de causalidade e origem de dano e dor. Há aqui uma negociação de demarcações entre os corpos e o desejo pelo afastamento e pela expulsão da proximidade corporal e social, que pode ocorrer também no nível inconsciente.

Dessa forma, o objeto de ódio é visto como algo ruim, mau, ameaçador ou indesejável, em recorrência a estas crenças. Busca-se, por essa razão, negá-lo, afastá-lo, suprimi-lo ou destruí-lo. Nota-se que o ódio é direcionado à totalidade da identidade dos odiados e não às suas ações, pois está relacionado não ao que o outro fez ou faz, mas ao que ele é, a todo o seu ser ou completude. Isto diverge de emoções como a raiva e o ressentimento, nas quais as ações dos objetos é que são vistas com contrariedade. Deseja-se, por isso, a sua extinção ou aniquilação, posto que as alternativas de mudança, restauração ou redenção representam a impossibilidade de algo fixado (JOHANSEN, 2015). Desta maneira, o ódio cria uma generalização sobre a pessoa ou categorias de pessoas, como a das mulheres e das mulheres na política, reduzindo-as a uma dada aptidão intolerável e imutável.

Além deste alinhamento entre indivíduos de um grupo social, o ódio visa à experiência de dor para a destruição ou reconfiguração da interioridade do outro. As vítimas, por seu turno, se unem com outros seres odiados neste vínculo com a ideia de risco, lesão, contaminação ou invasão. Os testemunhos dessas práticas seriam os respectivos corpos. Todavia, deduzir que suas complicações não são claras ou que elas não solidificam atributos de grupos sociais – e, por tabela, não causam danos às interioridades de membros de grupos violentados –, não as tornam menos injustas. Ainda assim, a subjetividade das definições de ódio é utilizada, com frequência, como barreira para o estabelecimento de leis, soluções e punições (AHMED, 2014).

Ao exercer influência em processos históricos, o ódio precisa ter a sua participação reconhecida. Isto é dificultado, muitas vezes, porque esta emoção parece ser ininteligível e facilmente confundida com atitude, disposição, traço de personalidade ou com outros sentimentos, como a raiva e o ressentimento. O ódio, de fato, é uma emoção intensa, ordinária, componente de agregações e integrante da história. No discurso fascista, por exemplo, são identificados usos defensivos do ódio. Os grupos fascistas se apresentam, muitas vezes, como organizações que agem movidas pelo amor – uma ferramenta que serve como justificativa e

persuasão. Pensar essa dimensão histórica suscita averiguar, com maior profundidade, a mobilização e as dinâmicas do ódio (JOHANSEN, 2015).

Faz-se necessário ressaltar, mais uma vez, que esta emoção não engloba apenas situações extremistas, mas faz parte do cotidiano. Isto não deve, entretanto, minimizar ou retirar a responsabilidade dos indivíduos que praticam os chamados crimes de ódio. Tratar legalmente estes crimes seria um método de lidar com injustiças e violências contra grupos minoritários. O papel do ódio se tornaria explícito e a sua categorização poderia ser útil para os processos de reparo. Ao centralizar esta emoção, os seus vínculos com a política do preconceito e da violência estrutural são evidenciados, até mesmo em seus âmbitos psíquicos e corporais. Dessa forma, pode-se ter clareza de que a análise do crime de ódio como categoria evidencia que a violência contra minorias sociais envolve poderes viscerais, corporais, sociais e estruturais.

Neste percurso, o crime de ódio se apresenta como uma violência contra agrupamentos de pessoas, mesmo que ocorra contra um único indivíduo, com o objetivo de destruição dos corpos odiados. Isto é, os crimes de ódio são aqueles praticados contra alguém devido ao pertencimento a um grupo social minoritário, como raça, sexualidade, gênero e religião – o ódio ao coletivo é reconhecido no corpo da pessoa odiada. Fixa-se, assim, ainda mais as desigualdades, em uma relação entre “bons” e “maus”, confinando sujeitos como “figuras de ódio” a partir do caráter negativo imposto a seus corpos. Este processo não se limita apenas ao instante de violência e não se encerra nesta prática.

A rejeição da existência de grupos sociais minoritários ou a limitação de suas possibilidades vincula-se, com razão, às ideias de injustiça e violência inscritas em leis. Compreender os crimes de ódio como modalidade não significa que eles sejam um conjunto de ações dissociadas das organizações sociais. A repetição de alguns sinais indica que eles são envolvidos pelo ódio e são produtos da história. A associação a uma concepção jurídica é útil, então, para tornar mais explícitas as consequências do ódio, sem deixar de lado as historicidades emocionais (AHMED, 2014).

A ênfase em direitos e nos atos discriminatórios fez com que movimentos sociais diversos se unissem contra o ódio e contra a violência direcionada às minorias e focassem nos problemas sofridos por elas. Nos Estados Unidos, onde a exploração do vocábulo e as mobilizações em grupo acontecem há muitas décadas, o termo foi outorgado no direito penal em diversos estados, com leis já aprovadas sobre esta temática. Esta adoção enfatiza sua magnitude social e política, que supera barreiras de ambiguidade conceitual, contemplando as experiências das minorias e os pontos comuns de suas vitimizações (CHAKRABORTI; GARLAND, 2009). As políticas voltadas para o combate à violência, incluindo prevenção,

responsabilização dos agressores e assistência às vítimas, também são beneficiárias desta categorização.

No entanto, sabe-se que esta questão envolve muitas problemáticas. Uma delas é que a violência acaba sendo relatada por poucos à polícia ou agências responsáveis. Também é corriqueiro que, no ato de denúncia, haja uma segunda violência, e que as vítimas que reportaram o crime não fiquem satisfeitas com o resultado. Em pesquisas, a valorização dos dados quantitativos em prol de uma suposta objetividade também é limitante. Tem-se, também, o cerne na figura da vítima, e não nos agressores, e uma tendência à marginalização das experiências em constante repetição. Além disso, muitas vezes, os crimes relativos a grupos minoritários são tratados como incidentes ou eventos estáticos de outras ordens. Logo, as políticas costumam focar apenas nestas violações de normas e em instantes específicos e descontextualizados, excluindo suas dimensões complexas e difusas.

A admissão dos crimes de ódio como um processo social, incongruente à lógica de incidentes, contribui para o seu real entendimento. A experiência da vitimização é repetida e sistemática, possui uma continuidade de violência, ameaça e intimidação, além de exibir complexas relações entre os atores sociais envolvidos. Portanto, para a descrição e controle eficaz, é necessário conceituá-los com base no contexto geográfico, social, histórico e político. Ou seja, é relevante inserir outros métodos de análise das experiências de vitimização múltipla, em conjunto com a investigação criminal padrão. Ignorar esta conexão e reduzir os processos sociais dinâmicos a uma série de incidentes traz perdas para esse âmbito.

Quando um indivíduo é atacado, de maneira geral, é habitual olhar para a vítima, para o agressor e para o relacionamento entre eles. Nos crimes de ódio voltados às minorias sociais, o processo de vitimização não é limitado ao indivíduo e ao seu grupo social, estende-se também às famílias, aos amigos e às comunidades como um todo. Eles possuem qualidade duradoura, influenciam condutas e induzem as sensações de medo e insegurança que transcendem os momentos inerentes aos atos odiosos. São uma questão política e podem, de fato, causar danos às sociedades (BOWLING, 1993).

Vê-se que o crime de ódio traz diversas complexidades em sua definição e análise, por conta da associação a questões de marginalização, vitimização e diferença. Também por isso, classificar os conflitos contemporâneos por meio desta categoria não tem sido o mais usual. Por outro lado, algumas vezes, até mesmo a mídia utiliza o rótulo do “crime de ódio” em suas manchetes e chama atenção do público, que pode passar a associá-lo a um problema social significativo. É, inclusive, provável que hoje os crimes de ódio estejam sendo priorizados nas

agendas acadêmicas e políticas muito mais do que em qualquer outro período (CHAKRABORTI; GARLAND, 2009).

Para a identificação destes crimes, Jack Levin e Jack McDevitt (1993) formulam tópicos que auxiliam a mensuração de tendências, como a brutalidade excessiva, a vitimização de estranhos, a permutabilidade de vítimas e os agressores múltiplos. Além da maior probabilidade de ameaças físicas ou danos se dirigirem a indivíduos ao invés de propriedades, também há maiores chances de essa violência se encaixar como excessivamente brutal nestes delitos. As agressões são cometidas, muitas vezes, contra estranhos e envolvem vários infratores em conjunto. O fato de a vítima representar um grupo social a torna suscetível a ataques, sendo seus atributos individuais irrelevantes ou secundários. Sobre os agressores, é possível afirmar, em geral, que homens brancos jovens são constantemente responsabilizados.

Nessa dinâmica, Paul Iganski (2008) defende que a vítima seja sempre centralizada, frisando que esta modalidade de crimes causa maiores danos do que qualquer outro tipo de delito, sendo esta uma característica partilhada e “segura” para a classificação. A inclusão das vítimas no processo político torna-se importante para a apreensão destes crimes, assim como a experiência de agressão e a mediação do tecido estrutural. É proposta, também, a quebra do pensamento de que eles são cometidos apenas por fanáticos extremistas, excluindo indivíduos quaisquer. Por isso é tão pertinente desvendar as tensões e circunstâncias sociais envolvidas neste confronto, que inclui diversos atores sociais e leis, as quais representam uma oportunidade de reconfiguração do tecido estrutural, com o apoio da legislação, além de uma ruptura no contexto sociocultural em que emergem estas violências.

A respeito das intervenções legislativas, críticos recorrem aos perigos da punição apoiada em pensamentos, subjetividades e emoções em vez de ações, enquanto defensores do uso do termo apontam que o reconhecimento das minorias vulneráveis caminha de acordo com a política dos crimes de ódio. A lei pode oferecer proteção específica, difícil de ser alcançada sob outras formas de acusações, já que o dano é distinto dos ocasionados por outros delitos. Representa, também, a condenação pelos crimes fundamentados em discriminações, como as relacionadas à raça/etnia, orientação sexual, religião/fé ou deficiência (CHAKRABORTI; GARLAND, 2009).

Recapitulando, as respostas aos crimes de ódio dependem de sua conceituação universal, a qual não é autoevidente. Ao contrário do que se pode pensar, eles não são simplesmente delitos nos quais o agressor odeia a vítima. O traço principal destes crimes é, justamente, o pertencimento da vítima a um grupo social minoritário, com menos possibilidades políticas e econômicas, em uma estrutura hierárquica composta por relações de poder. Ou seja, a vítima,

conhecida ou não, é escolhida devido à sua participação em um grupo minoritário e é percebida como uma ameaça à qualidade de vida do criminoso. Esta categoria figura como extensão dos preconceitos, marginalizações e opressões vivenciadas por minorias sociais em suas rotinas. Importa aqui conceber as motivações sociais e políticas desta violência de ódio intrínseca ao sistema de crenças que, por sua vez, frequentemente legitimam as violências (PERRY, 2001).

É pertinente recorrer a Benjamin Bowling (1993) e assimilar que os crimes de ódio não são incidentes isolados, já que a própria cultura de privilégios pressupõe esta lógica. Estes atos funcionam como mecanismos de poder e opressão direcionados a grupos já estigmatizados, visando a uma reafirmação das hierarquias estipuladas pela ordem social vigente. Há a reconfiguração da hegemonia do “nós” – agressores privilegiados – e a subordinação do “eles” – vítimas sem direitos e prestígio – em uma demarcação dos padrões de desigualdade social e política. Certamente, os comportamentos violentos, intimidatórios e odiosos não são problemas estáticos, e, sim, históricos e culturais, incorporados nas interações entre os grupos. São processos dinâmicos situados socialmente e envolvem contextos, atores, estruturas e agências. Como já visto anteriormente, não são direcionados apenas à vítima, mas para o grupo ao qual ela pertence e, por isso, geram medo, hostilidade e suspeita a partir de seu predicado simbólico (PERRY, 2001).

Desse modo, os crimes de ódio projetam uma mensagem para os grupos em questão, que Chakraborti e Garland (2009) definem como *message crimes* – isto é, funcionam como atos comunicativos, transmitindo a mensagem de que todo o grupo social ao que a vítima pertence é discrepante ou indesejável em determinados espaços. O impacto do crime, dessa forma, se estende para além da vítima, gerando sentimentos de apreensão, vulnerabilidade e tensão entre todos os indivíduos do mesmo grupo. As perturbações negativas incluem, também, manifestações físicas, como pressão arterial elevada e batimentos cardíacos acelerados; e sintomas psicológicos, como angústia e medo; gerando uma experiência de sofrimento e dor (AHMED, 2014).

Ainda sobre o aspecto comunicacional, para Reddy (1997), as expressões emocionais vão além de estruturas discursivas ou práticas normativas, visto que apresentam um caráter bidirecional e uma capacidade única de alterar o que “se referem” ou “representam”. Dessa forma, elas não podem ser meramente definidas como afirmativas ou performativas, mas como um terceiro tipo de enunciado comunicativo – que, segundo ele, não recebeu a devida formulação teórica. Estes atos comunicativos emotivos, portanto, possuem potencial transformador e incluem a forma como cada cultura organiza e manifesta as emoções nos planos da ação e do discurso.

Apesar da escassez de teorias sobre o assunto, os crimes de ódio e as suas repercussões não são fenômenos novos, uma vez que a violência motivada pela dessemelhança do outro é uma prática milenar. Notadamente, a violência contra grupos minoritários permanece sendo utilizada como mecanismo de opressão ao longo da história. Os sistemas e o próprio Estado também colaboram para a sua práxis (PERRY, 2001), como, por exemplo, nas ausências de leis ou, até mesmo, nas manifestações odiosas livremente esboçadas por líderes políticos (FRASES..., 2018). Muitas vezes, essa legitimidade advinda do Estado contribui para facilitar a violência contra grupos minoritários, como acontece na falta de proteção legal às mulheres que sofrem violência doméstica ou nas relações matrimoniais. As definições legais acabam minimizando o caráter duradouro da opressão e a intencionalidade dos ataques. Outro problema enfrentado é a subnotificação dos crimes de ódio, que também tende a ser maior do que a registrada para outros delitos, assim como a vitimização secundária cometida pelos agentes da lei.

Em geral, os arranjos institucionais e as políticas vigentes são conectados em uma estrutura que facilita a reprodução destes atos. A visão dominante é a do poder masculino branco, que impõe lugares apropriados para os grupos subalternos. No entanto, este ordenamento é abalado quando as minorias são resistentes aos critérios externos ou violadores das normas, como as de feminilidade, no caso das mulheres. Na dinâmica do crime de ódio, por conseguinte, estes homens brancos ratificam seu lugar na estrutura social por meio do exercício de intimidação e controle, em resposta a uma possível ameaça ou perda de posição relativa (PERRY, 2001).

Na sociedade brasileira, são notáveis os padrões de repetição de ódio e vitimização marcados tanto nas conquistas iniciais feministas, a exemplo da luta pelo direito ao voto no século XX (MIGUEL, 2014a), quanto na exigência de direitos trabalhistas neste século (VIEIRA, 2012). Dessa forma, eles expressam suas inseguranças e elas são constantemente levadas a lembrarem seus lugares políticos e seus *status* subordinados. É interessante ressaltar, contudo, que o fenômeno cultural não se restringe apenas aos atores em situações de tensão, mas englobam, também, indivíduos em posições confortáveis. Por isso, há uma conceituação mais ampla dos crimes de ódio, classificando-os como mecanismos de poder que visam à manutenção das hierarquias por intermédio da violência ou ameaça de violência (verbal ou física) dirigida a indivíduos estigmatizados na sociedade, em defesa de uma suposta ordem social. Nesta circunstância, a violência motivada pelo ódio mostra-se como um recurso para “fazer diferença”, delimitando-as.

No caso da violência de gênero, há a perpetuação da marginalização conferida às mulheres a fim de demarcar os gêneros. Para isso, elevam características supostamente ligadas a masculinidades, como a força, a agressividade e o domínio, enquanto vinculam a fraqueza e a passividade às mulheres. As marcas profundas dessa violência não são conferidas apenas às vítimas, mas a todas as mulheres e à sociedade em geral. O crime de ódio contra as mulheres, de fato, não se assemelha a nenhum outro tipo de delito, por conta de sua capacidade constitutiva de envolver atores além das vítimas e agressores imediatos. São atos simbólicos que visam atingir um maior número de mulheres propensas. Com o uso da violência, nesta lógica, procura-se intimidar e controlar as mulheres como um todo, e não apenas as vítimas imediatas e diretas (PERRY, 2001).

O crime de ódio contra as mulheres funciona, dessa forma, como mecanismo de imposição de normas e expectativas sobre os corpos femininos. Situá-los sob esta perspectiva permite maior clareza sobre as suas dinâmicas misóginas. Interpretar o ódio como fenômeno extremo e desvinculado das questões de gênero, por outro lado, obscurece as disputas e os agenciamentos da sociedade patriarcal. Este equívoco teórico e político colabora para o enquadramento dos crimes como exceções, vinculando-os, muitas vezes, a transtornos mentais e patologizando a conduta criminal (FREIRE FILHO, ANJOS, LOPES, 2020).

Ainda sobre a necessidade de evidenciar a misoginia, há, por exemplo, a experiência da violência sexual integrada na vida cotidiana das mulheres em modo contínuo. Uma mulher pode nunca ter sido vítima de algum ataque, mas tem ciência de que pertence a um grupo que é constantemente ameaçado e pode vir a sofrer o mesmo. Este ponto tem sua compreensão facilitada quando relacionado às vivências de subordinação e assédio diários (BOWLING, 1993). Em pesquisa realizada nos Estados Unidos, mostrou-se que as mulheres não estão seguras nas ruas, nos seus ambientes de trabalho, nas suas universidades, nas suas casas ou entre seus amigos e familiares. Esta afirmação, assim como a violência ou a ameaça de violência, faz parte da experiência de vida das mulheres. O fator de risco é, justamente, o feminino. No cotidiano, todas as mulheres podem, a qualquer momento, estar vulneráveis ao assédio, à intimidação ou à violência motivada por ódio apenas por serem mulheres e representarem o outro desvalorizado e ameaçado.

Em relação à violência extrema do homicídio – ou feminicídio, por verificar a natureza explícita de gênero –, a maioria das mulheres são assassinadas por homens, principalmente conhecidos pelas vítimas. Além disso, historicamente, os assassinos em série também tendem a executar mais mulheres. Quando a violência sexual é posta em questão, vê-se que cerca de quinhentas mil mulheres relatam estupros e agressões sexuais anualmente, sendo que as

estatísticas mostram taxas expressivas de uma a cada três mulheres como vítima de estupro durante a vida. Elas também são as vítimas mais assíduas de assédio sexual no trabalho e de violência doméstica, assim como em outros modos e locais de agressões.

Não é surpreendente perceber que a principal causa de lesões às mulheres é o espancamento, como punição, controle e demonstração de domínio e virilidade. O que se deseja, por fim, é mantê-las nos lugares considerados ideais para elas e expressar a necessidade de se adequarem aos imaginários de feminilidade, partindo de suposições generalizadas. Esta mensagem é profusamente transmitida, mesmo que nem todos os homens cometam violência contra todas as mulheres, já que a ameaça é internalizada por elas, com frequência, pela intimidação coletiva dos crimes de ódio, ainda que só se viole um único indivíduo (PERRY, 2001).

Os misóginos podem, por exemplo, amar suas mães, irmãs, filhas, esposas, namoradas etc. Para serem considerados como tais, não precisam cometer crimes de ódio às mulheres de modo generalizado ou universal. Além disso, a própria ideologia patriarcal não pressupõe um mundo livre de mulheres, já que possui interesse na integração às famílias prototípicas em que há uma série de atividades destinadas a elas, tornando-se úteis ou até indispensáveis. Reforçar essa lógica, entretanto, não significa negar que todas as mulheres são potencialmente vulneráveis a ameaças e punições misóginas (MANNE, 2018).

O privilégio e a superioridade dos agressores são, assim, reafirmados a partir de roteiros pré-definidos, que restringem a vida em sociedade e os papéis sociais de gênero. Este pensamento é reforçado em cada ambiente frequentado por elas e nos diversos domínios, como se, aos homens, fosse concedida uma permissão cultural para odiar e vitimar as mulheres. Mitos, estereótipos e ideologias corroboram constantemente essas relações de poder, associadas, também, à raça, trabalho e sexualidade. As premissas culturais, tolerantes à vitimização das mulheres, favorecem que elas permaneçam objetificadas, minimizadas e culpabilizadas (PERRY, 2001). A misoginia possui, então, dinâmicas particulares e comoventes, que devem ser profundamente investigadas.

2.2 Misoginia *on-line* em debate

Há sempre grupos específicos em situações de inferiorização para que haja seu oposto superior. De modo geral, as categorias subalternas são formadas por pessoas de países subdesenvolvidos, de classe social baixa, idosas, negras ou do gênero feminino. Este ordenamento dicotômico é o que possibilita a constituição de um indivíduo como um “outro”,

o qual é considerado desviante ou não normativo. A crítica a isto incide no fato de que as diferenças têm sido operadas, equivocadamente, como instrumento para separação e rejeição. Não são reconhecidas ou examinadas com profundidade para fins de analisar os efeitos das segregações sobre os comportamentos e as expectativas sobre as pessoas. Diante destas diferenças humanas, a reação é, muitas vezes, o medo e a aversão. Para lidar com elas, há três maneiras comuns: ignorar, caso seja possível; copiar, se compreendê-la como dominante; ou destruir, se julgá-la subordinada (LORDE, 2007). O ódio e a misoginia, como já visto no tópico anterior, acompanham esta última lógica.

A misoginia, para a visão do senso comum, é uma característica interna de agentes individuais, deslocados do entorno social ou da cultura. Esta “concepção ingênua”, de acordo com Manne (2018), dificulta seu entendimento para além daqueles atos violentos cometidos por homens notoriamente hostis às mulheres como um todo e ocasiona graves consequências políticas. Assim, quando a misoginia é inferida como algo inefável ou unicamente psicológico, apresenta-se com complexidade e até impedimento de identificação. O ódio às mulheres é, por certo, constituinte de sistemas e ambientes sociais, devendo ser assimilado, também, como um fenômeno político relevante.

Seguindo a mesma dinâmica do crime de ódio, a misoginia representa uma forma de violência que se estende ao coletivo por meio do ato violento contra os corpos das mulheres. Ou seja, há a percepção do grupo social formado por mulheres no corpo de cada uma delas, mesmo que a violação seja praticada apenas contra uma única mulher (AHMED, 2014). Evidenciado por hostilidades, normas e expectativas impostas, o controle sobre elas é extremamente rigoroso. A necessidade de comando parte do pressuposto de que são uma fonte de ameaça, principalmente quando não há uma adequação aos padrões considerados ideais (MANNE, 2018).

Dessa forma, as manifestações de misoginia podem ser percebidas como um método ou um conjunto de métodos utilizados, de maneira consciente ou não, para a manutenção das mulheres em seus “devidos lugares”, os quais são determinados pelos sujeitos dominantes. A misoginia é empregada, historicamente, como estratégia política para “domesticar” as mulheres, controlar suas sexualidades e prejudicar a solidariedade feminina. Pode-se afirmar, por conseguinte, que a violência de gênero constitui as bases da sociedade patriarcal, contendo somente algumas diferenciações ao longo do tempo. Se, desde o século XV, queimavam-se as “bruxas” nas fogueiras, hoje, ativistas do Movimento pelos Direitos dos Homens (em inglês, *Men's Rights Activism* – MRA), por exemplo, também estão unidos em sua misoginia na *web* (GING; SIAPERA, 2019).

Eugenia Siapera (2019) argumenta, inclusive, que a misoginia *on-line* atual exerce uma função semelhante à da caça às bruxas na passagem do capitalismo feudal para o industrial: a de reestruturação da sociedade. O movimento de perseguição religiosa e social, iniciado na Idade Média, buscava disciplinar e coagir as mulheres, com o uso da violência, na transição de sistemas políticos e econômicos. Neste momento, os esforços se concentravam na exclusão da mulher na vida pública, na ratificação de distinções bem delimitadas entre feminilidade e masculinidade, na atribuição da reprodução biológica e social como obrigação inerente às mulheres e na associação de emocionalidade, fraqueza e falta de controle a elas. Assim, as mulheres foram, constantemente, degradadas e atacadas, privadas de sua autonomia pelas leis, amordaçadas em público ou queimadas na fogueira.

Já a misoginia *on-line* contemporânea pode ser vista como um meio de impedir a atuação das mulheres na construção pública da realidade tecnológica atual. A função política deste ódio seria, assim, a exclusão contínua ao acesso a recursos materiais, ao controle dos meios de produção e à participação plena das mulheres, indo além das guerras culturais. O objetivo do direcionamento desta emoção às mulheres é configurar a manutenção e a fixação da posição delas na sociedade. Assim como a presença e a atuação na esfera pública já foi negada, certos espaços *on-line* também são proibidos a elas. Verifica-se, desta forma, uma resposta às mudanças na ordem social e nos âmbitos político e econômico e um recurso para a subjugação e a exploração feminina (SIAPERA, 2019). Também é preciso considerar os modos de participação nas decisões sobre desenvolvimento tecnológico, uso, acesso e distribuição de recursos, de acordo com raça, classe, idade, localização geográfica etc. (NATANSOHN; ROVETTO, 2019).

Ruth Lewis, Mike Rowe e Clare Wiper (2019) também reafirmam a ideia de que o abuso *on-line* é uma nova manifestação de atitudes familiares ou velhos problemas. Porém, centralizam a perspectiva das vítimas nesta continuidade de antigas e já estabelecidas formas de ódio, em detrimento do viés tecnológico. Cabe ressaltar que os autores consideram este fenômeno tanto como uma forma de violência contra a mulher quanto um crime de ódio. Para eles, não seria adequado categorizar apenas como crimes de ódio para não acarretar a exclusão das violências contra as mulheres. Enquanto o primeiro termo é dotado do componente sinalizador e ocorre, na maior parte das vezes, no domínio público, o segundo é definido como privado e alheio ao sistema de justiça. A observação do ódio em tramas complexas de relações afetivas entre vítima e agressor também aparece como elemento de problematização. No entanto, apesar dos possíveis embates entre as nomenclaturas, é interessante considerá-las em

prol da identificação de respostas aos danos, já que as mulheres têm constatado este comportamento como constituinte de uma “cultura” da violência incessante.

Entre os diversos termos que pretendem descrever este fenômeno no ambiente virtual, estão o ódio cibernético de gênero, a violência facilitada pela tecnologia, o discurso de ódio *on-line*, a violência *on-line* contra mulheres e a misoginia *on-line*. É ostensivo que a redução a determinadas expressões é limitada e pode não incluir a diversidade das situações experimentadas pelas mulheres. Opta-se, portanto, pelo conceito de misoginia *on-line* em virtude de sua amplitude e destaque para a internet como espaço desigual, inseguro e não inclusivo para elas. Esta conceituação abrange, sobretudo, as variadas formas de danos, contemplando silenciamentos, censuras e outras modalidades de ódio para além da manifestação de violência. Leva-se em conta que há uma continuidade entre manifestações *off-line*, assim como facilidades e novas formas de opressões de acordo com as possibilidades tecnológicas.

Apesar de não ser um fenômeno inédito, têm sido mais assíduos os debates e estudos voltados para as crescentes violências baseadas em gênero e sofridas por mulheres no meio *on-line*. É muito mais comum que elas sejam alvos de tipos graves de abusos ou assédios sexuais no universo digital. Os impactos a estas hostilidades também são desproporcionais entre os gêneros, como os seus efeitos psicológicos – que são mais recorrentes entre as mulheres. Esta circunstância inclui fatores tecnossociais e, irrefutavelmente, emerge de circunstâncias culturais amplas. Também engendram este quadro processos como a defesa do pós-feminismo, a retórica da masculinidade em crise e a ascensão de grupos que visam aos direitos masculinos antifeministas (GING; SIAPER, 2018).

Nesse contexto, está, por exemplo, a *revenge porn*, pornografia divulgada de modo não consensual por motivos de vingança, que vitimiza majoritariamente as mulheres. As pornografias de vingança se caracterizam como uma nova categoria de violência contra o corpo feminino no mundo contemporâneo. Na maioria dos casos, a exposição pública de fotos ou vídeos íntimos (com teor sexual e/ou erótico) é realizada por antigos parceiros do sexo masculino após o término de seus relacionamentos. A vítima de tal delito é, ainda, culpabilizada pela sociedade e enfrenta diversas consequências, como danos psicológicos, sofrimento emocional, problemas familiares e sociais (CAVALCANTE; LELIS, 2016).

Esta violência opera por meio da vergonha e seus elementos sociais afetam as mulheres por conta das normas de gênero determinadas, permitindo um resultado mais drástico para elas. O “sentir-se envergonhada” é concebido de forma desproporcional, porque implica uma série de significados problemáticos, como a noção em voga de que as imagens divulgadas são

“provas” de que elas são “vadias”. Mesmo que a privacidade do homem seja invadida quando ele é vítima desta infração, a sua sexualidade é vista como natural e o impacto não ocorre no mesmo nível entre os gêneros (AMUNDSEN, 2019). Sistemáticamente, os desfechos destes atos são irreparáveis e motivam suicídios entre mulheres e meninas, como o caso da brasileira Karina, de apenas 15 anos, que tirou sua própria vida por sentir vergonha e sofrer com gestos agressivos após seus *nudes* serem vazados pelo ex-namorado (JOVEM..., 2017).

As inúmeras tentativas de degradar sexualmente as mulheres e meninas são exemplos desta violação persistente. Há uma intenção excludente relacionada à veiculação da mensagem como ação comunicativa pública. Nos espaços *on-line*, deseja-se salientar que elas não pertencem aos locais de trocas culturais, sociais e políticas – sobretudo as mulheres consideradas transgressoras de normas patriarcais de gênero. Tentam, portanto, isolar, silenciar e limitar a participação delas no mundo público. Existe, também, um caráter performativo ligado à noção de identidade e a este *status* comunicador. Os abusos relacionados a gênero no ambiente digital demonstram, portanto, a complexidade das relações de poder e são, frequentemente, utilizados para humilhar, controlar, ameaçar ou organizar atos de violência (LEWIS; ROWE; WIPER, 2019).

Como exemplo desta realidade de ódio e desvalorização das mulheres compartilhados virtualmente, pode-se citar os fóruns da *deep web* da comunidade *incel*. Este termo faz referência aos “machos betas” involuntariamente celibatários e romanticamente rejeitados (NAGLE, 2017). Dentro da ideologia de supremacia masculina, eles se definem como incapazes de encontrar uma parceira romântica ou sexual por culpa das mulheres e do movimento feminista, o que geraria indignação e frustração. Através da internet, o grupo expõe seu sentimento de ódio em livre expressão. Nos seus discursos, buscam denegrir e desumanizar as mulheres, contendo até mesmo a defesa de violência física e sexual contra elas e a organização de ataques (JANIK, 2018).

A professora universitária, blogueira e feminista Lola Aronovich foi uma das principais vítimas desse grupo em âmbito brasileiro. Ela recebeu profusas intimidações e conteúdos odiosos nos fóruns digitais, incluindo diversas ameaças de tortura, estupro e morte. Desde 2011, a professora lida com este ódio ininterrupto, que é repassado também por telefonemas e se estende aos seus familiares em prol de seu sofrimento. Segundo ela, um dos objetivos dos criminosos é silenciar as mulheres, principalmente as feministas (AMEAÇAS..., 2015). Aronovich (2019) afirma, ainda, que descobriu um nível de misoginia que não conhecia fora da internet. Entre as agressões realizadas, estão as copiosas ligações em sua casa, o oferecimento de recompensas para quem tirar a sua vida, a tentativa de impedir seu ofício sob ameaça de

atentado com bomba na universidade em que trabalha e até a negociação de sua morte com um ex-policia.

A partir dos comentários deixados em seu *blog*, *Escreva Lola Escreva*, pode-se conferir o teor dos comentários dirigidos a ela. Em um deles, o sujeito afirma em anonimato:

Lola, você destruiu minha vida. E obrigado por isso. (...) Não dava mais pra parar, Lola: nesse ponto da minha vida, você já era a pessoa que eu mais odiava. E lá se foram três anos entrando todos os dias em seu maldito blog e me espantando todas as vezes. Eu já odiava feministas e esquerdistas antes de conhecer seu blog, mas a coisa aumentou (...) depois de ter te conhecido. (...) Eu te odeio, Lola, e eu amo te odiar (ARONOVICH, 2019, p. 17-18).

Este relato exhibe a dimensão e o cultivo da misoginia. O indivíduo em questão está, realmente, abordando o sentimento do ódio, e não qualquer outro. A partir desta emoção, cria-se apego à relação destrutiva do objeto odiado – como é possível observar na “dedicação” em acompanhar a vida e o trabalho da professora. Há, de fato, um “compromisso à hostilidade” tratado com seriedade e diligência pelo odiador. Criam-se figuras de ódio associadas à convicção de prejuízo, como se os “outros” fossem causadores de suas lesões pessoais. Isto também é verificado no trecho retratado acima, a partir do reforço ao pensamento de que Lola havia “destruído a sua vida” (KOLNAI, 1998).

O debate sobre a violência praticada por razões de gênero origina-se no reconhecimento da distinção entre características femininas e masculinas. Essa expectativa binária, por sua vez, permite a construção das noções de mulheres como “boas” ou “ruins”, de acordo com a adesão aos papéis determinados em sociedade. Caso a feminilidade seja apresentada pelo comportamento passivo e submisso, a mulher está cumprindo o que é esperado. Já se é representada por egoísmo, promiscuidade ou resistência, ela é má e, portanto, merece a violência que lhe é dirigida. A culpa, portanto, recai sobre a própria mulher, por conta de suas supostas falhas ou provocações. Isto faz parte do desenvolvimento da misoginia (PERRY, 2001). Por isso, as vítimas de *revenge porn*, feministas atuantes, como Lola Aronovich, e tantas outras mulheres que subvertem estes ordenamentos são consideradas más e responsabilizadas pelas violências que sofrem.

As agências de justiça, por seu turno, revelam dificuldades em lidar com o aumento de denúncias de delitos *on-line* contra as mulheres, em conjunto com as formas não eficazes de legislação e investigação em vigor (LUMSDEN; HARMER, 2019). Entretanto, devido à enorme repercussão midiática, o caso de Lola Aronovich resultou na aprovação da Lei nº 13.642/18, a Lei Lola, que atribui à Polícia Federal a responsabilidade de investigar crimes

contra as mulheres na internet. É interessante enfatizar que esta é a primeira lei brasileira a contar com o termo “misoginia” em sua escrita (ARONOVICH, 2019). Situações como essa evidenciam a importância de abordagens que centralizam o ódio, sobretudo relacionado às questões de gênero, como mecanismos de poder e sustentáculo da violência contra as mulheres. Fornece-se, assim, as bases para o seu adequado entendimento (BOWLING, 1993; PERRY, 2001).

Esta ênfase ao ambiente virtual para a difusão do ódio às mulheres se dá na medida em que a internet ocupa um papel central na atualidade. Pode-se defini-la como “o mais prodigioso *arquivo* e *tribunal* de experiências e de manifestações emocionais – controversas, proscritas ou legitimadas socialmente. (...) abarcam narrativas, *performances*, flagrantes e testemunhos emotivos de diferentes atores e grupos sociais” (FREIRE FILHO, 2017, p.74, grifo do autor). No cotidiano, o ódio é um dos sentimentos que se destaca. Os próprios *sites* e plataformas interativas, comuns nas rotinas dos indivíduos, parecem oferecer uma estrutura que facilita situações de controvérsias e conflitos (FREIRE FILHO, 2015).

Segundo dados da *Amnesty International* (2017), numa pesquisa realizada com mulheres de oito países, quase um quarto (23%) das entrevistadas disseram ter sofrido abuso ou assédio *on-line*. Destas, 76% alteraram sua maneira de usufruir das plataformas e 32% restringiram totalmente suas postagens opinativas sobre determinados temas após a ocorrência. Do total, 41% disseram que as ocasiões vivenciadas geraram a sensação de segurança física ameaçada e 46% identificaram o conteúdo das violências sofridas como misógeno ou sexista. Algumas das implicações da misoginia *on-line* são, justamente, traumas e problemas relacionados à saúde mental, medo por questões de segurança e amedrontamentos que levam a modificarem escritos e declarações públicas.

Temáticas como aborto, adultério, organização familiar e sexualidade são centrais no debate digital e trazem diversas implicações de gênero. Há, ainda, uma infinidade de discursos, manifestações e técnicas ordinárias. A linguagem de “humor”, por exemplo, é aplicada para provocações e abusos, como violência simbólica, estratégia de silenciamento ou deslegitimação, a partir de comentários, expressões, edições de imagens e memes supostamente engraçados ou irônicos (SIAPER, 2019). A veiculação de notícias falsas é outro recurso recorrente.

As próprias desigualdades sociais, políticas e econômicas também influenciam a capacidade e a forma de participação *on-line* e são replicadas e propagadas na internet, conferindo exclusões de seres já marginalizados na sociedade. Até mesmo os algoritmos usados por grandes mecanismos de busca são envoltos por estereótipos racistas e misógenos. Assim, é

presumível que as tecnologias sejam extensões de grupos que privilegiam práticas comunicativas odiosas ou discriminatórias, principalmente mediante o anonimato (LUMSDEN; HARMER, 2019).

Entre as conclusões possíveis, demonstra-se que os homens detêm poder político, econômico e social e buscam salientar esse atributo. Por isso, a misoginia *on-line* é extensivamente disseminada. Em resumo, ela pode ser encontrada em três principais locais. Na chamada *manosfera*, formada pela união de grupos que apoiam os direitos dos homens; nas comunidades da *alt-right*, em que a dimensão política fica ainda mais nítida; e em difusão ampla, “banal” e cotidiana na internet, com ataques regulares. A variante *on-line* não se difere em sua forma ou intensidade da misoginia *off-line*, mas na onipresença e propagação generalizada (SIAPER, 2019).

É possível notar, todavia, que contextos sociais, políticos e culturais encontram e moldam as comunicações *on-line*. O otimismo da internet vinculado à ideia de democracia se contrapõe aos eventos recentes que ameaçam a própria democracia, como a ascensão da política neofascista e da *alt-right*, baseadas em aspectos antifeministas. O antifeminismo *on-line* também se tornou uma grande preocupação para mulheres, sobretudo as que expressam opiniões e exercem maior influência na sociedade, posto que está ligado à reação a um conjunto de valores políticos (GING; SIAPER, 2019). O antifeminismo se posiciona, com veemência, contra a igualdade de gênero e reafirma, por exemplo, o controle sobre a reprodução social e biológica das mulheres.

A misoginia *on-line*, por outro lado, engloba um conjunto geral de atitudes e comportamentos relacionados especificamente às mulheres. É um termo mais amplo, que inclui múltiplas experiências negativas vividas por mulheres por conta de seu gênero. Assim, perpassa por assédios, xingamentos, ameaças de estupro, entre outras manifestações odiosas (SIAPER, 2019). Ressalta-se, entretanto, que as fronteiras entre essas duas formas de opressão estão cada vez menores e interagem mutuamente. As dinâmicas *on-line* do antifeminismo se destacam, precisamente, pela sua característica de extrema misoginia e pelos ataques, em especial, sexualizados e voltados às mulheres como um todo. Em ambos os casos, há questões de masculinidade tóxica que as sustentam (GING; SIAPER, 2019).

Quando se trata da questão de gênero, percebe-se que as mulheres são definidas e diferenciadas como o “outro” em referência ao sujeito homem dotado de masculinidade, e não o contrário. Esta alteridade é projetada sobre elas pelos interesses masculinos, que assumem as qualidades de “superiores” e “normais”. No ciberespaço, as discriminações, os assédios e o ódio são delineados com base no conceito de “outro *on-line*”, o qual está relacionado a

estereotipagens, contestações de poder, discursos e comportamentos abusivos. Este termo refere-se ao modo de dar sentido às interações que buscam fortalecer as novas fronteiras entre as diferenças. Procura-se determinar as regras e normas sobre indivíduos e grupos que possuem *status* e legitimidade para participar desses locais. A atribuição de um “outro online” pode ser realizada de modo remoto e, muitas vezes, ocorre sem consideração aos possíveis danos aos envolvidos. No entanto, mesmo com o uso da palavra “*on-line*”, não há uma dicotomia entre mundos real e virtual, uma vez que seus elementos fazem parte do cotidiano e possuem consequências fluidas e interconectadas. A “alteridade online” é um fenômeno que abrange novas formas e motivações para o ódio e expressões que convergem com a conjuntura *off-line* (LUMSDEN; HARMER, 2019).

Ao estabelecer uma categoria mediadora digna do ódio, torna-se possível odiar, inclusive, pessoas desconhecidas, dado que apenas saber que ela é dotada de determinada característica já implica a emoção. Isso é perceptível, também, no caso das figuras públicas investigadas nesta pesquisa. Não é necessário conhecê-las pessoalmente ou mesmo já ter tido contato com alguma outra mulher na política. As motivações e os julgamentos internalizados em sua constituição as associam de modo particular, sendo desvalorizadas, desumanizadas ou demonizadas. As narrativas de ódio possuem caráter avaliativo, motivam a aniquilação e classificam o objeto intencional como inferior em uma constante repetição (JOHANSEN, 2015). Nesse contexto, encontram-se as manifestações reiteradamente expostas no ciberespaço sobre as mulheres na política, que se baseiam no machismo e na misoginia.

2.3 Ódio às mulheres na política

Pode-se compreender, então, que a misoginia ocorre de modo generalizado, independentemente da esfera. Apesar de as jovens serem as vítimas mais comuns, qualquer mulher pode sofrer esta opressão a qualquer momento, visto que não existe nenhum tipo de imunidade. Amiúde, entretanto, a categoria do “outro” ou “outro *on-line*” é projetada em representantes que se sobressaem ou possuem maior visibilidade. Atacam, com frequência, mulheres consideradas detentoras de notoriedade. Feministas populares, mulheres ligadas à tecnologia, jornalistas e políticas são alvos frequentes deste ódio direcionado às mulheres. Isso acontece na medida em que a violação tende a funcionar como uma misoginia paradigmática, que não só pune e silencia as vítimas como também reverbera num preceito disciplinar a todas as mulheres que testemunham os ataques (SIAPERÁ, 2019).

Além de figuras públicas, as vítimas tendem a ser mulheres em posições de poder e autoridade sobre os homens ou em funções de serviços orientadas tradicionalmente para eles. Essa lógica, derivada da misoginia em geral, reflete a mentalidade de privação sobre as mulheres consideradas sedentas de poder, indiferentes e dominadoras, em contraposição ao imaginário de sujeitos generosos, atenciosos e amorosos. Incide, também, sobre os posicionamentos de admiração e aprovação moral coletiva dos quais os homens foram beneficiários ao longo da história. Assim, essas mulheres são vistas como moralmente suspeitas por serem insuficientemente cuidadosas e atentas às pessoas ao seu redor, por obterem um poder que não teriam direito e por não serem confiáveis ao violarem os papéis percebidos como adequados (MANNE, 2018).

O direcionamento a áreas específicas e deliberativas, como a da política, indica, ainda, um dano calculado. Os prejuízos são diretamente voltados para locais em que o futuro está se formando e sendo decidido e para indivíduos que participam ativamente dessa construção. Dessa forma, coibi-las e proibi-las de estarem livres é, também, negar as inúmeras formas de existência e o controle sobre o horizonte das mulheres (SIAPER, 2019). Restringir a atuação das mulheres na política em ambientes digitais, por sua vez, interfere na ocupação plena de seus espaços e nas suas tomadas de decisão de maneira efetiva.

A afirmação do ódio às mulheres na política colabora para regular a ordem social. Isto advém da imposição simbólica sobre o corpo feminino, do reforço de relações de poder e da manutenção de desigualdades (GING; SIAPER, 2019; MANNE, 2018). Este fenômeno perpassa, além da questão de gênero, dinâmicas de trabalho e de poder. O gênero é encarregado de “gerenciar condutas situadas”, com base nas normas e expectativas sociais que constituem as noções de masculinidade e feminilidade consideradas essenciais ou naturais. Neste processo de “fazer gênero”, portanto, as estruturas de trabalho, poder, sexualidade e cultura têm papéis significativos e fornecem o seu próprio contexto. A “prática” de gênero acontece, então, em meio a restrições destes sistemas sobrepostos, concorrentes e simultaneamente condicionados por ela. Assim, quando se fala da participação nas tomadas de decisões ou do controle sobre recursos institucionais e acesso a instituições sociais e políticas, as mulheres são prejudicadas em detrimento dos interesses e privilégios masculinos (PERRY, 2001).

Em uma análise do método de produção patriarcal, para além das bases capitalistas, é possível observar a apropriação do trabalho feminino pelos homens – apontados como “chefes de família” –, sobretudo no que diz respeito aos serviços domésticos e aos cuidados dos filhos. Historicamente, a exploração econômica no âmbito familiar é específica e exclusiva ao gênero feminino, passível de ser comparada às relações de servidão. Isto é, as mulheres são idealizadas

social e culturalmente como um grupo subordinado a uma relação de produção e destinadas, desde o nascimento, a participar dessa estrutura em posição subalterna. Compreendendo a família como uma unidade de produção, verifica-se, notadamente, que os indivíduos e as posses presentes nesse sistema são submetidos ao poder e à propriedade da figura masculina. Assim, os trabalhos realizados nessa estrutura são entendidos como pertencentes à autoridade do homem, principalmente aos pais e aos maridos.

Existe, ainda, a conformidade de um “não valor” do trabalho produzido pelas mulheres. O trabalho doméstico feminino, por exemplo, é constantemente vinculado à ausência de valia, remuneração ou troca devido à suposta natureza dos serviços prestados, apesar de toda a utilidade envolvida. No entanto, o argumento de que as relações de produção são explicadas pela natureza dos trabalhos é refutado em razão das próprias diferenciações entre as propriedades das atividades tidas como “produtivas” e as dos serviços domésticos. Esta premissa pode ser ilustrada pelo fato de as mulheres serem interpretadas como profissionais com vínculos empregatícios e demandas de remuneração quando exercem a função doméstica em lares diferentes dos seus (DELPHY, 2015).

Há, contudo, um fracasso contínuo da sociedade em reconhecer o trabalho doméstico, que permanece, majoritariamente, como responsabilidade feminina. Esta lógica, por sua vez, influencia a aquisição de renda e colabora para a manutenção de uma dependência econômica em relação aos homens, que se estende mesmo após o término do casamento em razão de acordos desiguais (PERRY, 2001). Ou seja, as mulheres exercem trabalhos gratuitos dentro de suas famílias e o “lucro” da produção seria pertencente ao homem. Nos dias atuais, ainda há uma desvalorização em funções dessa ordem.

Fora do âmbito do lar, é observada, também, a destituição sistêmica de valor das atividades profissionais femininas. Mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, o serviço gratuito doméstico não deixou de ser praticado em uma jornada dupla. A apropriação e a exploração do trabalho feminino é uma forma de opressão de gênero que afeta prejudicialmente as mulheres, as quais se encontram superexploradas e sobrecarregadas. A igualdade entre os gêneros estaria, então, relacionada à supressão deste modo de produção capitalista e, sobretudo, familiar e patriarcal (DELPHY, 2015).

Ao analisar a condição feminina na sociedade burguesa, Kollontai (2011) define a chamada “nova mulher”, que não ocupa somente o espaço do lar como antes, mas que também está presente no campo do trabalho e passa por diversas ressignificações de sua existência. A subversão significaria distanciar-se da visão da figura feminina como propriedade e acessório do homem pela cultura vigente na sociedade. Essa “nova mulher” teria a possibilidade de ser

independente, contando apenas com o próprio esforço para garantir a sua subsistência, o que contrasta com as dinâmicas anteriores, caracterizadas pela dependência das mulheres em relação à figura do marido. Nesse contexto, é necessário ressaltar que as diferenças de classes e raças configuram a existência da “nova mulher”, posto que essas mudanças acontecem de maneiras distintas entre as diferentes classes econômicas e perspectivas raciais.

Os aspectos da insubmissão, entretanto, chocam com o senso de propriedade masculina e incidem no contexto de vitimização de mulheres por meio da violência. A desigualdade estruturada entre os gêneros as torna vulneráveis ao controle masculino através de variados meios. Emerge, assim, um ambiente propício para manipulação dos termos de relacionamentos pelos homens. A violência, por seu turno, apresenta-se como reafirmação das noções de “ser homem” e “estar no controle”. É como se fosse concedido a eles o direito (ou, até mesmo, o dever) de expressar seu poder, domínio e masculinidade por meio da repressão, reputando que sua autoridade não pode ser questionada ou desafiada. Os ataques mostram-se com virilidade e evidenciam a masculinidade superior e agressiva. Essa dinâmica é tão banalizada e presente no cotidiano que, muitas vezes, torna-se imperceptível, sendo que há uma certa permissão cultural para tais atos e comportamentos misóginos disciplinantes (PERRY, 2001). Deve-se ressaltar que a emoção do ódio pode ser estar vinculada, sistematicamente, a um entendimento ilusório de assecuração de direitos e combate às injustiças (KOLNAI, 1998).

De fato, a reconfiguração da divisão de trabalho por gênero é uma das grandes origens desta ansiedade e hostilidade masculina – componente central das relações de poder entre os gêneros. A misoginia está diretamente relacionada a elementos classificados como desviantes desta segmentação considerada natural ao trabalho de homens e mulheres. Na tradição das sociedades, há idealizações e expectativas sobre quem seria capaz ou apropriado para executar cada tarefa. O desempenho nessas atividades, por sua vez, também é fonte importante para a demonstração da feminilidade ou masculinidade. No geral, homens seriam melhores em tomadas de decisão, liderança e serviços manuais, enquanto as mulheres seriam vinculadas à obediência a ordens, funções de apoio e instrumento de beleza. Em resumo, eles estariam mais preparados para assumir o controle em qualquer tipo de relação.

As diferenciações salariais, a segregação de empregos e padrões desiguais de trabalho e de oportunidades permanecem como problemas significativos. Realizando uma investigação aprofundada, é possível compreender que estas características resultantes de arquétipos díspares são originárias do pensamento primitivo de trabalhos apropriados para cada gênero. Para ilustrar esse argumento, tem-se o fato de que, quanto maior a predominância de mulheres em

determinada área, menor o salário médio deste setor. A desvalorização e secundarização das ocupações profissionais femininas são nítidas.

Nos contextos em que mulheres são capacitadas em relação à distribuição e organização do trabalho, a violência de gênero é ainda mais frequente. Nota-se apenas duas opções viáveis para o expediente das mulheres: dentro de casa, onde o serviço é invisível e não respeitado, ou fora de casa, como atividade temporária até que se conquiste o casamento, por exemplo. Já o trabalho masculino é visto como essencial para a família e a economia do país. Em outros termos, enquanto o primeiro tende a ser pouco reconhecido e mal remunerado ou até mesmo não reconhecido e não remunerado, o segundo é compreendido como mais real, aspira a receber prestígio e ser bastante valorizado nos âmbitos sociais e econômicos.

Além disso, em âmbito familiar, esta lógica também é reproduzida. Por lidarem com um ônus desproporcional de tarefas de casa, elas possuem tempo e qualidade desproporcional de lazer. Esta inclinação aos serviços domésticos como parte da essência feminina, fundamenta as bases da divisão sexual do trabalho e representa a ideia de obrigatoriedade e compromisso com tarefas como limpar, cozinhar e atender as demandas dos maridos e filhos. Como já abordado anteriormente, apesar de haver uma suposta crença de que a vida em família contemporânea possui negociações mais igualitárias, grande parte das mulheres vivencia relacionamentos opressivos e completamente desiguais (PERRY, 2001).

No diálogo com as análises de gênero, a divisão de trabalho estimulou, historicamente, as relações de dependência e a classificação da mulher enquanto “esposa/dona de casa/mãe de família”, associada à vigília, aos afazeres domésticos e aos cuidados familiares. Vigora, ainda, a desvalorização profissional, política e intelectual, como se o êxito feminino não partisse de realizações individuais. Os cargos de chefia e os processos decisórios não se tornaram acessíveis, assim como a ocupação de certos espaços continuou exigindo percursos complexos e repletos de conflitos. Sob o viés do autoritarismo, a atividade político-partidária permanece vinculada a imagens patriarcais; e a representação feminina segue conectada à ausência de capacidade de liderança, ao excesso de emotividade, à pouca habilidade para a gestão, entre outras concepções próximas à ideia de “animal político”. Para a mulher, destinam a vida privada e a invisibilidade nas esferas social, política, econômica e cultural (LEITÃO, 2018).

No Brasil, um dos casos mais notáveis sobre este aspecto é o da ex-presidenta Dilma Rousseff, que alcançou, com pioneirismo, o cargo mais elevado da política institucional e protagonizou um golpe composto por ódio e violência de gênero:

Transmitido pela mídia para todo o país, as imagens de centenas de deputados destilando o seu ódio à presidenta, em nome de um discurso pautado em “Deus” e na “Família”, demonstravam de forma monstruosa a ânsia do Poder Legislativo de retirar a presidenta do lugar de chefe de mandatária maior da Nação. Havia, nas falas iradas e nos gestos patéticos daqueles homens, um misto insuspeito de violência e de alegria (LEITÃO, 2018, p. 52).

Nas últimas décadas, a divisão do trabalho passou, sim, por algumas modificações consideráveis. No entanto, o âmbito profissional tem se destacado como espaço de construção pública e patriarcal da masculinidade ao longo de toda a história. Notadamente, foram impostos desafios a esta ordem quando feminilidades também se mostraram em evidência. Esta reorganização das distribuições de trabalho abalou as estruturas previsíveis e já estabelecidas para os homens, além dos recursos para a exibição de seus aspectos masculinos, perturbando a ordem de autonomia e domínio para eles. A violência opera, nesse contexto, como lembrança da divisão considerada adequada.

Uma das reações frequentes à “ameaça” causada pelas mulheres é o assédio sexual onipresente. As mulheres convivem com o risco de assédio elevado no ambiente de trabalho ou relacionado ao seu ofício, conjecturando uma suposta “resposta merecida” a essa “invasão” feminina, uma reafirmação das características tidas como masculinas e uma reprovação das posturas femininas consideradas desviantes. A mensagem transmitida é de que as mulheres são objetos sexuais, e não trabalhadoras (PERRY, 2001). O ataque, já referenciado anteriormente, realizado pelo atual presidente Jair Bolsonaro contra a deputada Maria do Rosário exemplifica este evento. No Palácio do Congresso Nacional, a incitação ao estupro, contendo xingamentos de “vagabunda” e teor de agressão sexual, deixou a parlamentar abalada, fazendo-a derramar lágrimas e se retirar do local de conflito (EXCLUSIVO..., 2014).

Outro acontecimento nacional notório é o caso de importunação sexual sofrido pela deputada Isa Penna (PSOL), na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em 2020. Durante uma sessão extraordinária, o deputado Fernando Cury (Cidadania) se aproximou por trás do corpo da parlamentar e passou a mão em seu seio. Em discurso no plenário, ele apenas pediu desculpas pelo “abraço” e negou a tentativa de assédio ou de qualquer outra forma de violência, apesar de o fato ter sido gravado e amplamente divulgado. Isa Penna, que se sentiu violentada, registrou um boletim de ocorrência, denunciou Fernando Cury por decoro parlamentar e pediu a cassação de seu mandato no Conselho de Ética da Assembleia. Na ocasião, a deputada afirmou para a mídia que a experiência de ocupar cargos políticos no Brasil é extremamente machista e violenta para as mulheres, relatando que ela e outras colegas de trabalho já foram assediadas em outras circunstâncias (‘A EXPERIÊNCIA...', 2020).

Muitas vezes, estes abusos ocorrem, também, a partir da impunidade virtual (PERRY, 2001), como aconteceu repetidamente com Manuela D'Ávila durante as eleições presidenciais de 2018. Questões relacionadas à sexualidade da candidata também foram recorrentes em mensagens e imagens editadas. Analisando seus conteúdos, verifica-se uma combinação de sexualização da mulher na política, que é exposta através de *nudes* e imagens sensuais atribuídas à parlamentar (FARSA..., 2019), com um moralismo sexual que se refere ao corpo feminino. Em uma sociedade na qual os homens exercem controle sobre a sexualidade da mulher, observa-se a prevalência de tabus morais. O âmbito da sexualidade tem sua própria política interna, iniquidades e práticas de opressão. As suas composições institucionais concretas são permeadas por conflitos de interesse e manobras políticas, engendradas proposital ou circunstancialmente entre os gêneros (TONELI, 2012).

O anúncio que se pretende fazer com o assédio sexual – referente ou localizado – no ambiente de trabalho é que os homens são agressivos, dominantes e estão no controle. Por outro lado, as mulheres são passivas, sexuais e submissas e, à vista disso, não pertencem àquele local. Nesta dinâmica, a violência pode ser vista como uma reação performática de masculinidade em razão de diferentes performances de feminilidades, sobretudo as digressivas. Devido a estes delitos, um grande número de mulheres troca ou sai do emprego por não tolerarem mais os assédios contínuos (PERRY, 2001). A violência contra as mulheres na política incide nesta mesma lógica e busca, justamente, ocasionar censuras e desistências nas práticas de suas candidaturas e mandatos (KROOK; SANÍN, 2016).

A violência de gênero objetiva ensinar às mulheres, individual e coletivamente, uma lição sobre a necessidade de permanecerem dentro dos limites de seus “lugares” e de se manterem responsáveis sobre suas feminilidades, em contraposição às ansiedades e expectativas frustradas dos homens. É importante ressaltar que as expectativas de gênero, evidentemente, se cruzam com outras diferenças, além do fato de que a entrada das mulheres no mercado de trabalho também tem acontecido de forma desigual. Estes pontos são simplificados de acordo com as dinâmicas de gênero, ressaltando-se as variáveis baseadas em classe, raça e etnia no que se refere às divisões e responsabilizações consideradas ideias para cada grupo social feminino (PERRY, 2001).

Mulheres negras, por exemplo, são particularmente mais vulneráveis à violência de gênero e sofrem opressões, com frequência, por conta de gênero, raça e classe. No final de 2020, a deputada estadual Renata Souza (PSOL) registrou a ocorrência por uma série de ameaças sofridas, no Facebook, ao longo do ano. Renata é uma mulher negra, de origem humilde e atual presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do

Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Entre as mensagens direcionadas à parlamentar, alegaram que ela fala demais e que iria perder a “linguinha”, mencionando que Marielle Franco havia sido assassinada justamente por isso (BOTELHO, 2020).

Fenômeno semelhante ao que acontece com as mulheres transgênero, consideradas desviantes da norma estabelecida em sociedade. São exemplos as vereadoras de São Paulo Erika Hilton (PSOL) e Carolina Iara (PSOL), que foram agredidas, em casa e no ambiente de trabalho, no ano de 2021. A primeira delas precisou se esconder em seu gabinete ao notar que um homem a perseguia e estava alterado. Já a segunda teve projéteis disparados contra a sua residência durante a madrugada. Hilton declarou que, quando ousam sair das esquinas, do cárcere, do anonimato ou da prostituição, as mulheres transgênero são alvos de um ódio sem explicação (GALVANI, 2021).

De modo geral, as estruturas patriarcais tendem a tornar violências relacionadas às mulheres enquanto grupo social aceitáveis ou até mesmo invisíveis (PERRY, 2001). É possível notar, ainda hoje, a prevalência de velhas morais preconceituosas ou estereotipadas em relação à presença da mulher no âmbito profissional (KOLLONTAI, 2011). Esta “nova mulher”, independente e atuante no mercado de trabalho, sobretudo na carreira política, incomoda os grupos dominantes e saudosos de práticas tradicionais e conservadoras. A desigualdade e a ausência de valor ao trabalho feminino, assim como a exclusão das mulheres no mercado de trabalho (DELPHY, 2015) e na esfera pública (PAZÓ; MOREIRA JÚNIOR, 2016), são elementos que permanecem atuais.

Dessa maneira, as manifestações de ódio às mulheres na política em rede acontecem em uma tentativa de deslegitimá-las na medida em que os indivíduos dominantes verificam a sua presença em lugares que não consideram como os “lugares corretos” para elas. Isto acontece no sentido de reforçar esta inadequação. Assim, é eminente o fenômeno das expressões negativas sobre elas. A presença da mulher na política gera grandes incômodos, visto que ela subverteu o papel considerado ideal para seu gênero ao ser eleita na profissão de política, ocupando um espaço público de importância e de tomada de decisões e controle sobre o futuro.

Vale ressaltar que essa prática não é direcionada apenas às mulheres de uma única ideologia ou espectro político, uma vez que a dinâmica da misoginia não depende desses fatores, mas, sim, de ser mulher. Apesar de, nesta dissertação, as mulheres de esquerda estarem em destaque, o fenômeno atinge as mulheres na política como um todo, a partir de recursos similares. A deputada Joice Hasselmann (PSL), ex-líder do governo no Congresso, por exemplo, denunciou atos misóginos na tribuna da Câmara, em 2019. Em um discurso emocionado, ela repudiou montagens difundidas, em redes digitais, que editaram o seu rosto

com o corpo de uma prostituta ou com um corpo nu “deformado”, além da denominação de “porca” propagada na internet. A parlamentar reforçou, ainda, que a sua família também é vítima dos ataques dirigidos a ela e recebe ameaças de morte (VASCONCELLOS, 2019) – assinalando que até mesmo o âmbito familiar da mulher é impactado nesse processo.

Na carreira política, além do já citado assédio sexual, uma das formas de aniquilação simbólica mais frequente contra as mulheres é o silenciamento e a inferiorização. Em um ofício em que a linguagem e os pronunciamentos têm papel central, as vozes femininas são constantemente desvalorizadas e apagadas pelo sistema vigente. A oportunidade de fala é oprimida e não democrática. Logo, os discursos realizados por sujeitos oprimidos são “bombardeados” por comentários que tentam deslegitimar ou tornar o seu pensamento irracional. Em muitas situações, a voz está ativa, porém, há um esforço de não a ouvir ou há, ainda, o empreendimento de demarcação dos espaços de enunciações. As ações de falar e ouvir são envoltas de negociações, autorizações e questões de pertencimento (KILOMBA, 2016).

A própria linguagem é carregada de elementos discriminatórios, como é possível perceber através de diversas afirmações de cunho machista, preconceituoso e misógino propagadas. Uma dessas enunciações foi proferida pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL) contra parlamentares que acompanhavam uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, em 2021. Em postagem no Twitter, ele as denominou de “pessoas portadoras de vagina” e as associou à “gaiola das loucas”, reduzindo suas subjetividades e desumanizando-as. Além disso, também defendeu o deputado federal Delegado Éder Mauro (PSD), que, na mesma ocasião, atacou Maria do Rosário, aos gritos, dizendo que ela precisava de um médico porque não parava de falar (MEGALE, 2021).

Segundo Kilomba (2016), deve-se realizar uma reflexão sobre quem é o “sujeito que pode falar” e quem é o “sujeito que deve ser silenciado” na sociedade. Apesar de a autora centralizar sua crítica ao espaço acadêmico, há convergências entre ciência e prática política. No caso das mulheres na política, os jogos de poder entre os gêneros se misturam com as negociações públicas. Para os sujeitos dominantes, as revelações do indivíduo oprimido deveriam ser mantidas em silêncio, uma vez que existe medo e apreensão sobre as suas eventuais declarações. O processo de repressão está, então, fundamentado na possibilidade de manter certas verdades distantes do consciente, dado que elas só poderiam existir afastadas da superfície. Busca-se, ainda, deslocar o sujeito do destaque social.

A “nova direita”, por exemplo, aplica a sua noção de verdade nos discursos amplamente difundidos em mídias sociais digitais, vinculando-se à reprodução das relações de poder experienciadas em sociedade. Em consonância com essas ideias, o delegado Jorge Ferreira, da

Polícia Civil de Pernambuco, comentou no Facebook: “Vá se fu, dona Marielle. Já foi tarde”, no contexto do assassinato da vereadora. Em sua publicação, disse que Marielle Franco possuía ligações com o tráfico. Segundo ele, “Se envolve com o narcotráfico, vira mulher de bandido, troca de facção criminosa, é assassinada pelos ‘mano’, aí vêm a esquerda patética por a culpa nas instituições policiais. (...) Detesto bandido e quem os defende odeio mais ainda” (QUEIROGA, 2019). Neste pequeno enunciado, o delegado expõe informações inverídicas, além de diversos preconceitos, intolerâncias e manifestações de ódio contra uma mulher que havia acabado de ser assassinada.

Já outra autoridade, a desembargadora Marília Castro Neves, afirmou, na mesma rede social digital, que:

A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa ‘longe da favela’ sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso... (BENTES, 2018, n.p.).

Declarou, também, que o comportamento e o engajamento político de Marielle Franco foram os verdadeiros responsáveis por sua morte e “qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro” (BENTES, 2018, n.p.). Além de disseminar informações falsas a respeito da vereadora, a desembargadora reafirma questões de hierarquia social.

A hierarquia de lugares na sociedade gera, de fato, uma espécie de demarcação dos espaços, nos quais as mulheres na política estariam “fora de lugar”. Quando o local em que elas habitam deixa de ser a margem, espaço ao qual os dominantes estão acostumados a relacionar pessoas de grupos minoritários, a sociedade não quer ouvi-la nem considerar a sua existência ou presença atuante (KILOMBA, 2016). Um contraponto complexo e irônico é que a mulher não tem permissão para adentrar a esfera pública, mas também não é protegida e não tem direitos garantidos no âmbito privado (PERRY, 2001).

3. Manifestações de ódio às mulheres na política

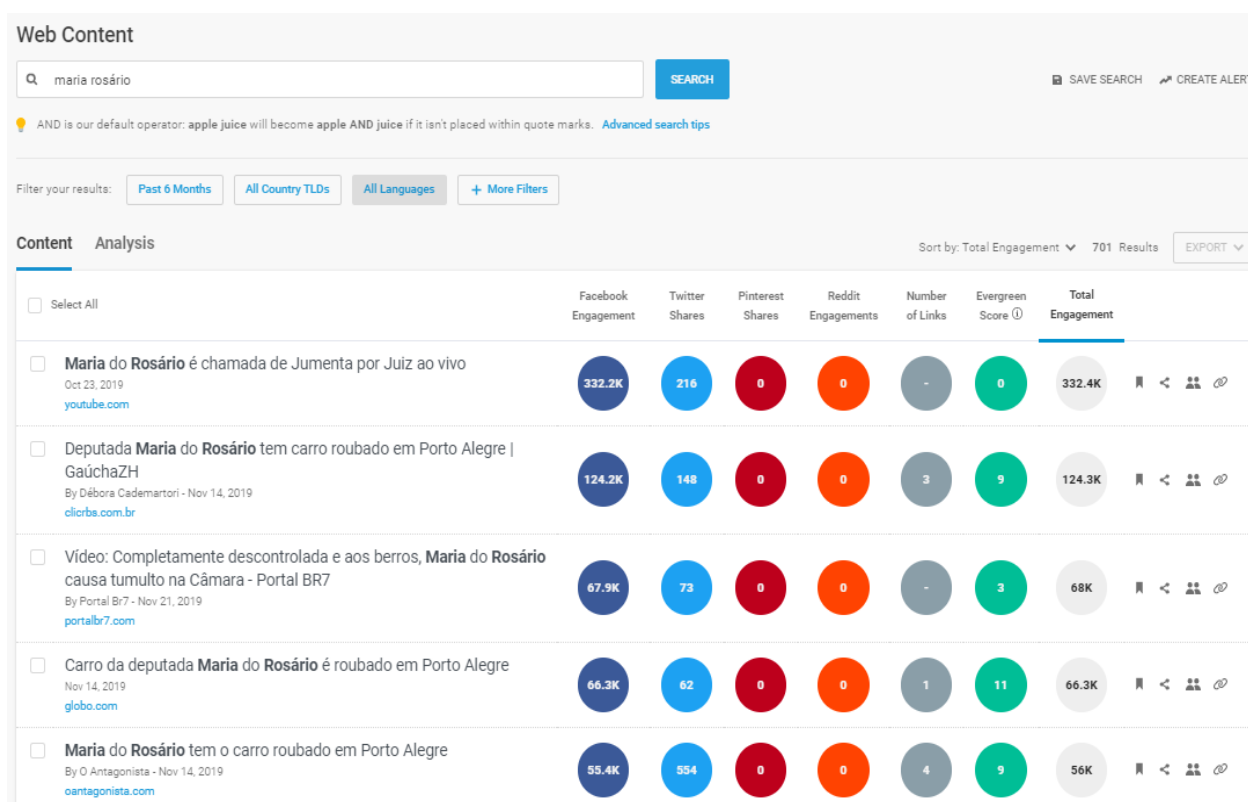
Além de um ambiente novo a ser conquistado, as mulheres encontraram, na política institucional, um espaço que precisa ser rompido e transformado para a sua efetiva participação. As sensações de “invasão” e de “perda” para os sujeitos dominantes, contudo, dificultam essa estratégia (BUTLER, 2015a). Nas eleições brasileiras de 2018, a propagação de informações falsas, de enunciações manipuladas e de montagens grotescas das mulheres na política foram alguns dos componentes marcantes, os quais se revelaram em confluência com a disseminação virtual de discursos de ódio (MANUELA..., 2018). Conforme foi debatido, as calúnias, as humilhações e os insultos são elementos frequentemente utilizados pelos indivíduos movidos pela intenção destrutiva do objeto odiado (KOLNAI, 1998). No caso das mulheres na política, em especial, esta reflexão exhibe sentido.

Partindo da necessidade de conceituar o ódio mediante o contexto histórico e sociocultural em que emerge, foram traçados, nos capítulos anteriores, panoramas das mulheres brasileiras na política e dos usos do ódio no ciberespaço. Este reconhecimento dos crimes de ódio como processos sociais dinâmicos, dissociados da lógica de incidentes isolados, fornece as bases para o seu adequado entendimento (BOWLING, 1993). Falar em emoções é, também, abordar questões de linguagem (REZENDE; COELHO, 2010), sendo que o sentimento existe antes mesmo de sua expressão e molda ações e orientações a partir de seus efeitos (AHMED, 2014). Na performance do ódio, como o objeto intencional é visto como um mal moral, as enunciações tendem a ser igualmente morais (KOLNAI, 1998). Neste capítulo, estas afirmações serão observadas por meio da análise discursiva de inspiração foucaultiana acerca das mulheres na política.

Nesta etapa da dissertação, propõe-se o exame das manifestações de ódio direcionadas a Maria do Rosário, Manuela D'Ávila e Marielle Franco, no ambiente *on-line*. A análise empírica pretendida perpassa pelo fato de que a internet é um meio complexo de investigação, conferindo dificuldades devido à escala, à heterogeneidade e ao dinamismo das redes. Por isso, faz-se necessária a adoção de uma amostra representativa com critérios de seleção predeterminados. Apoiada na contextualização teórica prévia e na admissão da qualidade dinâmica do espaço digital, esta pesquisa apresenta base qualitativa, com o intuito de aprofundamento no fenômeno estudado (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011). O objetivo é compreender como essa emoção é mobilizada e quais são os recursos e as significações reiteradamente empregues. Para isso, serão verificados os comentários produzidos sobre cada uma das três mulheres nos cinquenta *links* de *sites*, *blogs* e portais midiáticos

nacionais, com maiores números de engajamento no Facebook, entre julho e dezembro de 2018. Este acervo foi coletado por meio da ferramenta *BuzzSumo*, que disponibiliza dados de envolvimento da audiência com as publicações, conforme exemplificado na figura abaixo.

Figura 6 – Foto de tela de busca realizada no *BuzzSumo*, exibindo *links* gerados pelos termos “maria” + “rosário” com maiores números de engajamento nas principais redes sociais, em todos os países e linguagens, de 17 de outubro de 2019 até 17 de abril de 2020



Fonte: https://app.buzzsumo.com/content/web?q=marielle%20rosário&result_type=total&search=true&begin_date=Oct%2017%202019&end_date=Apr%2017%202020&range=P6M. Acesso em: 17/04/2020.

O *BuzzSumo* agrega ao caráter heterogêneo da rede, posto que fornece uma amostragem diversa e colabora para que os resultados reflitam as múltiplas variações internas do universo da pesquisa. A escolha desse instrumento, e não de páginas digitais das próprias mulheres ou de um único veículo midiático, relaciona-se, justamente, à obtenção de uma amostra formada por *links* diversificados, sob o viés do número de compartilhamentos, contemplando perspectivas e posicionamentos políticos plurais sobre o tema de estudo em diferenciados portais *on-line*. Outra observação a ser evidenciada é que os dados proporcionados pelo *BuzzSumo* incluem até mesmo *links* não listados, sobretudo na plataforma de vídeos YouTube, o que, por sua vez, viabiliza conteúdos que não são possíveis de serem encontrados sem o acesso

direto ao localizador uniforme de recursos, mas que são amplamente compartilhados. Já a preferência pelos comentários se atém à singularidade desse tipo de engajamento – visto que, além de possuírem expressões distintas e passíveis de análise, exigem esforços extras, se comparados a outras modalidades de interação. Para comentar em publicações virtuais, muitas vezes, é requisitado o preenchimento de um cadastro e o posterior *login* no *site* ou, ao menos, a vinculação a uma rede social pessoal. Em alguns casos, há, ainda, a demanda de investimento em uma conta por assinatura, a qual, comumente, envolve gastos financeiros.

Como abordagem de coleta dos comentários, tomou-se como inspiração uma proposta crítica da Teoria Fundamentada ou Fundada (TF) enquanto perspectiva de pesquisa para o ciberespaço, adequada para a elaboração de estudos que abrangem dados empíricos numerosos, fontes variadas e fenômenos recentes. Essa metodologia é baseada na observação sistemática dos dados, reconhecendo as semelhanças e divergências e as suas classificações, em conjunto com a aplicação de conhecimentos teóricos e a codificação prática. As pré-noções e hipóteses estabelecidas não comprometeram a verificação de novos elementos ou a construção de percepções detectadas a partir da reflexão contínua. Assim, o empenho investigativo esteve concentrado na coleta de dados, na elaboração de categorizações – com a organização dos comentários em chaves interpretativas (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011) – e, posteriormente, na análise do discurso de cunho foucaultiano acerca do material reunido.

Primeiramente, para selecionar as publicações na plataforma, os critérios priorizados foram as buscas pelos termos “maria” + “rosário”, “manuela” + “d’ávila” e “marielle” + “franco”, de modo individual, sob os parâmetros temporais e regionais mencionados: apenas *links* brasileiros, de julho a dezembro de 2018. O número de cinquenta *links* obtidos para cada uma das mulheres, além de limitações da própria ferramenta, considerou a probabilidade de redução devido a conteúdos indisponíveis ou que não contassem com espaço destinado aos usuários da rede – o que poderia ser agravado por conta da elaboração deste trabalho após dois anos do período preferido. Assim, mesmo com empecilhos, poder-se-ia adquirir um acervo ainda significativo para o desenvolvimento do estudo. Foi ponderada, também, a inclusão de materiais em formatos distintos, visando o alcance de um *corpus* amplo e diversificado, entendendo, ainda, que os comentários apresentariam semelhança no nível textual.

Dessa forma, a amostra bruta total contou com cento e cinquenta *links*, permitindo elencar aqueles válidos para a análise. Na etapa da coleta de dados, verificou-se, inicialmente, a disponibilidade do *link*, a possibilidade de inclusão de comentários nas publicações e a presença dos mesmos. Isto posto, setenta e três deles se mostraram elegíveis, excluindo apenas *links* quebrados – em que “a página não existe ou não foi encontrada” –, *links* que não possuíam

espaço para comentários dos usuários da rede ou com comentários desativados/indisponíveis para visualização e *links* que não estavam relacionados às mulheres em evidência. Entre os validados, treze apresentaram zero comentários, sendo contabilizados e avaliados em relação ao assunto abordado, já que permitiam a postagem de comentários mediante escolha do público – o qual optou por não fazê-lo, o que também é uma decisão passível de observação. Portanto, sessenta publicações continham números de comentários superiores a zero, contemplando 22.720 comentários ao todo²².

Com o amparo da obra de Fragoso, Recuero e Amaral (2011), restringiu-se, posteriormente, a análise qualitativa dos comentários que se vincularam à temática trabalhada nesta dissertação, devido à vasta quantidade. Prosseguiu-se, também, para a escala seguinte de observação, relativa às respostas registradas em cada comentário. Esta coleta de dados foi realizada pelo período de dez meses, englobando variações e recortes constantes, caracterizando uma amostra intencionalmente dirigida à pesquisa sobre os discursos de ódio direcionados às mulheres na política e suas interlocuções com a dimensão de gênero. A primeira apuração do *corpus* foi concluída entre fevereiro e abril de 2020 e, nos meses seguintes, foi efetuada a coleta e o registro inicial dos textos. Em dezembro de 2020, houve uma checagem e atualização dos dados finais.

Após a apreciação de cada um dos casos em evidência, levou-se em conta as ponderações produzidas durante a coleta de dados, principalmente acerca de particularidades e predominâncias de gêneros, formatos e temas, para, em seguida, adentrar a investigação dos comentários. Esta análise foi realizada por meio da leitura de cada um deles de modo manual, com o auxílio do conteúdo teórico já explorado nesta dissertação. A partir dos resultados atingidos, foi possível dividi-los em quatro chaves interpretativas principais, que se relacionam diretamente com a misoginia: as categorias de objetificação (referente à aparência física e sexualização), patologização (associada à atribuição de doença e/ou insanidade mental), demonização (vinculada ao cunho religioso e à moral cristã subvertida) e ameaça psicológica (ligada à diminuição, humilhação, aniquilação e intolerâncias flagrantes), além de outros recursos comuns utilizados.

Nota-se que a hostilidade misógina pode estar conectada a qualquer recurso que sirva a uma função punitiva, dissuasora ou de advertência. Por isso, abrange inúmeros movimentos contra as mulheres, como infantilização, animalização, objetificação, depreciação, ridicularização, humilhação, calúnia, difamação, sexualização, dessexualização,

²² Dados coletados, inicialmente, em 17 de abril de 2020. Atualizados em 31 de dezembro de 2020.

culpabilização, silenciamento, demonização, violência física, comportamento ameaçador, entre outros (MANNE, 2018). Os mecanismos privilegiados, nesta dissertação, partiram de uma observação exploratória, compreendendo que estes eixos centrais demonstram o ódio contra o todo feminino, em todas as suas dimensões. É possível verificar a noção de que esse sentimento está relacionado ao que o “outro” é, a todo o seu ser (JOHANSEN, 2015).

Argumenta-se, à vista disso, a apreensão do ódio como uma emoção totalitária, evidenciando, também, o direcionamento à coletividade. Desse modo, embora o presente trabalho esteja concentrado nas três personalidades e no período mencionado, pode-se ampliá-lo para múltiplas conjunturas. Entende-se, aqui, a importância dos registros particulares de vitimização, levando em consideração todos os atores envolvidos nos processos e as interações estabelecidas entre eles. Os estudos de caso se mostram, portanto, como uma abordagem útil para explorar estas conexões e contemplar os relatos qualitativos, ilustrando uma problemática generalizada (BOWLING, 1993).

3.1 Maria do Rosário

Maria do Rosário Nunes nasceu em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, em 1966. Formou-se em Pedagogia, realizou mestrado em Educação e Violência Infantil e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sua participação na militância teve início a partir do movimento estudantil secundarista, em Porto Alegre – RS. Ela obteve destaque já no movimento sindical, enquanto atuava como professora da rede pública municipal e estadual. Não demorou para que se filiasse a um partido político e fosse nomeada vereadora da capital gaúcha por votação popular, em 1992, tornando-se a mais jovem política a ser eleita na época. Em 1996, conquistou a reeleição, sendo a vereadora mais votada de Porto Alegre. No meio de sua segunda vereança, em 1998, elegeu-se deputada estadual. Em seus mandatos, presidiu a Comissão de Educação e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Em 2002, assumiu o cargo de deputada federal, em que permaneceu nos anos de 2006, 2010, 2014 e 2018. Nessa função, foi relatora da CPI Mista de investigação das redes de exploração sexual de crianças e adolescentes e coordenadora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Coordenou, ainda, o programa de governo nas áreas de Direitos Humanos, Educação e Políticas para as Mulheres na eleição presidencial de Dilma Rousseff, em 2010. Já em 2011, assumiu a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tornando-se a primeira mulher a ocupar essa pasta. Neste período, sua atuação como

ministra em prol de direitos a todos os cidadãos esteve voltada para temas como memória e verdade, Pessoas com Deficiência, idosos, diversidade religiosa, LGBTQI+, crianças e adolescentes, igualdade racial, gênero e outros.

Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), Maria do Rosário é titular das Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura, suplente na Comissão de Educação e de Legislação Participativa e coordenadora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Exerce, ainda, o cargo de deputada no Parlamento do Mercosul (Parlasul), representando, oficialmente, o Brasil (MARIA DO ROSÁRIO, s.d.). Entre as suas iniciativas, é possível destacar o Projeto de Lei 7582/2014, que define os crimes de ódio e intolerância, instituindo mecanismos para coibi-los (MARIA DO ROSÁRIO, 2016), e o PL 2854/2020, que estabelece medidas contra a disseminação de conteúdo de ódio e preconceito pela internet, assim como a divulgação de informações de saúde que não sejam cientificamente validadas pelo Sistema Único de Saúde ou pela Organização Mundial de Saúde (MARIA DO ROSÁRIO, 2020a). Além disso, sob o viés de gênero, pode-se citar a Lei nº 14.022, de 07 de julho de 2020, que traz medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e Pessoas com Deficiência durante a pandemia do novo coronavírus (MARIA DO ROSÁRIO, 2020b).

No decorrer das eleições de 2018, a parlamentar recebeu ênfase midiática a nível nacional. Isso ocorreu, principalmente, devido às inúmeras agressões e discursos de ódio sofridos – em especial, cometidos pelo então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro e por seus apoiadores (GUERRA, 2019). Há anos, Maria do Rosário é perseguida por bolsonaristas encorajados pelas ofensas disparadas nos trâmites controversos da política institucional. Além de limitações e prejuízos penosos, inclusive na ordem pessoal e familiar, a deputada enfrenta constrangimentos públicos e se tornou um alvo de difamações e discursos de ódio na internet. Esses fatos, muitas vezes, encontram-se associados ao autoritarismo e ao uso do ódio como método de estratégia política (AMADO, 2020), assim como ao ódio contra as minorias sociais e à misoginia (MARIA..., 2018).

Nesta pesquisa, em relação aos cinquenta *links* encontrados na busca sobre Maria do Rosário, 31 foram passíveis de análise (Apêndice A), de acordo com os critérios expostos na introdução deste capítulo. Os resultados excluídos totalizaram seis *links* quebrados, em que “a página não existe ou não foi encontrada”, onze *links* que não permitiram comentários dos usuários da rede, com comentários desativados ou indisponíveis para a visualização, e dois *links* que não estavam relacionados à sua figura, vinculados ao contexto religioso e à outra personalidade, por incluir os vocábulos “maria” e “rosário”, uma particularidade no caso da

parlamentar. Dos trinta e um *links* restantes, vinte e sete apresentaram números de comentários superiores a zero, que somaram, ao todo, 10.554 comentários a serem analisados.

Em um primeiro momento, foi possível verificar quinze publicações predominantemente opinativas, contendo adjetivações ou caráter crítico, e dezesseis informativas. Além disso, os formatos utilizados foram variados: seis delas contaram com vídeos como elementos centrais e vinte e cinco priorizaram a linguagem textual. Entre os temas presentes, um acontecimento estava em realce no período analisado e se sobressaiu: a apologia ao estupro direcionada a Maria do Rosário. Esse fato apareceu, principalmente, por meio da repercussão da fala do comediante brasileiro Danilo Gentili de que ela merecia ser estuprada (07) e em referência ao episódio já citado cometido por Jair Bolsonaro, abrangendo etapas de seu processo judicial (04). Em seguida, mostraram-se comuns as abordagens sobre táticas políticas e sociais, além de posicionamentos ideológicos e atuações públicas gerais (12). Nesse tópico, destacaram-se conteúdos conflituosos entre Maria do Rosário e Jair Bolsonaro, além de informações falsas sobre pronunciamentos e ações da parlamentar. Também integraram o *corpus* relatos sobre a sua diplomação em 2018 (03) e o arquivamento do inquérito que investigava o suposto recebimento de valores da Odebrecht não declarados à Justiça Eleitoral (03), entre outros assuntos (02).

3.1.1 “Essa mulher merece o que o Bolsonaro falou!”

Em relação a Maria do Rosário, a *objetificação* é a categoria que obtém maior destaque quantitativo entre os comentários, sobretudo alusiva à sexualização. Nesse âmbito, um acontecimento em evidência midiática é bastante explorado: a apologia ao estupro efetuada por Jair Bolsonaro contra a parlamentar (EXCLUSIVO..., 2014; RAMALHO, 2016; GUERRA, 2019), seguido das enunciações de mesmo teor proferidas pelo comediante Danilo Gentili (DANILO..., 2019). A maioria dos comentários faz referência à frase do presidente de que ela não merecia ser estuprada. Segundo grande parte dos comentaristas, a denúncia de Maria do Rosário não confere sentido, visto que Bolsonaro disse que ela *não* merecia ser estuprada, o que só se configuraria como uma violência caso ele afirmasse o contrário: que ela *merecia* ser estuprada. Para outros, a questão principal não é se ela merece ou não ser estuprada, mas, sim, “quem merece estuprar Maria do Rosário”. Por isso, há risadas e deboches argumentando que

ela se ofendeu ou ficou chateada com o ocorrido porque ninguém teria coragem de estuprá-la ou porque “brochariam” com ela²³.

No decorrer deste debate, sobressaem-se duas situações problemáticas: a primeira é a informação de que ela quereria ou gostaria de ser estuprada, e a segunda é que ela teria acionado a justiça para algo “fútil”. A apologia à violação sexual é apresentada, portanto, como um desejo atribuído à parlamentar ou um incidente banal. Há, ainda, questionamentos sobre ser correto ou incorreto proclamar que ela merece sofrer tal ação, pois os valores estariam invertidos e a deputada, aparentemente, estaria rotulada a um complexo de inferioridade por conta de sua aparência²⁴.

A aparência física é reiteradamente posta em voga, dado que vários usuários acreditam que Maria do Rosário não merece sofrer este crime apenas por não se encaixar nos padrões de beleza considerados ideais. Além dos comentários meramente ofensivos sobre ser “feia” ou um “canhão”²⁵, constatam-se elaborações de que a parlamentar deve ser “mal-amada”²⁶ – observação compreendida como justificativa para todas as adversidades vinculadas a ela. Em síntese, tem-se a máxima: “Mulher feia costuma dar problema”²⁷, como se a sua dita má aparência fosse responsável por gerar conflitos e consequências negativas em sua vida, a exemplo de impactos em seu temperamento e no campo profissional.

Muitos comentadores aliam, também, aparência física à sexualização, opinando que jamais teriam coragem de fazer sexo com ela ou que ela não serviria para a satisfação sexual masculina em geral²⁸. O linguajar chulo se torna bastante explícito em afirmações deste teor.

²³ “Não merecer ser estuprada mesmo, nem o Xampinha iria querer essa coitada”, “A questão não é Maria do Rosário merecer ou não merecer ser estuprada. A questão é: Quem merece estuprar Maria do Rosário?”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “Ou a Maria do Rosário é burra ou está querendo aparecer. Se Bolsonaro disse que ela não merece ser estuprada, como pode ele estar incitando ao estupro. BURRA, BURRA, BURRA”, “kkkkkkkkk ela ficou chateada porque ninguem tem coragem de estuprá-la kkkkkk”, “tadinha da maria do rosário né? se ofendeu porque ele não quer estuprar ela...”, “Só me diz uma coisa. Ele falou alguma mentira? Um lixo desses ninguém quer”, comentários disponíveis na publicação nº 26 (Apêndice A); “Espero que os 3 estupradores lhe faça uma visita, dando uma demonstração à ela e depois espero que ela comente. Problema talvez seja os próprios estupradores terem coragem de encarar a empreitada”, comentário disponível na publicação nº 12 (Apêndice A); “brocharia com este bagaço”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A).

²⁴ “Não entendo essa mulher acho que ela quer ser estuprada só pode defendendo estuprador”, “Ué tinha que falar que ela merece é isso ? Os valores realmente etao invertidos... Isso é complexo de inferioridade por causa da aparência só pode ! Vai se arrumar Maria do Rosário ! Movimentar a justiça por uma.coisa tão fútil é mesmo o fim da picada !”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A).

²⁵ “Essa dv dver bilhoes em impostos atrasados sobre a feiura, mas tambem pode abater essa divida ddesanimando velorio ou assombrando imóveis”, “Mulher muito feia! Queria saber quanto ela cobra para assustar uma casa mau assombrada”, “Essa mulher tem Cara de água de salsicha...”, comentários disponíveis na publicação nº 32 (Apêndice A); “Ele não disse que ela era ‘muito feia’, apesar disso ser a pura verdade”, comentário disponível na publicação nº 26 (Apêndice A).

²⁶ Comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A).

²⁷ Comentário disponível na publicação nº 32 (Apêndice A).

²⁸ “Maria do Rosário, se no mundo por algum motivo só sobrassem nós dois a humanidade seria extinta porque nem por decreto eu faria sexo com você, uma punheta seria mais prazerosa”, comentário disponível na publicação

Em alguns momentos, reforçam que ela é uma vagabunda, e argumentam, por exemplo, que Lula teria tido relações sexuais com ela, denunciando uma histeria seletiva sobre as questões sexuais²⁹. Entre os dispositivos de saber e poder sobre o sexo, encontra-se a “histerização do corpo da mulher”, conjunto estratégico relacionado ao processo de análise do corpo feminino (qualificado e desqualificado) como saturado de sexualidade e dotado de inerente patologia. A partir dessa lógica, isso é conduzido em comunicação com o corpo social (FOUCAULT, 1988). Sexualizar o seu corpo e acusá-la de uma histeria seletiva, por seu turno, busca invalidar as agressões contra ela, assim como os seus posicionamentos. De acordo com Foucault (1988), a sexualidade não se refere ao elemento mais rígido das relações de poder, porém, possui maior instrumentalidade e é articulada em diversas manobras e estratégias.

Assim, apelidos como “Maria do Gozário” e “Maria do RosCário!”³⁰ são comuns. Interessante ressaltar que, por um lado, há o julgamento pela suposta depravação sexual da parlamentar e, por outro, há o pensamento de que a solução para os seus males seja o próprio ato sexual ou a violação sexual³¹. Além da contradição axiomática, observa-se, nessa segunda visão, um paralelo à noção do “estupro corretivo”, que hoje é regulado pela Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Ele é definido como o ato que visa controlar o comportamento social ou sexual da vítima (BRASIL, 2018), ou seja, é exercido enquanto castigo ou punição e possui a correção como seu objetivo.

Sob diversas denominações de “vagabunda” e “prostituta”, usuários especulam até mesmo as características da genitália de Maria do Rosário e recorrem ao imaginário de que ela teria o “grelo duro”, devido à sua presumida vulgaridade e promiscuidade. Nesta discussão, um fator importante é que o horror gerado pela expressão apresenta como respaldo a alegação de que teria sido dita inicialmente por Lula³². O uso desses termos pelo ex-presidente, remetendo à ideia do clitóris enrijecido em excitação, causou grande polêmica e divergências de interpretações. Muitas mulheres avaliaram a sentença como pejorativa e sexista, enquanto

nº 1 (Apêndice A); “essa vagabunda não serve nem para ser prostituta”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A).

²⁹ “É a velha vadia do vagabundário de sempre a histórica seletiva na internet circularam fotos do pardieiro da vida particular dela. O ladrão presidiário chefe dela enxovalhou a genitália dela”, comentário disponível na publicação nº 12 (Apêndice A).

³⁰ Expressões de comentários disponíveis na publicação nº 12 (Apêndice A).

³¹ “Manda ela faser visita intima para o luladrao nao ficar so no natal”, “um ser que da nojo, vadia nojenta e escrota tá precisando tomar um chá de rola”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice A).

³² “Essa vagabunda prostituta vái ter o que merece. Tranqueira do grelo duro”, comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A); “Para não dizer que não conheço uma vez ouvi do chefe dela aquele cidadão que atualmente mora em CURITIBA que ela tem o gr..... duro, quem disse foi o chefe”, comentário disponível na publicação nº 7 (Apêndice A); “Será que o Lula enfiou a piroquinha no grelo-duro ?”, comentário disponível na publicação nº 12 (Apêndice A).

outras identificaram certo empoderamento, já que, no vocabulário brasileiro, o órgão genital masculino é comumente associado a concepções positivas, como nas locuções “o cara é pica” ou “do caralho” para remeter a algo favorável (HELENA, 2016).

Independentemente dos possíveis significados conferidos à expressão, percebe-se que há uma combinação da sexualização da mulher na esfera pública, exposta através de estereótipos sexuais atribuídos à parlamentar, com o moralismo no que se refere ao corpo feminino. Em uma sociedade em que vigora o controle masculino sobre a sexualidade da mulher, a mesma se encontra, muitas vezes, vinculada a tabus morais. O âmbito da sexualidade tem, portanto, a sua própria política interna, iniquidades e modos de opressão. Suas modalidades institucionais concretas são envoltas de conflitos de interesse e manobra política nas formas propositais e circunstanciais, sendo que o sexo é sempre politizado (TONELI, 2012).

Contribuindo nesse sentido, diante da controversa apologia ao estupro, segundo alguns comentários, Maria do Rosário merece, sim, ser estuprada, ao contrário do que foi dito na discussão entre os representantes políticos. Essa alegação de merecimento, tanto da agressão quanto do estupro, é acompanhada da ideia de que a deputada não seria uma mulher de respeito. Também é bastante presente, nos enunciados, a concepção de que ela “não se impõe” respeito, partindo desde formulações simples, como a de que, se ela deseja receber respeito, deve “fazer por merecer”, até situações mais complexas, evidenciando que ela abre espaço para ser tratada da pior maneira possível quando fala o que quer. A lógica de “se dar ao respeito”, na estrutura machista, atribui a culpa da agressão à própria vítima, assim como separa os indivíduos entre respeitáveis ou não. Nessa ocasião, Bolsonaro é visto como um homem que possui dignidade e que deve ser respeitado³³.

A convicção de merecimento, infelizmente, é comum entre a população brasileira. Não é por acaso que a jornalista Nana Queiroz idealizou a campanha #NãoMereçoSerEstuprada, no Facebook, no ano de 2014. O movimento, que visava à realização de debates sobre políticas públicas e a criação de leis, foi uma resposta à divulgação da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), cujo resultado demonstrou que 65% dos entrevistados acreditam que as mulheres merecem ser violentadas quando estão com roupas que exibem os seus corpos.

³³ “Essa mulher merece o que o Bolsonaro falou!!!”, comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A); “A mulher tem que respeitar pra ser respeitada, se ela não sabe o que é respeito MERECEU”, “Deus me perdoe ...mas tem mulher que pede!!!”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “quer respeito, faça por merecer...”, “O que acontece é que Maria do Rosário fala o que quer... Então vai ouvir o que não quer! A mulher quando haje desse jeito, deixa brecha pra ser tratada da pior maneira possível. Ninguém deve testar os limites do outro sem estar preparado para uma atitude extrema. Bolsonaro é um homem, que tem sua dignidade, Maria do Rosário tem que respeitar pra exigir respeito! Qualquer homem perderia a cabeça nesse caso... Alguns iriam até mais longe, com uma atitude mais extrema!!!”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A).

A atitude da jornalista buscava incentivar o entendimento de que o corpo da mulher não pertence a ninguém, além do fato de que todas as mulheres possuem o direito de se vestirem e se expressarem como quiserem. Ao expor esses pensamentos, a criadora do projeto recebeu centenas de ameaças de estupro e de outros tipos de violência (LEAL, 2014). Desenvolvendo-se a partir do raciocínio de que a violência dirigida a mulheres percebidas como desviantes possui justificativas originárias das próprias mulheres, a retórica do merecimento culpabiliza as vítimas e reforça as dinâmicas da misoginia (PERRY, 2001; MANNE, 2018).

Diretamente associadas ao dilema vivenciado por Maria do Rosário, muitos comentaristas abordam, também, outras conspirações pejorativas. Declaram, por exemplo, que ela possuiria fetiche por bandidos, compreendendo que seria a verdadeira culpada por chamar Bolsonaro de estuproador. Vigora a opinião de que ela teria interesse sexual no colega de trabalho e que, por isso, teria ficado “zangada” com a afirmação de que ela não merecia ser estuprada. Diversos comentaristas dizem, categoricamente, que ela desejava ser estuprada por Bolsonaro e que, por não ter sido correspondida, teria agido sob fúria em uma espécie de vingança³⁴. Na temática da histerização, Foucault (1988) afirma que a imagem da “mulher nervosa” constitui, nitidamente, esse processo.

Outra problemática recorrente sobre Maria do Rosário é a referência ao estupro cometido por Champinha. Em 2003, Roberto Aparecido Alves Cardoso, conhecido como Champinha, foi apontado como o líder dos crimes de sequestro, tortura e assassinato de Liana Friedenbach e Felipe Caffé. Liana foi, ainda, estuprada por vários dias no município de Embu-Guaçu, em São Paulo (BARANYI, 2017). Na época, Roberto era menor de idade e, por isso, foi atribuído à parlamentar o reconhecimento de defesa do criminoso, devido à sua pauta política relacionada aos direitos humanos e à atenção a crianças e adolescentes (VERDADEIRO..., 2016). Nos comentários, a associação aos direitos humanos aparece por meio da síntese de “defensora de estuproadores”. Nessa situação, a conclusão mais corriqueira é explicitamente violenta: Maria do Rosário, ao proteger estuproadores, mereceria ser estuprada³⁵.

Assim, muitos usuários da rede trazem a lembrança de Champinha para deslegitimá-la e ofendê-la. Na propagação de violências, proclamam que ela deveria deixar o criminoso em

³⁴ “Acho que a Maria do Rosario tem fetiches por bandido,pq ela não foi responsabilizada por acusar o Bolsonaro de estuproador??”, “Maria do Rosário tem fetiche pelo Bolsonaro”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “Acho q ela queria q o Bolsonaro..... ela,como ele não fez ficou assim,zangada,rsrsrs”, “Bolsonaro , eu penso que ela esta afim”, “Na vdd ele queria ser estropada pelo bolsonaro não é kk”, “ESSA MULHER TEM É TARA NO BOLSONARO E COMO SABE Q ELE ‘NUNCA’ OLHARIA PRA ELA, ELA O ATACA. É UMA TRESLOUCADA!”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A).

³⁵ “Só tenho a dizer que quem defende estuproador merece ser estuproado, porque só assim defendera com legitimidade e real conhecimento de causa”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A).

sua casa, com a sua filha, ou advertem que o seu sonho seria tê-lo como marido ou genro. As declarações equivocadas vão desde a informação de que ele será seu amante quando sair da prisão até a assertiva de que ela deveria passar pela mesma situação de Liana. Há inúmeras ordens de que ela precisaria levá-lo para casa e que ele poderia “arregaçá-la” todos os dias, já que ela gostaria e estaria acostumada com isso. Entre as formulações grotescas, acrescenta-se a ideia de que o suposto resguardo de Champinha partiria de um acordo firmado entre os dois em troca de relações sexuais, uma vez que a deputada seria “velha”, “estava na seca” e “queria ‘se divertir’, mas, como ela era velha, ninguém queria se divertir com ela”³⁶. Com apetite sexual insaciável e fantasias específicas, seria capaz de realizar atrocidades e manter criminosos impunes.

Outro homem bastante citado nos comentários é Danilo Gentili, que também foi processado por apologia ao estupro contra Maria do Rosário. Esse evento repercutiu na mídia, principalmente, a partir da condenação e da triplicação da indenização para a parlamentar³⁷. Apesar da decisão judicial, a maioria dos usuários permanece favorável a Danilo, demonstrando apoio ao humorista e indicando que ele somente fez o que deveria ser feito. Muitas vezes, avaliam como uma atitude correta ao recordarem a situação envolvendo Bolsonaro e ao verificarem semelhanças. Assim, a parabenização pela sua fala predomina entre os enunciados, incluindo outros discursos violentos sobre o episódio³⁸.

Nestes julgamentos, o viés da *ameaça psicológica* também está presente nas publicações, sobretudo relacionado à diminuição, à aniquilação e à evocação de emoções tidas como negativas. Um fenômeno interessante, notado diante da observação do material audiovisual contendo o ocorrido entre ela e Bolsonaro³⁹, é o fato de que muitas pessoas

³⁶ “Era um vez uma deputada chamada Maria do Rosário ela era velha tava na seca e queria ‘se divertir’ mas como ela era velha ninguém queria se divertir com ela. Entao no ano de 2003 ocorreu uma barbaridade e o cara o Chapinha matou um casal de namorados e estuprou a menina. Maria do Rosário como uma pessoa do ‘bem’ foi ver a fundo o ocorrido, então ela disse para ele que ela iria pedir a prisão dele. Mas Champinha fez um trato com ela para ela defender ele, entao ela pediu que ele pegasse ela. Mas Champinha foi preso. E ela continua defendendo ele esperando o Champinha com o trato dos deles de 15 anos atrás. E fim”, comentário disponível na publicação nº 34 (Apêndice A) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa; “Maria tem que deixar champinha na casa dela, junto com a filha dela”, “MANDA MARIA DO ROSÁRIO LEVAR ELE PRA CASA DELA”, “Maria do Rosário deveria fica com chapinha três dias pra ver”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “O sonho de Maria do Rosário é ter Champinha como genro ou marido”, “Ele sair da cadeia ele vai ser o amante da Maria do Rosario”, “Essa mulher é louca ...devia passar o que passou a menina que foi torturada, sofreu tds ataques de violência e morta por esse assassino champinha”, “Leva o champinha pra casa da Maria do Rosário Pra arregaçar ela todo dia Ela gosta Tá acostumada Agora o champinha tá fácil de resolver: só esquartejar ele”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A).

³⁷ Publicação nº 20 (Apêndice A).

³⁸ “é o que o povo deveria fazer”, “Coragem Danilo, o lixo politico do Brasil em breve estará no lugar que merece. E lembre-se BOLSONARO/18”, comentários disponíveis na publicação nº 20 (Apêndice A); “Concordo plenamente com ele. O difícil é encontrar quem tenha coragem de encarra aquela coisa.....imagina aquela coisa de quatro, deve ser o cumulo da feiúra!”, comentário disponível na publicação nº 38 (Apêndice A).

³⁹ Publicação nº 34 (Apêndice A).

diminuem a agressão sofrida. O argumento principal, como já foi dito, é de que o presidente apenas reagiu como qualquer homem reagiria e que havia respondido à altura dos atos provocativos da parlamentar. Outras defesas compreendem que ele disse a indubitável verdade e que, por isso, estaria sendo censurado, apesar de ter sido “extremamente elegante” na ocasião⁴⁰. Em relação ao empurrão gravado no mesmo episódio da ofensa verbal, comentam, ainda, que se configura como um simples “instinto de defesa” por notar que ela avançara em sua direção. Caracterizam, assim, a verbalização da agressão de Maria do Rosário como um “showzinho”, assinalando que a crença em sua palavra seria um absurdo⁴¹.

Outros admitem a violência física exercida, mas garantem que Bolsonaro teve a atitude correta contra Maria do Rosário, a qual, por sua vez, teria provocado toda a confusão. As elaborações concluem que ela teria agido errado ou com a intenção de suscitar discórdias, o que justificaria a reação gerada. Essa atitude calculada serviria, portanto, para posterior fortalecimento da sua figura de vítima. Por trás do ultraje, de acordo com as opiniões majoritárias, ela detinha o intuito de prejudicar a imagem do político, justamente para que ele a agredisse e ela pudesse, finalmente, entrar com o pedido de cassação do seu mandato⁴².

Mesmo que as ameaças sejam frequentes no cotidiano de Maria do Rosário, o suposto vitimismo é, reiteradamente, colocado em questão, assim como o oportunismo⁴³. Isso também

⁴⁰ “o bolsonaro Só respondeu à altura dela”, “ele só respondeu o que ela falou ela provocou o Jair bolsonaro o que ele falou para ela qualquer homem falaria”, “O que o Bolsonaro falou a respeito da Maria do Rosário é verdade!!!! Não pode falar a verdade nesse país”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “Eu acho que Bolsonaro foi extremamente elegante com a Maria do Rosário”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁴¹ “E quem fala que ele a ‘empurrou’,aquilo é puro instinto de defesa,pois ela avança em sua direção,invadindo seu espaço e o ameaçando de dar um tapa.Ele então estica o braço a contendo e ela pra se vitimizar continua a forçar em direção a Bolsonaro como braço esticado.É a hora que ela começa com o showzinho de que está sendo agredida e chama o segurança”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A); “O Povo nao acredita nessa neurotica”, “Ela não tem moral nenhuma. O povo de bem sabe da verdade”, “Que mulherzinha dissimulada!”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A).

⁴² “Atitude mais que correta. Ninguém merece ser chamado de esturpando”, “Essa deputada é o tipo de pessoa que provoca e depois se faz de vitima no final”, “então fizeram e fazem de tudo para denegrir a imagem do Bolsonaro (...) ela queria que ele agredisse ela ae eles entrariam com pedido de cassação”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A); “O que ela fez foi de caso pensado para provocar o Bolsonaro”, “Ela empeitou ele e queria ser bem tratada”, “essa Maria do Rosario chegou e se intrometeu na reportagem que era com o bolsonaro...e a inveja dela...e na verdade ela Maria chegou cheio de odio...”, “todos sabemos que ele foi atacado com xingamentos e somente revidou , todos nós iríamos revidar...A Maria dos presidiários , somente aproveitou a OPORTUNIDADE onde BOLSONARO estava dando entrevista , pra provoca-lo”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A).

⁴³ “Essa mulher envergonha a todas nós,cínica fica se fazendo de vítima,não nos representa”, “a Maria do Rosário está sempre atacando alguém e depois se fazendo de vítima”, “Ela agride as pessoas para forçar que revide e lança o vitimismo para se fazer de atacada e acusar o homem (sua vítima) de agressor machista (...) FAZ ISSO SÓ PARA PROCESSAR PESSOAS DIREITAS”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A); “essa que gosta de avançar pra cima dos homens, e depois pousar de vítima”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Digitei ‘coitadismo’ no google, retornou ‘Voce quis dizer Maria do Rosario?’”, comentário disponível na publicação nº 32 (Apêndice A); “Só ganhou porque se aproveita dos que não tem uma boa educação”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A).

ocorre sob a temática das minorias, adentrando as questões de gênero, com o objetivo de desmerecer a parlamentar. Essa dinâmica emerge, inclusive, a partir de construções sobre o feminino como lugar de atenção e privilégio⁴⁴. Muitos dos comentários julgam, por exemplo, que a deputada não estaria sofrendo com a apologia ao estupro concebida, mas, sim, planejando visibilidade midiática e a promoção de sua reeleição⁴⁵.

No caso envolvendo o comediante Danilo Gentili, ela também é denominada “a vitimista” e aqueles que discordam do apresentador são altamente criticados, englobando até mesmo a noção de que estariam com inveja dele⁴⁶. Para muitos, o processo jurídico foi uma reação exagerada de uma pessoa pública que deveria saber lidar melhor com esses entraves⁴⁷, compreendendo que ela teria se aproveitado de uma situação satírica e que não havia sofrido, de fato, uma agressão. Já para outros tantos, foi um ato de esperteza executado com o objetivo de conquistar ganhos financeiros⁴⁸. Sobre os dois episódios principais, um dos comentaristas afirma, perplexo: “Quanta hipocrisia, Bolsonaro falou que ela não merece ser estrupada e foi processado, agora o Danilo fala que ela merece, também irá ser processado de certo, essa mulher e intocável agora?”⁴⁹, mostrando confusão sobre a questão da apologia ao estupro.

Assim, há aqueles que não só reconhecem a agressão exercida, como também julgam que ela foi mínima diante do ocorrido. Reiteram, inclusive, que Bolsonaro foi muito paciente e educado com Maria do Rosário. Segundo alguns comentários, a reação deveria ter sido muito mais intensa, posto que o presidente precisaria, por exemplo, ter xingado ou dado um soco na

⁴⁴ “Mulher oportunista. Querendo voto das minorias”, comentário disponível na publicação nº 32 (Apêndice A); “Essa Maria do Rosário é uma mulher sem escrúpulos, (...) ela só finge que se importa com as mulheres (...). Grande hipócrita!”, comentário disponível na publicação nº 26 (Apêndice A); “No Brasil pra ganhar voto é só falar q vai aumentar salário da mulheres, que defende as minorias”, “Ensinaram essa malandragem oara is taxistas, feministas .Atacam o mais forte e começam a agir como se eles tivessem sido agredidos”, “(...)Nojo mulheres dessa laia todas desequilibradas nunca vão me representar por que sou feminina e sei me dar ao respeito e sei respeitar homens e a quem me respeita sem ter que sair mostrando meu cú e tetas como essas lixos fazem”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A); “Nao foi esta que o LULA disse que tem o gr,,,, duro, se foi tai a prova a mulher valente que poe o dedo na cara dos homens lá no congresso, que sobe nas mesas e bate salto de sapato quando contrariada, tudo isto se aproveitando da condição privilegiada de ser mulher imune a qualquer reação”, comentário disponível na publicação nº 22 (Apêndice A).

⁴⁵ “Essa Maria do Rosário é outra sem noção no mundo real e político. A frase do Bolsonaro foi muito bem colocada e explicada. O que querem agora é aparecer !!!!!”, “Na eminencia de ficar sem mandato por seus próprios méritos, ou a falta deles, a Deputada procura holofotes como as mariposas procuram a luz, só isso e nada mais”, comentários disponíveis na publicação nº 26 (Apêndice A); “Mas ela é dissimulada, e ainda faz escândalo para chamar a atenção”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁴⁶ “As pessoas quando tem inveja.. É fogo né.. Deixem de ser retardada dos um cara iper inteligente e gente boa como ele não aceita isso... Vao lamber sábio”, comentário disponível na publicação nº 38 (Apêndice A).

⁴⁷ “Pessoa pública que não aguenta sátiras e críticas, busca o judiciário, que concede o pedido. Lamentável”, comentário disponível na publicação nº 20 (Apêndice A).

⁴⁸ “Essa senhora está percebendo seus dias de sandices e asneiras contados e está ajeitando uma aposentadoria as custas dos outros, que estão caindo direitinho”, “A calhorda da Maria do Rosário arrumou outra fonte de renda: processar todo mundo e arrumar mais uma ‘graninha’ fácil. Próprio dos parasitas iguais a ela...”, comentários disponíveis na publicação nº 20 (Apêndice A).

⁴⁹ Comentário disponível na publicação nº 49 (Apêndice A) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

deputada. Nesse raciocínio, diversos comentadores se colocam no lugar do político, admitindo que não seriam tão gentis quanto ele, que fariam muito pior e que a agrediriam. Além disso, é dito que qualquer homem perderia a cabeça diante dessa situação e alguns tomariam as devidas atitudes mais extremas. Alguns dos comentários demonstram até mesmo o conhecimento sobre as consequências de tais agressões e, com efeito, a raiva é bastante explicitada⁵⁰.

Nos enunciados, expõem diversos julgamentos e intolerâncias, além de manifestações flagrantes de ódio. Em síntese, enquanto alguns se revoltam com a atitude de Maria do Rosário e se sentem aliviados com o comportamento de Bolsonaro, outros reforçam o perigo da discussão e asseguram que a melhor conduta seria ignorá-la ou esquecê-la⁵¹. As narrativas de ódio, por seu turno, contam com esses elementos avaliativos, como a definição do sujeito como mau e perigoso (JOHANSEN, 2015). O perigo vinculado às mulheres, especificamente, estaria vinculado à ameaça de retirar-lhes algo, como emprego, segurança e riqueza, ou de tomar-lhes o lugar (KOLNAI, 1998). Neste caso, em especial, o dinheiro e o exercício político.

O senso comum tende a compreender as mulheres como indivíduos mais emotivos, o que sugere, por um lado, maior vulnerabilidade e ausência de razão e, por outro, uma certa aura perigosa (REZENDE; COELHO, 2010). Comentadores afirmam, à vista disso, que a verdadeira agressora seria unicamente Maria do Rosário, por ter sido desnecessária, intrusa ou equivocada, e que, por conseguinte, deveria ser denunciada ou até mesmo sentenciada à prisão perpétua⁵².

⁵⁰ “Bolsonaro foi até discreto... Uma vigarista desta que defende estuprador e todo tipo de bandido, tem que ser xingada de tudo o que não presta!”, “Bolsonaro Foi Errado em dar um Empurrão nessa Mulher, Pois deveria Ter dado Um Soco”, “eu no lugar dele faria pior”, “aí pode apostar que eu não seria gentil igual Bolsonaro”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “pelo que a maria do vigário, quer dizer, do rosario, se comportou, acho que o bolsonaro pegou leve com ela. Ela merecia um tapa e um belo sermão (...)”, “Ela mereceu levar na cara, o Bolsonaro foi pacífico!”, “Eu achei ele até muito educado com essa hipócrita defensora de estupradores e de assassinos. Essa Maria do Rosário é uma vergonha para a humanidade. Vagabunda chega a ser um elogio para essa demente inútil defensora de bandidos”, “Eu acho que ele teve foi muita paciência com essa mler, ela foi muito atrevida. Depois quis dá uma de vítima, quando percebeu que estavam filmando tudo. A globo bosta tá perdendo uma atriz”, “uma ‘correção’ é necessária em pessoas como ela”, “Eu falaria muito mais palavrões que o Bolsonaro disse a ela”, “Que estômago! Eu teria vomitado em cima dela”, “Se fosse eu!!!! Tinha dado uma bolacha nela, que ela estava rodando até hj”, “Bolsonaro teve foi paciência com ela eu logo dava era uma mão na cara dela”, “Esta mulher ou coisa, ela se faz de vítima, se fosse comigo teria dado porrada”, “Se ela falasse isso comigo eu estaria preso...”, “Penso que Bolsonaro foi um cavalheiro diante desta tentativa de assassinato de reputação !!! Eu talvez...se comigo fosse...estaria preso por agressão e lesão corporal...de uma bandida mal caráter como esta !!! Este ser do mal , não representa as mulheres honestas e honradas deste país !!! (...)”, “Bolsonaro foi muito moderado na forma que a reagiu com essa infeliz do Rosário. Cada vez que eu vejo esse assunto voltar a pauta e ainda mais manipulado dessa forma eu fico irado”, “Minha vontade é de morder a porta e tirar um pedaço. Como eu odeio essas manipulações”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁵¹ “fiquei bravo revoltado mas vou admitir ouvir o bolsonaro chamar ela de vagabunda melhorou o meu humor”, “essa mulher nao vale a pena doscutir . pq se nao o cara faz besteira serio tem q desvia o caminho pra nao matar essa criminosa tinha q ta na jaula acorrentada ja matou muitos”, “O erro do Bolsonaro foi responder às sandices dessa mulher. Deveria ter ignorado ela, deixando a literalmente no vácuo”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A); “Essa ‘senhora’ não deveria ser citada nunca mais. A única coisa que merece é ser ESQUECIDA”, comentário disponível na publicação nº 10 (Apêndice A).

⁵² “Ela está errada,foi intrusa”, “Essa mulher é uma criminosa , é ela que está errada, ela foi lá para chamar o Bolsonaro de estuprador mesmo sabendo que ele não é”, “Bolsonaro deveria entrar com uma ação contra está

Desse modo, apresentá-la como a real ameaça a ser punida é um dos recursos constantemente utilizados, instrumento comum entre as disputas misóginas. Como foi visto, os discursos e os crimes de ódio se concentram, muitas vezes, na construção de uma ameaça comum (KOLNAI, 1998; PERRY, 2001) e a retórica do controle se origina do pressuposto de que as mulheres são uma fonte de ameaça (MANNE, 2018).

No entanto, constata-se que ela se acha no direito de tomar tal atitude dita agressiva justamente por ser mulher e ter a certeza da impunidade. Segundo um dos usuários, as mulheres pensam que os comportamentos delas não terão uma reação negativa dos homens, porque eles sempre são vistos como culpados se reagem mal a partir do tratamento recebido. Ressalta-se, ainda, que, por isso, as mulheres como Maria do Rosário não seriam dignas de receber o amparo da Lei Maria da Penha⁵³. Outra observação predominante é que, por ter sido considerada protetora do criminoso Champinha, Bolsonaro é que, muitas vezes, é apontado como o genuíno defensor das mulheres – chegando a dizer que o presidente não somente não é misógino como também participa da luta a favor das mulheres⁵⁴.

O viés de gênero se manifesta em diversos sentidos nas publicações, tanto para deslegitimar, ainda mais, a agressão sofrida como para conspirar que, se o episódio tivesse acontecido contra um homem, não haveria nenhum problema – ironizando a luta das mulheres pelos direitos iguais⁵⁵. Também alegam que qualquer mulher com o mínimo de inteligência sabe que o embate de Bolsonaro não foi contra as mulheres de modo geral, mas contra aquelas que o ofenderam primeiro⁵⁶. Outros afirmam, entretanto, que, caso as mulheres quisessem respeito, elas deveriam se dar o respeito ou, então, aguentar as consequências. O respeito

maria disfarçada de boazinha”, “Bolsonaro que devia ter processado ela por difamação e calúnia. É muito forte chamar alguém de estripador. Isso tudo foi armação”, “Ele estava dando entrevista, foi ela que foi lá tentar humilhar o mito, ela fez de propósito, pau mandado, essa bruxa merece perpétua pra sempre”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A).

⁵³ “Respeite e será respeitado uma dama aprende de berço educação nem levanta algo sem prova isso é falso testemunho e depois se fazem de vítima vergonha dessa mulher se tivesse sido educada n teria sido respondida a altura”, “As mulheres pensam que o comportamento negativo delas não tem uma reação negativa nos homens, porque se o homem a trata mal baseado no tratamento que recebe dela, ele é o culpado”, “E ainda é chamado de intolerante por não tolerar os abusos dela e ainda tem que aguentar o teatro dela. É mole!!!”, “Uma mulher como esta a lei Maria da Penha não deveria defender”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁵⁴ “Por ela ser mulher ela devia sentir mais remorso e tristeza mas quem se comove mais é o Bolsonaro Essa mulher é uma infeliz”, “Bolsonaro defende as mulheres. Sou Bolsonaro no primeiro turno. Fora com essa bruxa”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “Chamam ele de machista por isso Mas eu fico imaginando’ e se fosse um homem no lugar dela, ele faria a mesma coisa não? Pra mim ele é feminista, não machista”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁵⁵ “Se fosse com um homem não daria nada Ai as mulheres pedem direitos iguais”, comentário disponível na publicação nº 34 (Apêndice A).

⁵⁶ “qualquer mulher com padrão mínimo de inteligência sabe muito bem que o embate do Bolsonaro não foi contra as mulheres mas sim contra duas mulheres que o ofenderam primeiro”, comentário disponível na publicação nº 34 (Apêndice A).

autêntico, para a grande maioria, seria uma característica exclusiva de “damas”, ao contrário de Maria do Rosário, que não teria o mínimo de educação⁵⁷.

São vários os apelidos e as adjetivações pejorativas vinculados a Maria do Rosário nos comentários; muitos deles, relacionados ao viés de gênero. Inúmeras pessoas a denominam utilizando termos ofensivos⁵⁸, como “bruxa” – vocábulo expresso, também, na notícia sobre a postagem realizada, no Instagram, pelo empresário Alexandre Correa, dizendo “Avisem a Gleisi (sic) e Maria do Rosário que, se sobrevoarem Brasília de vassoura, serão abatidas”⁵⁹. Alguns comentaristas, por sua vez, mostram concordância com a frase e com o tom ameaçador. Outros trazem reflexões críticas sobre a expressão utilizada, apesar de conterem discursos de ódio semelhantes contra as mulheres citadas⁶⁰.

O vocabulário do nojo também se faz presente, seja indicando analogias com a “podridão” ou comparando a parlamentar a uma “barata cascuda”. Até mesmo manifestações físicas são verificadas, a exemplo de relatos de enjoo ao pronunciar o nome da deputada⁶¹. Nem todo nojo, entretanto, precisa produzir sintomas de náusea para ser reconhecido, assim como nem toda náusea é característica do nojo. Importante acentuar, à vista disso, que o repertório do asco é profuso no discurso moral cotidiano, talvez mais do que qualquer outra emoção moral,

⁵⁷ “Engraçado né? A Sra Maria do Rosário (mulher) pode ofender, ameaçar dar um tapa na cara... Mas o homem não pode responder? Porque? E se fosse uma mulher a responder as mesmas coisas à Sra Maria do Rosário? Será que ela se ‘ofenderia’ tanto assim? Mulher... Vcs querem respeito? Se deem o respeito. Ou então aguentem as consequências. BOLSONARO presidente!!!”, “Ela acha se no direito de fazer isso pq é mulher”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁵⁸ “Essa é vagabunda até dizer chega”, “ordinária vagabunda é pouco”, “piranhuda socialista”, “minhoca branca”, “bruxa estérica”, “bandida asquerosa”, “tralha imunda”, expressões em comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “desclassificada”, “aberração”, “escória”, expressões em comentários disponíveis na publicação nº 7 (Apêndice A); “Essa Maria do Rosário é uma desclassificada, além de débil mental !!! Esta bosta não tem opinião formada sobre nada !!!”, comentário disponível na publicação nº 12 (Apêndice A); “Vadia do Presidiário”, “Um monstro”, “DEFENSORA de estupradores mirins”, expressões em comentários disponíveis na publicação nº 12 (Apêndice A); “Agora ela pode pegar a vassoura e voar para casa feliz ...”, “Ela podia pelo menos nos poupar dos gastos com passagens aéreas usando a vassoura para ir e vir”, na ocasião do arquivamento de um processo contra ela, comentários disponíveis na publicação nº 32 (Apêndice A).

⁵⁹ Publicação nº 15 (Apêndice A).

⁶⁰ “Serão abatidas sim, petralhadas na cadeia.#mito”, “Porra Alexandre, nao compare essas rameiras com as coitadas das bruxas veio,as bruxas são muito mais DIGNAS!!!”, “As duas são tão inúteis que não merecem nem que se gaste uma bala com elas”, “Merecem desprezo e esquecimento nada mais”, comentários disponíveis na publicação nº 15 (Apêndice A).

⁶¹ “lixo....que pessoa horrível e desnecessária”, “essa petralia é nojenta”, “essa Maria boca de lixo,e uma insuportável,como uma nojeira dessa está na politica”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “rainha dos assassinos, estupradores, dos membros de facção, tudo o que tem de mais podre no Brasil ela defende (...). Na minha opinião ela é a pessoa com atitudes mais repugnantes do nosso pais, me annoja muito ver ela ser reeleita facilmente (...)”, “Essa boca torta me causa nojo”, comentários disponíveis na publicação nº 32 (Apêndice A); “Essa deputada exala mau odor toda vez que abre a boca pra falar Democracia!”, comentário disponível na publicação nº 7 (Apêndice A); “Que nojo, parece uma barata cascuda!”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A); “Essa mulher me dá nojo...ñ representa gente de bem! Vergonha para o Brasil!”, “NOJO!!!! (...)”, “Estou enojado, ENOJADO, aquele homem tem uma paciência incrível pra não bater naquela mulher”, “Maria Do Rosário da enjoo ao de falar o nome dela”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A).

conferindo um papel significativo na cultura. O nojo está ligado a hierarquias morais e sociais, demarcando os limites entre o “eu” e o “ele” (MILLER, 1997).

A vergonha é outra emoção evocada nos comentários. Em uma das mensagens direcionadas a Maria do Rosário, resumem-na como a “vergonha” para as mulheres – pensamento que problematiza, também, a questão de gênero⁶². Sobre o viés da representação, comentam que ela não representa nada nem ninguém, muito menos as mulheres⁶³. Além disso, despertaria apenas a raiva de todos. Inobstante às qualificações dirigidas a ela, a conclusão da ira parece ser sempre a mesma: agredi-la seria a solução⁶⁴. Ainda entre os afetos citados, a alegria ao verificar o seu sofrimento é marcante, especialmente nos enunciados sobre as vaias recebidas em sua diplomação, indicando que o registro audiovisual desse fato seria imensamente prazeroso e engraçado⁶⁵.

A infelicidade também é conjecturada, porém, como recurso para explicar as características consideradas negativas da parlamentar⁶⁶. Nesse mesmo sentido, o rancor aparece como justificativa para as suas ações e falas “imbecis”⁶⁷. A ausência de capacidade intelectual também é abordada nos comentários, não só referente a Maria do Rosário como também aos seus eleitores. Isso acontece, principalmente, por meio de ofensas que sugerem que ela e seus eleitores não teriam cérebro. Um processo semelhante ocorre em relação à sua capacidade de atuação política, através de indicações de que ela não teria competência para assumir cargos

⁶² “Mal educada! Vergonha Nacional! Ela que se cuide, pois o ódio e o ciúme podem matar do coração!”; “voce é a vergonha para nos mulheres”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “Essa cretina é a vergonha do RS junto com a Maconha Davila”, comentário disponível na publicação nº 22 (Apêndice A).

⁶³ “Quem e Maria do Rosário para comentar alguma coisa. O que ela representa para o Brasil. Nada. Nada. Nada. Nada”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Mulherzinha nojenta não me representa”, “Essa mulher só representa alguma coisa pra os esturpador!! Porque pra nós mulheres brasileira ela não nós representa em nada”, “ISSO não representa ninguém...!!”, “Representa os presidiários, as frminazis, esturpadores, ...”, “ela representa as porcas no chiqueiro”, comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice A); “Essa mulher não representa as mulheres...”, comentário disponível na publicação nº 34 (Apêndice A); “Esta Sra não me representa. Não representa os 51% da população brasileira, que é formada por mulheres”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁶⁴ “dá raiva de ver essa mulher!!!”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A); “fiquei com raiva dessa mulher”, comentário disponível na publicação nº 34 (Apêndice A); “Esse vídeo até hoje me dá uma raiva dessa maluca”, “estou com tanta raiva da Maria do Rosário que só por castigo eu vou me vingar votando em bolsonaro em toda a legenda dele Viva o nosso Brasil se não prestar nas próximas eleições poderemos deletar”, “A mão da porrada chega a tremer”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A); “quebra a cara da cocoricó”, comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A).

⁶⁵ “Adoro assistir esse vídeo, só para ver essa múmia paralítica ser vaiada”, envolto de muitas risadas, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A).

⁶⁶ “Essa mulher é uma infeliz no mais amplo sentido da palavra! Tem a alma negra, é insana! Assim como deputadas do RJ, do DF, e senadoras do norte e nordeste. Todas em acelerado processo de putrefação”, comentário disponível na publicação nº 12 (Apêndice A).

⁶⁷ “O Brasil falhou em não criar obstáculos a radicais rancorosos, sem noção, sem bom senso como você”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Essa deputada deve ter caído de cabeça qdo criança. Ainda está de miolo mole. Culpando um governo que nem assumiu. O rancor leva as pessoas a dizerem uma imbecilidade dessas”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice A).

políticos – por mais que atue profissionalmente na vida pública desde 1993 – e de que seus eleitores não teriam bom senso ao elegê-la. De modo geral, a sua aptidão é altamente questionada, sendo chamada de “desmoralizada”, “desqualificada” e “incompetente”. Devido a esta suposta falta de qualificação, Maria do Rosário é julgada como alguém que não poderia ter tamanha visibilidade ou voz⁶⁸.

Também são evidentes as conclusões de que a parlamentar não deveria estar presente no campo político. Desistir da carreira ou ser exonerada do cargo são as opções mais aconselhadas. Proporcionam, ainda, sugestões dos locais que ela deveria realmente ocupar, como a sua casa, lavando as louças e limpando o banheiro; ou presa, na cadeia, junto a estupradores e assassinos⁶⁹. Não é à toa que os papéis sociais tradicionalmente reservados às mulheres inibem uma atuação política feminina mais ampla e destacada, assim como uma estratégia de diferenciação e ação política (BIROLI, 2010). Outra possibilidade ofertada para a deputada seria sair do país, já que ela não possuiria o mínimo de dignidade para viver no território brasileiro⁷⁰. Em alguns momentos, constata-se que ela deveria ser expulsa do âmbito

⁶⁸ “esperamos que surja alguma racionalidade no cérebro dela nesse seu novo convívio, ou, quem sabe até lá, não inventem uma transfusão de cérebro. Sugiro que coloque o seu nome na lista de possível doadora (...)”, “não consigo entender como está sem moral e DECÊNCIA AINDA FOI ELEITA TEM MUITO BRASILEIROS SEM CÉREBRO”, comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice A); “queria saber oq tem no lugar onde deveria ficar o cérebro, na cabeça dos gaúchos que elegem essa coisa...como é possível?”, “Pior são os acéfalos sem noção do meu RS, que reelegeram esse câncer, vergonha...”, “Essa mulher deveria ser presa por sua incompetência quando da sua atuação na área dos direitos humanos. Incompetência à toda prova”, comentários disponíveis na publicação nº 32 (Apêndice A); “Esta senhora é uma desqualificada. Deveria se recolher a sua insignificância de quem não será reeleita”, “ainda esse assunto ? pow gente, vamos renovar né ??!”, comentários disponíveis na publicação nº 26 (Apêndice A); “DAR ESPACO PARA UMA DESQUALIFICADA COMO ESTA MARIA DO ROSARIO E DOSE”, comentário disponível na publicação nº 22 (Apêndice A); “pi pi pi pó pó pó... Maria do Presidiário não para de passar recibo de sua eterna incompetência..”, “Essa mulher não soma nada. É um zero a esquerda. Só sabe criticar e ter ataques de histerias”, “O pior, ou só podia ser, a Folha/Uol, essa vigarista ter espaço na mídia”, “Essa mulher ainda fala? Já passou dos limites... haja paciência!”, “PORQUÊ NÃO TE CALAS MARIA DO PRESIDÁRIO ?”, “Calada seria uma poetisa!!!!”, comentários disponíveis na publicação nº 14 (Apêndice A).

⁶⁹ “a papuda te espera dona maria do Rosário. kkkkkkk ela deveria desistir da política. (...)”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A); “Primeira coisa que o presidente Bolsonaro a fazer é exonerar Maria do Rosário de seu cargo. Mulher sem noção”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A); “Mas vai achar oq fazer, tchê... Quem sabe lavar uma loucinha??”, comentário disponível na publicação nº 7 (Apêndice A); “Essa vagabunda tinha que ficar em casa lavando louca limpando banheiro...”, “O lugar dessa mulher deveria ser numa clínica psiquiátrica! Não na Câmara dos Deputados! Afinal de contas, lugar de louco é no hospício!”, “Uma vadia, vagabunda como essa deveria estar na cadeia junto com estupradores e assassinos, mas com aqueles que a odeiam”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “uma pessoa improdutiva sem nexo, está lá só para provocar confusão, deveria estar presa por perturbação da ordem pública”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice A).

⁷⁰ “Ela tem e q sumir do mapa”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A); “Você é um ponto fora da curva. Sua arrogância acabou. O que você fazia antes de ser política, ou sempre viveu na teta do governo. Fuja, tenha coragem, para Cuba ou Venezuela lá o povo tem cultura contra o autoritarismo. Boa sorte!!!”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A).

político ou até mesmo violentada e morta⁷¹. As intolerâncias flagrantes são, assim, realizadas em diversos graus opressores⁷².

Outro tópico preeminente nos comentários é o da *patologização*, no qual se sobressaem os julgamentos relativos à insanidade e aos transtornos mentais. Ambos são utilizados para justificar as características vistas como negativas e para ofendê-la. São várias as situações em que este recurso aparece, desde chamá-la de “psicopata”, “débil mental”, “Maria louca”⁷³, até elaborações como: “Para uma criatura doente, megalomaníaca e esquizofrênica, egoísta, que só torce pela destruição do povo brasileiro, não se pode esperar nada de bom”⁷⁴. Há quem reivindique um “atestado de sanidade mental desta senhora”⁷⁵. Esse suposto problema de saúde indicaria a ausência de confiabilidade na parlamentar. Aparentemente, o que ela diz não deve nem sequer ser levado em consideração, uma vez que só falaria besteiras, em concordância com as suas loucuras. E, seguindo essa lógica, a atenção cedida pela mídia e pela população é

⁷¹ “Mau caráter e defensora de criminosos, bandidolatra, precisa ser retirada do meio dos cidadãos de boa intenções”, “E essa Maria do Rosário e a mulher mais cara de pau que alguém viu. Deveria ter uma ordem para espantar esta mulher da vida pública. (...)”, “É só ir matando, um dia acaba”, “Cimenta ela na parede joga ela na masmorra sem nada kenga maldita feia canhão ou joga ela prós. Cachorros”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “Vem com essa de infantilidade? Se de o respeito...É só o começo... vamos descansar quando tu e sua laia desaparecerem do cenário político”, “Tá louquinha pra virar nome de rua essas daí...kkkkkkk Marieles do sul.....kkkkkkk”, comentários disponíveis na publicação nº 22 (Apêndice A); “Cara q vontade de dar uma voadora nessa MARIA DOS PRESIDÁRIOS!!!!”, “Essa maldita já passou dá hora dê perder à cabeça”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “Kkkkkk A Maria do Rosário merece umas férias na companhia do Champinha!!!”, comentário disponível na publicação nº 49 (Apêndice A); “Está aí merece ou não ser ,,,,,,,arremessada do Morro?”, comentário disponível na publicação nº 12 (Apêndice A).

⁷² “Essa futura inútil ex ‘deputada’ PTralha como sempre fazendo o que o intestino faz: Merda!”, comentário disponível na publicação nº 9 (Apêndice A); “Essa Maria do Rosário não vale o que o gato enterra”, “Essa mulher e uma bandida”, “Essa Maria do Rosário não presta”, “Mulher desprezível!”, “Enquanto essa mulher não tomar uma surra e for pega por estupradores , ela não tomara jeito”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “Essa ‘Maria do Carcerário’ é uma ordinária!!!”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A); “ela é uma pessoa asquerosa e desagradável”, “Senhora Maria do Rosário, faça um favor a nação Brasileira. Vai pro Inferno!!!”, “Pena que quando roubaram o carro dela, não a levaram junto”, comentários disponíveis na publicação nº 26 (Apêndice A).

⁷³ “Queria ver ela ter esse posicionamento, se o Champinha tivesse feito isso com a filha dela! Ah, esqueci! Psicopatas não tem sentimentos...”, comentário disponível na publicação nº 34 (Apêndice A); “objetivo é tumultuar, pq não tem competência pra mais nada, sua louca, doente”, “essa esquerdopata senhora tem retardos”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “uma doente mental como essa Maria do presiário”, “Mas que que é isso, mas que que é isso... Que desespero é esse Dn Maria do Rosário. Ou posso chamar isso de doença mesmo!? Para que está ficando feio minha senhora”, comentários disponíveis na publicação nº 26 (Apêndice A); “Já ouvir um médico falar que tem mais louco nas ruas do que nós hospícios agora tenho certeza”, “Essa maluca tem que se internar ..”, “Isto é uma doida de pedra sem. Noção”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice A); “Ela é psicopata. Dá pra ver nos olhos dela”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A); “Coitada vocês tem que ver que ela tem problema mental”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁷⁴ Comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

⁷⁵ Comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

indevida⁷⁶. As sugestões de soluções, por seu turno, são a internação ou o uso de medicamentos⁷⁷.

Um comentário interessante de ser evidenciado parte do viés patologizante e caminha para o nojo, inserindo, também, a questão do ódio em sua elaboração: “Como sempre, a Maria do Rosário expõe sua mente deteriorada e esquizofrênica. Agora, essa tática petista era de se esperar, pois os comunistas fingem falar em nome da democracia, mas, se são contrariados, colocam as garras da intolerância e ódio que difundem entre seus partidários. Nojentos!”⁷⁸. Nessa formulação, compreende-se que o ódio e a intolerância são pertencentes apenas ao “outro”, crença bastante difundida na sociedade. Já o comentário: “Este ser sofre das faculdades mentais. Acredito que nem os que a puseram no poder sabiam deste destrambelhamento. Ela não é brasileira nem terráquea. Precisa de uma jaula reforçada”⁷⁹, além de patologizar Maria do Rosário, a desumaniza. Não se enquadrando como brasileira nem terráquea, ela precisaria de uma jaula, assim como animais em descontrole, aliando-se a momentos de animalização⁸⁰.

A desumanização, por sua vez, não é um dos recursos mais utilizados no caso da parlamentar, porém, ocorre, principalmente, através da *demonização*. As menções religiosas são frequentes por meio de associações a seu nome, afirmando que conter a palavra “Rosário” seria um pecado, sendo mais aceitável “Maria do diabo”, “Maria do Inferno” ou outras variações. Tem-se que ela não está próxima de alguma santidade e possui alianças com o Diabo, demônios e outras noções religiosas representativas do mal⁸¹.

⁷⁶ “Sério que alguém da atenção para o que essa doida varrida fala?”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Essa mulher é cega, muda e surda será q ela pensa q os ouvidos dos outros são pinicos ela não devia nem abrir a boca, só sai merda”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice A); “Coitada dessa MR, uma psicopata total! Nem merece atenção! Devia estar internada num manicômio!”, comentário disponível na publicação nº 26 (Apêndice A).

⁷⁷ “internem está doida”, “esquerdopata, vai tomar remédio querida e faça algo pelo bem do Brasil”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “essa doida é séria candidata a camisa de força e internamento imediato em qualquer manicômio que ainda exista”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice A); “Desequilibrada. Ela precisa tomar remédio e com urgência. Muito mimimi”, comentário disponível na publicação nº 51 (Apêndice A); “Nesse dia essa louca esqueceu de tomar seu cadernal de 100miligramas”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A).

⁷⁸ Comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A).

⁷⁹ Comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

⁸⁰ “Esta senhora e uma anta”, “Vaca”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice A); “É só mais uma perdedora, um cachorro morto, não vale a pena chutar”, “Tem muito burro que vota numa jumenta dessa”, “mulher não, isso é uma aberração”, comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice A); “Maria do Rosário nada mais que um ser abjeto a ser expurgado!”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A); “O NUME DESSA RATASANA NÃO NEM PARA MARIA DO ROSÁRIO.ERA PRA SER MARIA ORDINÁRIA.OK???” “O xente e essa coisa é mulher é???”], “Tenho nojo desta mulher... alias, não se pode considerar isso uma mulher... é um ser abjeto, rastejante...”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A).

⁸¹ “Maria do diabo(é um pecado essa bandida ter em seu nome Rosário)”, “Tinha que tirar o Rosário do nome. Ela não merece ele”, “Essa cara de Santa nunca me enganou”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “O maior paradoxo é o nome dessa Sra.-Maria do Rosário. Vai lá Maria: Adote os três ‘menores’ e coloque-os no mesmo quarto de suas filhas - prove sua questão de gênero também”, comentário disponível na

3.1.2 “Nem pra ser mãe serve”

No *corpus* da pesquisa, figuram, também, *outros recursos comuns*, como os comentários sobre a ausência de “classe” e de “educação” de Maria do Rosário, o que é percebido como uma grave falha de caráter. Ela é usualmente associada a escândalos e histeria em uma perspectiva negativa, dialogando com a questão do desequilíbrio⁸² – visto que as mulheres são, ainda hoje, vinculadas à característica de emocionalmente instáveis, em uma sociedade que valoriza o ideal do autocontrole emotivo (REZENDE; COELHO, 2010).

Em relação aos recursos frequentes nas disputas de gênero, o senso de responsabilização recai na defesa aos direitos humanos, pois, ao ser sintetizada como “defensora de estupradores”, resumem-na como alguém que deve ser responsabilizada pela proteção dada aos estupradores de mulheres e, por isso, não mereceria o respeito de ninguém⁸³. Na estrutura social em que se privilegia a hegemonia masculina, várias estratégias de deslegitimação atuam na atribuição de responsabilidade à mulher pela violência sofrida, inclusive nos casos em que efetivamente ocorre o estupro, preterindo a agência do criminoso e culpabilizando a vítima (CARDOSO; VIEIRA, 2014).

publicação nº 12 (Apêndice A); “Maria estérica só fala besteira.....de santanão tem nada”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Vai ter muito pesadelo! Melhor mudar o nome para Maria do Inferno! Veste a cor do diabo e da ideologia dele!”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A); “Maria do diabo ... pessoas usando pelos espíritos ...para defender as platicas de assassinatos , estrupos ... ele está perdendo a guerrilha então usas pessoas como essa emissário do diabo”, “Essa Maria e da parte do demônio !”, comentário disponível na publicação nº 34 (Apêndice A). “Maria do rosario e uma pessoa totalmente desequilibrada so pode ser possuida por espiritos do capiroto”, “Essa mulher tem parte com o demo”, “Maria do Rosário não vale nada é uma satânica”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁸² “Esta mulher não tem compostura, desprovida de classe,educação e acha que tudo pode ser resolvido no grito de gralha.internem está doida!”, comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A); “a proposito a Rosário, não tem moral nenhuma pra nada.....e todos sabem disso. (...) de resto, não passa de uma mulher bobalhona, mal educada que só sabe gritar”, comentário disponível na publicação nº 7 (Apêndice A); “Maria chilique do Rosário”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A); “esta deputada que ja esta fazendo hora extra sabe fazer, qual o projeto que ela encaminhou, garanto que ninguem sabe, agora colocar o dedo na cara dos homens e dar gritinhos estericos todos sabem que ela faz”, “Os políticos citados realmente eram equilibrados. Desiquilibrada foi e continua sendo ela. Aos gritos, tenta impor conduta as pessoas”, comentários disponíveis na publicação nº 22 (Apêndice A).

⁸³ “Maria do Rosário devia ser responsabilizada pela proteção dada aos estupradores de 50 mil mulheres ao ano. O pior dos mundos é a canalhice de uma mulher. Bolsonaro 17, no primeiro turno”, “Vejo Maria do Rosário como coautora desse tipo de crime, tanta é a dedicação com que defende criminosos. Gostaria de ver a reação dela se algum membro da família sofresse abuso dessa espécie”, comentários disponíveis na publicação nº 12 (Apêndice A); “Quantos crimes têm as contas do rosário da Maria?”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Mulher que defende bandidos não merece o respeito de ninguém!”, “como homem eu nao tenho respeito por essa mulher. Vergonha nacional!”, comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice A).

Outro ponto observado é a referência aos familiares da parlamentar, em especial seu marido e sua filha⁸⁴. Sobre a última, ressaltam a suposta depravação sexual, principalmente atrelada a fotos íntimas vazadas na internet e ao uso de drogas ilícitas. Na problemática de idealizações da vida familiar, há uma nítida sobrecarga direcionada às mulheres, em contraposição da liberação dos homens diante das responsabilidades, tornando-as mais vulneráveis. Nesse contexto, encontram-se três eixos centrais entre as representações de maternidade e desigualdades sociais: o peso desproporcional da parentalidade para mulheres e homens, a experiência de condições distintamente seguras e a maternidade compulsória. No caso analisado, o primeiro alicerce é bastante presente, contendo as demandas práticas e os julgamentos direcionados às mulheres no desempenho do papel de mãe (BIROLI, 2018).

Esse debate possui implicações importantes, já que, historicamente, os âmbitos doméstico e familiar são identificados como essenciais para o alcance da plenitude para as mulheres. No Brasil do século XX, por exemplo, a conquista da felicidade feminina era estritamente conectada ao ambiente do lar, relacionado ao matrimônio e à família, ideal bastante propagado pela mídia. Assim, a organização do lar e o bem-estar dos filhos e do marido se moldaram como a ambição desejada para a experiência da felicidade feminina. Por outro lado, feministas ou mulheres “descontroladas”, que não se adequavam aos padrões pré-estabelecidos, possuiriam lares infelizes, caóticos e hostis, com refeições desordenadas e filhos desobedientes (FREIRE FILHO; LEAL, 2015).

Em relação à formação familiar, conclui-se que Maria do Rosário não serve nem mesmo para ser mãe e que não é capaz de cuidar da sua própria casa e de sua família. Portanto, não deveria cuidar do povo nem receber atenção⁸⁵. No imaginário brasileiro, é comum associar a mulher na política à figura de companheira abnegada, esposa amantíssima, confidente e

⁸⁴ “o feiosa... vai fumar um baseado com o corno do teu marido”, comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A); “MARIA DO ROSARIO. REELEITA, ESPOSA DE VENDEDOR DE DROGAS, REJEITADA JÁ, IMAGINEM NA LEGISLATURA DO ANO QUE VEM, PELEGA, CHORA AGORA SAFADA”, comentário disponível na publicação nº 44 (Apêndice A); “Pesquise sobre o marido e filha dela, ‘que lindo padrão familiar’! SQN!”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁸⁵ “Ao invés de fazer barreco por causa do novo governo, porque não vai olhar sua filha que aparece fumando crack, drogado por aí acabada chegando ao ponto de por causa das suas condições ficar com as partes íntimas a mostra.....”, comentário disponível na publicação nº 1 (Apêndice A); “E a coitada da filha dela perdida nas drogas. Nem pra ser mãe serve”, “Não é átoa que a filha da Maria do Rosário estava daquela forma decadente”, comentários disponíveis na publicação nº 29 (Apêndice A); “a filha de Maria do Ossário iria perverter os moleques”, comentário disponível na publicação nº 12 (Apêndice A); “HAHAHA, piada essa Maria do Rosário, nunca prestou para nada, nem cuidar da própria família conseguiu”, comentário disponível na publicação nº 22 (Apêndice A); “E a filha, já morreu de fome ou nas drogas !? Kkkkkkkk”, “Uma sem vergonha dessas , que sua filha que foi gravada usando drogas. Deve ser á educação que teve!”, “Porque a Maria do Rosario nao cuidado da filha Dela que ta no mundo das drogas em vez de defender bandido”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “Uma pessoa que não é capaz de cuidar da própria casa, certamente não merece cuidar do povo, nem deve ser levada em consideração esse tipo de gente. A filha dela financia o tráfico, sem mais...”, comentário disponível na publicação nº 7 (Apêndice A).

cúmplice, extremamente solidária às ambições de seus maridos. A construção da ação política feminina, entretanto, apresenta-se marcada por ideais contrapostos, englobando a solidão, a culpa e o desamparo – e também mundanismo, futilidade, superficialidade, fragilidade, insensibilidade, dureza e masculinização (LEITÃO, 2018). A acusação sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, destinada à família, também é destacada sobre a própria Maria do Rosário⁸⁶ para reforçar esse argumento de inaptidão, assim como outras informações falsas. Entre elas, as crenças de que ela apoiaria a zoofilia e já teria agredido pessoas⁸⁷.

Sobre Maria do Rosário, prevalece, ainda, a questão de sua idade – uma particularidade no caso da parlamentar, em comparação às outras mulheres estudadas na presente pesquisa. De modo geral, seus anos de vida são considerados elevados e incapacitantes⁸⁸ – mesmo que sejam próximos da idade média dos deputados eleitos em 2018 no Brasil, período em que a Câmara apresentou o perfil mais jovem da história nacional (CAESAR, 2018). As classificações por idade, assim como as relações entre gênero, raça e classe, estão vinculadas à imposição de limites e à produção de ordenamentos nos quais cada um deve se manter. A divisão entre jovens e velhos, portanto, converge em questões de poder (BOURDIEU, 2003b). No contexto em voga, articulam-se as dimensões de gênero e de gerações, sendo que as mulheres idosas (ainda que a deputada não seja enquadrada nessa classificação) são alvos principais de diversas formas de violência e, muitas vezes, não são priorizadas nos debates públicos. A associação à velhice não apenas atribui aspectos como fragilidade à parlamentar, mas também reforça agressões (BRITTO DA MOTTA, 2009).

Além das discussões principais, cabe ressaltar que, entre o *corpus* analisado, a publicação que mais chama atenção, em termos de violência, é o vídeo intitulado “JOICE HASSELMANN VS MARIA DO ROSÁRIO”⁸⁹. A produção retoma a briga ocorrida entre Jair

⁸⁶ “So pode ter bebido essa esm noção”, “Ela deve estar usando algum remédio forte, não é possível, ou não está tomando o remédio, sei lá, tem algo errado em baxio daqueles cabelos. Será que ela sonha com o presidente eleito?”, “Corta o Rivotril...”, “E muita noia mesmo! Deve fumar maconha e cheirar cola direto! Doida vai se tratar, entra em uma clinica pra dependentes!”, “É para rir? Não entendi... Essa mulher anda fumando um cigarrinho do capeta. Doida meu...”, “Cara, não sei que droga essa mulher tá usando, mais mais está acabando com o tico e teco seu cérebro”, “Eu acho que ela come droga!”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice A).

⁸⁷ “Coitada...Parasita descerebrada não se conforma de não poder mais pregar zoofilia. O partido da maldição roubou o cérebro de muita gente. Neste caso foi autofagia”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice A); “sem contar que tem um vídeo da Maria do Rosário querendo agredir um senhor de 80 anos é uma vergonha as pessoas não pesquisa e começa a julgar bolsonaro tem muita paciência com esses partidos do Demônios sempre se fazendo de vítima ainda tem otario que acredita”, comentário disponível na publicação nº 29 (Apêndice A).

⁸⁸ “veia sem noção já kkkk”, “mumia paralitica sem cerebro retardada”, “Quem são os retardados que elegem essa múmia?”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice A); “No final desta gestao ela desaparecera e ira cuidar dos netos em Tramandai!! Morreu e nao se deu conta!!!”, indicando os afazeres mais compatíveis com a sua personalidade, comentário disponível na publicação nº 22 (Apêndice A).

⁸⁹ Publicação nº 21 (Apêndice A).

Bolsonaro e Maria do Rosário a partir da encenação entre atores e da participação de Joice Hasselmann como substituta do presidente no debate. Em uma luta feminina, são largamente propagadas ofensas e violências físicas. O cenário conta com um ringue, em que socos, chutes e provocações contra a parlamentar do PT são contínuos.

Este *link* concentra 2984 comentários, número que representa grande parte do total do conteúdo analisado sobre ela. Entre eles, predominam risadas, elogios ao humor do vídeo, parabenizações pelos golpes de Joice e declarações de adoração, além de repetições de frases consideradas divertidas. Muitos revelam o desejo de que a luta não fosse encenada ou de que a verdadeira Maria do Rosário fosse convidada, e não um ator⁹⁰. A maioria dos comentaristas demonstra apoio à parlamentar da direita, expondo que se sentiram representados, aliviados ou vingados por ela. Nesse mesmo sentido, aspiram estar no lugar de Joice, expressando inveja da política e incentivando as agressões⁹¹. Há alguns, entretanto, que debocham do caráter violento do vídeo⁹².

A aparência física e a hierarquia entre as duas mulheres também são pleiteadas. A maioria ressalta que Joice é uma mulher linda, inteligente, preparada e “musa”, enquanto Maria do Rosário seria o extremo oposto – considerada mais bonita até quando interpretada, de modo decadente, por um homem no vídeo em pauta⁹³. Vale notar, contudo, que mesmo os apoiadores

⁹⁰ “Na boa, seria muito legal ver um embate de verdade, com regras de luta e tudo mais, só pra ver a maria louca beijando a lona”, “Kkkkkkkkkkkkkkk caramba muito legal kkkkk bem q poderia ser verdade!”, “vou te falar que eu pagava ingresso pra ver as duas saindo no tapa”, “Hahahaha boa Joice. Gostaria que esses socos fossem na verdadeira Maria do Rosário.”, “. Mtoo boon .. essa Maria do Rosario merecia uns box msmo”, aliado à questão do merecimento, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

⁹¹ “Joice nos representa! Quebra essa mocreia Joice!”, “Caraca, muito bom!!! Porrada na mocréia, Joice!!! Ahahahahahahaha!!!”, “Excelente!!! Pra cima dela!!!”, “kkkkkkkkkkkkkkkkkk... Parabéns Joice, estamos com você”, “Apanhou pouco, cerol nela”, “Joice é unica! Porrada nessa pilântra”, “Hahahahah Até eu gostaria de dar uns tapas nas orelhas da MR”, “Joice deixa um pouquinho pra mim,deixa de ser egoísta”, “Joice vingando todos os brasileiros de bem!!! #Bolsonaro17”, “kkkkkkkkkkkk... lavou minha alma, mesmo sendo na ficção”, “Nossa, o sonho de consumo do povo de bem é ver essa escória levar um nocaute!”, “Joyce realizando o sonho da mulherada indignada com a injustiça”, “Como sempre AMEI!!! Acho que ela realizou o sonho de toda mulher de bem do Brasil, dá na cara da Maria do Rosário, mesmo que dee brincadeira. Parabéns a todos!!!!”, “BATE POR NÓS JOICERSRRRSRSRR RACHANDO DE RIR AQUI”, “Ai Joice que inveja, queria ser eu arrebeitar a cara da mocréia. Mas quando vc chegar lá faz isso de verdade”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

⁹² “Que que isso Joice? Olha a violência olha a violência com a ‘coitadinha da vaquinha Maria Rosário’ Ahahahahahahaha Ahahahahahahaha”, “Achei a Joice bem ofensiva e opressora... postem mais vídeos por favor!”, “Mano, vcs estão PROPAGANDO ÓDIO kkkkkkkkkkkkkkkkk”, “Amei ...oprime mais, muito top minha senadora”, “Inteligente, linda e opressora”, “Ultrapassaram todos os limites da sanidade... Vamos continuar tá ok kkkkkkkkkkkkkkkkk”, “Esse vídeo estimula a tortura, posta mais kkk”, “Seus opressores, postem mais vídeos kkkkkkkkkkk”, “Daqui a pouco vem os lacradores dizendo que esse vídeo faz apologia à violência contra as mulheres e outros mimimis”, “Só falta o youtube falar que isso é discurso de ódio. Kkkkkkkkkkk”, “Joice pegou pesado com a ‘Larica do Presidiário’... kkkkk... ilícita linda essa Joice!!!!”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

⁹³ “mulher linda , inteligente, preparada”, “musa da direita”, “conseguiu ficar mais bonita do que a ‘original’”, “Deixaram a maria do Rosário mais bonita do que é na vida real e mais legal tb”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

de Joice trazem críticas negativas em relação à sua aparência, exclusivamente sobre ser “gorda” ou estar acima do peso ideal⁹⁴. Gênero e representação também estão presentes nos debates: Joice é vista como a perfeita definição de representação das mulheres, sobretudo na opinião dos homens, ao passo que Maria do Rosário não representaria o povo ou os seus direitos⁹⁵. As comparações misóginas, associadas aos estímulos à competição, são historicamente utilizadas como mecanismos políticos para o controle feminino, impactando diretamente as dinâmicas de solidariedade entre elas (GING; SIAPERA, 2019).

Também baseado nestas duas figuras, o contraponto entre mulher de direita e mulher de esquerda, referindo-se aos espectros políticos, ocorre em abundância nos comentários. A mulher de direita é conectada a aspectos positivos, como nível elevado, força e inteligência, em oposição às características negativas relacionadas à mulher de esquerda⁹⁶. Nessa disputa, o feminismo, amplamente vinculado ao viés da esquerda, emerge como sinônimo de vitimismo e caráter danoso. A partir desse raciocínio, Joice é a “mulher de verdade”, exemplo do feminino e da feminilidade⁹⁷. No entanto, torna-se importante mencionar que, analisando todos os comentários e suas respectivas datas, observa-se, inicialmente, poucas e isoladas críticas ofensivas a Joice⁹⁸, porém, no período em que ela se contrapôs aos posicionamentos do atual presidente Bolsonaro, houve um aumento considerável do volume de comentários degradantes⁹⁹.

⁹⁴ “A joyce ta precisando de um regime”, “Essa papada da Joice”, “A categoria da Joice é acima de 100kg, tá errado esse confronto! É Pride?”, “Joice voto em vc! Mas na boa vc precisa emagrecer! Cuide da saúde! Na boa ok?”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

⁹⁵ “Isso q é mulher pra nos representar”, “HAHAHAHAHAHA MUITO BOA ESSA ! VAI LÁ JOICE E FALA TUDO QUE TÁ ENGASGADO NA NOSSA GARGANTA ! VC REPRESENTA A MULHER DE VERDADE !”, “sou gaúcho mas ela não me representa nem a Manuela”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

⁹⁶ “quando a mulher é de direita o nível é elevado”, “Mulher de Direita bate muito mais Forte”, “Mulher de direita parece que tem um QI mais desenvolvido....kkkkk”, “requisito para ser de esquerda: Não ter QI heheh”, “E obvio pq se tivesse merda na cabeça seria esquerdopata”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

⁹⁷ “Muito bom, como sempre! Vamos colocar nossas mulheres pra desbancar estas pseudo feministas!”, sobre Joice “um exemplo de mulher forte e com a cabeça no lugar certo!”, “Agora sim! Uma mulher de verdade na política! Da-lhe Joice!”, “#JoiceMulherDeVerdade #feminina”, “Joice sim é o exemplo de mulher que uma feminista de vdd deveria seguir!”, “é tão bom ver mulheres de direita sem aquele vitimismo! Continuem com o bom trabalho!!”, já Maria do Rosário “inimigo n 1 da gente de bem”, “aquela louca”, “MOCRÉIA DEBILÓIDE”, “Kkkk a Rosário é doente”, “A mulher de verdade luta por direitos iguais , gente igual a Maria do Rosário luta pra que a mulher seja mais que o homem. Ela diz defender a mulher , mas gosta mesmo é de bandido. E quem defende bandido pra mim é outro. Certo? Rs”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

⁹⁸ “A Joice precisa de um transplante de cérebro”, “Joyce? Mano, desculpa... Mas essa daí não vale nem meio centavo” e “Nao confio nela !”, “Sempre tive dificuldade de confiar nessa Joice, mas estou começando a gostar dela! E vamos compartilhar, galeraaaaaa!”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

⁹⁹ “Hoje descobrimos quem de fato é essa tal de Joice Hasselmann(traira)”, “Enganou direitinho, agora são best friend as duas psico...”, “Olha esse vídeo da Joice defendendo a Maria do Rosário e detonando o Bolsonaro: (...) Ela é hipócrita, politiqueira!”, “Ainda bem que ela foi embora do Paraná pra ser candidata lá em SP... Fique por lá e seja feliz!”, “coisa mais feia menina, vc mulher sustentando isso, essa babaca da haselmann é uma plagiadora, uma pessoa sem qualidade, que loucura”, “joice é psicopata certeza!!!!!!!”, “Joice ta tomando bonito agora. Kkkk”, “Pepa pig é violenta!”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

Essa dinâmica é pertinente de ser observada, porque o processo da misoginia visa, principalmente, atingir as mulheres consideradas transgressoras (MANNE, 2018). As representantes do espectro política de direita são, sim, desviantes, uma vez que ocupam o espaço considerado impróprio para elas na política formal e também são impactadas pelo ódio direcionado a elas. Pode-se conjecturar que, não obstante, por contarem com discursos e pautas conservadoras, principalmente em relação à divisão dos papéis de gênero, elas podem, em determinados momentos, sofrer os abalos da misoginia de forma diferenciada. No entanto, é importante ressaltar, novamente, que nenhuma mulher está imune à violência política de gênero e a misoginia em geral, em razão de essa prática não depender da ideologia adotada, mas do aspecto de gênero.

3.2 Manuela D'Ávila

Manuela Pinto Vieira D'Ávila nasceu em 1981, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Jornalista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), realizou o seu mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sua atuação política teve início a partir da integração ao movimento estudantil, em 1999. Dois anos depois, ela começou a sua trajetória na política partidária pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Neste período, foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), presidente estadual e diretora nacional da União da Juventude Socialista (UJS). Em 2004, foi eleita a vereadora mais jovem de Porto Alegre e foi, também, a mais votada do pleito. No seu mandato, presidiu a comissão de Educação, Cultura e Esporte e trouxe propostas voltadas para os estudantes, para as artes e contra a violência.

Também se elegeu como deputada federal por dois mandatos com recorde de votos, nos anos de 2006 e 2010, e foi eleita deputada estadual do Rio Grande do Sul em 2014. Foi presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, vice-presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Integrou, também, a Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade na Internet e a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. Atentou-se para as políticas públicas e para a cultura e recebeu reconhecimento por defender os interesses dos jovens, dos trabalhadores e das mulheres brasileiras. Como deputada estadual, participou das comissões de Constituição e Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Assuntos Municipais, Segurança e Serviços Públicos, Mista Permanente de Participação Legislativa Popular e Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais.

Concorreu à prefeitura de Porto Alegre em três eleições, em 2008, 2012 e 2020, porém não se elegeu. No ano de 2018, foi candidata à vice-presidência da República, não sendo eleita ao cargo. Em quatorze anos na política formal, Manuela D'Ávila realizou projetos no âmbito da educação, da juventude, das mulheres, da saúde, da população LGBTQI+ e em prol de moradias dignas para todos. Nas suas pautas, priorizou as necessidades e os problemas enfrentados pelas mulheres mães – luta que recebeu ainda mais visibilidade devido à presença de sua filha no ambiente de trabalho desde os primeiros meses de vida. Entre as suas iniciativas, inclui-se, também, a Lei nº 16.047, de 04 de dezembro de 2015, que assegura à criança o direito de amamentação nos estabelecimentos de uso coletivo, públicos ou privados.

Atualmente, é fundadora do “Instituto E Se Fosse Você?”, organização não governamental voltada para a produção de conteúdo no combate às *fake news* e ao ódio nas redes digitais (MANUELA D'ÁVILA, s.d.). Nas eleições brasileiras de 2018, como candidata à vice-presidência da República, foi a principal vítima das chamadas *fake news* – informações falsas com profusa difusão nas redes sociais virtuais. A gaúcha se tornou, também, um dos principais alvos da campanha do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, que, juntamente a seus apoiadores, foi apontado como um dos responsáveis pelo estímulo à circulação de montagens grotescas, informações inverídicas e manipulações de falas de Manuela D'Ávila. Nessa ocasião, ela ganhou bastante espaço em manchetes nacionais, protagonizando uma problemática de gênero em meio à sua campanha eleitoral. Esse fato obteve grande impacto nas variadas esferas, conferindo o uso de discursos de ódio e de mentiras para difamar os adversários políticos e, sobretudo, esta mulher na política (MANUELA..., 2018).

No material empírico coletado no presente estudo, 20 publicações acerca de Manuela D'Ávila foram aptas para a análise, entre as cinquenta elencadas (Apêndice B), levando em conta os critérios expostos na introdução deste capítulo. Foram retirados do *corpus* vinte e dois *links* quebrados, em que “a página não existe ou não foi encontrada”, e oito *links* que não permitiram comentários dos usuários da rede, com comentários desativados ou indisponíveis para a visualização. Dos vinte *links* restantes, quinze apresentaram números de comentários superiores a zero. Assim, os comentários coletados para a pesquisa totalizaram 2.952. Manuela D'Ávila foi a personalidade com o menor número de comentários disponíveis em comparação às duas outras selecionadas. Entre as possíveis explicações para isso, encontram-se o crível impasse algorítmico causado pelo apóstrofo em seu nome e o amplo compartilhamento de *links* protagonizado no WhatsApp durante o período das eleições.

Em relação às publicações válidas, outra particularidade se mostrou interessante: a maior parte delas incluiu conteúdos audiovisuais, o que também pode ser um reflexo da

transmissão de mensagens instantâneas da então candidata à vice-presidência. Do total, doze delas tiveram predomínio de conteúdo audiovisual, sonoro ou imagético e oito, textual. Além disso, dezesseis contaram com caráter mais opinativo, contendo adjetivações ou críticas, e quatro, mais informativo. Os temas preponderantes sobre a parlamentar foram relativos à campanha pela vice-presidência nas eleições de 2018 e a demais discussões políticas com referência ao seu nome (08). Seguidos de associações religiosas (06), como a repercussão de sua ida à Igreja com Fernando Haddad (PT). Somaram-se a esses assuntos o apoio a outras candidaturas consideradas polêmicas (03), ofensas relativas à aparência física, montagens e especulações sobre vida pessoal (02), além de checagem dos fatos (01).

3.2.1 “A Manuela D’Ávila é uma Dilma comestível”

Nos comentários das publicações, percebe-se a constante *objetificação* de Manuela D’Ávila. Sua aparência física é bastante evidenciada e, na maior parte das vezes, as conclusões são de que ela é uma mulher jovem e bonita, de acordo com os padrões de beleza predominantes na sociedade. No entanto, por mais que a maioria dos comentaristas reconheça a sua fisionomia como bela, essa observação insignificante para as responsabilidades políticas aparece acompanhada de críticas negativas, como a de que ela até seria “bonita”, porém “ordinária”, “burra” ou “um lixo”. Até mesmo fatores como a sua postura física são julgados como desfavoráveis, sendo avaliada, portanto, como “esquisita”, “estranha” e “ridícula”¹⁰⁰.

A adequação aos padrões de beleza e a busca por aprovação da aparência fazem parte da experiência de submissão feminina ao longo da história. Retomar esses elementos, por sua vez, colabora para a reprodução de desigualdades de gênero, o que nem sempre é devidamente percebido como violência. As formas de coerção social promovidas pela valorização de aspectos relacionados com o ideal de “beleza domesticada” auxiliam na manutenção de posições subordinadas para as mulheres, segundo abordagens críticas. Cabe ressaltar que, além de participar das dinâmicas de opressão de gênero, o arquétipo de beleza vigente resulta, muitas vezes, em sofrimento, baixa autoestima e problemas de saúde para as mulheres (BIROLI, 2014b). Conforme salienta Kolnai (1998), o ódio pressupõe recursos adversos como antipatia

¹⁰⁰ “Tadinha da Manu. Tão bonitinha... O saudoso Nelson Rodrigues já nos alertava a respeito ;)))”, “A mensagem não é da Camarada Manu. A ex-gostosa só digitou o cabeçalho ditado pelo Andrade.”, comentários disponíveis na publicação nº 5 (Apêndice B); “Bonitinha mas, ORDINÁRIA”, “Ela é tão bonitinha mas tão burrinha”, “Linda mais é um lixo...”, “Ela tem uma postura física e uma dicção tão esquisita ela é tão estranha e ridícula!!!!!!”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

extrema e reprovação. Nos comentários referidos à beleza das mulheres na política, o tom de desaprovação é o mais frequentemente empregado.

Nos julgamentos sobre a aparência física de Manuela D'Ávila, há, ainda, comparações com outras mulheres na política, uma vez que o movimento de valorização de características tidas como positivas emerge simultaneamente ao rebaixamento e à inferiorização de outras mulheres. Nesta circunstância, é observada a analogia assídua à ex-presidenta Dilma Rousseff, como pode ser visto nas opiniões de que Manuela “é outra Dilma. Só que não é baranga. Ainda!” ou “ela é realmente estúpida. É uma Dilma com um acabamento externo melhorado, mas o cérebro é de uma ameba”¹⁰¹, trazendo, novamente, a aptidão intelectual como contraponto de sua beleza. Verifica-se, também, uma sexualização realizada de modo comparativo, como no raciocínio de que “a Manuela D'Ávila é uma Dilma comestível”¹⁰².

Ainda sobre o aspecto da aparência, fotos de seu passado são evocadas e geram inúmeras avaliações. Em uma das publicações selecionadas no *corpus* desta pesquisa¹⁰³, o assunto principal é a declaração gordofóbica expressa pelo comediante Danilo Gentili na equiparação de Manuela a um jumbo, referindo-se a um avião de grandes dimensões. Na sua conta do Twitter, ele afirmou que “o apelido da @ManuelaDavila na lista de propina da Odebrecht é ‘AVIÃO’. Porque dizem que é bonita? Não. Porque parecia um Jumbo” e compartilhou uma fotografia de Manuela na fase da adolescência. Muitos comentários presentes na matéria indicam concordância com a opinião do humorista, mencionando que ela é “esquisita mesmo” e apoiando a sua proposição envolta de gordofobia, inclusive por meio de emojis de coração. Uma usuária sustenta a apreciação de que Danilo Gentili agiu de modo correto e que a “ofensa” teria sido merecida, já que Manuela D'Ávila provoca e inicia situações conflitantes¹⁰⁴.

Nestas formulações, observa-se, ao menos, três problemáticas importantes. A primeira delas é a vinculação constante de atributos físicos às mulheres no exercício de suas profissões, como se fosse uma qualidade indispensável e mais relevante do que outras. Já a segunda se atém ao sistema de comparação a outras mulheres, analisando suas características no sentido de desvalorizar, ainda mais, uma ou algumas delas – incentivando, também, o processo rígido de competição feminina. O último ponto alude à ideia de merecimento diante de violências, na medida em que o todo feminino é percebido com algo ruim ou maligno, refletindo o pensamento

¹⁰¹ Comentários disponíveis na publicação nº 5 (Apêndice B).

¹⁰² Comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹⁰³ Publicação nº 7 (Apêndice B).

¹⁰⁴ “Ninguém ensinou essa desqualificada a não cutucar conta com vara curta. Toma comunista sem vergonha!”, comentário disponível na publicação nº 7 (Apêndice B).

recorrente de culpabilização das vítimas mulheres, mesmo que seja proferido por outras mulheres.

Como reforça Kolnai (1998), a dinâmica do ódio não é, entretanto, uma simples reação a ameaças e afrontas pessoais ou uma mera reprovação ou repugnância moral. Sua expressão é direcionada ao que é percebido como moralmente maligno, pressupondo, ainda, a experiência pessoal afetada e o compromisso à hostilidade. Pode, também, estar associada a concepções pessoais de direitos e injustiças. No caso analisado, a candidata é compreendida como a representação do feminino desvirtuado e infame, que, em certa medida, encantaria alguns com sua beleza, mas que não mereceria o espaço que ocupa.

Extensos comentários sobre Manuela D'Ávila ressaltam os mais diversos aspectos negativos de seu ser, como o do usuário identificado como “Homem O Iluminado”¹⁰⁵, que, apesar de focar em sua aparência física, descreve detalhadamente o que define como o problema de muitos brasileiros: enfatizar a beleza de Manuela, fazendo com que ela se sinta poderosa e linda. Crenças que, segundo ele, seriam equivocadas, já que ela se resume a uma “caveira coberta de pele e com o corte de cabelo mais redondo e masculino” já visto. De acordo com a sua interpretação, ela não possui senso de moda ou estilo, assim como personalidade, lábios, cílios, pernas, bunda e outras partes do corpo, relacionando a um “sabugo vestida de trapos”. Em síntese, seria uma figura “difícil de suportar” e intragável.

Enunciados com teor sexual também são recorrentes entre os comentários sobre Manuela D'Ávila¹⁰⁶, contendo conexões com uma suposta libertinagem sexual, em contraponto com valores morais enaltecidos. De acordo com Scott (1995), na sociedade patriarcal, é nítido o controle masculino sobre a sexualidade feminina, pautando-se no tabu da virgindade, no casamento e em outras relações entre os sexos. A abordagem sociocultural sobre as diferenças de gênero propõe a centralidade do fenômeno a partir de práticas sociais e institucionais, sejam elas educativas, religiosas, econômicas ou políticas. Nota-se a formação de crenças sobre capacidades e preferências entre os gêneros, constituindo os estereótipos, os quais são reforçados entre as interações dos agentes sociais. São propagados, desse modo, padrões de

¹⁰⁵ “...DEIXA EU TE ESCLARECER...QUERIDA VOCÊ NÃO TEM SENSO DE MODA OU ESTILO..PARECE UM SABUGO VESTIDA DE TRAPOS ...LHE FALTA TUDO!!!!...LÁBIOS, QUEIXO, BOCHECHA, SOBRANCELHAS . CÍLIOS..OLHOS... E ESPECIALMENTE PERNAS E BUNDA!!! MAS ACIMA DE TUDO TE FALTA PERSONALIDADE...!! TODO MUNDO TE ACHA UMA CHATICE ..! DIFÍCIL TE SUPORTAR...E A UNICA QUE SE ACHA TAO ‘TRAGAVEL’ E VOCÊ!!”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁰⁶ “Essa é daquelas que não queria saber de estudar . Ficar puxando fumo no DA e todo mundo comia . Xiiii. Vivi isso”, “Essa Patricinha deve ser boa para uma boa suruba na cama . Tem cara que gosta de uma cravados funda !!!! Cara de quem gosta de um boquete, além de um fuminho . Tá na cara dessa Patricinha idiota”, comentários disponíveis na publicação nº 5 (Apêndice B); “Uma doida mau comida”, “Manoelita da vila .. só foda .. puck..puck ...puck ...puck..Puc ...”, “comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

comportamentos para cada gênero, os quais são interiorizados por meio de códigos e normas identitárias. Assim, esse processo de internalização converge em avaliações e julgamentos sobre o outro (MOTA-RIBEIRO, 2005).

No vídeo intitulado “REFUTANDO Manuela d’Ávila”, que engloba a maioria dos comentários sobre Manuela, ela aparece respondendo provocações de um homem, chamando-o, entre outras coisas, de “feio”¹⁰⁷. A partir desse diálogo, grande parte dos enunciados versa sobre a sexualidade da política. Um deles é incisivo: “quer te dar (...) com certeza”, reportando-se ao insulto direcionado ao indivíduo mencionado, enquanto outro insinua violentamente que “(...) se cair de quatro, nunca mais levanta nem fala”. Partindo dessas enunciações, cria-se um espaço para que homens revelem se fariam ou não sexo com ela, assinalando o domínio sobre o corpo feminino¹⁰⁸. Ao contrário do que se pode pensar, a misoginia e o desejo sexual não são incompatíveis – muitas vezes, há o nítido desejo sexual e a aspiração de que elas também os desejem (MANNE, 2018).

Outra ferramenta extensamente utilizada na dinâmica de ódio contra ela é a *demonização*, entendida aqui como as violências conectadas à religiosidade e à moral cristã supostamente subvertida. A maioria dos comentários dessa modalidade a comparam com Satanás, Anticristo, demônios ou outras figuras que representam o mal cristão¹⁰⁹. O apelo religioso não é surpreendente, visto que a instituição religiosa confere influência na sociedade há séculos. Observa-se que a hostilidade misógina abrange, também, esse recurso (MANNE, 2018). Assim, a demonização é uma das estratégias em destaque no caso de Manuela D’Ávila, principalmente por ter a sua imagem conectada ao ateísmo, à infâmia e ao feminismo.

No modelo patriarcal do século XIX, a instituição religiosa era a responsável pela educação feminina, pautando-se nos conhecimentos sobre habilidades domésticas, princípios morais e bons comportamentos, assim como nos ideais cristãos de casamento e maternidade. Muitos dos comentários repercutidos sobre Manuela ressaltam a valorização da Igreja e dos bons costumes aplicados sobre os corpos femininos. Entre as guerras culturais do final do século XX, o gênero emergiu em debates públicos de assuntos como aborto, adultério, organização

¹⁰⁷ Publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁰⁸ “Muitos aqui até transariam com a Manuela se ela quisesse, mesmo ela sendo comunista”, “Vc faria amor com essa mulher? Comunista tem que dividir tudo que tem”, “eu gostaria de saber se essa manuela gosta de homem ou de mulher ou dos dois?”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁰⁹ “Essa vice e uma ateu, não queremos uma servidora do demônio, duas personalidades, nos somos temente a Deus, devemos nos afastar desse mal”, “Na casa do Senhor. Não existe satanás... Xô satanás.... Xô satanás!”, “O ateu é uma coisa mas esta mulher é pior, é anti-Cristo!”, “É o demônio em pele de cordeiro!”, comentários disponíveis na publicação nº 5 (Apêndice B); “Dizem que o demônio aparece lindo pra enganar as pessoas também, mas nós perdoamos o seu erro! Kkkk!”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B); “Pô até os demônios sabem rezar...”, comentário disponível na publicação nº 35 (Apêndice B); “Filha de Belial”, “Mulher satânica!!!”, comentários disponíveis na Publicação nº 17 (Apêndice B).

familiar e sexualidade, com posicionamentos divergentes entre liberais e conservadores. Nessa conjuntura, a demonização por meio da caça às bruxas reprimiu a classe das mulheres como um todo, sob a ótica dominante dos homens, que temiam os supostos poderes demoníacos das mulheres e da sexualidade feminina. Agora não mais tão temidas, a imagem demonizada ainda prevalece entre as mulheres consideradas transgressoras ou vistas como ameaças, a exemplo das adeptas do movimento feminista (SIAPER, 2019).

Não somente os tópicos centrais do feminismo e do ateísmo se destacam entre os enunciados de cunho religioso, mas também o fato de Manuela D'Ávila ter sido filmada em uma Igreja, ao lado do então candidato à presidência Fernando Haddad, durante as eleições presidenciais de 2018. Esse acontecimento, profusamente divulgado, transformou-se em alvo de muitas críticas¹¹⁰. De modo geral, classificaram-na como hipócrita e dissimulada, merecedora de castigos divinos por simular a devoção religiosa. No decorrer de sua campanha eleitoral, um fator comum na disseminação de ódio contra ela foi justamente a moral cristã supostamente subvertida – como anunciado pela grande revolta diante da fotografia em que Manuela exibia o escrito “rebele-se!” em sua camiseta, o qual foi editado para a frase “Jesus é Travesti” por programas gráficos (OHANA, 2020).

Na maioria das enunciações, além de denúncias contendo deboche e intolerância religiosa, esses elementos são utilizados como modo de classificação de seu caráter e desaprovação de sua competência para assumir cargos políticos¹¹¹. Entre as construções simbólicas de poder, é possível observar a construção da proximidade do imaginário político e religioso. A noção de pureza, constantemente ligada à mulher dedicada ao lar, contrapõe-se à atividade política, posto que as mulheres na política são correlacionadas à imagem de sem princípios, vadia e “da rua” – o que vai de encontro aos valores cristãos (LEITÃO, 2018).

No *link* que relembra o post de Manuela afirmando ser cristã¹¹², os comentaristas elencam a falsidade e a mentira como componentes principais de sua índole, já que uma pessoa com suas crenças e (ausência de) valores jamais poderia ser considerada seguidora dessa doutrina. A monstruosidade, aliada à circunstância de ser apontada como uma mulher usada pelo próprio demônio, também é posta em questão. O intuito é, principalmente, refutar a tese de que ela segue os dogmas do cristianismo, expressando o desejo de que “Deus nos livre desse

¹¹⁰ “Até o DEMÔNIO indo pra igreja! KKK Aí Já é piada na campanha dos comunas”, “Como pode ser tão cínica? Deus castigará a hipocrisia..”, comentários disponíveis na publicação nº 24 (Apêndice B).

¹¹¹ “Essa mulher é maldita (...), meu Deus faça justiça (...)”, “A MANUELAE FALSA VAI NA IGREJA TATUADA FAZ PARTE UMA QUADRILHA DE LADRÕES. VESTIU UMA CAMISA DEBOCHANDO DE JESUS CRISTO... IMAGINA UMA MULHER DESTA SER CANDIDATA A VICE-PRESIDENTE DE UM PAIS”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹¹² Publicação nº 17 (Apêndice B).

mostro”. A alegoria da monstruosidade é, também, um dos elementos utilizados na dinâmica da misoginia, a qual reflete a desumanização feminina (MANNE, 2018). Muitos comentários exaltam a enorme indignação diante desse tema e reafirmam a impossibilidade de elegê-la, por representar tudo de ruim que uma nação pode ter¹¹³.

Sobre este mote, as difamações se tornam instrumentos evidentes através do recurso de preconceito e da interpretação equivocada de projetos atrelados à esquerda política. Isso pode ser percebido, por exemplo, na assertiva de que “ela nunca foi cristã!! Além de transgredir um dos mandamentos de Deus, que é a homossexualidade, ainda não acredita em Deus como Criador e luta pela ideologia de gênero”¹¹⁴, concebendo os estudos de gênero como incentivo a orientações sexuais diversas e tidas como errôneas. Assim, as conexões estabelecidas entre o espectro político de esquerda e as temáticas religiosas e morais são comuns, demonstrando um consenso sobre a percepção de que o socialismo e o comunismo estão diretamente ligados ao ateísmo, ao feminismo e à destruição de preciosos valores¹¹⁵; sendo Manuela a representante principal desses fatores.

Esse fenômeno sobre as políticas de gênero não é recente. Desde o golpe de 2016, o Congresso Nacional colabora para a formação de uma ofensiva contra elas, sobretudo com a criação do conceito de “ideologia de gênero”, contribuindo para a propagação de discursos machistas e homofóbicos. Segundo Castro (2018), a campanha conservadora demoniza essa ideia a partir da concepção de que a heterossexualidade é a única forma de existência possível, compreendendo que a educação incentivaria a homossexualidade, a pedofilia e a exploração sexual, e que não respeitaria a autoridade da família. Assim, o realce para os genuínos objetivos do projeto, como respeito ao outro, direitos sexuais e reprodutivos e combate à violência, não é priorizado, assim como não se reconhece a complexidade da questão sexual na juventude. A demonização de gênero e o apelo à religiosidade da população estimulam, portanto, o medo e o ódio ao que é considerado diferente.

Além disso, o uso de imagens pertencentes a identidades demoníacas pode ser avaliado como discurso de ódio, pautado por desumanização, assim como o imaginário da doença. A *patologização*, por sua vez, apesar de não ter sido o método mais assíduo sobre Manuela

¹¹³ “Uma pessoa com essas crenças JAMAIS pode ser considerada cristã, seja católica ou evangélica”, “Onde essa mulher usada pelo próprio demônio é cristã!! Quem pensa isso tá de brincadeira não é. E com as coisas de Deus, não se brinca”, “Deus nos livre desse mostro”, “Não volto no Haddad, mas mesmo se pensasse em votar antes, não votaria mais. A vice dele é tudo de ruim que uma nação pode ter em forma de político”, comentários disponíveis na Publicação nº 17 (Apêndice B).

¹¹⁴ Comentário disponível na publicação nº 49 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹¹⁵ “Todo o socialista é ateu. É a primeira regra pra ser socialista, ou comunista”, comentário disponível na publicação nº 49 (Apêndice B).

D'Ávila, também esteve presente no material empírico. Na maior parte dos enunciados com viés patologizante, o intuito é deslegitimá-la por meio da doença ou da insanidade mental, aspectos que demonstrariam a sua ausência de capacidade para lidar com o exercício político. Em alguns comentários, entretanto, recorre-se à concepção de pena ou dó, características marcantes do desprezo¹¹⁶ – uma emoção que também se mostrou em evidência.

Com efeito, este aspecto limitador centrado na saúde mental é apontado como argumento para outra conclusão importante: não se deve dispensar atenção aos discursos de Manuela. Segundo as elaborações, devido ao suposto problema patológico, ninguém deveria dar visibilidade às incoerências concebidas por ela¹¹⁷. O perigo de sua incongruência seria iminente e poderia, até mesmo, atingir os seus eleitores: “Essa pessoa passa fácil do patético ao puro atraso onde uma geração corre risco de sérias sequelas neurais só em saber da sua existência”¹¹⁸. Em outros momentos, esse mesmo fator é apresentado como justificativa para a sua eleição em outros cargos e períodos, sendo atribuídas doenças mentais às pessoas que a elegend¹¹⁹.

A possível “causa” para essa loucura, de acordo com um dos comentários, é a alienação política e ideológica¹²⁰, que provocaria tais distúrbios psicológicos graves. No debate sobre as possibilidades de solução, a medicação e a internação são sugeridas como meios basilares. Dividem espaço, ainda, com a crença de que as ações do novo governo são fundamentais para lidar com essas questões. Em relação a essa última providência, os comentaristas seguem a lógica de que o então candidato à presidência Jair Bolsonaro pode simbolizar uma “cura”¹²¹.

Além disso, a *ameaça psicológica*, em seus diversos níveis, é um mecanismo bastante utilizado nas expressões que visam deslegitimar a gaúcha. Entre os recursos frequentes, ressaltam-se a diminuição, a humilhação, a intolerância flagrante e a evocação de emoções tidas como negativas. Nos primeiros desses tópicos, a inteligência e a capacidade cognitiva de

¹¹⁶ “É linda só que tem problemas mentais”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B); “desmioladavila”, “Essa doida tem dupla personalidade...”, “Coitada da maluca”, comentários disponíveis na publicação nº 5 (Apêndice B); “Que pena que tenho do RS e essa Manuela precisa de ajuda psiquiátrica ..”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹¹⁷ “O problema desta senhora é patológico, ninguém e principalmente empresarios deveriam dar atencao as incoerencias por ela degurjado”, “Não leve essa pessoa a sério, coitada ela tem problema mental”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹¹⁸ Comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹¹⁹ “Esse povo que bota essa mulher deve ter algum tipo de doença mental”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹²⁰ “A alienação pode causar esses distúrbios psicológicos”, comentário disponível na publicação nº 16 do (Apêndice B).

¹²¹ “Essa mulher nao bate bem da cabeça. Da um gardenal p ela”, “Camisa de força nela e manda de volta pro hospício”, “Porque ñ interna essa mulher logo antes que seja tarde ainda bem q o Bolsonaro e o Mourao está vindo aí”, “Essa mulher é uma louca e pra cura dela é expressamente Jair Bolsonaro presidente”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

Manuela D'Ávila são colocadas em questionamento. Em uma publicação cuja pauta evidencia o erro ortográfico da palavra “evangélio”, efetuado por ela, em sua rede social¹²², a maior parte dos comentários a denominam de “burrinha”, “burra”, “analfabeta” e outras variações, como “dinossaura”, por ter cometido um equívoco tão elementar. Sua falha é considerada extremamente grave e é exposta como comprovação de sua falta de inteligência e dedicação, pois, além do engano na escrita do termo, ela não teria tido a competência de consultar a grafia correta do vocábulo antes de publicar o seu texto¹²³.

Essa crítica não é reforçada apenas pela ofensa a partir do domínio da língua portuguesa, mas também para o argumento de que equívocos como esse são pistas de como seria a sua governança caso fosse eleita ao cargo de vice-presidente. O raciocínio preeminente é que, se ela não possui cuidados em uma rede social digital, o exercício político seria enfrentado dessa mesma forma. Sobre esse aspecto, outras figuras também são convocadas para a realização de comparações pelos leitores, sobretudo personalidades da política institucional, como os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. Isso acontece de variados modos, como na analogia de que Manuela é analfabeta como a Dilma, na afirmação de que é “mais uma anta da esquerda” ou que tem como ídolo um analfabeto e que, por isso, não se pode esperar muito dela¹²⁴. Outros nomes populares também aparecem no estabelecimento dessa dinâmica, como o de Paulo Freire, despendido sob a acusação de que ele teria comido “o cérebro dessa pobre menina”¹²⁵.

Mesmo quando a publicação não apresenta como tema central algum equívoco ou crítica sobre a sua inteligência, os comentários abordam essa condenação. Inclusive a sua capacidade de raciocínio é compreendida como abaixo da média, assim como os seus discursos¹²⁶. Para se referir a ela, várias conceituações são usuais, como “lunática”, “sem noção”, “mulher ridícula”, “mulher triste”, “mulher burra”, “mulher louca”, “mulher sem futuro”, “mulherzinha”, “essa criatura cujo me recuso a falar o nome”, “chinelona”, “indigesta” e “piada sem graça”¹²⁷. Para

¹²² Publicação nº 5 (Apêndice B).

¹²³ “Dói até a vista... Já aparenta ser burrinha e relaxada, e ainda escorrega feio assim... É tão difícil consultar rápido o Google se tem dúvida em determinada grafia?”, comentário disponível na publicação nº 5 (Apêndice B).

¹²⁴ “Ver a Manuela, do Partido Comunista, virar ‘religiosa’: não tem preço...! Só não sabia que era analfabeta!! Que bonitinha, que nem a tia Dilma...! Mais uma anta da esquerda. Tchau, querida. B17”, ““EVANGELIO”??? Bom, para quem tem como ídolo um analfabeto de pai, mãe e quarta avó, não se podia esperar mais do que uma tiete analfabeta funcional. Esse é o Brasil que NÃO queremos!”, comentários disponíveis na publicação nº 5 (Apêndice B).

¹²⁵ “Coitada! Paulo Freire comeu o cérebro dessa pobre menina”, comentário disponível na publicação nº 5 (Apêndice B).

¹²⁶ “esta moça com certeza não tem a mínima capacidade de raciocínio, aliás, alienados não sabem o que é raciocinar”, “Será que ela acorda e pensa ‘hoje vou falar merda’ ou sai espontaneamente já que ela tem o cérebro do tamanho de um grão de mostarda?”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹²⁷ Denominações expressas em comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

alguns, “coisa” é a denominação mais adequada, retirando a sua humanidade, aliada à indignação com a possibilidade de assumir o cargo elevado de vice-presidente¹²⁸.

Neste sentido, a noção de gênero também constitui as sentenças. Um dos usuários da rede afirma, exasperado e em letras maiúsculas: “ela tem duas caras, essa senhora! imagina uma senhora no poder, meu Deus”¹²⁹. Em relação à sua força de trabalho, há um grande descrédito. Apesar de compor profissionalmente a agenda política desde 2005, a sua atuação é anulada mediante insinuações de que ela não se dedica ou nunca se dedicou verdadeiramente ao trabalho¹³⁰. Muitos comentadores avaliam que se trata de uma “patricinha mimada”, que não teria conhecimentos sobre a realidade ou sobre a política formal¹³¹. Assim, ela não dispõe de “moral nenhuma” para executar o cargo ao qual se candidatou.

Há, ainda, especulações sobre as carreiras que ela realmente deveria seguir, como a de faxineira¹³². Aparentemente, o trabalho doméstico pessoal também seria exercido com mais competência, já que o conselho “Manuela, vai lavar uns pratos”¹³³ é bastante comum. Além disso, ela não estaria apta para protagonizar um papel considerado importante ou uma função no poder, merecendo apenas a “figuração”, e seria, ademais, um perigo para toda a nação caso precisasse assumir o título de presidente¹³⁴. A concepção da mulher como o “outro” subordinado, reforçada historicamente, vai de encontro ao protagonismo feminino.

A diminuição ocorre até mesmo nas denúncias de ataques sofridos por Manuela D’Ávila. No vídeo conspiratório sobre a associação do homem que a agrediu como membro da Polícia Federal, próximo a Bolsonaro¹³⁵, a maior parte dos comentários discordantes da tese anunciada indaga o uso do termo “ataque”. A partir daí, reduzem a violência sofrida por ela a uma questão banal, que estaria sendo sobrevalorizada. “Ataque?”, questiona um dos usuários, simulando uma risada pelo uso de 7466 caracteres com a letra “k”. Tem-se que o cômico acontecimento retrata apenas um “deboche”, uma “tiração de onda”, uma “trollagem” ou mera

¹²⁸ “Povo BRASILEIRO, pelo AMOR de DEUS, tomem juízo. Imaginem essa ‘COISA’ sendo vice presidente de nossa nação! Por favor...”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹²⁹ Comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹³⁰ “E essa come e dorme faz o que?”, “Ela morre de odio ele trabalha, e ela nunca trabalhou ela tem medo dessa moda de trabalhar e crescer pegue!!”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹³¹ “Essa Manuela D’Ávila não passa de uma patricinha mimada, asquerosa. Ela só sabe abrir a boca para dizer asneiras. Ela vive no mundo da Alice”, “E essa mulher vive no castelo cor de Rosa e não entendi nada de política... Vergonha Nacional!”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹³² “Isso é uma tranqueira, não moral nenhuma, só seve para ser faxineira na casa do BOLSONARO ; se ele a aceitar”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹³³ Comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹³⁴ “PARA O NOSSO CONFORTO, ESSA SRA NÃO TEM O MENOR FUTURO NA POLÍTICA NACIONAL. CARA SRA D’ÁVILA, LHE DESEJAMOS O QUE REALMENTE A SENHORA MERECE... A FIGURAÇÃO!!”, “Pensa essa daí sendo presidente? MDS Du céu um perigo pra nação!”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹³⁵ Publicação nº 19 (Apêndice B).

“democracia” e “liberdade de opinião”. O famoso “mimimi” também é ostentado nos enunciados, ao indicar que o “vitimismo” denunciado seria falso¹³⁶.

Um dos comentadores afirma saber o que é melhor para as mulheres na política que “dizem passar por agressões”: “Vamos parar com isso, precisamos fazer política saudável, é isso que as mulheres precisam mudar e não continuar a dar ênfase a tudo isso”¹³⁷. Assim, além de reduzir a violência direcionada às mulheres na política, também sugere um posicionamento dominante que acredita ser mais eficaz para as próprias mulheres. O domínio sobre as mulheres, assim, é naturalizado de tal modo que as suas próprias visões e decisões são consideradas inválidas.

Outro elemento marcante da sensação de “superioridade” pelos homens é o desprezo, que, conforme mencionado anteriormente, figura em destaque entre as emoções evocadas a respeito de Manuela D’Ávila¹³⁸. As expressões de dó e pena, por seu turno, são largamente difundidas e atreladas a conclusões negativas¹³⁹, assim como acontece com a atribuição do diminutivo para reduzi-la a pouco. Para exemplificar esses dois aspectos, em síntese, pode-se citar o seguinte comentário: “Ainda bem que as asinhas dessa comunistinha serão cortadas brevemente. Figurinha digna de dó. Irradia ojeriza nas pessoas trabalhadoras e decentes”¹⁴⁰.

O desprezo confere aos outros o status de inferir, garantindo a superioridade a quem o detém e sustentando a baixa classificação das pessoas consideradas desprezíveis. Em seu significado político, contribui para a manutenção de hierarquias, a partir de constantes reivindicações de posições tidas como adequadas na ordem social. Nessas disputas, outras emoções constituem a experiência de inferioridade ou de rebaixamento, a exemplo da humilhação e da vergonha. Estruturam, desse modo, ordenações sociais particulares e aspectos sociais, morais e políticos (MILLER, 1997).

Em sentido similar, a vergonha também está presente nos comentários. Manuela é avaliada como uma vergonha para os brasileiros e para a representação do país e,

¹³⁶ “Aiaiai, ele não atacou a manuela, ele debochou dela”, “Não sei que ataque o cara só tirou onda com a cara dela”, “O cara apenas fez uma trolagem”, “Ninguém atacou a Manuela, foi democracia, liberdade de opinião! Ataque é dar uma facada em um candidato, ainda mais quando a pessoa que atacou posta fotos no Facebook participando de manifestação pró PT”, “Chega de mimimim!!!!”, “Vitimismo e mimimi ! Para de conta mentira ! Acabo a mamata Manu ..”, comentários disponíveis na publicação nº 19 (Apêndice B).

¹³⁷ Comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹³⁸ “arrogante essa burguesinha já têm meu desprezo e porque não foi para Venezuela”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹³⁹ “Essa Manuela não cansa de ser humilhada com verdades , tenho pena dela”, “Essa mulher....meu deus!!!!!!!!!! Tenha piedade dela....”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B). Em alguns momentos, a pena recai sobre os gaúchos ou sobre o povo brasileiro de modo geral. “Coitados dos irmãos gaúchos, por essa criatura ser de lá”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁴⁰ Comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

principalmente, para o povo gaúcho, que se envergonharia ainda mais pela origem no mesmo estado. Essa emoção recai, ainda, sobre ela mesma, que “não se cansa de passar vergonha”, fato que, segundo os comentaristas, atinge até mesmo os seus familiares¹⁴¹. O nojo é outra emoção convocada sobre ela, em uma dinâmica em que a sua figura e as suas falas são dignas de repulsa¹⁴². Intolerâncias flagrantes também são nítidas nesse sentido, sobretudo nas analogias estabelecidas entre Manuela e “fezes” ou “lixo”¹⁴³, elementos típicos do asco.

3.2.2 “Tem que encher essa coisa de porrada mesmo”

Em relação aos *outros recursos comuns*, no caso de Manuela D’Ávila, o uso de notícias falsas se destaca entre os comentários, em confluência com o fato de ter sido a vítima central da propagação de *fake news* durante as eleições de 2018. Entre as informações inverídicas constantemente divulgadas, ressaltam-se as enunciações sobre o chamado “kit gay”. Esse assunto é utilizado como argumento para deslegitimar a sua candidatura¹⁴⁴, já que indicaria uma moral abalada, pressupondo que a iniciativa educativa sobre sexualidade proposta para escolas incentivaria a homossexualidade entre as crianças. Em diálogo com questões religiosas, há, também, diversos julgamentos sobre a sua suposta afirmação de que seria mais importante do que Jesus¹⁴⁵. Outro tema recorrente é o condenado uso de drogas ilícitas¹⁴⁶.

A noção de verdade aplicada na elaboração dos enunciados sobre Manuela D’Ávila é a do usuário produtor do conteúdo, que está ligada à reprodução das relações de poder. Nesse

¹⁴¹ “Deputada você é uma vergonha para os brasileiros, tenho a triste infelicidade de ter uma parlamentar como esta, na frente representando o Brasil, estamos muito mal, numa crise moral de toda a história do país. É lamentável! muito lamentável!”, “Sou gaúcho, me envergonho de coisas como Manuela e Mariota do Rosário que merda.”, “Q vergonha desta mulher. Envergonhando os gaúchos. Virou piada nacional”, “Manuela não se cansa de passar vergonha”, “Fico com dó dos pais dela, devem morrer de vergonha”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁴² “Q nojo essa mulher.”, “Essa cidadã me inoja”, “Dar nojo até de ouvir essa mulher falar”, “Este ser é repulsante. Para que um resto humano existe?”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁴³ “Essa mulher vale o que o gato esconde bosta”, “MANUELA D’AVILA, LITERALMENTE O COCÔ DO CAVALO DO BANDIDO PRESO EM CURITIBA Presidente Bolsonaro 17 primeiro turno”, “Manuela ? puxem a descarga ...”, “Oi dona manuela meus parabens asenhora e umas das poucas pessoas que tem um anus que fala”, “Essa mulher foi construída com base no chorume!”, “Já falei e retorno à dizer que ela tem chorume na cabeça!”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁴⁴ “QUANDO O MITO GANHAR ESSA MULHER VAI PRA ONDE ,POIS NÃO VAI TER LUGAR PRA TANTA BURRICE ELA É UMA CHATA QUE SE ACHA A TAL ,VAI DISTRIBUIR A CARTILHA GAY LA NA COREIA DO NORTE E DESAPARECE AFF”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁴⁵ “É uma criatura que ousou falar que é mais importante que Jesus Cristo terá um final triste”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁴⁶ “essa coitada deve fumar maconha, ela acha que ela é muito inteligente, digna de dó”, “Essa mulher cheira muito pó”, “Ela deve está sobre efeito de drogas...”, “Ela só pode ter fumado”, “Minha prima estudou na mesma universidade que ela, e disse que ela era muito louca, cheirava fumava maconha, entre outros, era bem mal falada”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

vínculo, integra-se o que vai ser entendido como o real e verdadeiro, além da escolha de quem será a fonte confiável para a abordagem de determinados assuntos. O saber difundido e concebido como legítimo reflete os interesses políticos da sociedade branca, colonial e patriarcal. Isso gera, então, uma certa hierarquia, em que as formulações produzidas por pessoas oprimidas são marginalizadas e silenciadas, aproximando-se de um julgamento negativo sobre o que se considera desviante, em contraposição a discursos normativos, os quais são compreendidos como padrões, centrais, universais, objetivos, neutros e racionais (KILOMBA, 2016).

É interessante ressaltar que, fora do período eleitoral, a produção de notícias falsas sobre Manuela D’Avila continuou acontecendo, como exemplo dos supostos *nudes* vazados (FARSA..., 2019). A construção de um objeto de ódio parece estar ligada a uma violação contínua, sem a possibilidade de mudança ou redenção (JOHANSEN, 2015). Ademais, uma das formas de violência contra o “outro” é o modo pelo qual a sua identidade é definida ou fixada, fazendo com que ele adquira essa imagem por meio de danos. Não que o ódio resida em um sujeito específico, apenas influencia na criação dos perfis de diferentes figuras ou objetos de ódio, constituindo uma ameaça comum dentro de uma narrativa, que se torna semelhante e constantemente reforçada por intermédio da diferença entre o “nós” e o “eles” (AHMED, 2014). As *fake news*, desse modo, são acompanhadas por infinitos discursos de ódio e, muitas vezes, constituem uma violência política de gênero em suas origens.

Além das informações inventadas, há muitos momentos em que pautas importantes de seu plano de governo são distorcidas ou ressignificadas, como nos questionamentos realizados sobre o aborto, temática constantemente utilizada para ofendê-la¹⁴⁷. Entrando nas questões de sexualidade e de controle do próprio corpo, a controvérsia sobre aborto e religião chama a atenção. Conforme explicita Biroli (2014c), este polarizado debate sobre o direito ao aborto parte da agenda política de países ocidentais nas últimas décadas. Contrapõem-se os movimentos “pró-vida”, vinculados, principalmente, à Igreja Católica e baseados na valorização da vida do feto a partir da perspectiva religiosa, e os grupos feministas de “pró-escolha”, centrados nos direitos das mulheres.

O direito ao aborto, em síntese, está relacionado ao domínio da vida e das escolhas individuais, nos âmbitos pessoal e político. Torna-se importante para as mulheres, porque indica, em centralidade, os direitos reprodutivos ou a própria autonomia reprodutiva, para que não haja uma maternidade compulsória. Entretanto, confronta a idealização corriqueira, como

¹⁴⁷ “E SE TIVESSE SIDO ABORTADA”, comentário disponível na publicação nº 33 (Apêndice B); “Está é um verdadeiro aborto...”, comentário disponível na publicação nº 5 (Apêndice B).

se ser mãe fosse uma tendência natural e um desejo comum a todas as mulheres. A visão religiosa, por sua vez, compromete a laicidade do Estado, bem como a cidadania e a construção de uma sociedade plural e democrática, com igualdade entre os gêneros.

Ao expor abertamente seus pensamentos sobre pautas conservadoras, Manuela D'Ávila se torna foco de comentários misóginos. Estudos sobre a misoginia afirmam que existem, realmente, alguns alvos típicos. O primeiro seriam mulheres consideradas impróprias, traidoras das expectativas de gênero, más e rebeldes. Assim, a propensão é para que as dinâmicas de ódio se dirijam, especialmente, às mulheres feministas ou que falam francamente – levando-se em conta, em ressalva, que a misoginia envolve o ódio às mulheres por si só, sem nenhuma outra razão. O modelo da misoginia está relacionado à manifestação da ideologia patriarcal, em que os papéis sociais subordinados são reservados para elas. Por isso, a resistência ou a violação das normas que regem esses padrões, contrariando os estereótipos de subordinação atenciosa e amorosa, são focos comuns dessa prática. Dessa forma, a misoginia não precisa ser exercida sobre as mulheres em todos os níveis, já que pode ocorrer de modo seletivo – comumente, mulheres percebidas como insubordinadas, negligentes ou fora dos ordenamentos (MANNE, 2018).

No viés das questões de gênero, a representação da parlamentar, enquanto mulher, também é posta em xeque: “Se isso é representar as mulheres... Então as mulheres não têm representante nenhum”¹⁴⁸, brada um dos usuários. A sua representação é criticada e a sua ausência de capacidade, nesse sentido, é classificada como algo impossível de ser modificado – segundo os comentaristas, ela jamais conseguiria mudar a opinião dos eleitores sobre isso. Ademais, a ineficácia nesse quesito estaria associada à ausência de habilidade para o trabalho político. Em outros casos, nota-se a inclusão de valores morais para avaliar esse ponto de vista, dado que ela não representaria as “mulheres de respeito” e não poderia ser considerada um “exemplo” para elas¹⁴⁹.

Neste contexto, apesar de não pertencerem ao mesmo partido político e terem opiniões divergentes, Manuela D'Ávila e Dilma Rousseff são reiteradamente comparadas, já que a última ocupou o cargo de maior destaque na República. Enquanto alguns expressam a ideia de

¹⁴⁸ Comentário disponível na publicação nº 12 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹⁴⁹ “esta mulher não me representa ,ela jamais tera meu respeito,é um lixo social...”, “Desclassificada. Não representa as mulheres de respeito do país”, “e mais uma que tem de se jogar na lata do lixo .dissimulada e conivente com a sem vergonhice e a corrupcao que me desculpem as mulheres de nosso país mas essa não é exemplo neste país”, “Eu sou mulher e vc não me representa em nada! Quero mudança quero jair Bolsonaro para presidente! Mito”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B); “É uma cínica, debochada mesmo... Não tem representividade nenhuma essa anta”, comentário disponível na publicação nº 17 (Apêndice B).

continuidade, semelhança ou até um certo “ensinamento”¹⁵⁰, outros reforçam as diferenças, seja pelo caráter “piorado” ou pelo “aperfeiçoado”, sob muitas críticas negativas¹⁵¹. A conclusão, na maioria dos casos, é que o Partido dos Trabalhadores (PT) apresenta estrategicamente “mulheres desatinadas” como candidatas e querem empurrá-las para a governança brasileira a qualquer custo, mas que o país não aguentaria mais uma mulher “incompetente”, “despreparada”, “mentirosa” e “doida”. Frisam, ainda, que não “basta” ser mulher, sugerindo que o intuito do partido e dos eleitores seja apenas incluir mulheres na política, independentemente de suas competências¹⁵². Em menor quantidade, Maria do Rosário também é citada, principalmente no entendimento de que são duas “loucas” que dividem o mesmo estado de origem¹⁵³.

Muitas vezes, a misoginia atua por meio de violações simbólicas. Com o objetivo de reestruturar a ordem patriarcal, realizam o tratamento de algumas mulheres como substitutas ou representantes de outras por quem os misóginos se sentem negligenciados ou humilhados, no sentido de reprimi-las. Violações consideradas pequenas podem, então, ser percebidas com proporções exageradas e condenatórias sobre o caráter das mulheres, as quais são vistas como mentirosas e quebradoras de promessas ou dos acordos pré-estabelecidos em sociedade e, portanto, sem dignidade de confiança, irresponsáveis etc. (MANNE, 2018).

Há, também, a concepção de que Manuela D’Ávila é apenas um fantoche de políticos homens, como se sua agência existisse mediante o domínio masculino¹⁵⁴. Por isso, as suas falas tidas como influenciadas são constantemente deslegitimadas, uma vez que ela não teria preparo suficiente para a realização de pronunciamentos políticos e só falaria besteiras ou distorções da realidade¹⁵⁵. Por outro lado, ela é frequentemente ligada a noções como falsidade, hipocrisia, oportunismo, mau-caratismo e ausência de valores morais¹⁵⁶, segundo os comentários.

¹⁵⁰ “Dilma 2- o retorno da anta”, “essa é aprendiz de Dilma. Não fala coisa nenhuma que se aproveita”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁵¹ “Manuela vc é pior que a Dilma, fala nada com coisa nenhuma..”, “Uma Dilma 50 anos mais nova e ligeiramente aperfeiçoada, ainda que esteja faltando uns 80% para se considerar um ser inteligente, normal e lúcida”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁵² “O PT e suas mulheres desatinadas: tiramos uma, agora querem nos empurrar outra. Não basta ser mulher, tem que ser, no mínimo, normal! O Brasil não aguenta mais uma mulher incompetente, despreparada, mentirosa no seu governo. Essa mulher é doida!”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁵³ “essa mulher mora no Rio Grande do Sul no meu estado fora aquela Maria do Rosário louca né e a Dilma”, comentário disponível na publicação nº 16 do Apêndice B.

¹⁵⁴ “Essa Manuela e uma piada nunca falou uma verdade ou alguma coisa que preste. Depois dessa aí Manuela a melhor coisa que vc faz e fazer o papel do papagaio de pirata pra esse fantoche do lula. #bolsonaro17”, “Manuela...a cachorrinha de Lula!”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁵⁵ “tão limitada, tão fraca e que tanto distorça a realidade. Babaca pra caramba”, “A mulher é totalmente alienada, um festival de clichês e mentiras”, “Meu Deus quanta distorção da realidade, Nunca ouvi tanto lixo, essa mulher merece o Oscar de de tanto besteira por minuto”, comentários disponíveis na publicação nº 39 (Apêndice B).

¹⁵⁶ “Essa daí é mais falsa que nota de três reais!!! Lamentável”, “Essa mulher é um lixo, falsa até o último fio só cabelo”, “Cada vez fica mais evidente que não se pode votar nessa gente oportunista, falsa, sem princípios”,

Principalmente por ser muito jovem, é atingida também pela infantilização¹⁵⁷, em prol de seu rebaixamento.

A “solução” para tamanhos defeitos irredutíveis, de acordo com os comentaristas, é que ela, simplesmente, não ocupe espaços de poder e seja retirada da política. Já para outros, a expulsão do país é o caminho ideal, com a mudança para países considerados comunistas, como Cuba e Venezuela, que são bastante citados¹⁵⁸. Em uma série de comentários indicativos de para onde deveriam enviá-la¹⁵⁹, um usuário aponta que “se ainda pudéssemos falar livre e sinceramente, diria para o inferno!”, enquanto outro acha melhor “mandar essa Manuela pra Coreia do Norte, já que ela adora o comunismo” – e, em mais uma manifestação de violência, há a seguinte resposta: “Coreia não... Lá os rapazes têm o pipi pequeno... Manda pra África...”. Há, ainda, quem assinale explicitamente que ela deve ser violentada: “Nossa, empurro sem dó” e “Cara, tem que encher essa coisa de porrada mesmo, é isso, tem [que] voltar pra trás, isso aí não presta”. Essas formulações são, então, marcantes a seu respeito.

Outro fato que se sobressai nas publicações acerca de Manuela D’Ávila é o seu apoio à candidatura de MC Carol, cantora e compositora que foi candidata ao cargo de Deputada Estadual no Rio de Janeiro, pelo PCdoB, nas eleições de 2018 (GAZETA DO POVO, 2018). Por ser funkeira e possuir músicas sobre mulheres e sexualidade, foi alvo de críticas e montagens que satirizavam os seus discursos e as letras de suas canções, sobretudo incluindo declarações de apoio realizadas por Manuela D’Ávila. Os julgamentos, na maioria das vezes, avaliavam a adesão ao feminismo de MC Carol como algo falso, e conferiam como problemática a objetificação da mulher em suas composições (ALVES, 2020). Essa desaprovação, por seu turno, atinge a figura de Manuela – por ser do mesmo partido, por apoiá-la em sua campanha e por revelar ideais semelhantes, inclusive relacionados às mulheres.

Essa dinâmica ocorre, também, em vídeos publicados no YouTube¹⁶⁰, que enfatizam o apoio de Manuela à candidata. Apesar de declarar-se feminista, muitos afirmam que MC Carol não representa o movimento nem sequer as mulheres, principalmente devido à sexualização

comentários disponíveis na publicação nº 5 (Apêndice B); “porque ela não vai mora na cuba, se la e tudo muito lindo maravilhoso ? ela e muita cínica mentirosa”, “Essa MANUELA da vila é lamentável, Como pode ALGUÉM ser tão mal caráter”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁵⁷ “Essa bandidaaa nem saiu da fralda kkkk”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁵⁸ “Genteeeeeee tira está mulher da política ridícula”, “Essa mulher deveria ser expulsa do nosso país”, “Quando bolsonaro for eleito deveria exilar essa mulher junto com lula dilna e adad #exilamanoeladavila”, “#MANUELAFORADOBRASIL!”, “Essa coisa esta no lugar errado deveria ir pra cuba”, “Fica quietinha Manoela. E vá esfriar a cabeça lá na Venezuela”, “Pega essa coisa, e joga lá na Venezuela, no Meio do tranco”, “A Manuela e a Maria do Rosário deveriam casar e ir curtir a Venezuela com passagem só de ida”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B).

¹⁵⁹ Comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice B) e adequados à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹⁶⁰ Publicações nº 12 e nº 32 (Apêndice B).

predominante em suas músicas¹⁶¹. Além do julgamento expresso – muitas vezes, pelas próprias mulheres –, os homens demonstram grande incômodo com a sua figura, ora por eles mesmos, ora pela empatia direcionada às mulheres: “Sou homem e fico constrangido com as falsas músicas dessa mulher, agora imagina as mulheres como ficam, é o cúmulo do absurdo ela ainda se dizer feminista e defender as mulheres”¹⁶².

Além disso, figuram sobre MC Carol diversas opiniões sobre a sua aparência física, que se diferenciam às elaboradas sobre Manuela D’Ávila, posto que a primeira não é considerada parte do padrão de beleza adequado. Os comentários com maiores números de curtidas são, justamente, enunciações que zombam do fato de ela ser gorda¹⁶³. O seu modo de falar reputado como “errado” também é evidenciado, apresentando-se como um preconceito linguístico ligado à classe social. De modo geral, os enunciados sobre a funkeira possuem aspecto de deboche, configurando expressões de nojo e contendo risadas pela candidatura “engraçada”. Ela também é tida como a representação do “mal”, incluindo pedidos para que entidades religiosas os livrem de sua eleição¹⁶⁴. Ao apoiá-la, conclui-se que há um reforço sobre Manuela não ser uma mulher digna e não estar alinhada ao exercício político.

3.3 Marielle Franco

Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, nasceu em 1979, no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro – RJ. Começou a sua atuação na militância quando entrou em um curso de pré-vestibular comunitário e perdeu uma amiga, vítima de bala perdida. A partir daí, foi ganhando destaque na luta pelos direitos humanos. Tornou-se socióloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com dissertação sobre as

¹⁶¹ “Se isso é feminismo, imagina o machismo..”, “Falar que ela tem a história das mulheres Brasileiras, cago pela boca agora, slk...”, “Affff ... luta pelos direitos das mulheres???? Tem certeza?? Porque a música dela, quer dizer o lixo que ela canta, não fala isso!”, “MC Carol não me representa e jamais irá me representar”, comentários disponíveis na publicação nº 12 (Apêndice B); “Feminismo??? Passou longe! Mc Carol tá longe de representar a luta das mulheres por emancipação... lamentável!”, “Se isso daí defende as mulheres realmente eu não sei o que é mulheres. Mas que porcaria de músicas são essas”, “Me sinto envergonhada a esse tipo de mulher me ‘representar’”, “Eu queria não ter ouvido falar dessa mulher”, comentários disponíveis na publicação nº 32 (Apêndice B).

¹⁶² Comentário disponível na publicação nº 32 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹⁶³ “Essa dai não é demagoga : é “DEMAGORDA” Kkkkk”, comentário disponível na publicação nº 32 (Apêndice B).

¹⁶⁴ “Isso já e piada”, “Degradação total”, “Kkkkkkkkjijj ela ao menos presta pra fazer a gente rir”, comentários disponíveis na publicação nº 32 (Apêndice B). “Perderam o senso de ridículo. Lamentável!”, “Não sei se foi pra rir ou pra chorar uma desgraça dessas!!!”, “Só no Brasil mesmo que um satanás desses faz sucesso e ainda ganha votos”, comentários disponíveis na publicação nº 12 (Apêndice B).

Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Coordenou, por dez anos, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em 2016, foi eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo a quinta mais votada na eleição municipal (MARREIRO, 2018).

Em pouco mais de um ano de mandato, presidiu a Comissão da Mulher da Câmara e instituiu diversos projetos e iniciativas (FLORESCER POR MARIELLE, s.d.). Entre eles, a campanha “Não é Não, #CarnavalSemAssédio”, realizada no carnaval carioca de 2018 (MARIELLE FRANCO, s.d.b), e o Projeto de Lei 0265/2017, que incentiva a criação de casas de parto no Rio de Janeiro, principalmente nas zonas de menor IDH da cidade, com o objetivo de contribuir para a saúde da mãe e do bebê. Além disso, Marielle Franco participou da criação do Projeto de Lei 0017/2017, cuja proposta era a instauração do Espaço Coruja, uma solução municipal de espaço infantil noturno para auxiliar famílias que estudam ou trabalham à noite e não têm com quem deixar suas crianças pequenas, e do PL 0016/2017, intitulado “Pra fazer valer o aborto legal no Rio”, visando garantir o direito de aborto legalizado em casos de anencefalia, estupro ou risco de morte para a mulher (MARIELLE FRANCO, s.d.c).

Em 14 de março de 2018, Marielle foi covardemente assassinada a tiros, assim como o motorista Anderson Gomes. Essa execução transmitiu a mensagem de medo e vulnerabilidade aos que resistem, aos corpos considerados menos importantes ou descartáveis e às vítimas de preconceito e da violência (FLORESCER POR MARIELLE, s.d.). O assassinato ocorreu após uma roda de conversa chamada “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, encontro que reuniu dezenas de mulheres negras atuantes contra o machismo e o racismo no Brasil em um diálogo sobre ancestralidade e participação de mulheres negras na política (MARIELLE FRANCO, s.d.b). Marielle dedicou a sua vida à luta contra a desigualdade e à garantia dos direitos humanos, sobretudo das minorias sociais e dos povos oprimidos (MARIELLE FRANCO, s.d.d).

A sua morte gerou comoção nacional, desde manifestações nas ruas, como o ato realizado em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em sua homenagem, até diversas mensagens de apoio nas redes sociais digitais, como a grande difusão da *hashtag* #MariellePresente, que se sobressaiu entre os assuntos mundiais mais comentados do dia no Twitter. No entanto, o caso foi, também, pauta de violências e opressões, por meio de relativização do acontecimento, propagação de discursos de ódio e divulgação de notícias falsas (NEGRISOLI, 2018). Além disso, ocorreram violações simbólicas, como o ato praticado pelos candidatos a deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL) e a deputado federal Daniel Silveira (PSL) nas eleições brasileiras de 2018. Eles quebraram ao meio uma placa de rua feita com a

inscrição do nome de Marielle Franco, que consistia em uma homenagem à vereadora. Após o episódio, publicaram uma foto com a placa destruída no Facebook (CANDIDATOS..., 2018).

A pesquisa empírica realizada sobre Marielle Franco resultou no total de 22 *links* válidos (Apêndice C), sob os critérios expostos na introdução deste capítulo. Os itens eliminados da análise foram um *link* quebrado, em que “a página não existe ou não foi encontrada”, e vinte e sete *links* que não permitiram comentários dos usuários da rede, com comentários inativos ou indisponíveis para a visualização. Muitos portais desativaram a possibilidade de inclusão de comentários nas publicações, o que pode ser justificado pelas violências e discursos de ódio vigentes nesses espaços, principalmente após a grande repercussão da morte da vereadora. Outra particularidade notada neste caso foi a expressiva presença de veículos estrangeiros entre os *links* com maiores números de engajamento, devido à visibilidade mundial de seu brutal assassinato. Essa observação, contudo, não foi considerada para fins práticos, já que o atual estudo se concentrou apenas nos portais nacionais. Dos vinte e dois *links* ratificados, dezoito apresentaram números de comentários superiores a zero. Por fim, o *corpus* contou com 9.214 comentários sobre Marielle Franco.

Das vinte e duas publicações coletadas, sete se ativeram ao viés opinativo, incluindo adjetivos ou críticas, e quinze permaneceram alinhadas a um perfil informativo. Em relação ao formato, apenas duas recorreram ao predomínio de vídeo, e vinte se apoiaram em conteúdo textual. Dentre os temas, o mais proeminente foi a divulgação de homenagens póstumas a Marielle Franco, em contextos políticos, sociais, culturais e acadêmicos (10). As investigações sobre o seu assassinato também figuraram entre os assuntos principais (06). Fizeram-se presentes, ainda, relatos de violências simbólicas sofridas (03), como a destruição da placa de rua com o nome da vereadora e as ameaças e agressões a seus familiares; além de reflexões políticas, concepções jurídicas e menções a seu legado (03).

3.3.1 “Marielle hoje está queimando no colo do capeta”

A *objetificação*, no caso de Marielle Franco, ocorre, principalmente, em relação à sua orientação sexual. A menção à homossexualidade como algo impróprio a ser punido é um tópico recorrente nos comentários – apesar de ser bissexual, ela era considerada lésbica por grande parte dos usuários, por ser casada com uma mulher. Vale notar que um movimento comum a mulheres negras que reconhecem a opressão contra elas é tachá-las de lésbicas, independentemente de suas orientações sexuais, no intuito de intimidar pela própria sexualidade (LORDE, 2007). A construção da identidade sexual, baseada em relações de poder, é formada

por meio do processo de socialização e influenciada por agentes e instituições sociais. O papel sexual estaria relacionado, portanto, ao conjunto de comportamentos e atividades julgados como mais adequados para cada um dos gêneros. Entretanto, nem sempre essas expectativas são cumpridas, sendo demarcadas por dispositivos de dominação (MOTA-RIBEIRO, 2005).

As enunciações presentes no material empírico demonstram deboche, ironia e ausência de respeito ao universo LGBTQIA+ e suas lutas, assim como a constante sexualização de Marielle e sua companheira. Muitas vezes, recorrem à fetichização do casal de mulheres para a satisfação masculina, incluindo até mesmo discussões sobre o funcionamento do ato sexual entre elas¹⁶⁵. Sabe-se que o mundo da mulher negra foi sexualizado e espetacularizado por uma visão patriarcal branca ao longo de toda a história. Ou seja, a sexualidade do corpo negro foi imposta por convenções da cultura racista e machista, bem como a concepção como descartável. Além disso, há um rebaixamento da personalidade não heterossexual, em que sexualidades são invadidas e invalidadas. As hierarquias heterossexistas colaboram para a formação do ideal de que as mulheres heterossexuais possuem mais autoridade e são mais dignas de respeito (HOOKS, 2019). Importante reforçar que o heterossexismo e a homofobia falam ainda mais alto quando referentes a mulheres negras, uma vez que suas existências são constantemente invisibilizadas, ignoradas ou esquecidas (LORDE, 2007).

A suposição de que a esposa de Marielle já estaria em outro relacionamento ou, mais precisamente, já estaria até “colando velcro” com outra mulher, é surpreendentemente usual. Esse pensamento é colocado como ênfase de um incidente totalmente superado e que não deve integrar as manchetes¹⁶⁶, além de trazer a perspectiva da erotização. O racismo cotidiano, de acordo com Kilomba (2020), refere-se a vocabulários, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que posicionam o sujeito negro como o “outro/a”, demarcando as diferenças e atribuindo os aspectos reprimidos pela sociedade branca à outridade. Por isso, domínios como a sexualidade plena são projetados às pessoas negras, personificando o que não quer ser reconhecido pelos indivíduos brancos e formando a dicotomia entre o nós “civilizados” e

¹⁶⁵ “Mas era ela , ou era ele ?? não dizem que ela gostava de mulher !!!???”; “Sou séquissólogo e explico, elas sexupavam asboussetas e enfiavamvibradores norhabo umada outra, fui claro ?”, “Duas aranhas brigando...”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C); “ela fodiamuitaXoxota..mamavanoGrelorQ nem uma terneira”, “mAriele..GrandeFodedoradeXoxota..AMELHORlinGUA DA baixada..tirou o cabassodeMuita meninaNovinha!!KEtarada”, nos diversos comentário afirmando que ela já estaria “sentada no colo do capeta agora”, um dos usuários completa: “SENDOR FUDidaPorMaxos..q pra ela era um pesadelo..kkkkk”, comentários disponíveis na publicação nº 55 (Apêndice C).

¹⁶⁶ “a mulher dela já está colando velcro com outra...vamos fazer um churrasco e assistir um pornô com duas mulheres colando o velcro em homenagem a essa vagabunda...morreu já enterrou; seu corpo já até entrou em completamente decomposição...mas nem a calcinha ou cueca sei la como foi enterrada sobrou..chega dessa história...morreu foda se ...uma pilantra a menos na terra...qual túmulo ela foi enterrada msm? Deu uma vontade de mijar...”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice C).

“decentes”, em contraposição aos outros “incivilizados” e “selvagens”. Os modos de percepção do “outro/a racial” ocorrem, principalmente, através da infantilização, da primitivização, da incivilização, da animalização e da erotização. Essa última ferramenta, bastante presente nos comentários que compõem o *corpus*, remete à personificação do sexualizado, detentor de um violento apetite sexual.

No meio do debate homofóbico sobre a orientação sexual de Marielle, a discussão caminha para avaliações masculinas sobre a vereadora e se encerra apenas com o comentário conclusivo de um homem de que “daria um beijo na boca da Marielle”, assim como outras enunciações de mesmo teor¹⁶⁷, como se ostentassem um ato de bondade e validassem a outridade. Notadamente, exibem a ideia de que há prazer a ser descoberto no reconhecimento e na apreciação da diferença racial, uma vez que os tabus sobre sexualidade e desejo são difundidos com base na diferença e que as fantasias tidas como obscuras são conectadas à outridade nessa estrutura de supremacia branca.

Assim, o patriarcado flerta com os desejos pelo que considera primitivo e com o interesse sobre o “outro” em uma exploração contínua – a qual mantém as estruturas hierárquicas e de dominação vigentes na sociedade. Ressalta-se que a sedução da diferença e o encontro com o “outro” não retira o sujeito de sua posição dominante. A raça e a etnicidade são vistas como meros recursos de prazer, com os quais os grupos que integram as categorias de raça, gênero e prática sexual dominantes reafirmam o seu poder nas relações com esse “outro” em questão (HOOKS, 2019).

Ainda sobre esse assunto, a maioria dos portais digitais descreve a companheira de Marielle como “viúva”, já que elas possuíam uma união estável, o que é altamente questionado nos comentários. Alguns usuários da rede aconselham denominações como “pseuda viúva”¹⁶⁸ e outras expressões que, a princípio, resolveriam as “falhas” apresentadas nas matérias¹⁶⁹. Têm-se, ainda, conversas sobre quem seria o “homem” da relação, uma modalidade de violência frequente em relacionamentos homoafetivos entre mulheres¹⁷⁰. Assinalam, também, que as homenagens e as consequências de seu assassinato devem apenas repercutir em ambientes

¹⁶⁷ Comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa; “ta difícil ...eu pelo menos adoro a PERSEGUIDA ...”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁶⁸ Expressão em comentário disponível na publicação nº 55 (Apêndice C).

¹⁶⁹ “A Globo fala descaradamente a não sei o que a viúva da Marielle disse, viúva de mulher meu, biografia de que? De ser sapatao?”, comentário disponível na publicação nº 55 (Apêndice C); “Santa Marielle era S AP AT ON A, mas como pode ter viúva se não era casada ? os heteros por exemplo só deixam viúvas quando são casados”, “VIUVA ??? COMO ASSIM ??? não entendi ...expliquem ...”, “Na cabeça dela, ela é viúva amigo!..ridícula!”, “Ela era uma transviada, por isso ao invés de ter um esposo tinha uma esposa”, “Ela já comprovou essa união estável sapatao?”, “Viuva ou viuvo ???”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁷⁰ Deus fez HOMEM E MULHER ...desenha...”, “Ela é Homem kkkkk”, “A outra era homem”, “Mulher com mulher, dá ‘jacaré’”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

enunciados sob este viés, a insanidade é exposta como aspecto ofensivo, trazendo a incompreensão diante da relevância política direcionada a ela e a sua suposta inabilidade para o exercício da profissão. Esta falha é difundida, portanto, como atributo limitante em demasia à mulher na política¹⁷⁵.

Em relação à *ameaça psicológica*, a diminuição, a humilhação e a aniquilação são os principais recursos utilizados. É bastante propagada a convicção de que Marielle não é uma pessoa importante ou, ao menos, conhecida. Para muitos, ela não representaria absolutamente nada, aniquilando, simbolicamente, a sua existência e a sua representação política. Para a sua diminuição constante, declarações contendo informações falsas também são comuns. Ora ela é compreendida como “bandida” ou “conversora” de gays e bandidos, ora como “mandada”, no sentido de invalidar o seu poder próprio de ação¹⁷⁶.

Inclusive, indicar que a sua agência era influenciada ou comandada por outros atores é uma ferramenta usual, classificando a vereadora como ingênua ou mera peça de um jogo político de espertos, ao assinalar, por exemplo, que “pessoas como a Marielle foram, no mínimo, usadas (...)”¹⁷⁷. O avanço da mulher na conquista de protagonismo, que ocorre de modo desigual entre elas, ainda é repleto de dilemas e conflitos em variadas áreas. Nesse contexto, o lócus político-partidário não é acompanhado de grandes êxitos, compondo desafios e dificuldades por meio da manutenção de imagens patriarcais (LEITÃO, 2018).

Ligada à conclusão de que Marielle não teria habilidade de agência ou protagonismo, encontra-se a vinculação com o imaginário do atraso. Suas características pessoais são comumente conectadas à ausência de atributos considerados basilares e a processos de retrocesso, como a incapacidade de administração política. A concepção da incivilidade,

¹⁷⁵ “CARA, EU TAVA GUARDADO NESSA ÉPOCA, ENTENDEU? QUANDO EU SAI PRA RUA TAVA TODO MUNDO FALANDO DISSO AÍ... JA FAZ UNS 6 MESES E EU AINDA NÃO SEI QUEM É ESSA LOUCA”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁷⁶ “quem foi essa tal de Marielle?”, “Me fala uma coisa...ela foi o que mesmo? quem a colocou como vereadora? me fala...gente para ter uma homenagem a pessoa tem que fazer coisa boa...e não tentar fazer do nosso Brasil ficar vermelho..como queriam os comunistas e esquerdopatas..”, “Presente em que? me fala? o que ela foi..? quem foi ela para ser homenageada por uma escola de tradição no Brasil..”, “Não foi nada, ou melhor, foi sim, foi aquela que quis infernizar o país. apesar que se tratava só duma mandada e foi descartada sob o falso chororô da galera petista e da lacação”, “era bandida do PT e do PSOL”, “Ela queria ver teu filho, ou neto, de 9 anos, virando gay e bandido”, comentários disponíveis na publicação nº 13 (Apêndice C), “Sou do Rio de Janeiro e digo com certeza: Até morrer, essa senhora não era conhecida por noventa e nove por centos dos cariocas. Era conhecida somente nos meios da boêmia e grupos feministas, na verdade não representa a maioria dos cariocas.”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁷⁷ Comentário disponível na publicação nº 13 (Apêndice C) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa; “Mariele virou mera peça a ser usada em prol da ideologia comunista. Que pena o desrespeito ao ser humano.”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C).

comum nas dinâmicas do racismo, é visível nesse sistema¹⁷⁸. Os seus eleitores também são associados à ausência de inteligência, à desinformação ou à ingenuidade e, em determinados momentos, à facilidade de influência e domínio. Interessante notar que o atraso se relaciona, segundo um usuário da rede, com uma mentalidade limitada e “subdesenvolvida”, passível de manipulação. Por isso, os brasileiros apoiariam politicamente indivíduos com os quais se identificam, sobretudo no que se refere ao vitimismo em contraposição ao trabalho competente e meritocrático¹⁷⁹. Em diálogo com a lógica neoliberal, que traz as conquistas de bens atribuídas ao mérito do trabalho, denunciam a visão de um povo retrógrado e selvagem, que não se dedica e vive de vitimizações.

Identificar-se com Marielle Franco e seus “semelhantes”, dessa forma, significaria concordar com diversos valores negativos e nitidamente inferiores. O afeto mais citado nos relatos sobre ela é a vergonha, acionada, principalmente, no vínculo ao seu partido político. Não por acaso, a vergonha é uma das emoções que classifica, em status inferior, as hierarquias morais e sociais vigentes. Em conjunto com a humilhação, ela atua contra o “eu público” e exerce a função de rebaixamento. Relativa ao próprio sujeito, pode significar perda de honra e da autoestima, provocando zombaria, desprezo ou aversão, sobretudo ao se configurar como uma resposta à desaprovação dos outros (MILLER, 1997).

Nos mais baixos patamares sociais, para a maioria dos comentaristas, a sua representatividade seria nula, tanto para o país quanto para as mulheres. Argumentam que ela representa apenas a “mídia esquerdista”, as “facções a que pertencia”, o “crime organizado”, a “minoria” ou as suas próprias convicções e, por isso, seria necessário dispensar atenção a outros problemas – devido à insignificância ou à ausência de relevância para a sociedade como um

¹⁷⁸ “O mundo não está evoluindo, está retrocedendo. A civilização Ocidental está doente! Os idiotas estão tomando conta de tudo em todos os setores, inclusive nas artes.”, “se isso for evolução prefiro a idade das cavernas”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁷⁹ “Olhe aí, se vc não é da turma do mal infiltrado aquilhe dizer uma coisa: pare com essa porcaria de vitimismo, que vc assim é prato cheio pra essa turma que arrombou o país, eles gostam de gente assim como vc, trouxa, manipulável, e que se vitimiza... Vá ser competente e tenha méritos, pare com essa doutrina subdesenvolvida que sempre atrasou o Brasil perante os outros, essa mentalidade subdesenvolvida e manipulada. Não queres um Brasil desenvolvido como uma Austrália por exemplo ?? (...) E se não for.... deixe de chatice, burrice e ... deixa pra lá.”, comentário disponível na publicação nº 13 (Apêndice C); “Vitória : Vivemos falando de Cuba e Venezuela, para não virarmos uma p.o.r.c.a.r.i.a igual, mas o que realmente é demência mental, é saber de tudo isso e ainda apoiar um cara que mora numa mansão as custas de trouxas iguais a você.”, “Vamos acabar com o vitimismo. Trabalho e honestidade, este é o único caminho!”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

todo¹⁸⁰. Neste percurso, as homenagens póstumas direcionadas a ela são amplamente questionadas¹⁸¹.

3.3.2 “Mariele vive... até hoje enchendo o saco... foi tarde”

No caso de Marielle Franco, as referências a *outros recursos comuns* são excepcionalmente habituais. Em especial, por se tratar de um período póstumo, são frequentes os comentários contestadores das homenagens dirigidas a ela. Compreende-se, em primeiro lugar, a equivalência de seu assassinato a uma morte qualquer e, desse modo, é reforçada a ausência de necessidade das homenagens. Marielle é vista, majoritariamente, como apenas mais uma vítima da violência na sociedade e, por isso, a grande cobrança por respostas sobre o crime é tida como um equívoco¹⁸². Nesse sentido, um pensamento bastante perpetuado é de que a atenção dirigida ao homicídio se trata de uma ostensiva comoção seletiva. O raciocínio é que diversas outras pessoas também são vítimas de graves violações e não recebem tamanha visibilidade midiática e manifestação popular, sobretudo no município do Rio de Janeiro.

Os comentaristas trazem problematizações até mesmo sobre o motorista que a acompanhava e faleceu na tragédia, argumentando que não houve a mesma repercussão sobre

¹⁸⁰ “Se ele apoia a Marielle, a defunta do PSOL, não precisa dizer mais nada...”, comentário disponível na publicação nº 44 (Apêndice C); “MARIELLE NADA REPRESENTA PARA O BRASIL. TEM REPRESENTAÇÃO APENAS PARA A MÍDIA ESQUERDISTA DO RIO DE JANEIRO, QUE TENTA FAZER DE SUA MORTE UM ACONTECIMENTO EXTRAORDINÁRIO”, “Marielle representava uma facção por qual foi financiada, no meio do mandato resolveu mudar para a facção oposta. Queima de arquivo, só isso”, comentários disponíveis na publicação nº 54 (Apêndice C); “Comunista e representante do crime organizado, foi tarde”, “Essa vereadora Marielle, nunca representou a mim. Na verdade, acho que ela representava uma minoria, ou suas próprias convicções. Portanto, vamos focar em outros problemas”, comentários disponíveis na publicação nº 55 (Apêndice C).

¹⁸¹ “A Marielle pertenceu a um partido onde alguns membros assassinaram um cinegrafista da Band. Estes assassinos, invocando lemas comunistas (como o ‘No passarán’ da comunista espanhola Dolores Ibarruri), receberam apoio logístico, moral e advocatício de políticos do PSOL. Todos foram lenientes com a morte do cinegrafista, inclusive Marielle, que nunca condenou publicamente o crime. O nome de Marielle, longe de receber loas, deve ser símbolo da vergonha que o PSOL representa. Deve ser jogado na vala comum da vergonha de seu próprio partido, e jamais receber homenagens.”, comentário disponível na publicação nº 6 (Apêndice C).

¹⁸² “Pois é, imagine se cada um que perde alguém de forma violenta nesta cidade, resolve fazer o mesmo...”, “ela virou mais um número na lamentável estatística de homicídios da cidade e foi mais uma vítima e nada além disso”, comentários disponíveis na publicação nº 6 (Apêndice C); “Estão tentando transformar esta mulher em um Mártir, coisa que ela não é!!!! É apenas mais uma vítima da violência, tão somente isso. Essa indignação seletiva que me deixa furioso, tantas outras vitimas feitas antes e depois dela e o Brasil só terá democracia quando der uma resposta a esse caso? e todos os outros casos que ficam sem solução? todos as outras famílias que choram? (...)”, “E o Celso Daniel, hein? Não merecia uma homenagenzinha também? Ou é indignação seletiva com assassinatos políticos? E tem gente que ainda acredita...”, “Eu acho errado, exigirem satisfação da morte dessa vereadora... e os pais de família que são mortos no RJ, e nunca foi dado uma satisfação para a família??? engraçado, que eu não sei o que ela tem de tão especial... o motorista sim, esse é mais uma vítima dos bandidos”, “será que esse idiota não sabe que a todos os dias morre uma mulher assassinada pelo fato de ser policial militar? será que ele não sabe que uma professora morreu queimada para salvar seus alunos num incêndio?, cadê a comoção por essas vidas? bando do hipócritas.”, “E o Celso Daniel? Não vi ele usando camiseta com o nome dele. Ou só é ‘justiça conveniente?’”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

ele e que isso seria um indício engendradora de uma certa hierarquia de comoções¹⁸³. A partir dessa formulação, são descritas características entendidas como menosprezadas, em contraponto com perspectivas sociais de grupos minoritários: “Tá... e a homenagem ao motorista???? Ahhhhh... ele era branco, trabalhador, casado com uma mulher e tinha filho!!!! Não interessa à esquerda!!!!”¹⁸⁴. Aproveitam, também, para conferir provocações às feministas, ao compreender que vidas perdidas de outras mulheres não estão sendo devidamente retratadas, sobretudo mulheres consideradas mais “dignas”, e que as adeptas do movimento não fazem reivindicações devido à hipocrisia que rege suas pautas¹⁸⁵.

Para Butler (2015b), o luto é um indicador das hierarquias de dores e comoções. Enquanto algumas vidas são compreendidas como vidas e dignas de luto, outras não são consideradas socialmente vivas. Essas últimas são aquelas vinculadas a condições precárias, sendo expostas a violações de formas diferenciadas. Interessante ressaltar que, no Brasil, há um preocupante extermínio da juventude negra, aliado, também, a uma violência do próprio Estado – o que não gera tanta comoção, visibilidade midiática ou campanhas nas redes sociais digitais, uma vez que é banalizado perante a sociedade. O corpo negro não comove na medida em que são vidas construídas para não importar entre os acontecimentos cotidianos (RIBEIRO, 2018). Ao afirmar que a morte de Marielle estaria recebendo uma exagerada repercussão e que simbolizaria somente mais um exemplo da violência existente no país, confrontam o argumento proposto por Ribeiro sob uma lógica oposta.

Além disso, alegam que, assim como a sua personalidade, a sua trajetória política não valeria tanta comoção. As demandas pela investigação do crime seriam, então, errôneas, como expresso em “o problema é que o PSOL dá uma relevância política que ela nunca teve. É muito provável que ela desagradou algum chefe de facção do narcotráfico que decidiu promover ‘um acerto de contas’”¹⁸⁶. Dessa forma, excluem a sua performance política e a temática das minorias sociais, reduzindo o seu assassinato a uma questão de óbvio acerto de contas, que não

¹⁸³ “A esquerda também colocou uma placa para homenagear o motorista dela?”, comentário disponível na publicação nº 6 (Apêndice C); “Esqueceu de homenagear o Anderson, esse sim, morreu por dirigir o carro e por acaso!”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁸⁴ Comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹⁸⁵ “Aguardando um samba em homenagem a PM Juliane. Pobre, negra, lésbica igual a Marielle. Aguardando tb o resultado da investigação de quem matou a Priscila Belfort. Desde 2004 desaparecida e as feministas nunca fizeram nenhuma manifestação em apoio a ela!”, “E as outras mulheres? A professora que deu a sua vida pra salvar as crianças.”, “E a professora q morreu pra salvar as criançinhas? Isso q chamo de hipocrisia!”, “PORQUE NÃO HOMENAGEARAM TODAS AS MULHERES MASSACRADAS NO DIA A DIA POR SEUS ‘MARIDOS’ OU ‘COMPANHEIROS’, AFFFFFFFF QUANTA ALIENAÇÃO”, comentários disponíveis na publicação nº 13 (Apêndice C); “Para a ‘quadilha’, só interessa a Marielle, as demais mulheres, não lhes merecem respeito.”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁸⁶ Comentário disponível na publicação nº 6 (Apêndice C).

merece tanta atenção. Nesse debate, a apreciação por determinados valores morais e a patologização da sociedade são citados. Como exemplo, encontra-se a assertiva de que ela não teria nada de bom para contribuir para a sociedade, simbolizando falhas relativas à decência e aos bons costumes e associando-a à inutilidade e à insanidade generalizada.

Por meio da problemática entre o viés da seletividade *versus* uma trajetória política digna, garantem que a admiração por sua luta é fabricada por uma doutrinação ideológica específica de autoria da esquerda política, difundida em escolas, universidades e mídias. Assim, a exaltação à figura de Marielle seria o prenúncio da distorção da verdade através da “imposição de narrativas”, do “vitimismo”, da “enganação” ou de mera “lacrção” de militantes, o que esvazia a sua jornada e deslegitima as homenagens direcionadas a ela¹⁸⁷. Impressiona, também, a convicção com a qual esses pontos são expostos. De acordo com um dos comentaristas:

Em primeiro lugar, esse negócio de minoria é papo furado, é só para dividir o povo; em segundo, esses professores seguiram doutrinas genocidas de livros e personagens da história do passado (Lênin, Gramsci, Marx...), livros esses que foram feitos pelo MEC totalmente comunista e que só serviram para “virar” a cabeça da gente e nos subjugar como se fôssemos trouxas. (...) Então, esses LIVROS que você falou, rasgue-os na vala. Sobre os professores, uns são esquerda porque foram doutrinados quando estudantes universitários, ou estão de sacanagem mesmo. E esse governo que está entrando aí vai é limpar essa história toda, história podre que não deixou o Brasil andar. (...).¹⁸⁸

¹⁸⁷ “Esse papo de gostar de negros, pobres, favelados.. é tudo lolota para enganar vcs, não caem nessa.”, “Não é uma questão de negros, brancos ou índios, é uma questão de como esses maquiavélicos usaram as minorias contra elas mesmas. (...) Eles usaram do ‘decálogo de Lenin para enganar a população, o lindo povo brasileiro que foi corrompido e deturpado por eles (...) Aí, a partir disso, eles tomam conta da população, que nesse momento está dividida e fragilizada: negros contra brancos; nordestinos x sulistas; patrão e empregados; ricos x pobres; gordo x magros; altos x baixinhos..... E ISSO É APENAS UM DOS TRUQUES DELES. Fazendo nós de trouxas. O caso da ‘pessoa’ aí, ela foi apenas vítima dela msm, foi primeiro usada e depois descartada para servir de mártir, é outro ensinamento de Lênin.....”, “Movimentos sociais ‘lutam’ contra a desigualdade fomentada pelos mesmos agentes que financiam todos esses movimentos. Todos esses movimentos sociais, movimento negro, LGBT, Feminismo, direitos humanos que defendem só defendem bandidos... São tentáculos do sistema usados para gerar caos e discórdia, a velha tática do dividir para conquistar. Se engana quem ainda acredita que o movimento revolucionário se resume somente ao marxismo clássico (...), “(...) vindo direto da lacrosfera. Patético.”, “Vamos parar de vitimismo porra!!!!”, “(...) Em outras palavras, distorcem a verdade para impor uma narrativa!!!”, “Não acredite nesse papo que vc aprendeu nas escolas, estavam só enganando vcs. Esse papo de ‘resistência’ vcs vai estar lutando contra vc msm a favor deles.”, “Dandara (nao creio represente o Brasil) e Marielle (tampouco -- pode ate representar o PCC talvez). Muita gente morrendo pelo País afora nao e lembrada porque seus nomes nao fariam escola de samba LACRAR nem LUCRAR. Muita hipocrisia e ignorancia juntas!”, em referência ao samba-enredo produzido pela escola de samba Mangueira em homenagem a Marielle, comentários disponíveis na publicação nº 13 (Apêndice C); “Comentário ridículo esse seu menina, justamente pelo fato de ‘Mulher é gente, negro é gente, LGBT é gente’ e toda essa babaquice que você escreveu, é que JB quer que todas as pessoas sejam tratadas iguais, sem distinção de raça, cor, gênero e aberrações. Terão que trabalhar sim.”, “Negro virou minoria agora KKKKKK”, “A pior coisa que existe é a ‘defesa de bandeiras ideológicas’ sem conhecimento do fato real. Toda história tem 3 versões: a de um lado, do outro e a da verdade (...)”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁸⁸ Comentário disponível na publicação nº 13 (Apêndice C) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

Esse enunciado possui, ainda, o vislumbre da idealização de limpeza como solução para a melhora da sociedade brasileira. É atribuído a algumas personalidades o papel heroico na consolidação de um lugar nos moldes considerados adequados, que, magicamente, poderiam retirar toda a “sujeira” e “imundície” representada por pessoas como Marielle para acabar com os problemas históricos do país. Outra sugestão de ação é, inclusive, que esses indivíduos parem com a “choradeira” e trabalhem “para o Brasil crescer”¹⁸⁹, conferindo sentido ao sistema neoliberal priorizado.

Por meio de discursos como esse, a luta de Marielle é frequentemente diminuída ou apagada. Em síntese, reiteram que ela “lutava contra o cristianismo, contra a família, contra Deus, [contra] a inocência das crianças, e a favor de libertinagem sexual. Não vai fazer falta nenhuma”¹⁹⁰ ou que “lutava pelas facções que defendia e era absolutamente contra a polícia, proferindo, inclusive, em sessões do legislativo carioca, frases como ‘pelo fim da polícia militar’. Defensora explícita de bandidos, e não lutadora contra corrupção policial”¹⁹¹. O raciocínio perpetuado é o de que a vereadora não fez nada pelo Brasil e não possuía itinerário ou origem valorosos. Ao prestar homenagens à Marielle, símbolo de minorias sociais, e, portanto, ao exprimir o luto por essa vida perdida, estaríamos, portanto, perdendo “a vergonha, o respeito e a ética”¹⁹².

Não é à toa que muitos comentadores se mostram extremamente indignados com as homenagens, alinhados a esses pensamentos. Um dos tributos realizados consistiu na confecção e na inserção de uma placa de rua com o nome da política assassinada no centro do Rio de Janeiro (CANDIDATOS..., 2018). Alguns usuários utilizam até mesmo o aparato da legislação na tentativa de embasar os seus argumentos sobre o ato considerado errado, já que esse tipo de

¹⁸⁹ “Vão trabalhar para o Brasil crescer e não ficar nesta choradeira.”, comentário disponível na publicação nº 13 (Apêndice C).

¹⁹⁰ Comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice C) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹⁹¹ Comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice C) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

¹⁹² “Porque não fizeram homenagem para quem mereceu...tivemos muitas pessoas que a mídia esquerdopata não falou muito..tipo a professora que salvou varias crianças numa escola em Janauba MG e morreu queimada ajudando as crianças..agora me fala o que esta tal de Marielle fez para o povo?”, comentário disponível na publicação nº 13 (Apêndice C); “ELA NÃO TINHA DA DE BOM PARA CONTRIBUIR, COM A DECÊNCIA E OS BONS COSTUMES, QUE EDIFICAM UMA NAÇÃO, O EXEMPLO QUE ELA TINHA A DAR ERA DE DEVASSIDÃO, E AMOMINAÇÃO”, comentário disponível na publicação nº 55 (Apêndice C); “só mais uma inútil da politica brasileira”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Parece que a insanidade pegou geral. Estamos falando em colocar sobre a placa em homenagem ao Marechal Floriano, herói nacional, um dos ícones da República, alguém que, antes de sua morte, ninguém no país conhecia?Essa ‘senhora’ e nem nenhum ou nenhuma outra, pode sombrear a figura e história de Floriano.Penso que, mais uma vez, o que está-se querendo é atingir o Presidente Bolsonaro. Quem é Marielle? O que fez pelo Brasil? Qual sua história e origens? Definitivamente, estamos perdendo a vergonha, o respeito e a ética!!.”, comentário disponível na publicação nº 6 (Apêndice C).

ação seria ilegal e exigiria um processo junto à prefeitura para se tornar efetivo¹⁹³. Em contrapartida, estranhamente parabenizam as atitudes de candidatos à eleição que retiraram e destruíram a placa – sendo que, mantendo a lógica exposta, essa também seria uma remoção a ser feita pelos órgãos públicos.

Não apenas essa homenagem se tornou polêmica. O *link* no YouTube contendo o samba-enredo da escola Mangueira, em condecoração a Marielle¹⁹⁴, concentra 1489 comentários sobre ela. O conteúdo audiovisual traz a canção citada na íntegra e conta com uma letra política sobre a história do Brasil, destacando personalidades e lutas oprimidas. Por essa razão, a repercussão entre os usuários da rede gerou um amplo debate político. Vale enfatizar que, em um movimento contrário das publicações do *corpus* da pesquisa, este vídeo possui uma grande quantidade de comentários positivos em relação a Marielle, sobretudo parabenizando a arte e valorizando o ato de resistência. No entanto, também há muitas críticas negativas. Elas vigoram mesmo que as circunstâncias sejam de liberdade cultural, pois, de acordo com os enunciados, Marielle não merecia ser homenageada de modo algum. As motivações para esse ponto de vista são baseadas, principalmente, na divulgação de informações falsas sobre a vereadora. Entre elas, estão a proeminente ligação ao tráfico de drogas e a associação a variadas modalidades de “infrações”, como a defesa do aborto, da erotização de crianças, da pedofilia, dos bandidos, entre outras¹⁹⁵.

O homicídio aparece, dessa forma, como justa consequência de sua postura incorreta, frisando a ausência de apreço pelas homenagens e a suposta justificativa do crime cometido¹⁹⁶. Marielle Franco (2018), que observou as alterações sociais na esfera pública e no imaginário popular no período histórico do golpe de 2016, foi alvo das mesmas circunstâncias anunciadas.

¹⁹³ “o partido que faça um projeto na câmara municipal para homenagear sua musa comuna e lésbica”, comentário disponível na publicação nº 6 (Apêndice C).

¹⁹⁴ Publicação nº 13 (Apêndice C).

¹⁹⁵ “Gente, para mim esta homenagem que estão fazendo para ela...é de péssima homenagem,..ela não merece nenhuma...”, “Triste ver a Mangueira homenagear uma Marielle,ligada ao tráfico, favoravel ao aborto...”, “Não só a favor do tráfico, como de todos os tipos de infrações, como o aborto, erotização das crianças (pedofilia) e sabe-se mais lá o que. É o msm perfil do jean willys, maria do rosário..... É tudo do msm perfil. Seguidores de uma msm cartilha, a dá destruição das famílias (...”, “A começar pela mulher elogiada no samba, ela fazia parte do sistema que corrompeu o estado brasileiro, como defender a pedofilia, a bandidagem...”, “Ela estava ‘presente’ era com os traficantes.”, comentários disponíveis na publicação nº 13 (Apêndice C); “Essa senhora que morreu não passava de uma defensora de bandidos”, comentário disponível na publicação nº 14 Apêndice C); “Bandidos não merecem homenagens!”, “Talvez Mariela é vitima da mão esquerda dela. ‘O que uma mão dar a outra não pode saber demais’ Política Podre No Brasil.”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁹⁶ “essa mulher que descansa em paz estava incomodando muita gente, e pelo que eu percebi a respeito dela suas idéias não eram nada que presta”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice C); “Todo dia morre um monte de inocentes nessa m.rd de País e ninguem fica lembrando, vai ficar por isso msm a mort3 desta politiquinha. e que morra cada vez mais políticos pra ver se começam a trabalhar de verdade”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Num sei qui tanto mimimi em relação a essa pessoa. (...) Essa cidadã morreu pela mão daquilo qui ela defendia. Esses partidos de esquerda só defende bandido e coisas erradas. Agora ficam com choradeira”, comentário disponível na publicação nº 54 (Apêndice C).

Além da ampliação das desigualdades e dos retrocessos na luta por direitos, ela havia notado a criminalização e a discriminação de jovens pobres e mulheres, eixo ao qual é reiteradamente associada nos comentários. Assume-se, diante disso, o desejo por expulsar o corpo do “outro”, aquele que não compõe, costumeiramente, o grupo social de poder. Há uma tendência de “colocar para fora” ou impedir a convivência com as diferenças pelas classes dominantes.

O “merecimento” de sua morte possui, portanto, presença marcante entre as sentenças digitais, a partir de elaborações explícitas de que tudo aconteceu porque ela estaria envolvida com pessoas incorretas, facções criminosas e brigas diversas. É muito comum o pensamento de que ela tinha responsabilidade sobre o homicídio e apenas colheu o que plantou, e que esta seria a verdadeira justiça¹⁹⁷. Independentemente das várias causas apontadas para o seu assassinato, as explicações pressupostas culpabilizam a própria Marielle. As dicotomias prevaletentes entre as mulheres tidas como “boas” ou “más” confluem com essa lógica, caminhando de acordo com a construção de papéis ideais para os gêneros na sociedade. A resistência é, nesse sistema, um dos fatores vinculados à subversão dos padrões de passividade e submissão femininos. Assim, a culpabilização da mulher transgressora ocorre por meio de supostas falhas ou provocações, em uma dinâmica misógina (PERRY, 2001; MANNE, 2018).

Parte do binarismo entre os gêneros é, justamente, a concepção das mulheres como “boas” ou “ruins”, visando à adequação aos papéis valorizados. As “boas” dialogariam com a feminilidade típica de um comportamento passivo e submisso, e as más seriam adeptas ao egoísmo, à agressão, à promiscuidade e à resistência. Segundo esse raciocínio, as últimas mereceriam toda violenta retribuição e seriam as próprias culpadas pela violência masculina dirigida a elas. Essa divisão já citada se designa especialmente problemática quando empregada sobre as mulheres não brancas, visto que elas não alcançam a desejada “bondade” por conta das restrições da hierarquia racial. Esse senso de inferioridade inerente às mulheres negras converge

¹⁹⁷ “Essa Mariele morreu porque estava metida com gente da pesada, isso é o que acontece com seres que não prestam, como essa vereadora por exemplo !!!”, “Marieli morreu porque infelizmente se envolveu com facções criminosas, Depois deste fato milhares de pessoas foram mortas só no Rio. Suas vidas valem menos que a da vereadora?”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C); “ACHO QUE ELA MORREU MODE SABIA DEMAIS E SE METEU ADONDE NUM DIVIA. M-INHAS C-ONDOLENÇÇAS”, “Uma mulher que apoia o homossexualismo, que fumava maconha... que se amarra vom traficantes...esperar o que do fim dela?”, “A MARIELE NÃO FOI MORTA POR SER MULHER, POR SER NEGRA, ELA FOI MORTA POR ENVOLVIMENTO COM O CRIME ORGANIZADO”, “a morte dessa isquisita ai foi briga de dentro do psol tudo bandido”, “ELA FOI MORTA POR ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO DE DROGAS”, comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice C); “Marielle é fácil, foi queima de arquivo. Ela foi financiada por uma quadrilha e no meio do mandato trocou de facção. Caguei! Quero saber quem mandou matar Bolsonaro e calar o Brasil!”, “mandaram matar pq fazia parte do crime”, comentários disponíveis na publicação nº 54 (Apêndice C); “QUEM PLANTA VENTO, POR DECRETO DO ALTISSIMO, COLHE TEMPESTADE, É REGRA. NÃO FALHA”, comentário disponível na publicação nº 55 (Apêndice C).

com a vulnerabilidade e a impunidade diante de violências de gênero (PERRY, 2001). Os opressores, por sua vez, negam a responsabilidade pelos seus atos (LORDE, 2007).

Em outra notícia, sobre a homenagem executada por Roger Waters, em um show no Maracanã¹⁹⁸, muitos usuários elencam possíveis razões para que o famoso músico tenha realizado tal atitude, uma vez que não seria algo digno ou esperado. Alguns acreditam que isso se deu simplesmente porque o cantor não conhecia Marielle, a “marmita de bandido”¹⁹⁹, e não sabia nada do país²⁰⁰, porque já estaria senil²⁰¹ ou por conta do uso de drogas²⁰². Para outros, ele fez uma campanha política financiada pelo espectro de esquerda e, portanto, teria se “vendido por dinheiro”, e não se importaria, de fato, com o ocorrido²⁰³.

Em relação a esse tributo, o viés jurídico também é posto em dúvida, apoiado na opinião de que apresentações musicais não devem envolver política, assim como a ponderação de que a vereadora não merece a grandiosa homenagem nem ter a sua família presente no palco. Entre os comentários ordinários, assinalam que outras pessoas merecem uma surpresa deste nível e

¹⁹⁸ Publicação nº 18 (Apêndice C).

¹⁹⁹ “Velho tolo não sabe quem foi Marielle marmita de bandido”, “Alguém devia informar a esse cidadão que Mirabel só defendia traficante armado de 7.62”, “Velho inocente...não sabe de nada.”, “Nem sabe quem é Mariele, cade a briga dele para elucidar as demais mortes ocorridas no RJ!!! Vai na Líbia fazer show de protesto. Encheção de saco, para o resto do Brasil ela não era ninguém e ainda continua não sendo.”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

²⁰⁰ “ESSE CANTOR É UM BESTA, NÃO SABE NADA DO BRASIL”, “Ele não sabe nada de Brasil, não tem que se meter em nossa política.”, “NÃO CURTO PINK FLOYD, ACHO QUE ESSE SUJEITO DEVERIA SER VAIADO DURANTE TODO SHOW, SUAS ATITUDES POLÍTICA É DE QUEM DESCONHECE A REALIDADE DESSE PAÍS, SERIA MELHOR VISITAR NOSSAS ESCOLAS E HOSPITAIS PARA TER UMA CRÍTICA MAIS APROPRIADA”, “As músicas são excelentes, mas o cara não sabe nada da política brasileira. Como todo gringo, quer enfiar o focinho onde desconhece e não é de sua conta (...)”, “Velho idiota se metendo no problema que ele nem entende.”, “(...) um sujeito que não conhece nossa realidade e vem se intrometer em assuntos que não lhe dizem respeito e dos quais ele não tem o menor conhecimento.”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

²⁰¹ “velho caduco”, “Juro que não tô entendendo pq o cara não vem, canta suas músicas (que é pra isso que pagam o ingresso) e vaza... Dar palpite olhando tudo do seu país capitalista de cima de uma cobertura é fácil. Venha em outra oportunidade e faça o bem, ajude as pessoas. Tá muito caduco, não tá sabendo separar as coisas...”, “Nunca deixarei de ouvir PINK FLOYD, mas esse velho gagá deveria apenas cantar !!!”, “O VEIO ESTÁ GAGÁ, POR ISSO É PRESA FÁCIL DO PÊTÊ”, “É um velho decadente que faz apologia as drogas...Não é drogados? Lambedores de saco de gringos.”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

²⁰² “Que sirva de exemplo para nossas crianças. Eis um exemplo do resultado do uso intenso de drogas alucinógenas por mais de meio século”, “Consumo abusivo de drogas da nisso!!!”, “É isso o que acontece com quem vive uma vida usando LSD, OPIUM e COCAÍNA, o cérebro se liquefaz e a pessoa vira um morto vivo ambulante sem qualquer racionalidade ou discernimento.”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

²⁰³ “Esse caquético, Esse ser decadente, Se vendendo por dinheiro, LAMENTÁVEL!” , “ta ganhando a maior grana da esquerda comunista pra falar besteira sem conhecimento de causa, se pagar bem esse sujeito elogia e faz campanha até pro capeta. só cego não vê isso.”, “É que depositaram alguns milhões de libras na conta dele (li isso na internet). Certo ou errado, ele tem que cumprir o contrato. Pena, não?”, “Pessoal... ele está fazendo bem o que foi pago pra fazer... recebeu 90 milhões para fazer campanha para o poste... Por isso ele não sabe nada da nossa política e fica dando opinião errada...”, “Depois do DINHEIRO que ele ta levando faz qq coisa. Mas, umgringo vendido”, “Quanto foi mesmo que esse músico recebeu para fazer campanha política disfarçada de show? Alguém disse que teria sido mais de R\$ 90 milhões (...)”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

salientam que ela cometeu algum erro e, por isso, não faz jus a qualquer holofote²⁰⁴. Uma manifestação singular sugere, ironicamente, outras formas de condecoração mais adequadas, como fazer um churrasco ou assistir um filme pornô lésbico²⁰⁵. As celebrações em tom de alegria ou sob o viés de sua sexualização parecem mais apropriadas para muitos.

Nos discursos de ódio a seu respeito, não é apenas a questão política que é criticada, sua orientação sexual, suas origens, sua cor da pele e seu gênero são constantemente alvos da violência praticada, assim como a dificuldade em compreender como uma mulher negra, bissexual e periférica pode ocupar um cargo político e representar os cidadãos em sua função. Diante dessa personalidade em um lugar considerado indevido, não esperado e não desejado pelo sujeito dominante, só resta apagar suas falas, deslegitimar sua presença política e comemorar sua morte. A rejeição da diferença faz parte de um ciclo em que os chamados “outsiders” ocupam papéis descartáveis na sociedade. A recusa em aceitar as diferenças contribui para a dinâmica da separação e para a confusão sobre elas. Os efeitos dessas distorções agem, então, sobre comportamentos e expectativas. A crença na superioridade relativa ao racismo, machismo, heterossexismo, classismo, elitismo e etarismo provoca a noção de direito à dominância (LORDE, 2007)

Nota-se que até mesmo o “legado” relacionado à vereadora é avaliado sob julgamentos negativos. Em uma reportagem sobre quatro mulheres negras, com posicionamentos semelhantes aos de Marielle, eleitas no Rio de Janeiro²⁰⁶, essa perspectiva se revela flagrante. Enquanto a publicação celebra a vitória da democracia e dos movimentos feministas e negros, a maioria dos comentários sobre a conquista demonstra insatisfação e agrega às mulheres

²⁰⁴ “Cade o TSE que não faz nada, isso é showmício proibido por lei!!! Esse cara vem reiterando o cometimento de crimes eleitorais nos seus shows e o TSE nada faz????”, “Mais um bobalhão do mesmo naipe de Caetano Veloso, Chico Buarque e outros comunistas que fazem showmício, o que é proibido por lei. E aí TSE?”, “Fica falando de política e esquece da música!”, “Na boa, você vai para um ‘show de músicas’, para se divertir, esquecer os problemas, o cara se aproveita para expor o seu lado pessoal ‘política’, isso pode?”, “Esse cara encheu o saco com essas manifestações políticas. Homenagear essa desconhecida.... ridículo”, “Quantas famílias de policiais assassinados e outras, destruídas pelo crime organizado, defendido pelos Direitos Humanos ele pretende levar aos palcos?”, “ONDE ESTÁ A FAMILIA DO MOTORISTA QUE NÃO TINHA NADA À VER COM O ALVO?? UM INOCENTE QUE PAGOU PELO ERROS DOS OUTROS!!”, comentários disponíveis na publicação nº 43 (Apêndice C); “e porque não falar dos policiais mortos em confronto com os bandidos? patife!”, “As pessoas que foram ao Maracanã foram lá para ver um Show de Rock e não um protesto político,o problema no Brasil e que qualquer artista se acha no direito de influenciar o povo com suas posições políticas !”, “Esse é o famoso socialista de iPhone. Deveria apenas cantar e não se meter em questões políticas que não são nem do seu país. Diretos humanos? Só se for para humanos direitos.”, “O velho britânico milionário fazendo campanha política travestida de show de música. É um show trans.”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

²⁰⁵ “O que tem de relevante??? É só mais uma de milhares que morre todos os anos. A mulher dela já está colando velcro com outra, já tem outro vereador em sua cadeira, os micróbios já até comeram o corpo dela...já deu essa estória deixa a defunta em paz, vamos fazer um churrasco e assistir um pornô com duas mulheres colando o velcro em homenagem a essa vagabunda...”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice C).

²⁰⁶ Publicação nº 24 (Apêndice C).

citadas atributos de rebaixamento²⁰⁷. A questão de gênero e de raça é refutada, principalmente, pela ideia de que as decisões políticas não devem se ater a esses aspectos. Conclui-se que elas só foram eleitas por serem mulheres negras e devido ao processo de heroificação instituído sobre Marielle²⁰⁸. Interessante observar que o tão enaltecido mérito por meio do trabalho árduo não é aplicado sobre determinados indivíduos, que só ocupariam certos espaços por razões diferenciadas.

No ódio racista, a violação do outro é um exemplo inteligível de hostilidade que é direcionada a todo o ser do outro. Dessa forma, é inclusive comum o ódio racial por indivíduos não conhecidos, visto que apenas saber que o indivíduo detém certa característica odiada já é suficiente para a determinação da emoção, e também implica a desvalorização do objeto intencional (JOHANSEN, 2015). Além disso, independentemente da chave acadêmica ressaltada para a compreensão das múltiplas opressões, é fato que as mulheres negras ocupam posições marginais na sociedade. Marcadas por um passado de escravidão, em que eram definidas como bens móveis no sistema da escravatura, as mulheres negras se beneficiaram pouco da ideologia de igualdade entre os gêneros ao longo da história, se comparadas às mulheres brancas (DAVIS, 2013).

Deve-se ressaltar, em relação a dificuldades contemporâneas, o próprio apagamento da expressão “misogynoir”, elencada para nomear as experiências das mulheres negras, e a obliteração de seus autores (GING; SIAPERA, 2018). Em síntese, “misogynoir” é um termo específico para a misoginia contra as mulheres negras, reconhecendo os aspectos distintos na violência sofrida por elas e a importância de se abordar o fenômeno de modo interseccional, dando similar atenção ao racismo e à misoginia (BAILEY; TRUDY, 2018 apud GING; SIAPERA, 2019).

Assim como no machismo e em outros processos desiguais e violentos, o racismo tem como ponto de partida uma falsa crença em uma raça superior diante de outras (LORDE, 2007). Os corpos negros são deslocados, impróprios e sem pertencimento. Ao ocupar essa posição marginal, eles são frequentemente deslegitimados, silenciados ou vitimados. A hierarquia de lugares na sociedade ocasiona a demarcação dos espaços em que eles estariam “fora de lugar”.

²⁰⁷ “NESTE ESTADO O QUE MAIS SE TEM É LIXO MESMO...E AINDA COLOCA QUALQUER PORCARIA EM CARGOS PUBLICOS..!”; “O rio de janeiro infelizmente elegeu a escoria de políticos que temos. estas 4 são o que tem de pior.....LAMENTAVEL rio de janeiro”, comentários disponíveis na publicação nº 24 (Apêndice C).

²⁰⁸ “E eu aqui pensando que a gente tinha que elegeu PESSOAS por serem competentes (não que elas não sejam), ao invés de usar o critério de por gênero e por raça, rs”, “Basta acontecer um fato que vira polemica e se esparrama pela mídia.....que daí, aparecem heróis e bandidos. A que morreu, virou heroína (não sei por que)...e pior ainda,so por serem amigas dela, foram eleitos.... da para acreditar?”, comentários disponíveis na publicação nº 24 (Apêndice C).

Assim, subentende-se que os corpos negros não deveriam habitar os locais que não são considerados apropriados para eles, sendo a margem a região determinada como adequada (KILOMBA, 2016).

A questão racial emerge em grande parte dos comentários nas publicações sobre Marielle, como na conclusão de que o movimento negro seria uma piada²⁰⁹. De modo abrangente, os debates sobre racismo propostos abordam temas limitadores e não são desenvolvidos. Há breves discussões sobre agendas raciais, a partir, por exemplo, da declaração de que “vidas negras importam!”, assertiva a que usuários da rede respondem com os seguintes enunciados: “vidas de outras etnias não importam, né?” e “chata, hein, você sabe que morreu um motorista branco, né, e o nome dele é Anderson Gomes, sua racista”²¹⁰. O movimento “Vidas negras importam” alcançou visibilidade midiática na contemporaneidade, expressando sobre as vidas que não importam cotidianamente e que não são construídas para importar. Porém, junto a essa ampla repercussão, várias pessoas reformularam a frase de “vidas negras importam” para “toda vida importa” (RIBEIRO, 2018).

De acordo com Butler (2015c), os sujeitos que refazem essa mensagem não entendem o real problema da inferência, pois são vidas negras que estão lutando para importar do modo que merecem. A sua reescrita, portanto, parte do pressuposto equivocado de que todos são atingidos por violações de forma igualitária ou possuem os mesmos direitos e proteção. E, nessa circunstância de manifestações antirracistas, com uma tentativa de evidenciar o racismo estrutural, afirmar que “todas as vidas importam” não só traz prejuízos, porque apaga o sentido original da luta, como também pode se caracterizar como uma manobra para diluir as desigualdades em seus vários aspectos, na manutenção do sistema racista. Desviando, assim, o foco da questão do racismo sistêmico e das vidas negras e enfraquecendo o comunicado.

Outro fenômeno observado, neste contexto, é a constatação de que pertencer a minorias e grupos oprimidos é uma vantagem ou um privilégio, como se essas características tornassem a pessoa inatingível e impossibilitassem pareceres negativos²¹¹. O viés de classe também

²⁰⁹ “Movimento negro aqui é uma piada. No Brasil, segundo a ciência, até os mais escurinhos têm no mínimo entre 60 e 80% de DNA europeu, daí esses p4rd0s possuem raízes europeias vem achando que são africanos. No massacre de Ruanda, os Hutus exterminaram dezenas de milhares da Tutsis, negros e africanos como eles, imaginem o que não fariam com esses p4rd0s. Gente com fenótipo indígena, tipo a Marina Silva, passando vergonha com camiseta '100% Negro'. Os países europeus dão cidadania aos brasileiros descendentes de europeus, alguém já viu país da África concedendo cidadania pra BR p4rd0?”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C).

²¹⁰ Comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice C) e adequados à norma padrão da Língua Portuguesa.

²¹¹ “Pq ninguém fala mais do Celso Daniel??? Q preconceito é esse? Ele não era um político tbm? Ou ele era menos ser humano por ser homem branco e hetero. Nada contra a Mariele, mas poxa... qnt parcialidade hein”, “O problema é que essa tal Mariela pensava ser inatingível. Gostava de aparecer para pessoas de sua laia. Pensava que

aparece em alguns comentários, em menor quantidade, salientando que Marielle seria de “baixo nível” a partir da desaprovação de sua trajetória, de sua comunidade de origem e de seus familiares²¹². Ela defendia o respeito aos direitos para todos e a noção de que as favelas são territórios de potência banalizados pelo Estado, em contraposição ao imaginário do local de medo, miséria e bandidos. Também alertava sobre a vulnerabilidade e as graves consequências diante da violência do Estado no combate ao tráfico e dos grupos criminosos (FRANCO, 2018). Em variados momentos, entretanto, é possível verificar a presença de conteúdo opressor acerca dos aspectos que abrangem classe, gênero, sexualidade e raça e cercam a sua personalidade. As diferenças, muitas vezes, são vistas como perigosas e suspeitas (LORDE, 2007).

A sua presença na política, aliada a esses fatores, causa grande incômodo nos grupos dominantes, visto que ela subverteu o papel considerado ideal para todas essas perspectivas sociais ao ser eleita nesta profissão e ocupar uma função de importância no espaço público. Quando o lugar em que ela habita deixa de ser a margem, onde os dominantes estão acostumados a relacionar as pessoas de grupos minoritários, a sociedade não tenciona nem ao menos ouvir a sua voz (KILOMBA, 2016). O ódio racial envolve, também, a atribuição de significados a um determinado grupo de pessoas e implica o desejo de expulsão do outro da proximidade corporal e social (AHMED, 2014), sem o desejo de conhecê-lo a fundo.

Em conexão ao entendimento de que Marielle “não é uma pessoa de relevância para ter tanta visibilidade”, outra particularidade observada em seu caso são os relatos que demonstram insatisfação, cansaço e ausência de interesse a seu respeito²¹³. A visão de que as notícias sobre ela estariam “enchendo o saco” é bastante recorrente, assim como zombarias do lema “Marielle

por ser uma vereadorazinha podia tudo. Deu no que deu”, comentários disponíveis na publicação nº 55 (Apêndice C).

²¹² “O que essa favelada marmitta de bandidos tem que e mais importante que outras vítimas, essa globo fica idolatrando bandidos. Lamentável”, “Só pelo ‘ NÍVEL’ da irmã você já viu tudo!”, comentários disponíveis na publicação nº 55 (Apêndice C).

²¹³ “Lá vem esse assunto de novo...”, “Lá vamos nós de novo com a Marielle...”, comentários disponíveis na publicação nº 8 (Apêndice C); “Ainda isso???” , comentário disponível na publicação nº 25 (Apêndice C); “A pessoas cansaram de Marieles, Lulas, Glaises e outros trastes de esquerda. Só a esquerdalha não notou”, “EU, NÃO AGUENTO MAIS OUVIR FALAR NA MORTE DESSA MULHER , COMO SE ELA FOSSE A ÚNICA MULHER NEGRA A MORRER ASSASSINADA. MILHARES DE MULHERES JÁ FORAM ASSASSINADA EM TODO O UNIVERSO E VAI CONTINUAR A MORRER E NINGUÉM NÃO TÁ NEM AÍ PRO SOFRIMENTO DOS FAMILIARES. PORQUÊ QUE COM ELA TEM SER DIFERENTE?”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C); “Tá na hora de parar com essa frescura com esse casinho dessa aí”, comentário disponível na publicação nº 54 (Apêndice C); “essa militância com a morte dessa deputada já deu já encheu o saco”, comentário disponível na publicação nº 43 (Apêndice C); “Se ela morreu por que alguma coisa fez , ninguém é assassinado dessa forma sem motivos, ou seja , não estou preocupado com essa morte , já enterrou, o corpo já até terminou a decomposição ...chega dessa estória. ...”, comentários disponíveis na publicação nº 14 (Apêndice C); “Não aguento mais ouvir esse nome MARIELLE! Parece a pessoa mais importante do mundo”, “essa demonia nao da sossego nem depois de morta,,,,,,,,ja foi tarde essa defensora de bandidos”, “MARIELE VIVE....ATE HOJE ENCHENDO O SACO...FOI TARDE”, comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice C).

vive”: “Ô mulherzinha imunda... nem morta para de encher nosso ‘saco’...”²¹⁴. Tamanha repercussão seria, portanto, irrelevante e até mesmo chata ou irritante, algo que tencionaria apenas o esquecimento²¹⁵. Para alguns comentaristas, essa reverberação se tornou possível porque a família de Marielle está em busca de “fama” e “dinheiro”. Já para outros, a questão das minorias sociais seria de interesse para a mídia, que detém pautas específicas²¹⁶.

Por essa razão, a propriedade da manipulação e da alienação prevalece em diversos comentários, compreendendo que os leitores não sabem a verdade dos fatos. A visibilidade conferida ao caso é condenada, ainda, sob a forma de rejeição aos portais midiáticos, apontando a mídia como a “culpada” da extensiva atenção direcionada a Marielle. Interessante notar que, muitas vezes, o julgamento aparece vinculado ao espectro político da esquerda em geral²¹⁷. Numerosos enunciados acrescentam, também, quem são as pessoas que mereceriam ter este nível de destaque. Vários nomes são mencionados, como o do atual presidente, além de categorias profissionais como um todo, como a dos policiais. O “tratamento específico” para o caso de Marielle, segundo a reflexão predominante dos usuários, seria desnecessário ou representaria até um desrespeito, em comparação a outras mortes mais dignas²¹⁸.

²¹⁴ Comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice C) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

²¹⁵ “Queremos saber de verdade quem mandou matar o Presidente Bolsonaro. Isso a imprensa esquerdista nada fala. Ficam apenas com esse papo chato de uma vereadora desconhecida”, comentário disponível na publicação nº 50 (Apêndice C); “ASSUNTO CHATO.....NÃO VOU MAIS COMENTAR ISSO.....”, “TO PREOCUPADO É COM O PREÇO DA CERVEJA...ISSO SIM É IMPORTANTE”, “Esqueçam essa PR.aga! Já foi... está com o Capiroto já!”, comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice C); “Ela era de que partido mesmo? (...) Então não me interessa nenhum pouco o que lhe aconteceu”, comentário disponível na publicação nº 54 (Apêndice C); “Não tenho o mínimo apreço pelas ideologias do partido e não vejo diferença nenhuma em quem ela defendia para quem a matou. Por isso não me importo de ela ter sido assassinada”, comentário disponível na publicação nº 55 (Apêndice C).

²¹⁶ “Vamos esquecer esse assunto já deu o que falar. A família toda tá querendo aparecer, próxima eleição vão ser candidatos”, “Querem grana do Estado, é óbvio!”, “A globo não para de falar nela porque a maioria dos seus funcionários são ‘meninas’ ou calçam ‘46’”, comentários disponíveis na publicação nº 55 (Apêndice C).

²¹⁷ “Outra coisa absurda da Bobo, é a de visivelmente tentar transformar em heroína a Marielle. Marielle é, como todos sabem no Rio, ligada ao tráfico. (...) O resto é mentira, tentativa de endeusar quem não merece. (...), comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice C); “Ai, Estadão e demais mídias.... dá para ser um pouco melhor?? Só a Marielle foi assassinada e o caso não foi solucionado ainda?? Que puxa... que saco... juro, mantenho a assinatura deste jornal por causa dos colunistas que nos proporcionam várias pérolas”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice C); “Num aguento mais todo dia nesse jornal falar de Mariele, Mariele e blá blá blá!!!”, comentário disponível na publicação nº 50 (Apêndice C); referindo-se ao portal Extra, “Este alarde todo porque se tratava de uma política de esquerda (...). Todo este alarde, ainda, por ser feminista, homossexual e negra. Basta de hipocrisia. Assim como se começou a varrer aos políticos da velha guarda, devemos varrer também este péssimo e doutrinador jornalismo”, em uma matéria do portal Terra, comentário disponível na publicação nº 54 (Apêndice C).

²¹⁸ “Quem mandou matar nosso presidente eleito? Ninguém liga pra essa cracuda”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice C); “essa ladainha sobre morte de mariele já tá enchendo. e os muitos policiais mortos também não falam. chega...”, “No mesmo dia morreu uma senhora assassinada em outro local da cidade e posteriormente 3 militares foram assassinados. Nenhum dos casos foi resolvido, mas qual a razão de se dar esta diferença de tratamento a Mariele e não abordar os demais? (...)”, comentários disponíveis na publicação nº 16 (Apêndice C); “A morte de Mariele é mais importante que um atentado ao candidato a presidente? Onde está o direitos humanos?”, “E o Celso Daniel, hein? Não merecia uma homenagezinha também?”, “Os 89 policiais mortos no Rio ninguém faz homenagens.....”, “Que legal se esse cara também homenageasse os 82 policiais

Diante disso, muitos acreditam, inclusive, que a investigação de sua morte não deve ser priorizada. Outros concluem, revoltosos, que o assassinato nem merece a apuração efetiva, com indicações sobre autores e mandantes do homicídio, ao contrário dos crimes classificados como verdadeiramente importantes²¹⁹. Embora a maioria dos comentários confira a imagem de uma mulher incorreta, alguns trazem o viés da ingenuidade, como se ela fosse mera peça do jogo político, usada por indivíduos poderosos e mais espertos. Sua morte também é apontada como algo politicamente bem utilizado, em busca de poder²²⁰.

Além disso, a expulsão e a morte, obviamente, não estão presentes nos comentários sobre ela, como é possível notar nos casos das outras mulheres analisadas. Para Marielle, resta apenas o esquecimento e a metáfora de seu enterro como indicativo para o término do assunto²²¹. Contudo, prevalece o espaço para demais violências e intolerâncias flagrantes, que desmerecem o simbolismo de sua luta e o significado de sua resistência. Sua morte é altamente festejada²²².

Para Johansen (2015), as relações de ódio visam à extinção ou aniquilação do outro, e nunca a restauração. No caso de Marielle, a tentativa de seu constante apagamento fica metaforicamente expressa quando celebram a quebra da placa em sua homenagem, feito

militares mortos no RJ até hoje em defesa da sociedade na guerra contra bandidos.”, “Achei que ficou faltando homenagem às outras quase 60 mil pessoas que são assassinadas no Brasil por ano e que destes assassinatos (no qual se Inclui o de Mariele), mais de 80% não são resolvidos.”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C); “JÁ SE ESQUECERAM DOS MORTOS DE MARIANA E BRUMADINHO?”, comentário disponível na publicação nº 13 (Apêndice C); “é um deboche, um verdadeiro desrespeito para milhares de outras famílias brasileiras que não merecem o mesmo tratamento por parte de nossas autoridade e políticos, como também de nossa comprometida imprensa”, comentário disponível na publicação nº 54 (Apêndice C); “Todo dia morre pessoas, o que essa aí tem demais para merecer tanto alvoroço! Neste momento tem muita gente morrendo e ninguém faz nada, pessoas melhores que essa fulana”, comentário disponível na publicação nº 55 (Apêndice C).

²¹⁹ “QUEM DA ESAQUERDA TA USANDO A MORTE DESTA INCIRCUNCISA PARA FAZER MIXIRICO NO MEIO DOS CIDADONES DE BENS, POIS GENTE MUITO MAIS IMPORTANTE E SIGNIFICANTE QUE ELA JÁ FOI MORTA”, comentário disponível na publicação nº 55 do (Apêndice C); “Pra que ir a fundo pra investigar a morte dela? O caso do prefeito de Santo André, o Celso Daniel, era mais importante que essa porcaria de vereadora!”, comentário disponível na publicação nº 45 do (Apêndice C); “Por que a cobrança em cima da morte de Marielle? E os outros mortos? Por que ele aí mais importante? Ah quer saber? TOMARA QUE NUNCA ENCONTREM..... Como eles mesmos (PT, PSOL, ETC) disseram quando do atentado contra Bolsonaro: ‘procurou, achou’”, comentário disponível na publicação nº 16 do (Apêndice C).

²²⁰ “MARIELE FRANCO,VC FOI USADA POR UMA ESQUERDA VIZIONARIA PELO PODER,COM ALMA PARA O DIABO OU Q QUER Q SEJA,A ESQUERDA DE OLHO NO PODER SUBIU NO PALAQUE ELEITOREIRO E SE ABASTECEU DO PODER ELEGENDO, ATRAZ DO ABATECIMENTO DA SUA MORTE ADQUIRIRAM O PODER E ELEGEAM VARIOS PARLAMENTARES, OBJETO DE PALAQUE ,ISSO E O QUE CHAMAMOS DE OPORTUNISMO.”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C).

²²¹ “tchau o enterro é domingo...”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Já deu no saco, enterra essa mulher de uma vez”, comentário disponível na publicação nº 55 (Apêndice C).

²²² “MARIELE É MEU PA#U AO QUADRADO”, comentário disponível na publicação nº 50 (Apêndice C); “Lute como Marielle Franco’. Lutar como Marielle? Marielle está morta, bahbahaka!”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Menos uma ma.c0nhei.ra”, “Menos um rato”, “Foi tardeeeeeee. Nao era exemplo pra ninguém”, “alegria. Que maravilha”, “Tem que ser condecorado. Parabéns ao miliciano pelo belo trabalho de limpeza”, comentários disponíveis na publicação nº 45 (Apêndice C).

registrado por fotografia nas redes sociais digitais como um troféu ou um item de orgulho para a extrema-direita (CANDIDATOS..., 2018), após a sua morte e diante de seu brutal assassinato sem respostas. O ódio é direcionado ao impacto ou à destruição de seu objeto; entretanto, a intencionalidade agressiva do ódio atinge não apenas o seu objeto como também seu *status* existencial no mundo e o próprio mundo, movido pela contemplação da repulsa (KOLNAI, 1998).

3.4 Comparações: o ódio nas relações de poder

Tendo como base a constatação de que cada mulher possui trajetórias e características singulares, fundamentadas nos conceitos de perspectivas sociais e de gênero como serialidade (YOUNG, 1997, 2000), destacam-se as experiências únicas das mulheres na política selecionadas nesta dissertação. A partir das formas não homogêneas e plurais de conexão entre atores em temporalidades e espacialidades determinadas, pode-se afirmar que as mulheres atuantes na política institucional representam, de maneira ampla, as mulheres enquanto coletivo. É notável, também, que elas simbolizam outros grupos sociais no poder. Dessa forma, as manifestações de ódio direcionadas a elas possuem inteligíveis convergências e distinções.

De acordo com o *corpus* examinado, a *objetificação* é um recurso extensamente utilizado em relação aos três perfis apurados. Entretanto, o modo como é apresentado, em cada um dos casos, exhibe variações. Em comum, todos ressaltam a violação sexual das mulheres, seja por meio do reforço da apologia ao estupro dirigida a Maria do Rosário, pela exaltação da aparência física e da infâmia de Manuela D'Ávila ou por fetiches e correções sobre a orientação sexual de Marielle Franco. Nessa lógica, elas são vistas como mulheres que não possuem respeitabilidade e são comparadas a outras mulheres, em um processo que busca elevar uma delas enquanto degrada a outra à inferioridade. Torna-se patente o entendimento de que a misoginia não é desvinculada à sexualização ou ao desejo sexual, pois os papéis tradicionais conferidos ao sexo feminino permanecem estabelecidos pelo sujeito dominante. Ainda que a vontade seja expressa de maneira clara, ela é realizada por meio de críticas negativas e pelo sentido de desumanização, configurando a mulher como objeto ou apenas corpo.

Já as *ameaças psicológicas*, até mesmo por englobarem diversas ferramentas misóginas, também estão muito presentes nos três casos supracitados. Em síntese, as mulheres são diminuídas e humilhadas por meio da reprovação de suas competências, capacidades e inteligências. Elas são amplamente relacionadas à dissimulação, ao oportunismo e ao vitimismo em suas distintas carreiras. Conclui-se que, por não serem ao menos dignas de respeito, não

devem ser levadas a sério, assim como a representação proposta em suas candidaturas, seja do povo ou, especificamente, das mulheres. Além disso, a concretude da expulsão ou aniquilação das mesmas é afirmada nos comentários. Também são evocadas emoções tidas como negativas para validar os pensamentos partilhados. A mais comum em Maria do Rosário é o nojo, já em Manuela D'Ávila, é o desprezo e, em Marielle Franco, a vergonha. No material empírico sobre a última, somam-se a esses fatores o viés do atraso e da incivilidade, demarcando, ainda mais, o seu rebaixamento nos patamares mais subalternos da sociedade.

A *patologização* e a *demonização*, por seu turno, são categorias que aparecem pontualmente, divergindo entre elas. A primeira classificação, mais usual no conteúdo sobre Maria do Rosário, mostra-se evidente através da crítica à insanidade mental como aspecto limitador e típico das mulheres na política – reforçando a ideia de que elas não devem atuar na esfera pública. Já a última, habitual entre as sentenças sobre Manuela D'Ávila e Marielle Franco, ressalta o imaginário da mulher aliada a figuras religiosas simbólicas de todo o mal cristão – demarcando os maus costumes e a moral subvertida. No caso da gaúcha, também há o vínculo com o ateísmo e o feminismo, como certificações das características enunciadas.

Os *outros recursos comuns* também ressaltam dinâmicas interessantes, como a noção de que as mulheres não possuem agência individual, pois dependeriam de seus partidos políticos ou de seus colegas de trabalho homens para serem influenciadas em seus discursos ou atitudes. Sem espaço para protagonismo, não seriam aptas ao campo político e, sim, ao ambiente do lar e da família. Nas particularidades encontradas, pode-se compreender, também, que temas vigentes no período analisado influenciam largamente as informações manifestas nesta categorização.

Sobre Maria do Rosário, observa-se que a maternidade é utilizada como indício de sua má administração, visto que *nudes* de sua filha haviam sido vazadas na internet. Apesar de todas serem mães, essa concepção só aparece em relação a ela. Também vigoram os julgamentos de que ela não possui educação ou classe, uma vez que é sempre histérica, e que possui idade avançada e comportamentos restritos. Já Manuela D'Ávila conta com as *fake news* e as distorções das suas pautas de campanha eleitoral como técnica principal para associá-la ao maucaratismo e à imoralidade. Marielle Franco, devido à sua morte e às opressões cruzadas, tem as suas homenagens póstumas completamente invalidadas, por não ser percebida como uma figura relevante. Apresenta, ainda, as interseções entre raça, orientação sexual e classe entres os enunciados odiosos.

Em geral, é notório que as barreiras entre as chaves interpretativas não são delineadas de modo fixo, posto que as estratégias elencadas aparecem de maneira fluida. Resumidamente,

pode-se averiguar que as três mulheres são consideradas insignificantes e incapazes de atuar no campo da política institucional. Por mais que exerçam ou tenham exercido seus mandatos sem contestações às suas funções, são diminuídas no sentido de invalidar as suas trajetórias profissionais. Não há espaço nem mesmo para defesa, em razão de que suas vozes não são ouvidas e não são dignas de atenção. Nesse contexto, a propagação de informações falsas se apresenta como um instrumento recorrente na completude de possíveis lacunas, para ofendê-las e deslegitimá-las.

A hipótese de que o ódio *on-line* contra elas possui papel estratégico na conservação das relações de poder e incide diretamente sobre a manutenção das desigualdades sociais pode ser verificada por meio dos mecanismos utilizados, desvelando as dinâmicas contemporâneas da *violência contra as mulheres na política*. Dessa forma, ocorre um agravamento dessa lógica no ambiente digital, que aproxima pessoas distantes em comunidades, tendo o anonimato como aspecto primordial, e impacta a participação e representação plena por meio dos discursos de ódio e ameaças.

No decorrer de 2018, as três personalidades selecionadas demonstraram a importância desse debate. Maria do Rosário sofreu agressões constantes que causaram sofrimentos de toda ordem e prejudicaram o seu mandato político como deputada federal. Manuela D'Ávila vivenciou uma problemática misoginia durante sua campanha eleitoral e não se elegeu nas eleições presidenciais. Marielle Franco teve a sua memória violentada, mesmo após o seu revoltante assassinato. Nota-se que o ódio, de fato, torna-se permanente e “pegajoso”, através das repetições concebidas entre as relações de poder (AHMED, 2014).

Em referência à veiculação da misoginia *on-line*, observa-se esta que não se atém a plataformas e formatos de conteúdo específicos, mas é largamente empregada – ainda que a moderação de comentários seja assídua na *web*. Um ponto comum verificado é que, quando o *link* confere teor negativo ao seu conteúdo, produzindo críticas ou até mesmo violência política de gênero, há mais comentários contra as mulheres abordadas. Em notícias neutras ou materiais que exaltam as mulheres, por outro lado, as manifestações odiosas coexistem com outros tipos de expressões. Com efeito, sempre há enunciações de ódio contra elas. Algumas são dirigidas à própria mulher na política, estabelecendo um diálogo por meio de vocativos. Outras se limitam à autoria da publicação para a conversa. E, também, há aquelas que aludem aos produtores de conteúdo de modo geral. Além disso, a ferramenta para curtidas e descurtidas nos comentários fomenta o debate, aliando-se ao abundante incentivo para o compartilhamento das ideias expostas. Em menor grau, nota-se, nos três casos, a existência de alguns comentários apagados, em que não é mais possível conhecer as sentenças.

No tocante às diferentes modalidades de *sites*, predominam portais midiáticos – sobretudo contendo divulgações de vídeos – nas publicações sobre Maria do Rosário; vídeos do YouTube sobre Manuela D’Ávila; e notícias jornalísticas sobre Marielle Franco. A primeira delas possui a maior quantidade de *links* e comentários ativos. Já Manuela apresenta mais *links* quebrados e Marielle conta com mais comentários desativados. O próprio contexto de cada uma delas, no período analisado, pode dar pistas destas dessemelhanças. No entanto, não é por acaso que, mesmo com divergências entre os três casos, figuram inúmeras manifestações de misoginia em todos eles.

Em 2018, como já visto, o acontecimento envolvendo Jair Bolsonaro e Maria do Rosário, além de suas repercussões, estava em evidência na mídia. Assim, a gravação audiovisual do ocorrido também se encontrava em destaque. Apesar de o fato não ser datado deste ano, a candidatura de Bolsonaro à presidência tornou imprescindível a recordação de episódios singulares. Já Manuela D’Ávila estava concorrendo à vice-presidência e foi a maior vítima das *fake news* nas eleições, tendo incalculáveis materiais imagéticos e audiovisuais com informações falsas compartilhados em redes sociais virtuais, principalmente no WhatsApp. Marielle Franco, por sua vez, já havia sido assassinada e o crime permanecia sem respostas, o que foi bastante divulgado em notícias nacionais. Sua morte, entretanto, não cessou a violência contra ela e os discursos de ódio continuaram vigentes em comentários de portais midiáticos. Inobstante às particularidades das jornadas pessoais e das publicações veiculadas, as dinâmicas misóginas se mostram semelhantes.

Além de ódios políticos definidos com um direcionamento único, é possível notar a questão das opressões produzidas em cruzamento. Ao apresentar as cinco dimensões-chave da subalternidade feminina (BIROLI, 2018), no primeiro capítulo desta dissertação, fez-se necessário ressaltar que estes eixos não encerram as problemáticas de gênero, muito menos os conflitos democráticos. Contudo, conferem uma espécie de guia para a superação da desigualdade. Evidencia-se, ainda, que a divisão sexual do trabalho; o cuidado e responsabilidade; a família e maternidade; o aborto, sexualidade e autonomia; os feminismos e atuação política convergem com outras formas de opressão, como de raça e de classe.

No âmbito político, a inclusão e a pluralidade são associadas ao dilema de representação efetiva, no sentido de contemplar a diversidade dos grupos sub-representados vinculados às minorias sociais (YOUNG, 2000). Desse modo, assim como a menor representatividade, as opressões cruzadas atribuem dinâmicas próprias em relação ao ódio. Os próprios crimes de ódio, conforme abordado, explicitam atos violentos contra grupos minoritários e indicam a possibilidade de interseções, sejam os indivíduos gays, lésbicas, mulheres, negros, grupos

étnicos e religiosos etc. Assim, as desigualdades são realçadas e fixadas, levando em conta as disposições na hierarquia social.

Dado que evidencia a violação contra agrupamentos de pessoas, o ódio também age sobre as opressões cruzadas sob o viés destrutivo e a partir da comunicação de mensagens aos outros. Enquanto figuras de ódio, os sujeitos que compreendem interseções são confinados nesta prática, com menos possibilidades políticas e econômicas. Não é à toa que o reconhecimento de minorias vulneráveis é inerente à política dos crimes de ódio (CHAKRABORTI; GARLAND, 2009). Entre as violações sofridas, incluindo impedimentos para desenvolver capacidades e expressar necessidades e pensamentos, a reunião de perspectivas sociais envolve o reforço de táticas de exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência por meio da diferença (YOUNG, 1990).

A teoria da natureza interligada de opressão é patente no pensamento feminista negro, fundamentada na determinação dos elos entre esses sistemas, porque as experiências das mulheres negras ocorrem em uma integração de múltiplas estruturas de dominação. O termo interseccionalidade se refere ao entendimento crítico sobre raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, deficiência e idade, os quais não são elementos unitários ou mutuamente exclusivos. São, a rigor, fenômenos construídos reciprocamente que delineiam as desigualdades sociais (COLLINS, 2015). Localizada na base da pirâmide de hierarquia social, a vereadora Marielle Franco é exemplo do desafio e da subversão aos ordenamentos previamente estabelecidos entre as disputas de poder (LORDE, 2007).

Contribuindo neste percurso, a descolonização tem sido um assunto de destaque, nos últimos anos, a partir de uma crítica epistemológica, ética e política realizada pelos movimentos sociais, em especial pelos que perpassam hierarquias de raça, gênero, classe, sexualidade e geopolítica/eurocentrismo na relação entre poder-saber. A descolonização, a princípio, estaria ligada à desvinculação do capitalismo e do patriarcado, atendendo pautas negras e indígenas, em uma alternativa civilizatória de bem-estar, liberalização, autodeterminação econômica e soberania. Esse processo de descolonização exige o distanciamento de toda a “síndrome colonial”, baseada em críticas de ideias e processos históricos, como a compreensão do colonialismo, a modernidade e o estabelecimento de hierarquias – implicando a necessidade de práticas políticas coletivas contra as opressões do sistema.

Adentrando a questão da descolonização no feminismo, sobretudo na América Latina, observa-se a tentativa de transcendência da “colonialidade”, tanto na teoria quanto em práticas políticas. Isso ocorre porque há uma representação hegemônica da mulher, baseada nas experiências de mulheres brancas de classe média, que ignora as categorias de classe, raça e

sexualidade. Depara-se com uma dependência intelectual de produções teóricas eurocêntricas para a interpretação de realidades distantes e com uma separação entre teoria e prática política. Efetivamente, a descolonização no feminismo envolve a libertação dessa “colonialidade” de forma crítica.

O feminismo descolonial aponta a percepção de que o racismo, o sexismo e o classismo são opressões que ocorrem em simultaneidade e apresentam essência e natureza semelhantes. Há, então, uma concomitância de opressões. Outro conceito possível é a matriz de dominação, relacionada com a organização e domínios de poder, na qual há um sistema hierárquico com diversos níveis de interação entre opressões. Há, também, a ideia de intersectorialidade, baseada na interseção das categorias de diferenças advindas de gênero e raça. Ou, ainda, o conceito de fusão, com uma relação de interdependência entre mulheres oprimidas e suas lutas, em que a dominação permitiria uma fusão ou rede de opressões. O ponto de vista decolonial, portanto, é o de que as opressões são efeitos da modernidade ocidental e do processo de colonização. Logo, não são apenas as diferenças, mas as diferenciações que elaboram hierarquizações sociais, econômicas e culturais, nas quais as mulheres negras são classificadas nos níveis mais subalternos.

Nesse contexto, a raça é percebida como fator importante na “colonialidade” e nas relações de poder, pois o padrão capitalista estaria firmado na imposição de uma classificação racial para os padrões de poder desde a sua construção basilar. Além da raça, o gênero também é determinante para a configuração da “colonialidade” e do poder, juntamente à sexualidade. O feminismo, por sua vez, que também foi resultado da “colonialidade”, no sentido de uma universalização do sujeito feminino, segundo as experiências autônomas de mulheres brancas e europeias, teve destaque em sua abordagem. Dessa forma, o feminismo descolonial propõe uma ausência de fragmentações para a assimilação das opressões relacionadas às diversas categorias, em uma história crítica (CURIEL, 2009).

Compreende-se, portanto, que Marielle Franco foi representante de interseções entre diversas causas sociais e suas opressões. Assim, encontra-se no mais baixo patamar da hierarquia social, sendo alvo de discriminações de toda ordem, mesmo após a sua morte. Este “não lugar” expressivo vem acompanhado de intensas tentativas de invisibilidade, apagamento, deslegitimação e aniquilação, seja de modo simbólico ou não, conforme as dinâmicas dos crimes de ódio e sua intencionalidade destrutiva (KOLNAI, 1998; JOHANSEN, 2015). Ao ocupar esse espaço “inadequado”, ou “não validado” pelo sujeito dominante, só resta ignorar suas falas, diminuir sua presença política, oprimir, violentar, extinguir, matar... E quando isso tudo está cumprido, não há mais responsáveis, a culpa é redirecionada para a própria mulher –

que não tem a sua dignidade e nem mesmo a sua vida respeitada. É apenas mais um assassinato como outro qualquer ou consequência merecida de suas atitudes ruins. Desejar a sua morte e, ainda, celebrá-la, ao que parece, apresenta-se como um desejo final – não somente do sujeito que odeia, mas de uma sociedade fundamentada no ódio às diferenças.

3.5 Outros ódios: entre espectros políticos e mídia

Como se sabe, a política é um campo repleto de conflitos, por mais que o diálogo e a conciliação sejam elementos primordiais. Nesse âmbito, não somente as manifestações de misoginia são notadas no material empírico da pesquisa, mas também outros direcionamentos do ódio político, tanto do espectro político de esquerda quanto de direita, mesmo que em quantidades menores. Em razão disso, os discursos de ódio sobre as mulheres na política se confundem, algumas vezes, com o ódio à esquerda ou aos seus partidos políticos – numa lógica em que a emoção se estende, também, à mulher representante.

Antes de uma análise sobre a insanidade mental e a ausência de competência para cargos políticos, os dizeres “esquerdopata nojenta” anunciam as emoções evocadas contra Maria do Rosário e seu posicionamento político. É possível perceber a difusão de vários comentários relacionados a partidos políticos ou à esquerda como um todo, sob a ótica da misoginia. A desumanização e o nojo aparecem não só nos tratamentos como “vermes”, “parasitas” e “jumentos” como também na exigência de limpeza dos considerados “lixos da política”²²³. Também são comuns os relatos que abordam a expulsão do partido do exercício político ou até mesmo a aniquilação de seus membros. Seus integrantes são criticados, majoritariamente, com base na carência de valores morais e religiosos, capacidade intelectual, inteligência, senso de realidade e pleno exercício das faculdades mentais, alinhada à afirmação de que “acabaram com o país”, ideia frequentemente expressa²²⁴.

²²³ “A única coisa (ou frase) para isso tudo é: TENHO NOJO DO PT !!!!”, “para nosso país começar prosperar terão que limpar estes vermes primeiro eles não querem que nada de certo no Brasil tem que aprovar votos impresso na próxima eleições para zerar o pt”, “É preciso muita limpeza, ainda”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A).

²²⁴ “O PT tinha que ser extintos. Eles nao tem moral nem boa índole não tem capacidade mental para estar num plenário só sabe incentivar tumultos vandalismo e tudo que não presta foram eles que acabaram com o nosso País”, “sai metendo bala em todo mundo ai quero ver resistencia. a resitencia tem que ser nossa ja aturamos essas atitudes petistas por muito tempo (...) agora o bagulho é diferente”, “Vcs estão brincando com o povo brasileiro, gentalha, tropa corruptos,ladroes,vagabundos, covardes. Vcs vão conhecer o peso da mão de DEUS,vao pagar por td que fizeram”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A); “A lixeira esquerdista foi aberta, e tudo quanto é noiado e maluco resolveu aparecer. Patético é pouco.”, “A falta de respeito dessa corja é de escandalizar! O desprezo por Jesus Cristo é evidente, é só procurar no vídeo da missa quantas vezes ela confessou o nome de Jesus? É lobo e não”, comentários disponíveis na publicação nº 5 (Apêndice B); “Tudo que vem do PT ou do STF é imoral ou engorda!”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice A); “sempre lutaremos contra esse

Um fato interessante, nesse contexto, é que, apesar de Maria do Rosário ser a única filiada ao Partido dos Trabalhadores entre as três mulheres pesquisadas, citações e ofensas ao PT estão presentes nas publicações sobre todas elas. Segundo os comentaristas, os petistas são “um nada”, “invejosos”, “partido das trevas”, “enviados do capeta” e “vagabundos” que têm que abandonar a política institucional. Diante disso, apreendem que a defesa é atacá-los para que não atrapalhem a reconstrução do país. Para muitos, a solução do grande problema político brasileiro, conferido pelas mulheres de esquerda e pelo PT, seria simplesmente eliminá-los²²⁵.

O ódio à esquerda incide, também, sobre as minorias sociais e o movimento feminista. Em enunciação realizada por uma usuária identificada com imagem e nome femininos, alguns comentaristas rebatem que ela seria doida e interesseira²²⁶. Além de intolerâncias flagrantes, os dizeres “feminista” e “feminazi” aparecem como xingamentos relacionados, sobretudo, à hipocrisia, conforme a seguinte elaboração: “Já li sobre o feminismo, já conheci feministas, e sei o quão são hipócritas e massa de manobra política. Quer uma prova? Duvido você achar uma feminista que defenda Bolsonaro, ele é um homem honesto e patriota e que valoriza a mulher”²²⁷. Questionam, ainda, a representação elencada pelas feministas, concluindo que as militâncias desejam ser donas da consciência, do pensamento e dos valores das mulheres, a partir do apoio da grande mídia supostamente patrocinado pela esquerda²²⁸.

Argumentam que os apoiadores do espectro de esquerda estimulam a anarquia e a violência. Mencionam, também, que as pautas de minorias sociais são utilizadas para alimentar

câncer comunista!”, comentário disponível na publicação nº 20 (Apêndice A); “Ah, e se escreve BoZo! E nao BoSo! Porra, nem pra tirar sarro vcs esquerdipatas servem jumenta”, comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B); “A IGNORANCIA COM CERTEZA E' UM DOS MAIORES PROBLEMAS NO BRASIL E O EXEMPLO E' O PT,A ESQUERDA RETROGADA.OS ESQUERDISTAS DE UM MODO GERAL SAO MUITOS LIMITADOS INTELECTUALMENTE,MAS SE ACHAM UM GENIO.ELES VIVEM NO MUNDO DA FANTASIA,NAO CONSEGUEM VER A REALIDADE PORQUE VIVEM NUM MUNDO VIRTUAL”, “ilações da tua cabeça esquizofrênica emacanhada, mas queres usar isso com validade científica, a petralhada é show de horrores mesmo”, comentários disponíveis na publicação nº 21 (Apêndice A).

²²⁵ “tem que ser lixados do poder sumir da política ladrões safadas corrupto essas petistas”, “a melhor defesa é o ataque...não vamos deixar pisaremos na cabeça da conta e esmagaremos ...nao vamos deixar que esses PETRALHAS deixe atrapalhar a reconstrução do país que eles destruíram”, “pode vir ... O capitão vai descer o porrete nos vândalos, vagabundos...”, “é só eliminar ela e outros petistas”, comentários disponíveis na publicação nº 1 (Apêndice A).

²²⁶ “Olha o nome dá doida, nem precisa responder rrsrrsr, já diz tudo D O I D A”, “Mas garanto que na hora que tu escolhe teus namorados , a grana deles pesa na escolha , não??”, “Vai chupar uma pitomba!!!”, comentários disponíveis na publicação nº 18 (Apêndice C).

²²⁷ Comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

²²⁸ “Estas militâncias feminazis (patrocinadas pela esquerda) querem a todo custo serem as donas e guardiãs da consciência, do pensamento e dos valores da mulher. Estes grupos tem o apoio da grande mídia (TB patrocinada pela esquerda) que dá voz a esta turminha e simplesmente IGNORA o real pensamento e vontades da mulher brasileira que significa 99%. Muitos destes grupos recebem apoio financeiro do proprio governo. Mas a FARRA VAI ACABAR !”, comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B); “Mais nem precisava ou não, ser verdade (...) de Lenny e karl Marx que são considerados os pais do comunismo, e quem não sabe o que foram esses doentes mentais é só estudar um pouquinho deixem de engolir o que a mídia esquerdista tem colocado na boca de vocês”, comentário disponível na publicação nº 3 (Apêndice B).

o ódio entre classes, raças e credos²²⁹. Nessa temática, a figura elencada como símbolo da direita, Jair Bolsonaro, divide opiniões e, algumas vezes, compreende esse mesmo raciocínio. Por um lado, é apresentado como alguém paciente que tem que lidar, frequentemente, com o ódio que recebe²³⁰. Por outro, Bolsonaro é tido como o grande incentivador do ódio, assim como seus eleitores, o que impediria uma boa administração do país²³¹. A imagem de Bolsonaro como propagador de ódio também é colocada, em outros momentos, como algo construído pela mídia²³².

O vocábulo do nojo, bastante presente nos comentários, também figura entre os discursos do espectro da esquerda contra a direita. Os apelidos e as adjetivações pejorativas são comuns, como “amebas”, “coximbecil débil histórico”, “débil mental” e “Bostonario”²³³. Além disso, são criticados o fanatismo, a alienação e a doença mental dos “bozo-tarios”, elencando os indivíduos alinhados ao espectro da direita como facilmente manipuláveis, mentirosos e sem capacidade intelectual. Adentrando este último item, vigoram sentenças relativas à noção de

²²⁹ “Esses esquerdopatas incentivam a prática da anarquia, alimentam o ódio entre as classes, raças e credos, e, quando alguém se opõe contra eles os mesmos ficam remoendo ódio e revanche por milhões de anos...”, comentário disponível na publicação nº 23 (Apêndice A); “O ódio quem implantou foram vocês esquerdopatas. O desespero bata a porta de vocês”, “é melhor não fazer nada do que destruir o que está feito, pois é o que o PT é PSDB fizeram destruíram a moral, a ética os bons costume, a paz, somos mais violentos que país em guerra”, comentários disponíveis na publicação nº 49 (Apêndice A).

²³⁰ “Ficou legal. Faz outro video com um idiota cusbindo, depois outro esfaqueando e ainda sim o MITO prefere o dialogo, porque quem insita e pratica atos de Odio e violencia é esse bando de esquerdas. 17 o/”, comentário disponível na publicação nº 20 (Apêndice A); “Que ódio? O cara fala sobre família. Que loucura!!! Quem sabe a gente se une para o bem de todos, hein?”, comentário disponível na publicação nº 35 (Apêndice B); “Ainda diz que e só o Bolsonaro que prega ódio aí vem vc com todo esse tom de arrogância”, comentário disponível na publicação nº 49 (Apêndice A).

²³¹ “Para ser Presidente, não basta ter conhecimento (o que ele não tem), mas também ser educado, cordial, não incitar o ódio, a xenofobia, o preconceito, o racismo. No entanto, o candidato da extrema direita raivosa propaga isso diariamente”, comentário disponível na publicação nº 23 (Apêndice A); “O que me da mais medo é o povo brasileiro abraçar o discurso de ódio de um cara que nunca administrou uma padaria, pra ser nosso presidente”, comentário disponível na publicação nº 31 (Apêndice A); “Bah, até quando esta gente pedante vai continuar destilando seu ódio? Peguem suas arminhas e vão brincar no playground!”, comentário disponível na publicação nº 21 (Apêndice A); “Com facada ou não sou PT de todo jeito, ele insultou o ódio o tempo todo e a imprensa não fala nada”, comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B); “Me conte mais como você combate a corrupção espalhando notícia falsa e incitando o ódio!”, comentário disponível na publicação nº 44 (Apêndice B); “Não é aceitável um injurioso, sexista, preconceituoso, misógino se esconder no foro privilegiado de humorista para atacar sem dó uma mulher que só luta pelos direitos humanos, pelo povo, que não tem nada de corrupção na sua trajetória!”, comentário disponível na publicação nº 43 (Apêndice A).

²³² “Que fique registrado que esse imaginário criado na cabeça das pessoas não veio do PT mas sim de nossa imprensa diabólica”, comentário disponível na publicação nº 20 (Apêndice A); “Colega, se analisarmos bem, quem incita o ódio é a televisão e a rádio. Eles vivem falando que o Bolsonaro é um monstro, tentando denegrir a imagem dele, pois a mídia já está comprada pelo PT. Mas, tem pessoas que acabam acreditando que ele é um monstro, e por isso saem fomentando ódio nas redes sociais (...) Então, reflita quem realmente é violento e incita o ódio.”, comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B).

²³³ “Essa raça da direita dá nojo”, “direita imunda”, “esperar o que desses amebas?”, “é Lênin, não Lenny, seu coximbecil débil histórico e débil mental!”, “Não tem como esperar nada de um povo desse que venera um babaca igual esse BOSTONARIO que não respeita ninguém nem idosos nem mulheres e nem crianças que são as coisas mais sagradas na face da terra;então esperar o que,só o que não presta mesmo,igual o candidato deles que o próprio nome já diz;BOSTONARIO”, comentários disponíveis na publicação nº 3 (Apêndice B).

inteligência, em que os simpatizantes são chamados de “burros” e têm as suas competências intelectuais refutadas, principalmente por conta de suas ideias expostas ou de seus erros ortográficos²³⁴.

De modo geral, os enunciados agressivos contra a direita seguem uma lógica semelhante à verificada nas elaborações do outro espectro. Neste caso, os candidatos do Partido Social Liberal (PSL) são os mais referenciados nos comentários, assim como Jair Bolsonaro²³⁵. Intolerâncias flagrantes também são constantes, como expresso no desejo pela morte do político e de pessoas que se identificam com ele. Há, até mesmo, a lamentação de que o ataque cometido contra ele, na época de campanhas eleitorais, não tenha se concretizado com o seu assassinato²³⁶.

Em publicações em que personalidades masculinas do espectro de direita são citadas, alguns comentaristas trazem ofensas machistas e homofóbicas²³⁷. Com esse teor, uma enunciação singular chama atenção, por discutir a violência direcionada às mulheres no partido de Bolsonaro e definir o político como “frouxo”: “Por que nesse partido de Bolsonaro só têm

²³⁴ “O fanatismo e a alienação desses bozo-tarios são doentios...”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “(...) bem tosca (...) compatível com a capacidade intelectual de quem fez e de quem acredita. Creio que em breve os bolsonaristas devam se tornar objeto de estudo da psicologia, pois apresentam uma compulsão por contar mentiras semelhante às compulsões de qualquer viciado”, comentário disponível na publicação nº 3 (Apêndice B); “Volte p/a escola e aprenda a escrever corretamente. Depois conversamos”, comentário disponível na publicação nº 7 (Apêndice A); “A capacidade cognitiva dos eleitores do bozo fica claramente demonstrada pela sua ortografia”, comentário disponível na publicação nº 21 (Apêndice A); “minion não tem cérebro. igual o soldadinho de araque qud ajudaram eleger”, “Por trás de um nome falso, um cérebro vazio. Tenho dó”, comentários disponíveis na publicação nº 40 (Apêndice C).

²³⁵ “#elesnão gente de quinta categoria, que não tem o mínimo discernimento e civilidade. Deus nos acuda!”, “de onde esta horda fanática de imbecis saiu? Dos esgotos, como as ratazanas durante uma enchente. Rá!”, comentários disponíveis na publicação nº 6 (Apêndice C); “Os bolsominions pastam capim estragado e depois vêm vomitar aqui nos comentários...”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Eu quero que o Bolsonaro fique bom... Da cabeça, coitado doente”, “É verdade, são uns rebanhos de retardados psicopatas quem vota nesse boldonaro vão levar uma tromba dele no fiofó kkkkkk”, comentários disponíveis na publicação nº 19 (Apêndice B).

²³⁶ “Morra, fascista. Tá querendo mamar? Se mude pro Haiti”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Esse Adélio é mt ruim de mira, tinha que ter furado de acordo esse BOSTONARO”, comentário disponível na publicação nº 37 (Apêndice A); “Esse atropelador, assim como o esfaqueador do BOLSOBOSTA, são uns MERDAS. Não conseguiram matar os dois FILHOS DA PUTA DESGRAÇADOS !”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice A); “Não tem prova, I*DI*O*TA. A opinião de BA*BA*CAS como você, não interessa”, comentário disponível na publicação nº 16 (Apêndice A); “‘ganharam ’ a vergonhosa eleição ...e colocaram no poder a própria Besta bolsona do Apocalipse. SOCORRO!”, comentário disponível na publicação nº 27 (Apêndice A).

²³⁷ “Nao e a toa que o o cunhado teve que defender a cadela da esposa dele pois ele deveria estar ocupado com algum picolé na boca!!!!”, “Perfeito IDIOTA, e quem curtiu também. Um bando de IMBECIS”, “Lixo ..misógino...melhor calar se nao senhorzinho q vive as custas de outro?!”, “Risosssss eu to rindo deste piadista, pois a piada é uma lástima, dizer o que deste babaca ele é essa esposa traidora de amigas de trabalho se merecem”, “Que cara covarde e vagabundo! Sou fã das duas grandes mulheres que honram a política. Já o LADRÃO METRALHA que ele apoia será destruído em pouco tempo... Duvido que esse ‘empresário’ não tenha umas continhas a esconder da Justiça...”, “O sujeito atesta o imenso vazio interior e de inteligência quando publica um tipo de coisas dessas!”, comentários disponíveis na publicação nº 15 (Apêndice A).

frouxas que batem só em mulheres? Xingam só mulheres”²³⁸. O enunciado, desse modo, não prioriza a questão da violência de gênero, mas, sim, a ausência de violência equivalente contra homens. Há, também, outros momentos em que a adjetivação de homens como “mulherzinhas” ou a identificação com elementos considerados femininos se tornam graves agressões ou xingamentos tidos como impactantes nos debates²³⁹.

Entre as manifestações odiosas, outro objeto bastante convocado nos comentários sobre as disputas políticas é a própria mídia. Por ter um importante papel na relação entre gênero e política, a mídia como um todo é repreendida, assim como os veículos específicos. Os meios de comunicação são definidos como instrumentos para a manipulação e a doutrinação das pessoas, servindo ao espectro político oposto aos autores das sentenças. Ao contrário do que se pode pensar, a crítica à mídia também acontece a partir de posicionamentos antidireita ou antibolsonaro²⁴⁰. Essas divergentes elaborações aparecem nos diversos portais midiáticos, incluindo desaprovação das escritas de manchetes, da veiculação de determinados temas próxima da data de eleições e das demais decisões realizadas pelos jornalistas.

Também se mostram indignados diante da visibilidade ofertada às mulheres na política, como se a mídia estivesse distorcendo fatos e construindo imagens positivas e equivocadas sobre elas. Na maioria das vezes, entendem que a mídia é tendenciosa, desrespeitosa, enganadora do povo, responsável por grave falha e sem credibilidade ou imparcialidade. Para proferir essas reclamações, comumente utilizam o termo “mídia” em geral, o nome do portal em que o conteúdo está veiculado ou de empresas jornalísticas reconhecidas²⁴¹. Em algumas

²³⁸ Comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa.

²³⁹ “Fico revoltado dá um ódio dessa direita e desses coxinhAs mulhezinhas amigo, só fica de mimimi como se o cara é muito importante”, comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B).

²⁴⁰ “ONTEM O BOLSOLIXO ESTEVE NA REDE GLOBOLIXO ...E HOJE VISIVELMENTE ESTA EMISSORA GOLPISTA ...INTERROMPE A SUA PROGRAMAÇÃO P FICAR DANDO ENFASE A ESSA FARSA MONTADA EM DESESPERO ..”, “A rede esgoto de TV apoia o BOSTA NAURO . vão destruir a democracia com o beneplácito do judiciário. Tudo isso é FAKE NEWS. Esse ‘atentado’ e para consolidar a Vitória desse psicopata nazi”, “Os ataques da caravana do lula ninguém deu tanta importância né? Agora toda mídia so fala do bostonaro”, comentários disponíveis na publicação nº 19 (Apêndice B).

²⁴¹ “A mídia mostra só oq convém a ela e distorce tudo p favorecer seus interesses”, comentário disponível na publicação nº 31 (Apêndice A); “A manchete induz o leitor ao erro e alimenta a raiva Entre a sua pessoas. Mais responsabilidade , Folha/UOL! Informar é bom, mas precisa ser feito com seriedade, ainda mais às vésperas da eleição.”, “Matéria pretensiosa... Com intuito de manipulação Política!!!!Aqueles que não dominam a interpretação de texto, logo acreditam em notícias sensacionalistas como essa! #MídiaLixo”, “Mídia marrom fedorenta! RIP jornalismo no Brasil. Que vergonha.Vao fazer jornalismo de verdade, cambada de HIPÓCRITAS”, comentários disponíveis na publicação nº 6 (Apêndice C); “UOL, vcs estão se passando. Mais informação e menos opiniao! Até por q essa aí, se não me angano, a partir do dia 1 tá fora!”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Mas essa senhora [Maria do Rosáio] e a mídia omitem e distorcem fatos retirando a frase do contexto. Aliás a pratica é sistemática...”, comentário disponível na publicação nº 25 (Apêndice C); “E a mídia ainda quer fazer essa maria de vítima aaaa tadinha dela”, “A Foice de São Paulo hoje está mais uma vez sendo tendenciosa e defendendo nesse caso a Maria do Rosário”, comentários disponíveis na publicação nº 31 (Apêndice A); “Que falta de respeito ao UOL tem para com seus assinantes, não me conformo de ver um veiculo de informação tão tendencioso. Que pena que o grupo Folha falha. Ai ai ai ai ai ta chegando a hora.....”, “Essa UOL

ocasiões, os próprios autores das publicações recebem os julgamentos negativos, incluindo conselhos diversos dos usuários da rede²⁴².

A suposta manipulação é, muitas vezes, compreendida como algo que fere a legislação brasileira e que merece ser denunciado. A partir disso, a mídia, o portal ou os próprios jornalistas são acusados de influenciar no processo eleitoral²⁴³. Outra polêmica envolvendo a mídia é a frequente denúncia de censura, já que muitos usuários alegam que os seus comentários não são postados, sendo desaprovados por conta de seus posicionamentos políticos. Dessa forma, o caráter não democrático dos meios de comunicação é reforçado²⁴⁴. Outro ponto interessante é que a validade dos comentários é um dos elementos em destaque, como se eles representassem a vontade absoluta do país. São apresentados como uma questão cara aos usuários da rede, assim como o ato de realizar as publicações, valorizando esta prática e o debate nesses espaços digitais²⁴⁵.

é mesmo partidária só falta colocar a bandeira vermelha na capa, isso é uma vergonha, se bem que até a Globo já perdeu a muito tempo né”, comentários disponíveis na publicação nº 38 (Apêndice C); “IMPRESA MALDITA!”, comentário disponível na publicação nº 45 (Apêndice C); “Esse UOL é risível. Reportagem caluniosa. (...) Quem escreveu essa reportagem certamente não é alfabetizado. O povo não cai mais nessas mentiras”, “Mais uma matéria sem imparcialidade, que vergonha esse site”. “minha revolta é com a notícia incompleta que parece que virou norma no jornalismo brasileiro...”, “Matéria tão tendenciosa como esse site esquerdista. Quando teremos de volta o jornalismo imparcial, honesto e transparente nesse país?”, “A folha cada vez à favor da corrupção e alguns dos seus integrantes do jornal apoiando os corruptos que destruíram uma nação!! Vou mudar meu email é parar de assinar uol”, comentários disponíveis na publicação nº 25 (Apêndice C); “UOL sempre apoiando o lado errado da forma!”, comentário disponível na publicação nº 46 (Apêndice A); “QUE matéria fraca, tendenciosa, é muito fácil ficar de um lado e atacar todos”, “Esse jornalista só falou merda, deve ser um esquerdista”, comentários disponíveis na publicação nº 34 (Apêndice A); “globo é golpista manipuladora satânica, fala em liberdade de expressão mais é a favor da ditadura! e o monopolios políticos e no futebol , a onde a monopolios não a liberdade , a globo lixo quer enganar quem ?”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice C).

²⁴² “seja mais inteligente se é que tu ‘ainda’ consegues isso (...) pois olha que derrocada desgraçada está a tua vida: não te acertas com homem nenhum, és fã da Manoela Dávila e Maria do Rosário, és esquerdista e vermelha, teu time vermelho também até caiu para a SEGUNDA DIVISÃO e tu não aprendeu ainda?”, “Kelly, tu precisa mesmo é de um marido de verdade”, comentários disponíveis na publicação nº 7 (Apêndice A).

²⁴³ “Vocês deviam ser processados por esse desserviço com a população e por manipularem as palavras alheias”, comentário disponível na publicação nº 10 (Apêndice A); “Ô Globinho, queR de todo jeito influenciar nas eleições, mais não adianta quanto mais atacam o mito ele só cresce nas pesquisas!”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Engraçado, como os jonalecos de hoje em dia são parciais, um lixo, afinal nem sei o que faço lendo artigos tão sem nexo e senso de justiça, mais um para a lista de sem credibilidade”, comentário disponível na publicação nº 47 (Apêndice A); “muita gente ver Bolsonaro como o cavalo pois porque a mídia só mostra a parte que interessa a eles”, “A questão já não é que Bolsonaro está certo , que obviamente ele está ! A questão é que a mídia está cometendo um crime contra ele!”, comentários disponíveis na publicação nº 26 (Apêndice A).

²⁴⁴ “G1 está agindo conforme os esquerdopatas, impedindo que a verdade seja buscada, não está deixando publicar minha pergunta porquê? A MINHA TAMBÉM”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Vou parar de perder tem po, comentado no uol. Censuram comentários e defendem liberdade de imprensa dvd e expressao. Parabens. Hipócritas de esquerda”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Meu post REPROVADO< qual surpresa deste 'democratico e liberal site'? fala serio? e falao de fascismo ,ect ate parece que conhecem ,bando de IGNORANTASOS.todos”, comentário disponível na publicação nº 38 (Apêndice C).

²⁴⁵ “Vejam só, 10 comentários aqui e todos contra esta pessoa, quem está errado afinal? Esquerda nunca mais !!!!”, comentário disponível na publicação nº 14 (Apêndice A); “Chega um momento da vida que você quer parar de comentar na internet, o mundo impressiona pela ignorância e a ganância. Estes são meus últimos comentários nas redes, só espero que a UOL não censure este aqui também. Cansei”, comentário disponível na publicação nº 38

Há, amplamente divulgado, o imaginário de que o povo brasileiro seria burro, ignorante, facilmente manipulável e preguiçoso, pois acredita em todo o tipo de informação e não checa os fatos noticiados pela mídia²⁴⁶. Neste mesmo sentido, há uma avaliação romântica sobre a internet, que, em contraposição a todas essas questões da mídia tradicional, seria o ambiente adequado para as autênticas buscas de conhecimento – opinião veiculada, sobretudo, nos vídeos de livre circulação no YouTube. Assim, entende-se que a *web* seria um local de acesso a informações mais democráticas e confiáveis²⁴⁷.

Interessante ressaltar que, citado em demasia, o ódio é majoritariamente visto como originário no “outro”. Quando apontado como emoção presente nos jogos políticos, o processo é semelhante. Raros são os que assumem a emoção do ódio, conforme expresso em: “antes eu só detestava a esquerda, hoje passei a ter ódio mortal!”²⁴⁸, e nenhum dos comentadores trata o seu próprio discurso como odioso. Muitas vezes, a mídia é acusada como a grande responsável por propagar o ódio e a violência, em enunciados explícitos: “você não pode acreditar em tudo o que a televisão te fala, pois eles são os maiores incitadores da violência. Prestam um desserviço à nação”²⁴⁹.

(Apêndice C); “Essa Sra [Maria do Rosário] é desprezível, não merece comentários”, comentário disponível na publicação nº 23 (Apêndice A).

²⁴⁶ “falou apenas a verdade, a mídia só distorce as coisas a grande parte da ‘população’ que não sabe pesquisar e olhar os fatos reais ficam compartilhando mentiras”, “Quem não tem muito conhecimento acaba acreditando nessas mentiras”, “Quem sabe ta ligado que é mentira mas infelizmente tem muitos por ai desinformados e que acreditam em tudo o que a midia joga pra cima deles”, “Infelizmente muitas vezes a mídia mostra apenas uma parte da história, enganando assim os que não tiveram acesso completo a informação!”, “O problema é que muita gente só se informa pela globosta e acredita em tudo que se diz por lá”, “Manipulados da mídia, acomodados e não buscam por maiores, querem tudo mastigado. Faça a diferença agora, estude mais, pesquise mais! Bolsonaro 17 já!”, comentários disponíveis na publicação nº 31 (Apêndice A); “O problema é que a maioria não tem a noção que temos de quando sair uma notícia, ir pesquisar, eles acreditam em tudo, no Facebook é fakes que não acaba mais e poucos tem a noção de ir pesquisar”, “O triste é que essas informações não chegam a quem deveriam, povo só assiste novela e BBB”, “O problema é que o brasileiro é um tapado em primeiro grau. A maioria é iguala cavalo de jóque”, comentários disponíveis na publicação nº 26 (Apêndice A).

²⁴⁷ “Deveria ser proibido esse tipo de propaganda mentirosa na TV estão tentando enganar as pessoas sem acesso a internet como nossos pais e avós então vamos mostrar a verdade à eles”, “Graças a Deus hoje temos a internet pra nos mostrar as verdades, se fôssemos depender dessas emissoras vendidas, estaríamos achando Bolsonaro um monstro, e continuaríamos cegos votando nesses candidatos sujos!”, “O pior é que quem não tem acesso a internet acredita nessas bobagens”, comentários disponíveis na publicação nº 31 (Apêndice A); “Muito bom seus videos Lilo, gosta da sua analise sobre a politica e sempre trazendo as verdades sobre a mídia mentirosa e manipuladora que tem neste pais...”, “ainda bem que temos internet para saber da verdade”, “Os políticos tem que entender que hoje temos internet e acesso a mais informações. Não dependemos somente da mídia”, comentários disponíveis na publicação nº 26 (Apêndice A).

²⁴⁸ Comentário disponível na publicação nº 26 (Apêndice A).

²⁴⁹ Comentário disponível na publicação nº 19 (Apêndice B) e adequado à norma padrão da Língua Portuguesa; “A INCITAÇÃO AO ÓDIO PELA MÍDIA ESQUERDISTA E POR POLÍTICOS COMUNISTAS E CORRUPOTOS, TERMINARAM NA TENTATIVA DE HOMICÍDIO DO CAPITÃO JAIR BOLSONARO, POIS EXISTEM ELEITORES QUE NÃO TEM ESCRÚPULOS E NÃO SABEM, NEM SUPORTAM PERDER, DEIXANDO-SE CONTAMINAR PELA INCITAÇÃO AO ÓDIO”, comentário disponível na publicação nº 31 (Apêndice A).

Para os indivíduos identificados como parte do espectro da esquerda, o ódio é um problema que fere a democracia e está atrelado à direita política. Já para os sujeitos alinhados ao viés de direita, as dinâmicas do ódio partem da esquerda²⁵⁰. Nessa relação de poder, o ódio não é reconhecido entre os considerados “nós”, mas apenas à outridade, na comum dinâmica de atribuir aos “outros” os aspectos negados (KILOMBA, 2020). Além disso, no panorama da presente pesquisa, apresenta-se como característica limitadora e que engendra a dificuldade de se construir um país harmônico. O sujeito dotado de ódio, segundo os comentaristas, seria aquele “doente”, sem capacidade de discernimento e, portanto, incapaz de exercer suas competências no âmbito da política enquanto cidadão²⁵¹.

²⁵⁰ “QUEM MESMO É QUE ESTA PREGANDO ÓDIO?”, comentário disponível na publicação nº 18 (Apêndice C); “Ele foi chamado de esturador, que resposta você gostaria que ele tivesse dado a ela? Uma rosa? Ela diria que ele estava cantando ela. Ódio quem carrega é a esquerda”, comentário disponível na publicação nº 10 (Apêndice A).

²⁵¹ “Ler os comentários e ver tanto ódio me faz pensar, vocês realmente querem um país melhor? Coloquem a mão na consciência”, comentário disponível na publicação nº 40 (Apêndice C); “Vcs estão doentes de ódio e perderam a capacidade de discernimento”, comentário disponível na publicação nº 10 (Apêndice A).

Considerações finais

Ao afirmar que “quando uma mulher participa da política, ela deve colocar suas esperanças e sonhos para o futuro em jogo, não sua dignidade e não sua vida”, Madeleine Albright²⁵² (2016, n.p., tradução nossa²⁵³) expressou acertadamente a problemática entre mulheres, política e misoginia. O ódio contra elas tenciona, com efeito, interferir na construção do futuro, restringindo ou impossibilitando a participação política de todo o gênero. Na realidade em que uma a cada três mulheres sofre violência sexual ou física no mundo, há uma situação alarmante de mulheres especificamente visadas por estarem envolvidas na vida pública. Ao longo da história, as líderes femininas foram derrubadas, excluídas, desvalorizadas, espancadas, assediadas, intimidadas e violentadas – simplesmente por serem mulheres e politicamente ativas. Nos dias atuais, as mulheres em todo o mundo, com posições crescentes na política, são atingidas por violações pessoalmente e *on-line*. A dinâmica *on-line*, por sua vez, não possuía ênfase no mandato assumido por Albright, em 1997, mas se revela em evidência na contemporaneidade, causando prejuízos aos direitos humanos e políticos fundamentais em larga escala.

Com o objetivo de investigar esse fenômeno e compreender o seu funcionamento, os desafios encontrados, ao longo deste trabalho, ultrapassaram as dificuldades relacionadas às poucas e recentes pesquisas sobre o conceito. O mergulho necessário no tema veio acompanhado de indignações, noites de insônia e revolta. Há certos limites no distanciamento exigido ao pesquisador diante de seu objeto de estudo. Neste momento do texto, peço licença e volto à primeira pessoa do discurso utilizada no início da introdução, agora para abordar o processo de escrita e as conclusões de minha dissertação.

Nos últimos dois anos, acompanhei com assiduidade os noticiários, que apresentaram, cada vez mais, casos de mulheres na política que sofreram algum tipo de violência, seja no ambiente de trabalho, nas ruas ou em suas casas. No final de 2020, notei, também, um aumento de relatos sobre o assunto nas mídias digitais, bem como relatórios e campanhas sociais. Neste período, também me dediquei, mais do que nunca, aos projetos políticos dos quais faço parte, entendendo que a luta político-feminista e a conscientização sobre a violência política de gênero devem ser prioridades sempre que possível, unindo-me aos valores e à sororidade nos quais acredito e dedicando-me aos estudos da área.

²⁵² Primeira mulher a ser nomeada como Secretária de Estado nos Estados Unidos.

²⁵³ No original: “When a woman participates in politics, she should be putting her hopes and dreams for the future on the line, not her dignity and not her life”.

Assim que realizei as primeiras revisões bibliográficas para a produção da dissertação, tornou-se evidente a hipótese de que o ódio às mulheres na política exerce papel estratégico na conservação das relações de poder. A sua veiculação nas plataformas comunicacionais *on-line*, entretanto, ainda precisaria ser explorada, sobretudo acerca das mulheres selecionadas nesta pesquisa. Para isso, inicialmente, aprofundi-me no referencial teórico e parti do fato de que o Brasil é uma das nações com piores índices de representatividade política feminina. Isso acontece em confluência com uma trajetória permeada por desigualdades, discriminações e violências, em que os papéis sociais tradicionalmente reservados a elas inibem uma atuação política mais ampla e efetiva, assim como uma estratégia de diferenciação e ação política.

Resgatei, de maneira breve, no primeiro capítulo, a história dos direitos e da participação das mulheres na política, demonstrando a importância da representatividade no campo da política formal para a construção da democracia, conferindo pluralidade e abrangência de vivências distintas. Neste contexto, as opressões, as ameaças e as agressões sofridas por elas, mostraram-se indispensáveis para o entendimento da conjuntura contemporânea. Na sua integração com a dimensão de gênero, a violência ocorre sob as formas físicas, sexuais, psicológicas, econômicas e simbólicas, podendo levar até mesmo a feminicídios.

A violência política de gênero, por seu turno, apresenta-se como instrumento utilizado para restringir, suspender ou impedir os exercícios políticos plenos das mulheres. Não se limita, dessa forma, ao processo eleitoral em si, e pode ser direcionada a pré-candidatas, a candidatas e a candidatas já eleitas de qualquer partido ou espectro político. Também está ligada à indução de tomada de decisões contra as próprias vontades e provoca, muitas vezes, abandonos de cargos políticos ou indisposições à reeleição. Vale ressaltar que a expressão não inclui todos os atos de violência efetuados na política, mas, sim, aqueles direcionados às mulheres como atores políticos pelo fato de serem mulheres.

Nessas circunstâncias, o meio *on-line* aparece como fundamental para o alargamento de manifestações opressivas, sendo que o emprego das múltiplas possibilidades virtuais está sendo consolidado, principalmente, pela chamada “nova direita”. Este grupo reivindica a livre expressão da violência, enquanto encontra um ambiente “seguro” e “anônimo”, além da falsa garantia de não reconhecimento. Assim, conteúdos preconceituosos e violentos são amplamente difundidos e não é raro perceber que as violências políticas de gênero existentes na sociedade convergem com as hostilidades vigentes no mundo virtual.

Finalizada essa discussão, já no segundo capítulo, argumentei que o ódio é uma emoção ordinária, detentora de uma funcionalidade comunicacional. Apesar da centralidade da violência em estudos acadêmicos e profissionais como modo de restringir e supervisionar as

expressões das identidades, o ódio não é muito investigado entre as opressões contemporâneas. No entanto, torna-se importante englobar abordagens teóricas que incluam tais crimes para explicitar os atos violentos contra grupos sociais minoritários como mecanismos centrais na manutenção das desigualdades. Tem-se que o ódio, nesse sentido, cria generalizações sobre pessoas ou categorias de pessoas, tornando possível o ódio contra as mulheres e às mulheres na política e reduzindo-as a uma dada aptidão intolerável e imutável.

O ódio, de fato, contempla um processo de leitura, uma atribuição de significado, uma avaliação ou um julgamento. Comumente, o objeto de ódio é visto como algo ruim, mau, ameaçador ou indesejável, em recorrência a crenças preestabelecidas. Ele é direcionado a totalidade do outro, ao que ele é e a todo o seu ser, visando negá-lo, afastá-lo, suprimi-lo ou destruí-lo. A emoção permite, portanto, uma divisão entre os considerados “nós” e os “outros”, reforçando a violência sobre os corpos entendidos como subalternos. Surgem, assim, figuras de ódio que representam supostas ameaças comuns, admitindo periculosidade e hostilidade.

Esta emoção não engloba apenas situações extremas, mas faz parte do cotidiano, é componente de agregações e integrante da história. São atos que funcionam como mecanismos de poder e opressão direcionados a grupos já estigmatizados, visando a uma reafirmação das hierarquias estipuladas pela ordem social vigente – atuam como atos comunicativos, transmitindo a mensagem de que todo o grupo social ao que a vítima pertence é discrepante ou indesejável em determinados espaços. A misoginia, por seu turno, também se encontra vinculada ao entorno social e à cultura e é uma forma de violência que se estende ao coletivo por meio do ato violento contra os corpos das mulheres. Portanto, pode ser definida como um método ou um conjunto de métodos utilizados para a manutenção das mulheres em seus “devidos lugares”, como estratégia política para “domesticar” as mulheres, controlar suas sexualidades e prejudicar a solidariedade feminina.

Se, anteriormente, era realizada a caça às bruxas, hoje, os espaços digitais são ideais para acender as fogueiras, garantindo, por meio de novas manifestações de velhos problemas, a exclusão das mulheres e a manutenção das posições sociais. Há, então, uma continuidade entre manifestações *off-line*, assim como a identificação de facilidades e novas formas de opressões permitidas pelo advento e pela popularização da tecnologia. Mantendo esse raciocínio, as discriminações, os assédios e o ódio são endereçados ao “outro *on-line*”, formulado com base em estereotipagens, contestações de poder e comportamentos abusivos.

Ressaltei, algumas vezes, que a misoginia *on-line* ocorre de modo generalizado e pode atingir todas as mulheres. Entretanto, muitas vezes, o “outro *on-line*” é projetado em representantes consideradas de destaque, como feministas que têm popularidade, jornalistas e

políticas, devido à performance de uma misoginia paradigmática, que pune e silencia as vítimas e se estende a todas elas. Além de figuras públicas, mulheres em posições de poder e autoridade sobre os homens ou em funções de serviços orientadas tradicionalmente para eles são alvos constantes. O direcionamento à área da política molda, ainda, prejuízos diretamente voltados para locais em que o futuro está sendo formado e decidido e para as mulheres que participam ativamente dessa construção. Restringir a atuação das mulheres na política em ambientes virtuais interfere, de fato, na ocupação plena de seus espaços e nas suas tomadas de decisão de maneira efetiva.

No terceiro capítulo, busquei realizar a análise das manifestações de ódio *on-line* direcionadas às mulheres na política, centralizando a pesquisa em Maria do Rosário, Manuela D'Ávila e Marielle Franco. As chaves explicativas priorizadas – objetificação (aparência física e sexualização), patologização (doença e insanidade mental), demonização (cunho religioso e moral cristã subvertida) e ameaça psicológica (diminuição, humilhação, aniquilação e intolerâncias flagrantes), além de outros recursos comuns – guiaram a minha investigação, a partir do entendimento de que elas refletem estratégias de ódio contra o que é considerado parte da outridade. Apesar de não serem delineadas de maneira fixa, essas classificações possibilitaram a organização dos mecanismos encontrados no material empírico coletado.

De maneira geral, observei que, embora haja pontos de divergência entre as três mulheres, a misoginia rege as suas existências. Em comum, elas são consideradas insignificantes e incapazes de atuar no campo da política institucional, apesar de possuírem trajetórias notáveis na vida pública. Por meio da análise dos comentários que compõem o *corpus*, pude concluir que, na visão dos comentaristas, elas não são dignas de ocupar os espaços em que se encontram ou de receber atenção dos eleitores. Entre as formulações habituais para agredi-las e invalidá-las, a *objetificação* foi um recurso extensamente aplicado. Nessa classificação, a violação sexual apresentou destaque, por meio do reforço da apologia ao estupro dirigida a Maria do Rosário, pelo desejo sexual e exaltação da infâmia e da aparência física de Manuela D'Ávila e pelos fetiches e correções direcionados à orientação sexual de Marielle Franco.

Em relação à *ameaça psicológica*, as três mulheres foram diminuídas e humilhadas de diversas maneiras, como pela reprovação de suas competências, capacidades e inteligências. Elas foram reduzidas a seres oportunistas, que se usam do vitimismo e nem sequer merecem respeito, restando-lhes apenas a vinculação a emoções tidas como negativas. A expulsão ou a aniquilação se apresentaram como opções válidas para colocá-las em seus “devidos lugares”. Já a *patologização* e a *demonização* ocorreram de modo pontual, sendo que a primeira esteve

mais presente nos comentários sobre Maria do Rosário e trata da insanidade mental como aspecto limitador e típico das mulheres na política; e a segunda, mais comum no material coletado sobre Manuela D'Ávila e Marielle Franco, reforça o imaginário da mulher associada a figuras cristãs representativas do mal, alinhando-se aos maus costumes e à moral subvertida.

Além disso, também identifiquei *outros recursos comuns*, após a categorização final. Entre eles, está a noção de que as mulheres não possuem capacidade de agência individual, não tendo condições de alcançar o protagonismo. Também vale citar as formulações de que elas não são aptas ao campo político, mas, sim, ao ambiente do lar e da família, segundo os comentadores. Essa questão acabou sendo um exemplo de conteúdo surpreendente, na minha opinião. Porque, apesar do pensamento permear os estudos de gênero, não esperava encontrar essa ideia sendo exposta tão abertamente e por tantas pessoas.

Sobre as particularidades verificadas, constatei que os temas dos próprios *links* ou os assuntos vigentes no período selecionado influenciaram o resultado encontrado nos comentários. No *corpus* sobre Maria do Rosário, a maternidade foi utilizada como indício de sua má administração pública, uma vez que *nudes* de sua filha haviam sido vazadas na internet e que isso daria pistas de sua ausência de controle e capacidade de governança. Também estiveram presentes avaliações de que ela não teria educação ou classe, seria histórica e teria uma idade avançada que impactaria o seu comportamento. Já Manuela D'Ávila foi vítima de *fake news* e de inúmeras distorções das pautas de sua campanha eleitoral, elementos recorrentes para associá-la ao mau-caratismo e à imoralidade. Marielle Franco, por sua vez, devido ao seu assassinato e às opressões cruzadas, teve as suas homenagens póstumas invalidadas, por não atribuírem relevância à sua personalidade. Nos enunciados sobre ela, figuraram, ainda, as intersecções entre raça, orientação sexual e classe.

Entre as manifestações odiosas, outro objeto bastante convocado nos comentários, priorizado no último capítulo, foram justamente as opressões cruzadas na prática do ódio. Nesse tópico, Marielle é personalidade central na intersecção de minorias sociais, sendo alvo de violências simultâneas e de toda ordem, mesmo após a sua desejada e celebrada morte. Também tomei como interesse os distintos direcionamentos do ódio político nas disputas de poder, sobretudo relacionados aos espectros políticos e à mídia. Em uma esfera repleta de conflitos e tensões, os discursos de ódio sobre as mulheres na política se confundem, algumas vezes, com o ódio à esquerda, às minorias sociais ou aos partidos políticos. Os enunciados agressivos contra a direita seguem uma lógica semelhante, apesar de não se aterem às mulheres em questão. Além disso, por ter um papel importante na relação entre gênero e política, a mídia é julgada como instrumento político que visa o ódio, a manipulação e a doutrinação do povo. Por fim, a internet

é avaliada, de acordo com os comentários investigados, como o local mais apropriado para a busca de informações verídicas e confiáveis.

Após essa recapitulação, pode-se averiguar que a proposta de diferencial deste trabalho esteve atrelada, além do próprio recorte pouco explorado e do enfoque comunicacional, à utilização do viés da misoginia como categoria de análise. No entanto, este mesmo fato pode ter sido um limitador na presente pesquisa, visto que exige discussões teóricas aprofundadas em diferentes campos de estudo (político, de gênero e das emoções) – ainda que, conforme ratificado, a misoginia faça parte das dinâmicas de relações de poder entre gêneros. Por essa razão, como perspectiva de projetos futuros, sugiro o enquadramento em apenas um eixo analítico; além de outras perspectivas, como comparações entre homens e mulheres na política ou exames sobre mulheres de diferentes partidos e espectros políticos. Na desigual sociedade brasileira, composta por hierarquias de classe, raça/etnia e gênero, destacar essas articulações torna-se, também, imprescindível, pensando o enfrentamento em todas as esferas.

O olhar sobre as estratégias de resistência também é uma possibilidade de investigação primordial. Durante o estudo que realizei para a produção desta dissertação, este assunto foi objeto de muitas das minhas reflexões. Em síntese, podem ser evidenciados três eixos principais para futuros apontamentos: a construção empática, os usos da raiva e a conscientização cidadã. O primeiro deles indica que a empatia, sobretudo com mulheres, negros e mais pobres, é a chave crucial para “enfrentar, barrar e superar os projetos dos ‘donos do poder’” (FRANCO, 2018, p. 121).

Já o segundo, difundido principalmente pelas obras do feminismo negro, traz a raiva como resposta ao ódio. A edificação do futuro estaria centrada na atuação diante da raiva à exclusão, ao privilégio inquestionável, às distorções raciais e de gênero, entre outras formas de opressão. Isso se torna patente na medida em que a raiva pode ser percebida como uma grande potência, dotada de informação e energia que podem ser ressignificadas. Além de que,

Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido potencialmente útil contra aquelas opressões, pessoais e institucionais, que geraram a mesma raiva. Usada com precisão, pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança (LORDE, 2007, p. 127, tradução nossa²⁵⁴).

A conscientização cidadã, por sua vez, é um conceito mais amplo e confere prioridade à educação política e de gênero, compreendendo, também, as dinâmicas de políticas públicas e

²⁵⁴ No original: “Every woman has a well-stocked arsenal of anger potentially useful against those oppressions, personal and institutional, which brought that anger into being. Focused with precision it can become a powerful source of energy serving progress and change”.

da legislação em geral. Inclusive, o acesso digital à informação política é visto como estratégia potente, uma vez que o debate na *web* auxilia a visibilidade de pautas consideradas fundamentais. É espaço para posicionamentos políticos, combate a discursos de ódio e solidariedade entre mulheres. Isto é, muitos caminhos são possíveis, dado que o conhecimento é movimento e que a pesquisa não se finaliza aqui.

Ainda sobre esta dissertação, que envolveu distintos eixos de estudo, é possível afirmar que o seu fio condutor se ateve à defesa da democracia. Para mim, é indispensável entender a relevância dessa valorização, percebendo o papel de cada um enquanto cidadão. Como se sabe, o debate sobre gênero e política precede este assunto. O combate à misoginia é um dos fatores primordiais para a luta a favor dos direitos humanos e em prol da democracia. Ou seja, não há democracia enquanto perdurar a misoginia. Isto não deve ser confundido, entretanto, com a ideia de que o ódio às mulheres só possui capacidade de agência em sociedades não democráticas, pois, na realidade, a ausência da violência de gênero pode ser um indicador de uma democracia plena. Portanto, a participação política das mulheres, mobilizando-se por igualdade, é essencial para o processo contra as opressões de gênero e contra a misoginia. Ir para as ruas, protestar e reivindicar são, antes de tudo, atos democráticos e pertinentes. É nessa crença que mantenho o meu pensamento.

Em um dos livros referenciados anteriormente, uma passagem sobre a esperança se encaixa perfeitamente ao sentido da emoção proposta nestas considerações finais: “A esperança é um tipo de desejo, mas um que o vincula com um tipo de expectativa. A esperança tem que ser, de alguma forma, viável; tem que ser possível de ser realizada, enquanto o desejo pode não ser” (GUMUCIO, 2016 apud CASTRO, 2018, p. 128). Longe de utopias ou de um otimismo exacerbado, a experiência de mulheres atuantes e livres no âmbito da política é uma esperança a ser enaltecida. Por isso, acredito que, enquanto houver movimento e resistência, haverá esperança.

Referências Bibliográficas

‘A EXPERIÊNCIA no parlamento é muito machista, muito violenta’, diz deputada Isa Penna sobre importunação sexual na Alesp. *GI*, São Paulo, 18 dez. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/18/a-experiencia-no-parlamento-e-muito-machista-muito-violenta-diz-deputada-isa-penna-sobre-importunacao-sexual-na-alesp.ghtml>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014.

ALBRIGHT, Madeleine. A hidden reality: violence against women in politics. *CNN*, [s.l.], 08 mar. 2016. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2016/03/07/opinions/madelaine-albright-protect-women-in-politics/index.html>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALMEIDA, Daniela. Reunião 2ª deve formalizar uso do termo “presidenta” para Dilma. *Portal IG*, São Paulo, 02 nov. 2010. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/reuniao-2-deve-formalizar-uso-do-termo-presidenta-para-dilma/n1237817938668.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ALVES, Fernanda. Filiada ao PCdoB, funkeira Mc Carol vira alvo de bolsonaristas no WhatsApp. *Extra*, [s.l.], 06 set. 2020. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/filiada-ao-pcdob-funkeira-mc-carol-vira-alvo-de-bolsonaristas-no-whatsapp-24642703.html>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

AMADO, Guilherme. O ódio como método. *Época*, [s.l.], 08 maio 2020. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/o-odio-como-metodo-24415435>>. Acesso em: 20 out. 2020.

AMEAÇAS de morte e de estupro são rotina para autora de blog feminista: “Querem nos silenciar”. *Revista Marie Claire*, [s.l.], 07 nov. 2015. Disponível em: <<https://revistamarie-claire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/11/ameacas-de-morte-e-de-estupro-sao-roti-na-para-autora-de-blog-feminista-querem-nos-silenciar.html>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

AMENDOLA, Gilberto. Eleições 2018 levam ódio e desavença às relações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,eleicoes-2018-levam-odio-e-desavenca-as-relacoes,70002525774>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Amnesty reveals alarming impact of online abuse against women*. 20 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/11/amnesty-reveals-alarming-impact-of-online-abuse-against-women/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

AMUNDSEN, Rikke. ‘The price of admission’: on notions of risk and responsibility in women’s sexting practices In: LUMSDEN, Karen; HARMER, Emily (Orgs.). *Online othering: exploring digital violence and discrimination on the web*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 145-164.

ARAÚJO, Clara. Feminismo e poder político, uma década depois. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012, l. 4155-4594 (E-Book).

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Edipro, 2019.

ARONOVICH, Lola. O que querem os haters?. *Revista Serrote*, n. 33, 2019, p. 14-19.

AULETE DIGITAL. Dicionário Online – Dicionário Caldas Aulete – Significado de ódio, [s.d.]. *Ódio*. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/ódio>>. Acesso em 20 dez. 2019.

BARANYI, Lucas. O matador adolescente Champinha e o crime que chocou o Brasil. *Super Interessante*, [s.l.], 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-matador-adolescente-champinha-e-o-crime-que-chocou-o-brasil/>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BASSOLS, Dalia Barrera; ACOSTA, Georgina Cárdenas. Presidentas municipales en México: acoso y violencia política (2010-2016). *Politai: Revista de Ciencia Política*, ano 7, n. 12, 2016, p. 15-34.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTES, Patricio. A desembargadora que faz parte da turma do ódio. *Visão Plural*, [s.l.], 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://visaoplural.wordpress.com/2018/03/17/a-desembargadora-que-faz-parte-da-turma-do-odio/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, 2010, p. 45-69.

BIROLI, Flávia. Justiça e família. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014a, p. 47-61.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014b, p. 109-122.

BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014c, p. 123-130.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Introdução. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014a, p. 7-16.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BOTELHO, Andressa Cabral. Deputada estadual Renata Souza registra ocorrência por ameaça. *Maré de Notícias*, [s.l.], 2020. Disponível em: <<https://mareonline.com.br/deputada-estadual-renata-souza-registra-ocorrencia-por-ameaca/>>. Acesso em 21 dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003b.

BOWLING, Benjamin. Racial harassment and the process of victimization: conceptual and methodological implications for the local crime survey. *British Journal of Criminology*, v. 33, n. 2, 1993, p. 231-250.

BRASIL. *Lei nº 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições, Brasília, DF, set. 1997.

BRASIL. *Lei nº 12.034*, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, Brasília, DF, set. 2009.

BRASIL. *Lei nº 13.165*, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina, Brasília, DF, set. 2015.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 97*, de 4 de outubro de 2017. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição, Brasília, DF, out. 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.718*, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), Brasília, DF, set. 2018.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Violência contra as mulheres idosas - questão feminista ou questão de gênero? In: Congresso Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, 2009. *Anais...* Rio de Janeiro: LASA, 2009.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação feminina na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, Judith. What's Wrong With 'All Lives Matter'?. Entrevista concedida a George Yancy. *The New York Times*, Nova Iorque, 12 jan. 2015c. Disponível em:

<<https://opinionator.blogs.nytimes.com/2015/01/12/whats-wrong-with-all-lives-matter/>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

CAESAR, Gabriela. Perfil médio do deputado federal eleito é homem, branco, casado e com ensino superior. *GI*, [s.l.], 21 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/21/perfil-medio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghtml>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

CANDIDATOS do PSL destroem placa com homenagem a Marielle Franco. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 03 out. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,candidatos-do-psl-destroem-placa-com-homenagem-amarielle-franco,70002531740>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CARDOSO, Isabela Cristina Barros; VIEIRA, Viviane. O discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, n. 7, dez. 2014, p. 69-85.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, Mary Garcia. O golpe de 2016 e a demonização de gênero. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018, p. 127-145.

CAVALCANTE, Vivianne Albuquerque Pereira; LELIS, Acácia Gardenia Santos. Violência de gênero contemporâneo: uma nova modalidade através da pornografia da vingança. *Interfaces Científicas - Direito*, v. 4, n. 3, 2016, p.59-68.

CHAKRABORTI, Neil; GARLAND, Jon. *Hate crime: impact, causes and responses*. Londres: Sage, 2009.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. *Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios*. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. *Annual Review of Sociology*, v. 41, 2015, p. 1-20.

CRISTALLI, Susana. Capas com Jair e Dilma provam que mulher nunca tem direito a ficar pistola. *UOL*, São Paulo, 01 nov. 2019. Disponível em: <<https://quicando.blogosfera.uol.com.br/2019/11/01/capas-jair-dilma-mulher-nunca-tem-direito-a-ficar-pistola/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CRUZ, Sebastião Velasco e. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 13-47.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. Apresentação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 7-11.

CURIEL, Ochy. Descolonización desde una propuesta feminista crítica. In: *Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista*, 2009.

DANILO Gentili é condenado a prisão por injúria contra Maria do Rosário. *Exame*, [s.l.], 11 abr. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/danilo-gentili-e-condenado-a-6-meses-de-regime-semiaberto-por-injuria/>>. Acesso em: 20/02/2020.

DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. Lisboa: Plataforma Gueto, 2013.

DECRETO transfere Secretaria de Política para Mulheres para o Ministério dos Direitos Humanos. *Governo Federal*, Brasília, 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/decreto-transfere-secretaria-de-politica-para-mulheres-para-o-ministerio-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 20/10/2020.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mais mulheres na direção da CUT. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, 1996, p. 138-147.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, 2015, p. 99-119.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Positivo Soluções Didáticas Ltda. *Ódio*. 2010.

DILMA Rousseff: a primeira mulher a presidir o Brasil. *Senado Notícias*, Brasília, 29 ago. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

EXCLUSIVO: Veja discussão entre Bolsonaro e Maria do Rosário em 2003. *RedeTV! News*, [s.l.], 11 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/redetvnews/videos/outros-videos/exclusivo-veja-discussao-entre-bolsonaro-e-maria-do-rosario-em-2003>>. Acesso em 15 maio 2020.

FARSA ou Fato: Manuela D'Ávila tem nude vazado pelas redes sociais?. *BHAZ*, Belo Horizonte, 15 fev. 2019. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/2019/02/15/farsa-ou-fato-nude-manuela-davila/#gref>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FLORESCER POR MARIELLE. Florescer por Marielle, [s.d.]. *Quem foi Marielle*. Disponível em: <<https://florescerpormarielle.psol50.org.br/quem-foi-marielle/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018, p. 117-126.

FRANÇOISE, Thébaud. Mulheres, cidadania e Estado na França do século XX. *Tempo*, n. 10, 2000, p. 1-17.

FRASES de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. *ISTOÉ*, [s. l.], 24 set. 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREIRE FILHO, João. A comunicação passional dos fãs: expressões de amor e de ódio nas redes sociais. In: 36º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2013, Manaus. *Anais...* Manaus: Intercom, 2013, p. 127-154.

FREIRE FILHO, João. Era uma vez o “país da alegria”: mídia, estados de ânimo e identidade nacional. *Intexto*, n. 34, 2015, p. 401-420.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. *Matrizes*, v. 11, n. 1, jan-abr, 2017, p. 61-81.

FREIRE FILHO, João; ANJOS, Júlia dos; LOPES, Amanda Rezende. A ocultação do ódio: mídia, misoginia e medicalização. In: HELLER, Bárbara; CAL, Danila; ROSA, Ana Paula. (Orgs.). *Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento*. Salvador: Edufba, 2020, p. 61-81.

FREIRE FILHO, João; LEAL, Tatiane. “Mas por que, afinal, as mulheres não sorriem?": jornalismo e as razões da (in) felicidade feminina. *Ciberlegenda*, 2015, p. 8-20.

GALVANI, Giovanna. Semana da Visibilidade Trans é marcada por episódios de violência contra vereadoras. *Carta Capital*, [s.l.], 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/semana-da-visibilidade-trans-e-marcada-por-episodios-de-violencia-politica-contravereadoras/>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GAZETA DO POVO. Mc Carol 65100 (PC do B) Deputada Estadual | Rio de Janeiro | Eleições 2018, 2018. *Eleições 2018 – Candidatos*. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/rj/deputado-estadual/mc-carol-65100/>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

GING, Debbie; SIAPER, Eugenia. Special issue on online misogyny. *Feminist Media Studies*, v. 18, n. 4, 2018, p. 515-524.

GING, Debbie; SIAPER, Eugenia. Introduction. In: GING, Debbie; SIAPER, Eugenia (Orgs.). *Gender hate online: understanding the new anti-feminism*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 1-17.

GOVERNO faz denúncia ao MP sobre adesivo com ofensa a Dilma. *ClickPB*, João Pessoa, 02 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.clickpb.com.br/brasil/governo-faz-denuncia-ao-mp-sobre-adesivo-com-ofensa-a-dilma-188469.html>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GUERRA, Rayanderson. Justiça determina que Bolsonaro pague indenização a Maria do Rosário em até 15 dias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 maio 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-que-bolsonaro-pague-indenizacao-maria-do-rosario-em-ate-15-dias-23689618>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HÁ 80 anos mulheres conquistaram o direito de votar e ser votadas. *Comunicação Tribunal Regional Eleitoral – RN*, Natal, 05 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/imprensa/noticias-tre-rn/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

HELENA, Ligia. Lula chama mulheres do PT de “do grelo duro”. Você sabe o que isso significa?. *Claudia*, [s.l.], 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/sua-vida/lula-chama-mulheres-do-pt-de-do-grelo-duro-voce-sabe-o-que-isso-significa/>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

IGANSKI, Paul. *‘Hate crime’ and the city*. Bristol: Policy Press, 2008.

INSTITUTO ALZIRAS. *Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020*. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - PNAD Contínua*. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Women in National Parliaments*. 01 out. 2019a. Disponível em: <archive.ipu.org/wmn-e/arc/world011019.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Percentage of women in national parliaments*. 01 out. 2019b. Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=10&year=2019>>. Acesso em: 27/04/2020.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Percentage of women in national parliaments*. 01 maio 2020. Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=10&year=2019>>. Acesso em: 31 maio 2020.

JANIK, Rachel. “I laugh at the death of normies”: how incels are celebrating the Toronto mass killing. *Southern Poverty Law Center*, [s.l.], 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.splcenter.org/hatewatch/2018/04/24/i-laugh-death-normies-how-incels-are-celebrating-toronto-mass-killing>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

JOHANSEN, Birgitte Schepele. Locating hatred: on the materiality of emotions. *Emotion, Space and Society*, v. 16, 2015, p. 48-55.

JOVEM se suicida após nudes serem divulgados e família descobre detalhe chocante. *Blasting News Brasil*, [s.l.], 21 nov. 2017. Disponível em:

<<https://br.blastingnews.com/brasil/2017/11/jovem-se-suicida-apos-nudes-serem-divulgados-e-familia-descobre-detalhe-chocante-002182655.html>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 49-74.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento*. Uma palestra-performance. 2016. Disponível em: <<http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação:* episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão popular, 2011.

KOLNAI, Aurel. The standard modes of aversion: fear, disgust and hatred. *Mind*, v. 107, n. 427, 1998, p. 581-596.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Violencia contra las mujeres en política: en defensa del concepto. *Política y gobierno*, v. 23, n. 2, 2016, p.459-490.

LAURIS, Élide; HASHIZUME, Maurício. *Violência Política e Eleitoral no Brasil:* panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020.

LEAL, Aline. Criadora da campanha “Não mereço ser estuprada” quer debater políticas públicas. *Agência Brasil*, Brasília, 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-03/criadora-da-campanha-nao-mereco-ser-estuprada-quer-debater>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

LEAL, Tatiane. *A invenção da sororidade:* sentimentos morais, feminismo e mídia. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LEITÃO, Cláudia. Imaginário, mulher e poder no Brasil: reflexões acerca do impeachment de Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

LEVIN, Jack; MCDEVITT, Jack. *Hate crimes:* the rising tide of bigotry and bloodshed. New York: Plenum Press, 1993.

LEWIS, Ruth; ROWE, Mike; WIPER, Clare. Online/Offline continuities: exploring misogyny and hate in online abuse of feminists. In: LUMSDEN, Karen; HARMER, Emily (Orgs.). *Online othering:* exploring digital violence and discrimination on the web. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 121-143.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; OLIVEIRA, Jessica Thais Pereira de. Relações de gênero e misoginia na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. *REIA - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, ano 2, v. 2, 2015, p. 30-51.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em Comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. Berkeley: The Crossing Press, 2007.

LUMSDEN, Karen; HARMER, Emily. Online othering: an introduction. In: LUMSDEN, Karen; HARMER, Emily (Orgs.). *Online othering: exploring digital violence and discrimination on the web*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 1-33.

MANNE, Kate. *Down girl: the logic of misogyny*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.

MANUELA D'Ávila é a principal vítima de fake news na eleição de 2018. *Pragmatismo Político*, [s.l.], 04 out. 2018. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/manuela-davila-fake-news-eleicao-de-2018.html>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MANUELA D'ÁVILA. Manuela PCdoB, [s.d.]. *Trajetória*. Disponível em: <[manuela.org.br/trajetória](http://manuela.org.br/trajetoria)>. Acesso em: 14 fev. 2020.

MARIA do Rosário: vitória sobre Bolsonaro será de 'todas as mulheres'. *Sputnik Brasil*, [s.l.], 28 ago. 2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/2018082812075497-bolsonaro-processo-apologia-estupro/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARIA DO ROSÁRIO. Site oficial da deputada federal Maria do Rosário, [s.d.]. *Home*. Disponível em: <<http://mariadorosario.com.br/>>. Acesso em 14 fev. 2020.

MARIA DO ROSÁRIO. Site oficial da deputada federal Maria do Rosário, 2016. *Crimes de ódio e intolerância (PL 7582/2014)*. Disponível em: <<http://mariadorosario.com.br/pl-75822014/>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

MARIA DO ROSÁRIO. Site oficial da deputada federal Maria do Rosário, 2020a. *PL das Fake News (PL 2854/2020)*. Disponível em: <<http://mariadorosario.com.br/pl-das-fake-news-pl-2854-2020/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARIA DO ROSÁRIO. Site oficial da deputada federal Maria do Rosário, 2020b. *LEI Nº 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020*. Disponível em: <<http://mariadorosario.com.br/protecao-mulher-na-covid19-pl-1291-2020/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARIELLE FRANCO. Acesse o relatório da comissão da mulher presidida por Marielle, [s.d.]. *Quem é Marielle?*. Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

MARIELLE FRANCO. O que já fizemos - Mandato Marielle Franco, [s.d.]b. *O que já fizemos*. Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/o-que-ja-fizemos>>. Acesso em 20 out. 2020.

MARIELLE FRANCO. Projetos de Lei - Mandato Marielle Franco, [s.d.]c. *Gabinete Digital*. Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/projetos-de-lei-marielle-rio>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARIELLE FRANCO. Mandato Marielle Franco, [s.d.]d. *Mais de 2 anos de saudades: Uma vida inteira de luta*. Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br>>. Acesso em 20 out. 2020.

MARREIRO, Flávia. Marielle Franco, vereadora do PSOL, é assassinada no centro do Rio após evento com ativistas negras. *El País*, São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MAURIQUE, Thiago. Ofensas de vereador repercutem no país. *A Hora*, Taquari, 2017. Disponível em: <<https://grupoahora.net.br/conteudos/2017/12/29/ofensas-de-vereador-repercutem-no-pais/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

MCROBBIE, Angela. *Postmodernism and popular culture*. London: Routledge, 1994.

MCROBBIE, Angela. Post-feminism and popular culture: Bridget Jones and the new gender regime. In: CURRAN, James; MORLEY, David (Orgs.). *Media and cultural theory*. London: Routledge, 2006, p. 59-69.

MEGALE, Bela. Deputadas chamadas por Eduardo Bolsonaro de “pessoas portadoras de vagina” vão acioná-lo na Justiça. *O Globo*, 08 abr. 2021. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/deputadas-chamadas-por-eduardo-bolsonaro-de-pessoas-portadoras-de-vagina-vao-aciona-lo-na-justica.html>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017, p. 621-647.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014a, p. 17-29.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014b, p. 93-107.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Conclusão. A política do feminismo. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014b, p. 147-152.

MILLER, William Ian. *The anatomy of disgust*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MOREIRA, Ardilhes; OLIVEIRA, Maria Angélica. Participação das mulheres em eleições cresce, mas não atende legislação. *GI*, São Paulo, 09 mar. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1517349-17856,00-PARTICIPACAO-DAS-MULHERES-EM-ELEICOES-CRESCE-MAS-NAO-ATENDE-LEGISLACAO.html>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. *Retratos de mulher: construções sociais e representações visuais no feminino*. Porto: Campo das Letras, 2005.

NAGLE, Angela. *Kill all normies: online culture wars from 4Chan and Tumblr to Trump and the alt-right*. Winchester: John Hunt Publishing, 2017.

NATANSOHN, Graciela; ROVETTO, Florencia (Orgs.). *Internet e feminismos: Olhares sobre violências sexistas desde América Latina*. Salvador: EDUFBA, 2019.

NEGRISOLI, Lucas. Seis meses depois, assassinato de Marielle Franco ainda não tem respostas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 set. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/09/14/interna_politica,988831/seis-meses-depois-assassinato-de-marielle-franco-nao-tem-respostas.shtml>. Acesso em: 30 set. 2018.

OHANA, Victor. Manuela D'Ávila vence processo contra Roberto Jefferson por fake news. *Carta Capital*, [s.l.], 11 set. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/manuela-davila-vence-processo-contra-roberto-jefferson-por-fake-news/>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

PAGLIA, Camille. *Provocations: collected essays*. New York: Pantheon, 2018.

PAZÓ, Cristina Grobério; MOREIRA JÚNIOR, Ronaldo Félix. Misoginia, internet y punitivismo - La investigación de una solución adecuada. *Derecho y Cambio Social*, Perú, 2016. Disponível em: <www.derechocambiosocial.com/revista044/MISOGINIA_INTERNET_Y_PUNITIVISMO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PELLEGRINO, Antonia. Violência política de gênero afasta mulheres da vida pública. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/violencia-politica-de-genero-afasta-mulheres-da-vida-publica.shtml>>. Acesso em: 14 set. 2019.

PERRY, Barbara. *In the name of hate: understanding hate crimes*. New York: Routledge, 2001.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?). *MATRIZES*, ano 7, n. 2, jul./dez. 2013, p.73-93.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. *Tempo Social*, v. 2, n. 2, 1990, p. 7-33.

PINTO, Céli Regina Jardim. Afinal, o que querem as mulheres na política? - Candidatas à Câmara Municipal em Porto Alegre. In: BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir (Orgs.) *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 1998, p. 121-147.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23.

POLÍCIA aponta segurança como autor da morte de cadela no Carrefour. *Veja*, [s.l.], 18 out. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/policia-aponta-seguranca-como-autor-da-morte-de-cadela-no-carrefour/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

QUEIROGA, Louise. Delegado é multado em R\$ 4 mil por publicar informações falsas sobre Marielle Franco. *Extra*, [s.l.], 09 jan. 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/delegado-multado-em-4-mil-por-publicar-informacoes-falsas-sobre-marielle-franco-23357707.html>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RAMALHO, Renan. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada. *G1*, Brasília, 22 jun. 2016. Disponível em: <g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. *Galáxia*, n. 26, dez. 2013, p. 239-254.

REDDY, William. Against constructionism: the historical ethnography of emotions. *Current Anthropology*, v. 38, n. 3, 1997, p. 327-351.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. *BBC News Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro e Londres, 30 set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. “Precisamos falar de Gênero”. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018, p. 7-22.

SARMENTO, Rayza. Mídia, gênero e política: breve mapeamento de horizontes analíticos. *Ação Midiática*, v. 2, n. 5, 2013, p. 1-15.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade - biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism. *Feminist Studies*, v. 14, n. 1, 1988, p. 32-50.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SIAPER, Eugenia. Online misogyny as witch hunt: primitive accumulation in the age of techno-capitalism. In: GING, Debbie; SIAPER, Eugenia (Orgs.). *Gender hate online: understanding the new anti-feminism*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 21-43.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.

SODRÉ, Muniz. *A Ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

STF garante mínimo de 30% do fundo partidário destinados a campanhas para candidaturas de mulheres. *Notícias STF*, Brasília, 15 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=372485>>. Acesso em 27 abr. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Orgs.). *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 147-167.

TV 247. *O depoimento emocionante de Maria do Rosário contra o ódio e o fascismo de Bolsonaro*. 2018. (4m44s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mOvfXrzwp8>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

VASCONCELLOS, Jorge. Joice diz que vai denunciar filhos de Bolsonaro por ameaças à sua família. *Correio Braziliense*, [s.l.], 05 nov. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/05/interna_politica,804004/joyce-diz-que-vai-denunciar-filhos-de-bolsonaro-por-ameacas-a-sua-fami.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2019.

VELASCO, Clara. Apenas um estado do país será comandado por uma mulher. *GI*, [s.l.], 28 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/apenas-um-estado-do-pais-sera-comandado-por-uma-mulher.ghtml>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

VERDADEIRO ou falso? Filtramos as afirmações de Sara Winter no debate da Folha. *Medium Democratize*, [s.l.], 11 jul. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/verdadeiro-ou-falso-filtramos-as-afirma%C3%A7%C3%B5es-de-sara-winter-no-debate-da-folha-43b10434a2c0>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sérgio. *As mulheres na política*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

VIEIRA, Vera de Fatima. *Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2012, 234p.

WINK, Georg. Humor golpista: memes sobre Dilma Rousseff durante o “impeachment”. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n. 27, jan./jun. 2017, p. 123-140.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University, 1990.

YOUNG, Iris Marion. *Intersecting voices: dilemmas of gender, political philosophy, and policy*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. New York: Oxford University Press, 2000.

Apêndice A – Resultado da pesquisa dos termos “maria” + “rosário” na plataforma BuzzSumo, contendo os 50 links nacionais com maior número de engajamento no Facebook entre julho e dezembro de 2018

Nº	Título	Data	Comen- tários	Link
1	Maria do Rosário deixa escapar que tática do PT será o vandalismo para impedir projetos de Bolsonaro	08.12.18	142	https://expressodiario.com/maria-do-rosario-deixa-escapar-que-tatica-do-pt-sera-o-vandalismo-para-impedir-projetos-de-bolsonaro/
2	Maria do Rosário diz que o culpado pela pobreza no Brasil é... Bolsonaro	07.12.18	X	https://republicadecuritiba.net/2018/12/07/maria-do-rosario-diz-que-o-culpado-pela-pobreza-no-brasil-e-bolsonaro/
3	Após 16 anos no poder, Maria do Rosário quer colocar culpa do crescimento da pobreza no... Bolsonaro	06.12.18	Quebrado	https://mblnews.org/noticia/apos-16-anos-no-poder-maria-do-rosario-quer-colocar-culpa-do-crescimento-da-pobreza-no-bolsonaro/
4	Assista: Diplomação de Maria do Rosário é engolida por plateia que clama por Bolsonaro	20.12.18	X	https://republicadecuritiba.net/2018/12/20/assista-diplomacao-de-maria-do-rosario-e-engolida-por-plateia-que-clama-por-bolsonaro/
5	Lula, Jean Wyllys e Maria do Rosário serão testemunhas de Adélio no caso da facada em Bolsonaro	11.12.18	X	https://republicadecuritiba.net/2018/12/11/lula-jean-wyllys-e-maria-do-rosario-serao-testemunhas-de-adelio-no-caso-da-facada-em-bolsonaro/
6	Maria do Rosário diz que culpado pela pobreza no Brasil é Bolsonaro	07.12.18	0	https://blogjpcn.blogspot.com/2018/12/maria-do-rosario-diz-que-culpado-pela.html
7	O dia em que Maria do Rosário venceu o filho de Bolsonaro	12.12.18	100	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/kelly-matos/noticia/2018/12/o-dia-em-que-maria-do-rosario-venceu-o-filho-de-bolsonaro-cjpkwfdjdr0kqg01pi2kubflh4.html

8	Lula, Maria do Rosário, Jean Wyllis e Preta Gil serão testemunhas de defesa de Adélio Bispo	12.12.18	Quebrado	https://colunaextra.com/justica/lula-maria-do-rosario-jean-wyllis-e-pret-a-gil-serao-testemunhas-de-defesa-de-adelio-bispo/
9	Achando se tratar de menor de idade, Maria do Rosário lamenta condenação de Garotinho	04.09.18	1	https://joselitomuller.com/2018/09/04/achando-se-tratar-de-menor-de-idade-maria-do-rosario-lamenta-condenacao-de-garotinho/
10	Danilo Gentili diz que ex-ministra Maria do Rosário merecia ser estuprada	06.10.18	40	https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/realizacao/2018/10/06/danilo-gentili-diz-que-ex-ministra-maria-do-rosario-merecia-ser-estuprada.htm
11	TJ-RS triplica valor que Danilo Gentili deve pagar a Maria do Rosário	13.07.18	0	https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/07/tj-rs-danilo-gentili-maria-do-rosario.html
12	Estupradores liberados, Maria do Rosário em silêncio	26.09.18	150	https://www.oantagonista.com/brasil/estupradores-liberados-maria-rosario-em-silencio/
13	Maria do Rosário teme aumento da violência contra as mulheres com Bolsonaro eleito	18.10.18	X	https://istoe.com.br/maria-do-rosario-teme-aumento-da-violencia-contra-as-mulheres-com-bolsonaro-eleito/
14	Brasil falhou em não criar cultura contra o autoritarismo, diz Maria do Rosário	10.12.18	181	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/12/10/brasil-falhou-em-nao-criar-cultura-contra-o-autoritarismo-diz-maria-do-rosario.htm
15	Marido de Ana Hickmann diz que Gleisi e Maria do Rosário serão “abatidas” se “sobrevoarem” Brasília	31.12.18	81	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/marido-de-ana-hickmann-diz-que-gleisi-e-maria-do-rosario-serao-abatidas-se-sobrevoarem-brasilia/



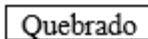
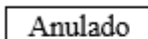
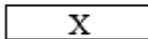
16	Fux arquiva denúncia contra Maria do Rosário	22.12.18	9	https://politica.estadao.com.br/blogs/fusto-macedo/fux-arquiva-denuncia-contraria-maria-do-rosario/
17	Maria do Rosário acusa Bolsonaro pela pobreza no Brasil	07.12.18	44	https://expressodiario.com/maria-do-rosario-acusa-bolsonaro-pela-pobreza-no-brasil/
18	As 15 promessas de Maria para os devotos do Santo Rosário	03.10.18	Anulado	https://pt.aleteia.org/2018/10/03/as-15-promessas-de-maria-para-os-devotos-do-santo-rosario/
19	TJ mantém condenação a Danilo Gentili e triplica valor de indenização a Maria do Rosário	12.07.18	27	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2018/07/tj-mantem-condenacao-a-danilo-gentili-e-triplica-valor-de-indenizacao-a-maria-do-rosario-cjjj296k10rhx01qox2awfrvo.html
20	JOICE HASSELMANN VS MARIA DO ROSÁRIO	28.09.18	2984	https://www.youtube.com/watch?v=M7ypAi22d9E
21	Maria do Rosário reage às vaias em diplomação: “Símbolo de arminha não vai me assustar”	20.12.18	51	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/kelly-matos/noticia/2018/12/maria-do-rosario-reage-as-vaias-em-diplomacao-simbolo-de-arminha-nao-vai-me-assustar-cjpwrvav100mlr01rxagaf25y0.html
22	Maria do Rosário resolve gritar “Lula livre” bem longe de Lula preso	25.12.18	X	https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/maria-do-rosario-resolve-gritar-lula-livre-bem-longe-de-lula-presos/
23	Defesa de Maria do Rosário vai anexar a processo falas de Bolsonaro no Roda Viva	01.08.18	88	https://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/08/01/defesa-de-maria-do-rosario-vai-anexar-a-processo-falas-de-bolsonaro-no-roda-viva/
24	Maria do Rosário (PT/RS) - #TchauQueridos	29.08.18	Quebrado	https://www.tchauqueridos.net/rs/deputada-maria-do-rosario.html

25	Esfaqueador de Bolsonaro arrola Maria do Rosário, Jean Wyllys e Lula como testemunhas	09.12.18	Quebrado	https://agoranamidia.com/noticias/esfaqueador-de-bolsonaro-arrola-maria-do-rosario-jean-wyllys-e-lula-como-testemunhas/
26	JAIR BOLSONARO X MARIA DO ROSÁRIO	02.09.18	1393	https://www.youtube.com/watch?v=ePNVKcGlpfY
27	VÍDEO: Em derrota de Eduardo Bolsonaro, Maria do Rosário comemora arquivamento do Escola Sem Partido	12.12.18	11	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-em-derrota-de-eduardo-bolsonaro-maria-do-rosario-comemora-arquivamento-do-escola-sem-partido/
28	Apresentador que apoia Bolsonaro diz que Maria do Rosário merece ser estuprada	06.10.18	0	https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/gentili-bolsonaro-maria-do-rosario.html
29	Luiz Fux arquiva investigação sobre deputada Maria do Rosário	18.12.18	109	https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/18/luiz-fux-arquiva-investigacao-sobre-deputada-maria-do-rosario.ghtml
30	Lindbergh vaza conversa entre Maria do Rosário e Jungmann	09.07.18	Quebrado	https://www.papotv.com.br/posts/lindbergh-vaza-conversa-entre-maria-do-rosario-e-jungmann
31	A Verdade: Alckmin usa Maria do Rosário contra Bolsonaro	03.09.18	1295	https://www.youtube.com/watch?v=h2somQUx8Ow
32	Maria do Rosário contratou advogado para defender Adélio Bispo de Oliveira #boato	08.09.18	X	https://www.boatos.org/politica/maria-rosario-advogado-adelio-bispo.html
33	Mais uma vez, Danilo Gentili é condenado a indenizar Maria do Rosário por danos morais	12.07.18	X	https://revistaforum.com.br/midia/mais-uma-vez-danilo-gentili-e-condenado-a-indenizar-maria-do-rosario-por-danos-morais/
34	“Ela merece ser estuprada!”, sugere Danilo Gentili sobre deputada Maria do Rosário	06.10.18	18	https://poenaroda.com.br/diversidade/clouse-errado/ela-merece-ser-estuprada-diz-danilo-gentili-sobre-deputada-maria-do-rosario/

35	Defesa de agressor de Bolsonaro relaciona Lula, Maria do Rosário, Jean Wyllys e Preta Gil como testemunhas de defesa	12.10.18	X	https://poa24horas.com.br/defesa-de-agressor-de-bolsonaro-relaciona-lula-maria-do-rosario-jean-wyllys-e-preta-gil-como-testemunhas-de-defesa/
36	Esfaqueador de Bolsonaro pode arrolar Maria do Rosário, Jean Wyllys e Lula como testemunhas	09.12.18	X	https://www.1news.com.br/noticia/530291/noticias/esfaqueador-de-bolsonaro-pode-arrolar-maria-do-rosario-jean-wyllys-e-lula-como-testemunhas-09122018
37	Lula, Maria do Rosário, Jean Wyllys e Preta Gil serão testemunhas em favor do criminoso Adélio	09.12.18	8	https://expressodiario.com/lula-maria-do-rosario-jean-wyllys-e-preta-gil-serao-testemunhas-em-favor-do-criminoso-adelio/
38	Danilo Gentili é condenado a indenizar Maria do Rosário por danos morais	12.07.18	8	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/danilo-gentili-e-condenado-a-indenizar-maria-do-rosario-por-danos-morais/
39	Maria do Rosário critica atitude de Bolsonaro e ofende presidente eleito: ‘sem vergonha’	30.11.18	X	https://www.1news.com.br/noticia/529477/noticias/maria-do-rosario-critica-atitude-de-bolsonaro-e-ofende-presidente-eleito-sem-vergonha-30112018
40	Maria do Rosário é diplomada sob vaias e o forte grito de “Bolsonaro” tentou afrontar a plateia (Veja o Vídeo)	20.12.18	8	https://www.denunciapolitica.com.br/2018/12/maria-do-rosario-e-diplomada-sob-vaia.html
41	MARIA DO ROSÁRIO É DIPLOMADA COM VAIAS DA PLATÉIA GRITANDO BOLSONARO!	20.12.18	497	https://www.youtube.com/watch?v=AwXqorcAfIE
42	“Aula pública do Boulos” tem Maria do Rosário, Hitler, tilts e planos da esquerda pós-eleições	28.10.18	0	http://www.caneta.org/noticias/aula-publica-do-boulos-tem-maria-do-rosario-hitler-tilts-e-planos-da-esquerda-pos-eleicoes/

43	Maria do Rosário: Jamais defendi Champinha ou qualquer outro estuprador, ao contrário de Bolsonaro	31.07.18	2	https://www.viomundo.com.br/denuncias/maria-do-rosario-jamais-defendi-champinha-ou-outro-qualquer-estuprador-ao-contrario-de-bolsonaro.html
44	Danilo Gentili afirma que Deputada Federal Maria do Rosário merece ser estuprada e gera revolta	06.10.18	X	https://www.otvfoco.com.br/danilo-gentili-afirma-que-deputada-federal-maria-do-rosario-merece-ser-estuprada-e-gera-revolta/
45	Danilo Gentili diz que Maria do Rosário merece ser estuprada	06.10.18	29	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/danilo-gentili-diz-que-maria-do-rosario-merece-ser-estuprada/
46	Fux arquiva inquérito da Odebrecht contra Maria do Rosário	22.12.18	45	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/22/fux-arquiva-inquerito-da-odebrecht-contramaria-do-rosario.htm
47	Maria do Rosário anuncia que vai de novo processar Bolsonaro, “inútil”, “mentecapto ou imoral”	01.12.18	17	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/maria-do-rosario-anuncia-que-vai-de-novo-processar-bolsonaro-inutil-mentecapto-ou-imoral/
48	Nota de Falecimento e pesar - Maria Eduarda Sousa do Rosário	25.11.18	Anulado	http://www.rogeriobastos.com.br/2018/11/nota-de-falecimento-e-pesar-maria.html
49	Maria do Rosário responde no Facebook sobre mentira de Bolsonaro no Roda Viva	31.07.18	17	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/maria-do-rosario-responde-no-facebook-sobre-mentira-de-bolsonaro-no-roda-viva/
50	Deputada petista Maria do Rosário fala sobre os adventistas do 7º dia em projeto de lei	02.12.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=t3cMvOSOwWc

Legenda:

	<i>Link</i> válido
	<i>Link</i> não válido
	<i>Link</i> quebrado/indisponível
	<i>Link</i> não referente ao tema
	<i>Link</i> sem espaço para comentários, com comentários desativados ou indisponíveis

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de pesquisa realizada no site *BuzzSumo*.

Apêndice B – Resultado da pesquisa dos termos “manuela” + “d’ávila” na plataforma BuzzSumo, contendo os 50 links nacionais com maior número de engajamento no Facebook entre julho e dezembro de 2018

Nº	Título	Data	Comen- tários	Link
1	Veja quem é a monga Manuela D’ávila, vice do Haddad	19.09.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=mn_dXWt-gewo
2	Vejas as propostas da vice de Haddad Manuela D’ávila É ASSUSTADOR!	11.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=o_TBfTYfiI
3	Bolsominions espalham montagem grosseira com foto de Manuela D’Avila	22.09.18	25	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/bolsominions-espalham-montagem-grosseira-com-foto-de-manuela-davila/
4	“Eles venceram, mas a luta vai continuar”, diz Manuela D’Avila	28.10.18	X	https://www.brasildefato.com.br/2018/10/28/eles-venceram-mas-a-luta-vai-continuar-diz-manuela-davila/
5	A ‘converção’ de Manuela D’Avila	17.10.18	263	https://www.oantagonista.com/brasil/convercao-de-manuela-davila/
6	Veja as propostas da vice de Fernando Haddad Manuela D’ávila	12.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=Z5Bk6AkCrW0
7	Manuela D’Avila, vice de Haddad, é ofendida por Danilo Gentili e responde na web	22.10.18	7	https://www.feedclub.com.br/manuela-davila-vice-de-haddad-e-ofendida-por-danilo-gentili-e-responde-na-web/
8	Manuela D’Avila é lançada candidata à Presidência, mas defende unidade da esquerda ‘ até o último dia ’	01.08.18	X	https://oglobo.globo.com/brasil/manuela-davila-lancada-candidata-presidencia-mas-defende-unidade-da-esquerda-ate-ultimo-dia-22939895
9	Manuela D’Avila fala besteiras em programa	14.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=aT3urhXYUdE
10	Haddad e Manuela D’Avila, os sacrilegos presidenciaíveis imitando Judas na Sagrada comunhão.	13.10.18	100	https://www.youtube.com/watch?v=ho_mD6iTnq_Q



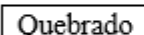
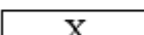
11	Anderson Reis - Urgente \\ Haddad e Manuela D'Avila, os sacrílegos na sagrada comunhão	14.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=PYZI4mB1hnE
12	Manuela D'Avila e seu apoio a MC Carol	29.09.18	52	https://www.youtube.com/watch?v=FAxbrP2b0zU
13	Caio Coppolla detona esquerdista Manuela D'avila por vender camisetas	28.12.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=kruLrcRSeGU
14	Manuela D'Avila cria polêmica ao pedir votos para MC Carol Bandida	03.10.18	Quebrado	X
15	Manuela D'Avila fala sobre ensino religioso, e se diz cristã.	09.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=UtObvmgjGhA
16	REFUTANDO Manuela d'Avila	19.07.18	900	https://www.youtube.com/watch?v=7i4fAWL7i80
17	Vice de Haddad, Manuela D'Avila, é cristã	22.09.18	102	https://www.youtube.com/watch?v=Luf5ALdROVo
18	Manuela D'Avila aparece acima do peso em foto rara, vira piada e detona Danilo Gentili	20.10.18	X	https://www.1news.com.br/noticia/526400/tv-e-famosos/manuela-davila-aparece-acima-do-peso-em-foto-rara-vira-piada-e-detona-danilo-gentili-19102018
19	ATAQUE A MANUELA D'AVILA FOI FEITO POR AGENTE FEDERAL QUE PROTEGIA BOLSONARO?	06.09.18	426	https://www.youtube.com/watch?v=HGE0COTmxrw
20	Marcha das Vadias (Manuela D'avila vice de Haddad está a frente) veja	18.09.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=Hv_QSt1k9IY
21	Um recadinho pra Manuela Biscoiteira D'Avila	01.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=B_WoKKoEXEI
22	Fernando Haddad e Manuela D'avila missa nossa Senhora Aparecida – dia das crianças	12.10.18	74	https://www.youtube.com/watch?v=VQXXscvduN8
23	Manuela D'avila fala do seu plano de destruição para o Brasil	17.09.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=aNMK_fF_fkG

24	Manuela D'Avila e Haddad: Ateus de dia e cristão de noite	12.10.18	Quebrado	X
25	Manuela D'Avila com Villas Boas: a farsa do PCdoB no combate ao golpe	18.07.18	0	http://esquerdadiario.com.br/Manuela-D-Avila-com-Villas-Boas-a-farsa-do-PCdoB-no-combate-ao-golpe
26	Manuela D'Avila, vice de Haddad	17.09.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=NEes9_udZ7M
27	Conheça Hamilton Mourão e Manuela D'Avila, os aspirantes a vice-presidente	07.10.18	0	https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/07/interna_politica,995082/conheca-mourao-e-manuela-aspirantes-a-vice-presidente.shtml
28	Carioca detona Haddad e Manuela D'Avila	17.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=YR2tH1_Se4w
29	Manuela D'Avila comemora aniversário com bolo da Ursal	17.08.18	0	https://www.metropoles.com/brasil/manuela-davila-comemora-aniversario-com-bolo-da-ursal
30	MC Carol : a candidata de Haddad e Manuela D'avila	05.10.18	42	https://www.youtube.com/watch?v=cQROOnHBvrI
31	Manuela D'avila vice do PT, quer legalizar o aborto!	24.09.18	7	https://www.youtube.com/watch?v=VgqcIn0ICi8
32	Manuela D'Avila - Vamos nos encontrar	29.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=021PEllwRd8
33	O #Mito Bolsonaro nem foi eleito e já começou a mudança. Haddad e Manuela D'Avila na missa?	12.10.18	15	https://www.youtube.com/watch?v=q0UDor_Z3KE
34	Manuela D'Avila sobre as denúncias contra os Bolsonaros	14.12.18	1	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/manuela-davila-sobre-as-denuncias-contras-os-bolsonaros/
35	Bolsonaro: e agora? Com Manuela D'Avila s02e10	14.11.18	26	https://soundcloud.com/potterentrevista/bolsonaro-e-agora-com-manuela-davila-s02e10
36	Manuela D'Avila vice de Haddad fala a verdade	04.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=2yuBAIx1M5M

37	Bolsonaro: e agora? Com Manuela D'Avila s02e10	14.11.18	X	https://open.spotify.com/episode/4IgtCc d5BcMvSIGKI4A4Yl
38	#AOVIVO Ato no Largo Glênio Peres com Fernando Haddad e Manuela D'Avila em Porto Alegre. #HaddadPresidente #OBrasilFel	27.09.18	X	https://www.pscp.tv/ptbrasil/1eaJbVnO jQdJX
39	#AOVIVO Caminhada de Fernando Haddad e Manuela D'Avila no Calçadão de Carapicuíba (SP) #HaddadÉLula	13.09.18	X	https://www.pscp.tv/ptbrasil/1zqKVLE bYZYJB
40	Marine Le Pen, Manuela D'avila e Luciana Genro comemoram juntas a vitória da França: vive la diversité!	16.07.18	0	https://www.causaoperaria.org.br/marine-le-pen-manuela-davila-e-luciana-genro-comemoram-juntas-a-vitoria-da-franca-vive-la-diversite/
41	Manuela D'Avila se contradiz... É ateu ou é cristã?	12.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=iDLB9J1hK7k
42	HADDAD, MANUELA D'AVILA E RUI COSTA FAZEM CAMPANHA EM CONQUISTA NESTE SÁBADO (15)	12.09.18	X	https://revistagambiarra.com.br/site/haddad-manuela-davila-e-rui-costa-fazem-campanha-em-conquista-neste-sabado-15/
43	#AOVIVO Fernando Haddad e Manuela D'Avila no Rio de Janeiro	14.09.18	X	https://www.pscp.tv/ptbrasil/1YpKkLY ZwjdGj
44	ATENÇÃO CATÓLICOS: Manuela D'avila é ATEIA, comeu a hóstia	13.10.18	13	https://www.youtube.com/watch?v=VbiF0tcC23o
45	Manuela D'Avila caindo em contradição (desmascarada)	15.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=Lh0WZ75hBmQ
46	Manuela D'Avila - Hipocrisia	06.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=ZWAP7CH4MO8
47	As grandes verdades que nunca te contaram sobre Fernando Haddad, Manuela D'Avila e os seus partidos	21.08.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=8F6dOUsSwHQ
48	Manuela D'Avila após derrota do PT! Veja isso	29.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=uCewJAtnx7g

49	Manuela D'Avila e Haddad na Igreja Católica.	12.10.18	Quebrado	https://www.youtube.com/watch?v=jIVq9pORBc0
50	Em Santa Catarina, partidos de Ciro e Manuela D'Avila apoiam defensor de Bolsonaro	27.09.18	0	http://esquerdadiario.com.br/Em-Santa-Catarina-partidos-de-Ciro-e-Manuela-D-Avila-apoiam-defensor-de-Bolsonaro

Legenda:

	<i>Link válido</i>
	<i>Link não válido</i>
	<i>Link quebrado/indisponível</i>
	<i>Link sem espaço para comentários, com comentários desativados ou indisponíveis</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de pesquisa realizada no site *BuzzSumo*.

**Apêndice C – Resultado da pesquisa dos termos “marielle” + “franco” na plataforma
BuzzSumo, contendo os 50 links nacionais com maior número de engajamento no
Facebook entre julho e dezembro de 2018**

Nº	Título	Data	Comen- tários	Link
1	Marielle Franco é homenageada com nome de rua na Alemanha	25.12.18	X	https://www.esmaelmorais.com.br/2018/12/merielle-franco-e-homenageada-com-nome-de-rua-na-alemanha/
2	Universidade americana oferece bolsa Marielle Franco para curso de mestrado	19.11.18	X	https://oglobo.globo.com/rio/universidade-americana-oferece-bolsa-marielle-franco-para-curso-de-mestrado-23243847
3	Mangureira escolhe samba do Carnaval de 2019 e homenageia Marielle Franco	14.10.18	X	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2018/10/14/mangureira-escolhe-samba-do-carnaval-de-2019-e-homenageia-marielle-franco.ghtml
4	Pezão sanciona lei que cria o Dia Marielle Franco contra o genocídio da mulher negra	18.07.18	X	https://oglobo.globo.com/rio/pezao-sanciona-lei-que-cria-dia-marielle-franco-contr-a-genocidio-da-mulher-negra-22898278
5	É #FATO que deputados eleitos pelo PSL quebraram placa com nome de Marielle Franco em comício de Wilson Witzel	08.10.18	X	https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel-23140096
6	Candidatos do PSL destroem placa com homenagem a Marielle Franco	03.10.18	162	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,candidatos-do-psl-destroem-placa-com-homenagem-a-marielle-franco,70002531740

7	Apoiadores de Bolsonaro que quebraram placa “Marielle Franco” são candidatos do PSL	03.10.18	X	https://revistaforum.com.br/politica/apoiadores-de-bolsonaro-que-quebraram-placa-marielle-franco-sao-candidatos-do-psl/
8	Quatro candidatas ligadas a ex-vereadora Marielle Franco são eleitas no Rio	08.10.18	28	https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/quatro-candidatas-ligadas-a-ex-vereadora-marielle-franco-sao-eleitas-no-rio.htm
9	Placas para Marielle Franco	04.10.18	5	https://www.catarse.me/placas_para_marielle_franco_721a
10	Polícia perde provas que deveriam servir à investigação do assassinato de Marielle Franco	19.12.18	0	http://www.esquerdadiario.com.br/Policia-perde-provas-que-deveriam-servir-a-investigacao-do-assassinato-de-Marielle-Franco
11	Polícia perde provas que deveriam servir à investigação do assassinato de Marielle Franco	23.12.18	0	http://esquerdadiario.com.br/Policia-perde-provas-que-deveriam-servir-a-investigacao-do-assassinato-de-Marielle-Franco
12	Fotos do velório de Marielle Franco são exibidas em estação de metrô na França	04.10.18	X	https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/10/04/fotos-do-velorio-de-marielle-franco-sao-exibidas-em-estacao-de-metro-na-franca.ghtml
13	Samba-enredo da Mangueira em 2019 fará homenagem a Marielle Franco	14.10.18	1489	https://www.youtube.com/watch?v=7SObzDOug_A
14	Globo é proibida de noticiar inquérito do assassinato de Marielle Franco	17.11.18	164	https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/tv/elevisao/globo-e-proibida-de-noticiar-inquerito-sobre-assassinato-de-marielle-franco-23341
15	Ouçã o samba-enredo da Mangueira, que homenageia Marielle Franco	15.10.18	X	https://exame.com/brasil/ouca-o-samba-enredo-da-mangueira-que-homenageia-marielle-franco/

16	Assassinato de Marielle Franco completa seis meses sem nenhuma resposta sobre o crime	14.09.18	12	https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,assassinato-de-marielle-franco-completa-seis-meses-sem-nenhuma-resposta-sobre-o-crime,70002501990
17	Irmã de Marielle Franco é agredida por racistas defensores de Bolsonaro	08.10.18	0	http://www.esquerdadiario.com.br/Irma-de-Marielle-Franco-e-agredida-por-defensores-de-Bolsonaro
18	Roger Waters faz show histórico no Maracanã e participa de ato em homenagem a Marielle Franco	25.10.18	862	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/musica/noticia/2018/10/25/roger-waters-faz-show-historico-no-maracana-e-participa-de-ato-em-homenagem-a-marielle-franco.ghtml
19	Câmara aprova projetos de lei de Marielle Franco cinco meses após seu assassinato	14.08.18	9	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/14/camara-aprova-projetos-de-lei-de-marielle-franco-cinco-meses-apos-seu-assassinato.htm
20	Estamos em perigo' no Brasil, afirma irmã de Marielle Franco	30.10.18	Quebrado	https://www.msn.com/pt-br?refurl=%2fpt-br%2fnoticias%2fbrasil%2festamos-em-perigo-no-brasil-afirma-irm%25C3%25A3-de-marielle-franco%2far-BBP7IHP
21	Candidatos do PSL destroem homenagem pública à Marielle Franco	03.10.18	X	https://catracalivre.com.br/cidadania/candidatos-do-psl-destroem-homenagem-publica-a-marielle-franco/
22	Pezão sanciona a criação do Dia Marielle Franco contra o genocídio da mulher negra	20.07.18	X	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/20/pezao-sanciona-a-criacao-do-dia-marielle-franco-contr-o-genocidio-da-mulher-negra.ghtml
23	Rio elege quatro mulheres negras amigas de Marielle Franco	08.10.18	15	https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/rio-de-janeiro/rio-elege-deputadas-



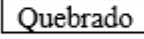
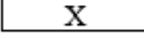
				quatro-mulheres-negras-amigas-de-marielle,2b758a67c94645a923d1ed22b9411277ru4899wx.html
24	Marielle Franco é homenageada com placa na Câmara do Rio	05.12.18	3	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/05/marielle-franco-e-homenageada-com-placa-na-camara-do-rio.ghtml
25	Tom Morello, guitarrista do Audioslave e Rage Against The Machine, pede justiça para Marielle Franco em show	16.09.18	0	https://www.papelpop.com/2018/09/tom-morello-guitarrista-do-audioslave-e-rage-against-the-machine-pede-justica-para-marielle-franco-em-show/
26	Universidade Johns Hopkins cria bolsa de estudos chamada Marielle Franco	16.11.18	2	https://omartelodenietzsche.com.wordpress.com/2018/11/16/universidade-johns-hopkins-cria-bolsa-de-estudos-chamada-marielle-franco/
27	Agora é lei: Dia Marielle Franco contra o genocídio da mulher negra é criado	18.07.18	X	https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5558814-agora-e-lei-dia-marielle-franco-contra-o-genocidio-da-mulher-negra-e-criado.html
28	Tom Morello pede justiça para Marielle Franco em show de Porto Alegre	16.09.18	X	https://www.tenhomaisdiscosqueamigos.com/2018/09/16/tom-morello-poa-marielle/
29	Universidade Johns Hopkins cria “Bolsa de Estudos Marielle Franco”	17.11.18	X	https://revistaforum.com.br/direitos/universidade-johns-hopkins-cria-bolsa-de-estudos-marielle-franco/
30	Polícia cumpre mandados de prisão contra suspeitos de envolvimento em assassinato de Marielle Franco	13.12.18	X	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/13/policia-cumpr-mandados-se-prisao-e-busca-do-caso-marielle.ghtml
31	Papa Francisco recebe mãe de Marielle Franco no Vaticano	03.08.18	X	https://veja.abril.com.br/brasil/papa-francisco-recebe-mae-de-marielle-franco-no-vaticano/

32	Fernanda Lima chora ao homenagear Marielle Franco no 'Amor & Sexo	07.11.18	X	https://catracalivre.com.br/cidadania/fernanda-lima-chora-ao-homenagear-marielle-franco-no-amor-sexo/
33	Irmã de Marielle Franco diz que foi agredida verbalmente por apoiadores de Bolsonaro	08.10.18	X	https://oglobo.globo.com/brasil/irma-de-marielle-franco-diz-que-foi-agredida-verbalmente-por-apoiadores-de-bolsonaro-23141100
34	Alexandre Frota revela medo de ser morto como Marielle Franco	27.11.18	X	https://catracalivre.com.br/entretenimento/alexandre-frota-revela-medo-de-ser-morto-como-marielle-franco/
35	VÍDEO – Roger Waters leva a família da Marielle Franco pro palco em show no Rio	25.10.18	7	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-roger-waters-leva-a-familia-da-marielle-franco-pro-palco-em-show-no-rio/
36	É #FATO que deputados eleitos pelo PSL quebraram placa com nome de Marielle Franco em comício de Wilson Witzel	08.10.18	X	https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/08/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel.ghtml
37	O que são e como agem as milícias acusadas de matar Marielle Franco	15.12.18	X	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46559926
38	Roger Waters leva ao palco do Maracanã, no Rio, família de Marielle Franco	25.10.18	510	https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2018/10/25/roger-waters-rio-marielle-franco-elenao-justica.htm
39	Roger Waters faz homenagem à Marielle Franco no Rio de Janeiro	25.10.18	99	https://www.omelete.com.br/musica/roger-waters-faz-homenagem-a-marielle-franco-no-rio-de-janeiro
40	Miliciano preso é investigado por envolvimento na morte da vereadora Marielle Franco	18.12.18	304	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/18/policia-prende-suspeito-de-envolvimento-na-morte-de-marielle.ghtml

41	Universidade Johns Hopkins oferece bolsa em homenagem a Marielle Franco	17.11.18	X	https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/11/universidade-johns-hopkins-oferece-bolsa-em-homenagem-marielle-franco.html
42	Complô que impede esclarecimento de assassinato de Marielle Franco envolveria policiais, milicianos e políticos	22.11.18	X	https://oglobo.globo.com/rio/complô-que-impede-esclarecimento-de-assassinato-de-marielle-franco-envolveria-policiais-milicianos-politicos-23252905
43	Rosto de Marielle Franco é grafitado na comunidade Tavares Bastos, no Catete	24.11.18	X	https://oglobo.globo.com/rio/rosto-de-marielle-franco-grafitado-na-comunidade-tavares-bastos-no-catete-23257802
44	A milícia, com a benção de uma política corrupta, executou Marielle Franco... - Veja mais em https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/12/14/a-milicia-com-a-bencao-de-uma-politica-corrupta-executou-marielle-franco/?cmpid=copiaecola	14.12.18	X	https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/12/14/a-milicia-com-a-bencao-de-uma-politica-corrupta-executou-marielle-franco/
45	Rosto de Marielle Franco é grafitado na comunidade Tavares Bastos, no Catete	24.11.18	11	https://extra.globo.com/noticias/rio/rosto-de-marielle-franco-grafitado-na-comunidade-tavares-bastos-no-catete-23257900.html
46	Fernanda Lima se emociona ao homenagear Marielle Franco e convoca sabotagem ao sistema	07.11.18	X	https://bhaz.com.br/2018/11/07/fernanda-lima-marielle-franco/
47	Irmã de Marielle Franco pede ajuda a Macron	30.10.18	X	https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/politica/1540843565_449211.html
48	Candidatos a deputado pelo PSL rasgam homenagem à Marielle Franco	03.10.18	X	https://odia.ig.com.br/eleicoes/2018/10/5580486-candidatos-a-deputado-pelo-

				psl-rasgam-homenagem-a-marielle-franco.html#foto=1
49	Morte de Marielle Franco, em março, segue sem explicações	11.12.18	43	https://www.terra.com.br/noticias/retrospectiva/2018/morte-de-marielle-franco-em-marco-segue-sem-explicacoes,7a2a3b301f068a1280d53d4986900e17ncmomkua.html
50	Irmã de Marielle Franco faz desabafo em rede social sobre a morte da vereadora	03.11.18	142	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/03/irma-de-marielle-franco-faz-desabafo-em-rede-social-sobre-a-morte-da-vereadora.ghtml

Legenda:

	<i>Link válido</i>
	<i>Link não válido</i>
	<i>Link quebrado/indisponível</i>
	<i>Link sem espaço para comentários, com comentários desativados ou indisponíveis</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de pesquisa realizada no site *BuzzSumo*.